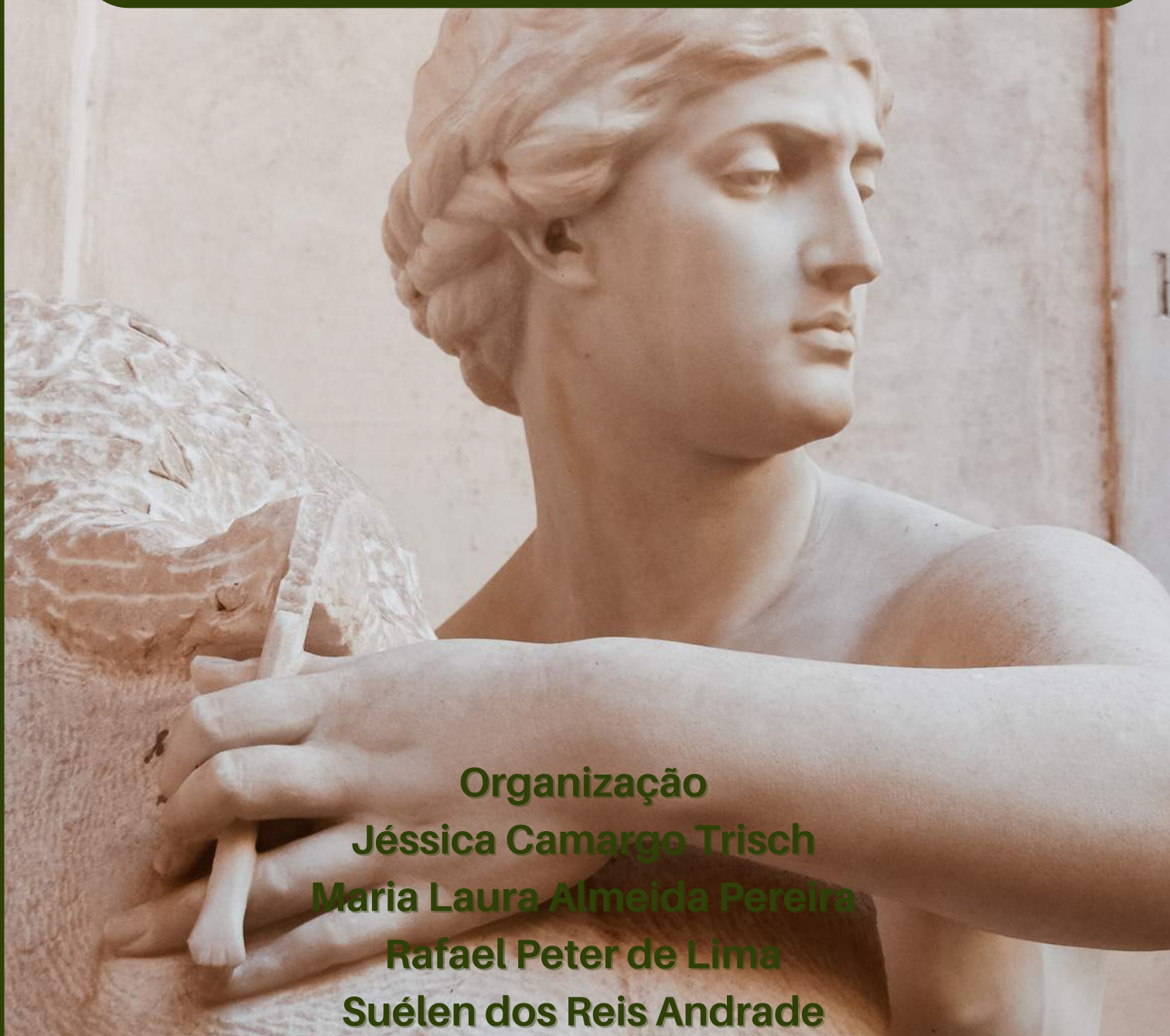


MATERIAL DE APOIO PARA OS ESTUDOS DE HISTÓRIA - E.M



Organização

Jéssica Camargo Trisch

Maria Laura Almeida Pereira

Rafael Peter de Lima

Suélen dos Reis Andrade

M425

Material de apoio para os estudos de História – E.M./ Organizadores Jéssica Camargo Trisch, Maria Laura Almeida Pereira, Rafael Peter de Lima, Suelen dos Reis Andrade – 2021.

228 p.: il.

Apostila do Projeto Residência Pedagógica – financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

1. Ensino de História. 2. História – ensino médio. 3. Ensino remoto - história. I. Trisch, Jéssica Camargo. II. Pereira, Maria Laura Almeida. III. Lima, Rafael Peter de. IV. Andrade, Suelen dos Reis. V. Título.

CDU – 94(075.3)

Catálogo na fonte elaborada pelo Bibliotecário
Vitor Gonçalves Dias CRB 10/ 1938
Câmpus Pelotas Visconde da Graça



APRESENTAÇÃO



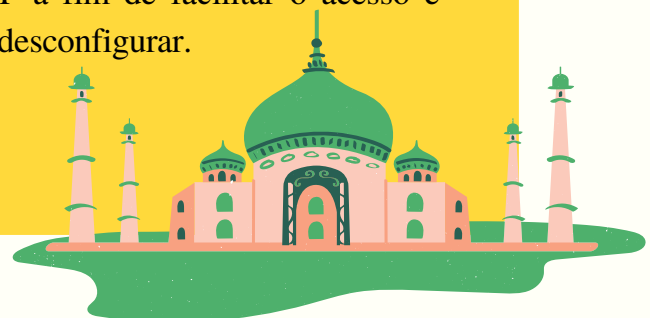
Olá, tudo bem?

Se você chegou até esta apostila, deve ter algum interesse em história - seja para um trabalho da escola, para estudar para o Enem ou vestibular ou pura curiosidade sobre algum tema (ou todos). Ficamos muito contentes com esse encontro. Foi para isso mesmo que o conteúdo foi desenvolvido: circular pelo Brasil afora e levar a produção do programa Residência Pedagógica para o maior número possível de pessoas, não deixando que o trabalho fique restrito aos alunos, alunas e alunes para quem ministramos originalmente as aulas nas quais este material é baseado.

O Projeto Residência Pedagógica - financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - busca aproximar os estudantes de licenciaturas ao cotidiano da sala de aula, proporcionando aos futuros professores uma vivência prática de trabalho com o ensino. No nosso caso, fazemos parte dele através da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), localizada no sul do Rio Grande do Sul, onde cursamos a licenciatura em História. A nossa escola campo fica na mesma cidade: o Câmpus Visconde da Graça do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul/CaVG). Quem somos nós? Os residentes pedagógicos Bruna Aparecida Tomazi, Eduarda Wille Zarnott, Gustavo Fonseca da Cunha, Jéssica Camargo Trisch, José Paulo Quadro Machado, Krisley Hepp Decker, Maria Laura Almeida Pereira, Ruan da Silveira Isnardi, Suelen dos Reis Andrade. Contamos com o apoio da nossa orientadora, professora Lisiane Sias Manke do Departamento de História da UFPel, e do nosso preceptor, professor Rafael Peter de Lima do IFSul/CaVG.

O conteúdo aqui disponibilizado foi elaborado para as aulas que ocorreram na modalidade ensino remoto ao longo de 2021 e englobam o currículo de 1º, 2º e 3º anos dos cursos de ensino médio técnico integrado - agropecuária, alimentos, meio ambiente e vestuário - do IFSul/CaVG. No entanto, ele foi adaptado e rediagramado para o formato PDF a fim de facilitar o acesso e consulta, além de possibilitar a impressão sem desconfigurar.

Esperamos que seja tão produtivo para você quanto foi para nós!



ÍNDICE

1º ano

Tópico 1: História: referenciais de vida e construção de identidades

Tópico 2: A origem do ser humano

Tópico 3: As primeiras civilizações: Estado, poder e desigualdade social

Tópico 4: América e África: sociedades, reinos e impérios pré-colonial

Tópico 5: Cultura, religião e controle social no ocidente medieval

Tópico 6: Ciência, humanismo e o 'renascimento' artístico

Tópico 7: Colonialismo e a conquista da América e da África

Tópico 8: A Europa moderna: reformas religiosas e estados absolutistas populares



2º ano

Tópico 1: A formação da América colonial

Tópico 2: O Brasil colonial

Tópico 3: Fronteiras redesenhadas: soberanias, identidades e emancipações nas Américas

Tópico 4: Iluminismo e as revoluções liberais

Tópico 5: Rio Grande do Sul: história regional e local

Tópico 6: A industrialização e os impérios modernos

Tópico 7: Teorias sociais em disputa: capitalismo, socialismo e anarquismo

Tópico 8: Organização operária e lutas populares

3º ano

Tópico 1: Imperialismo e Primeira Guerra Mundial

Tópico 2: Segunda Guerra Mundial, crise do liberalismo e os regimes nazifascistas

Tópico 3: Sociedade e economia na Primeira República: permanência oligárquica e movimentos sociais

Tópico 4: A Era Vargas: trabalhismo e modernização autoritário

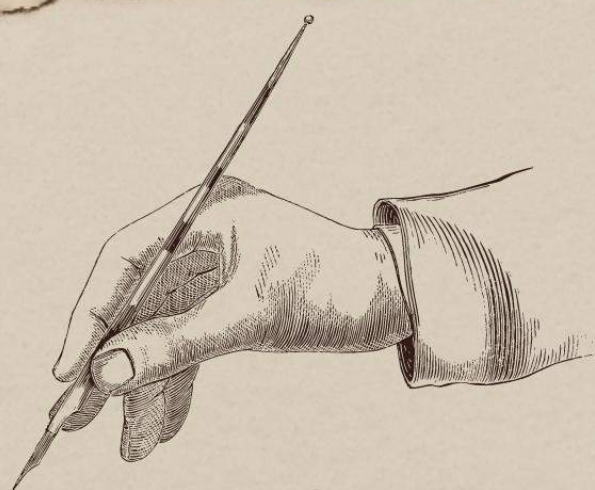
Tópico 5: Guerra fria e o mundo bipolarizado

Tópico 6: Descolonização: alternativas, limites e possibilidades

Tópico 7: Ditaduras civil-militares na América Latina

Tópico 8: Brasil: a 'redemocratização' e o mundo multipolar





História: referenciais de vida e construção de identidades



*Professores Residentes: Eduarda Wille
Zarnott e Ruan da Silveira Isnardi*

História!? Como? Onde? Quando?



O que é História?



O conceito de História recebe definições distintas de acordo com diferentes historiadores. O historiador Marc Bloch, por exemplo, considera que a História não é a ciência que estuda os acontecimentos passados, mas sim a ciência que estuda o homem e sua ação no tempo. Outros entendem como o estudo das transformações na sociedade humana ao longo do tempo. A importância da História está em seu papel de nortear o homem no espaço e no tempo, dando-lhe a possibilidade de compreender a própria realidade.

Quem faz a História?



A história não é feita apenas pelos grandes personagens, mas por todos nós; isto é por pessoas como eu, você, a prefeita etc; grupos, como o dos idosos, soldados, artesãos, o dos pobres, dos ricos, o das mulheres etc.; e instituições sociais, como a igreja, a Câmara dos Deputados, o exército etc. Todos nós, portanto, somos sujeitos da história.

O trabalho do historiador é semelhante ao do detetive. Ao investigar um caso examina todos os vestígios. Os vestígios produzidos pelo homem na sua passagem pela terra são chamados de fontes históricas. As fontes históricas podem ser escritas, visuais, orais e da cultura material.

História e Memória



A História iniciou como sendo simples relatos, porém com sua evolução, se tornou muito mais, é considerada uma prática social, e nela uma importante característica se destaca, a de que cada acontecimento é único. A História é uma ci-

ência que analisa e descreve como os fatos aconteceram.

É específico da História se relacionar com o tempo. Um acontecimento não ocorre isolado; precisa ser situado, tanto no tempo quanto num lugar. Os acontecimentos ocorrem em meio a um conjunto de indivíduos e, devido à sua relevância, importância e/ou repercussão, se tornam memoráveis no contexto de determinado grupo. A História é a forma científica que assume a memória.

História e Identidade



Visto que os documentos são uma forma de expressão da memória, então os arquivos são os detentores da memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo.

No século XIX o Estado percebe a importância de constituir um patrimônio cultural que lhe dê identidade. Portella (2012, p. 20) define patrimônio cultural como elo entre o passado e o presente de um grupo ou de uma nação que permite a identificação e a continuidade de sua história.

Referências bibliográficas



CADIOU, François [et al]. Como se faz a história: Historiografia, método e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2007.

MERLO, Franciele. DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO. Informação & Informação, Londrina/PA, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015.



A origem do ser humano



Professores Residentes: Gustavo Fonseca da Cunha e Krisley Hepp Decker

INTRODUÇÃO À PRÉ-HISTÓRIA

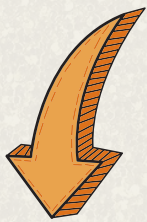
A Pré-História pode ser compreendida como um vasto período que se inicia com o **surgimento do homem em seu estado primitivo** sobre a superfície terrestre, há cerca de um milhão de anos, e termina com o **surgimento da escrita** (aproximadamente quatro mil a.C). Através da investigação e consequente estudo de fósseis, pinturas, desenhos (arte rupestre) e objetos rústicos encontrados pelos pesquisadores (ex. arqueólogos), pode-se reconstituir tal época.

De uma condição primitiva, passiva diante da natureza, o homem "evoluiu": descobriu o fogo, criou a agricultura, inventou a escrita e passou a viver em grandes grupos organizados por meios de usos, costumes, regras e leis.

É essa época inicial da história humana que estudaremos de forma panorâmica.

Mas há um importante questionamento a respeito da pré-história. Por que utilizamos o termo Pré-História? Por que damos o nome de Pré-História ao invés de chamarmos de história? por que é algo que vem antes da história?

TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA VIDA



TEORIA DE OPARIN

Em meados da década de 1920 o biólogo Aleksandr Oparin (1894-1980), publicou a hipótese que explicava a origem da vida, para oparin a vida na terra sofreu alterações lentas e graduais. A teoria trata de que a vida na terra iniciou através de uma explosão química, na qual compostos inorgânicos juntaram-se e deram vida a moléculas simples que com o tempo foram se tornando mais complexas.



LAMARCKISMO

Jean-Baptiste de Lamarck, naturalista francês que foi de muita importância para o desenvolvimento das concepções evolucionistas com o livro "Filosofia zoológica". Sua teoria era baseada na lei do uso e desuso, que corresponde ao desenvolvimento e o não uso de uma parte do corpo. Com isso tais características seriam passadas para as seguintes gerações ao longo do tempo.

EX: A girafa não tinha pescoço grande, mas desenvolveu durante o tempo, a medida em que precisou alcançar alimentos nas partes mais altas das árvores.



TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA VIDA



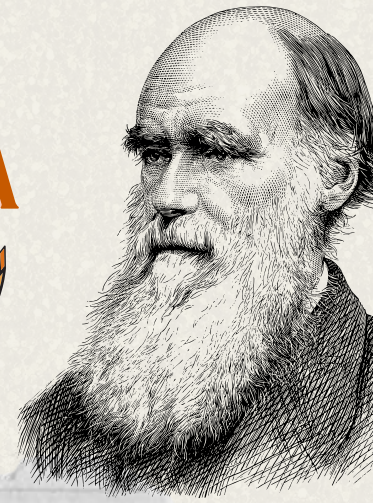
DARWINISMO

Em 1859 o cientista Charles Darwin lançava o livro “origem das espécies”, sua teoria se baseava na seleção das espécies, em sua tese Darwin afirmava que o homem e os seres vivos descendem de ancestrais comuns, que ao longo do tempo foram sofrendo modificações para se adaptar ao ambiente. Sendo assim a vida na terra evoluiu das espécies simples para as mais complexas, as que não se adaptaram desapareceram, tendo sido o homem o elo mais complexo desse processo de seleção natural.

EX: Existiam espécies de girafas com pescoços grandes e pequenos, a medida em que a alimentação ficava escassa na parte de baixo da árvore, as girafas de pescoços pequenos morriam.



CRIAÇIONISMO



O criacionismo pode vir da interpretação da bíblia, na crença judaico-cristã, onde Deus criou o mundo em seis dias e no sétimo ele descansou. E que Deus assim criou o homem a sua própria imagem. Mas o criacionismo advém não só das crenças judaico-cristãs, mas de outras crenças e tradições antigas, como deuses criando o mundo como nas lendas africanas, gregas, indígenas e etc.

Esse questionamento de onde viemos persegue o ser humano desde as sociedades antigas, o homem sempre sentiu a necessidade de encontrar sentido e explicações ao desconhecido. No antigo Egito tinham a crença de que antes do mundo ser criado só existia trevas e a água primordial -que podemos interpretar como o rio Nilo- e tal água misticamente milagrosa deu vida ao Deus Atum que deu origem ao Deus responsável pelos ares, terras e céu.

O SER HUMANO

Ao contrário do que se pensa o homem não veio do macaco, e sim de um parente em comum. Os humanos surgiram na África Oriental há cerca de 2.5 milhões de anos, a partir de um gênero anterior de primatas chamado *australopithecus*. Por volta de 2 milhões de anos atrás, decidiram migrar para outras regiões do planeta. O resultado foram diversas espécies distintas de seres humanos.

PRINCIPAIS PERÍODOS DA PRÉ-HISTÓRIA

Para melhor compreendermos a Pré-História, nós a subdividimos em três períodos: Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada, Neolítico ou Idade da Pedra Polida e Idade dos Metais.

PALEOLÍTICO

O paleolítico é o período mais extenso que vai do surgimento do homem há cerca de 4 milhões de anos atrás até 8000 a.C. É utilizado o termo pedra lascada porque o homem usava desse material para a fabricação de ferramentas e armas necessárias para o dia a dia, não só a pedra como também ossos.

É no paleolítico que surgem os primeiros hominídeos, ancestrais do homem moderno, como o *Australopithecus*, foram eles que desenvolveram a técnica primitiva de **manejo com as pedras** e isso só foi possível saber porque foi encontrado nos sítios arqueológicos da África, China e Sudeste Asiático, tais artefatos. Logo depois o homo erectus desenvolve a técnica de entalhe para a produção de machados eles eram feitos a partir do choque das pedras umas com as outras com o intuito de produzir lâminas cortantes que serviriam para a caça de animais e para separação das carnes.



CARACTERÍSTICAS

No paleolítico os hominídeos eram Nômades, isto é, viviam vagando à procura de abrigo e alimentos. Caçadores coletores;

viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos, raízes e ovos e quando já não tinham mais o que comer ou pegar, vão a procura de outro lugar;

É no paleolítico que descobrem o fogo o que possibilitou o cozimento da carne e a tornou mais macia e fácil mastigação;

No final do Paleolítico, quando as geleiras começaram a derreter (período na Terra de muito frio), a vegetação rasteira deu lugar às florestas, do qual o clima tornou-se mais ameno e úmido;

Habitavam cavernas, copas de árvores, saliências rochosas ou tendas feitas de galhos e cobertas de folhas ou de pele de animais;

Através das pinturas rupestres que houveram os primeiros registros da arte, mostrando assim, os hábitos alimentares dos primeiros grupos humanos;

O resfriamento do planeta, ocorrido há aproximadamente 100 mil anos, obrigou o homem a encontrar abrigo e a cobrir o corpo, nosso usavam peles dos animais que caçavam;

Também alimentavam-se de raízes, tubérculos, frutas e grãos — através da coleta;

NEOLÍTICO

CARACTERÍSTICAS

Foi no neolítico que houve o crescimento da técnica da manipulação da pedra, o seu polimento, mas o período também foi marcado principalmente pelo desenvolvimento do agropastoril, chamando assim de revolução agrícola, no qual não somente começaram a cultivar, mas também a criar animais. Passaram de nômades e começaram a sofrer um processo de sedentarização.

Importante ressaltar que no neolítico desenvolveram a arte da cerâmica, fabricando grandes potes para guardar o excedente da produção agrícola.

Nesse período a população cresceu e surgiu as aldeias e o trabalho passou a ser dividido.

- Com a estabilidade do clima na Terra, houveram as fixações em terras férteis, passando de nômades para sedentários;
- Os homens começaram a cultivar plantas e domesticar animais, controlando o próprio abastecimento;
- Agricultura : quando as sementes caíam na terra e acontecia a germinação, gerando outras plantas;
- A divisão do trabalho entre homens e mulheres ficou mais nítida

Homens : caça, pesca, criação de animais, preservação do grupo;



Mulheres : cuidar dos filhos, plantar, colher e preparar os alimentos;

- A origem da religião pode-se imaginar que às cerimônias e os objetos religiosos surgiram como uma tentativa de compreender os fenômenos da natureza, como, chuvas, trovões, secas e ventanias. Um exemplo disso é o Stonehenge



STONEHENGE

Ninguém sabe ao certo o que é o Stonehenge, mas hoje temos conhecimento de quando foi feito. Através dos estudos feitos pela Associação Arqueológica de Wessex que descobriu a idade do monumento e tudo começou, há cerca de 3000 a.C. Stonehenge fica localizado no Reino Unido e é o monumento mais famoso de lá. Uma das teorias sobre o Stonehenge é do astrônomo inglês Fred Hoyle, um dos maiores pesquisadores do século XX sobre as teorias da origem do universo, ele defende que o monumento foi erguido para ser uma espécie de computador pré-histórico que seria capaz de prever eclipses e outros fenômenos celestiais, e ele diz que o conhecimento de astronomia desses povos deve ter nascido após muitos séculos de observação do céu. Outros especialistas enxergam as ruínas como vestígios de um grande templo religioso e é bem provável que às duas teorias complementem uma, a outra. Outros pesquisadores poderão dizer que tal monumento poderia servir de uma espécie de calendário para o solstício de verão.

IDADE DOS METAIS

No final do neolítico a pedra que era utilizada para a fabricação de utensílios e armas foi deixada de lado e substituída aos poucos pelos metais, a partir da descoberta da fundição há cerca de 500 a.C, começou a Idade dos Metais. Os primeiros utensílios a serem fundidos foram em cobre, foi esse o primeiro metal usado, por causa da sua maleabilidade. A princípio o cobre por ser maleável era moldado por marteladas sem ser aquecido, mais a frente esse metal passou a ser aquecido e era colocado em formas de pedra ou barro para ganhar forma. Depois começaram a fundir o estanho que da mistura dos dois formou-se o bronze, que é mais resistente e foi muito usado para a fabricação de utensílios, armas para o combate, lanças, escudos e capacetes.

Há cerca de 3500 anos, iniciou-se a fundição do ferro e a partir daí podemos dizer que deu-se início a civilização. As cidades cresceram em regiões do Egito e do Oriente e começaram a surgir os primeiros registros escritos, o que alguns historiadores podem chamar de “a passagem para a história”

ARMAS E UTENSÍLIOS



CARACTERÍSTICAS

- Há, aproximadamente, 3 300 anos a.C., os homens passaram a fabricar instrumentos metálicos. Os primeiros metais utilizados foram o cobre, o estanho e o bronze;
- Com tal evolução surgiram as vilas, feiras, aldeias e cidades;
- Aparecimento da escrita;
- O metal passou a fazer parte dos mais variados aspectos da vida, incluindo a alimentação;
- Para a humanidade que já havia desenvolvido a agricultura e nem sempre tinha a caça disponível, utilizar instrumentos metálicos ajudou a aprimorar as formas de cozimento e ser mais eficiente na caça;
- A metalurgia promoveu a última transformação da Pré-História. O uso dos metais favoreceu a confecção de ferramentas e armas mais resistentes e de maior durabilidade;

TEORIAS DA OCUPAÇÃO DA AMÉRICA

Anteriormente, vimos que embora os Sapiens já habitassem a África Oriental há 150 mil anos, apenas por volta de 100 mil anos atrás eles começaram a dominar o resto do planeta. Os Sapiens só conseguiram chegar ao oriente médio na sua segunda tentativa, a primeira esbarrou em um encontro nada amistoso com neandertais, que não gostaram nenhum pouco da visita e acabaram levando a melhor.

Foi a partir de 70 mil anos atrás que o Homo sapiens deixou a África pela segunda vez. Dessa vez, eles expulsaram os neandertais e outras espécies de humanos da África e também da face da terra.

Mas como foi que os sapiens finalmente chegaram a América? alguns estudos apontam para duas teorias: a teoria do estreito de Bering e a teoria transoceânica.

POVOAMENTO DO BRASIL

Os primeiros humanos a ocupar o Brasil foram chamados de Paleoíndios ou antigos índios.

Os mais antigos ossos de paleoíndios encontrados no Brasil, apontam que esses povos viveram há cerca de 11 mil e 12 mil anos atrás. Eles foram descobertos no sítio arqueológico de Lagoa Santa, Minas Gerais. Entre os ossos está Luzia, que é o esqueleto mais antigo das Américas, com 11.500 anos de história. A reconstrução facial do crânio de Luzia surpreendeu a comunidade científica. Suas características são diferentes das dos atuais povos indígenas, cujos ancestrais vieram da Ásia. Por outro lado, Luzia possui características negras, semelhantes aos africanos e nativos da Austrália e da Polinésia. Essa descoberta levou os cientistas a apresentar novas hipóteses sobre a ocupação americana. As hipóteses falam que havia dois grupos de humanos com características físicas diferentes, um pode ser o tipo negroide, das ilhas da Austrália e Polinésia, e o outro grupo posteriormente vindo da Ásia que teriam ocupado a América pelo Estreito de Bering. Esses povos vindo da Ásia dominaram o continente originando os povos indígenas.

As escavações arqueológicas na Serra da Capivara, no sul do Piauí, também revelaram outras descobertas surpreendentes. Ossos e vestígios de 8 mil a.C encontrados, provaram a existência humana ainda mais antiga que Luzia: são pinturas rupestres, restos de fogueira e artefatos de 17 mil anos atrás!

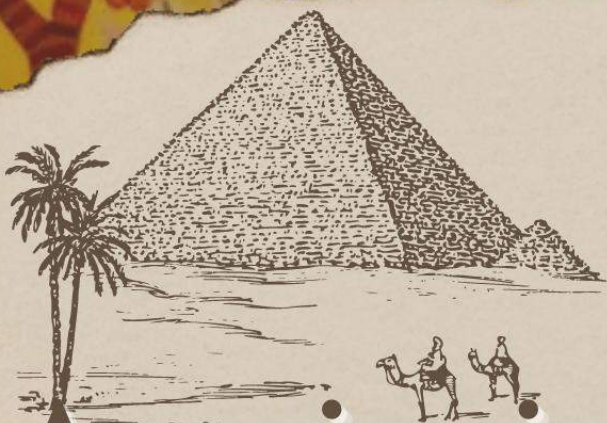
Os resultados dessas escavações levaram a comunidade científica a rever suas teorias sobre a data do povoamento da América, para eles esse acontecimento teria acontecido há pelo menos 40 mil anos atrás, pois entre tantos achados, discussões e surgimento de novas teorias, uma coisa é deixada bem clara: por volta de 12 mil anos atrás o Brasil já era ocupado por vários grupos de paleoíndios.



LUZIA, A PRIMEIRA BRASILEIRA

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- CARDOSO, Ciro Flamarion S. América pré-colombiana. (9ª reimpr.) São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo A; NOELI, Francisco. Pré-História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. Cienc. Cult. [online]. 2013, vol.65, n.2, pp.23-25. ISSN 2317-6660.
- KERN, Arno. (org.) Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações. São Paulo: Contexto, 2011.



As primeiras civilizações: Estado, poder e desigualdade social



*Professoras Residentes: Suelen dos Reis
Andrade e Bruna Aparecida Tomazi*

A AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DO ESTADO

DO NOMADISMO AO SEDENTARISMO

O **nomadismo** é uma forma de vida que esteve presente nos grupos humanos, especialmente antes da **Revolução Agrícola**. É uma prática humana de grupos que, ao invés de viverem fixos em um só local, espalham-se pelo território à procura de alimento. Sua caminhada gira em torno dos recursos naturais disponíveis: quando estes se esgotavam, movia-se para outros locais. Entre 1 milhão de anos e 10 mil anos a humanidade viveu de forma nômade.

Os nômades viviam da caça de animais e da coleta de frutos da natureza. Porém, ao longo do tempo, homens e mulheres foram desenvolvendo diferentes técnicas para suas atividades. Desta forma, se inicialmente caçavam pequenos animais, com o desenvolvimento de novas técnicas e utensílios passaram a caçar animais maiores, que auxiliavam na manutenção e sobrevivência do grupo.

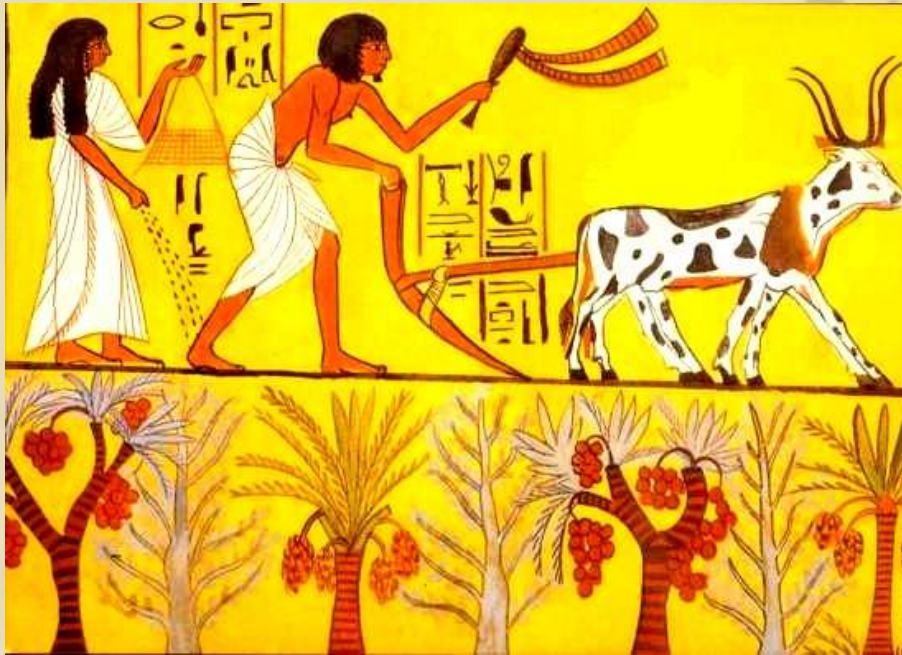
Inicia-se então o processo de sedentarização do ser humano. É neste momento no qual ele não precisa mais ser um nômade que o processo de fixar-se à terra se inicia, conseqüentemente, a perspectiva de que a terra pode ajudar no processo de produção do alimento.

Há 10 mil anos iniciou-se a atividade agrícola, que se espalhou pelo mundo. A agricultura possibilitou a vida sedentária, o aumento populacional e o cultivo de alimentos que sustentavam um grupo durante todo o ano. A necessidade de cultivo fez com que se tornasse necessário o domínio dos rios e a construção de obras públicas, o que ocasionou em uma Revolução Urbana.

A AGRICULTURA

A revolução agrícola: Pelos conhecimentos atuais supõe-se que a primeira atividade agrícola tenha ocorrido na região de Jericó, na Cisjordânia (hoje sob a tutela de Israel), num grande oásis junto ao mar Morto, há cerca de 10 mil anos. A dificuldade em estabelecer uma certeza a esse respeito acontece pois se tem poucas documentações: os trigais desaparecem com o tempo. Só através de comprovações indiretas, como as ruínas arqueológicas de silos, onde os cereais eram armazenados é que se pode tentar datar o início de uma atividade agrícola sistemática.

Os produtos cultivados variavam de região para região, com a natural predominância de espécies nativas, como os cereais, trigo e cevadas, o milho, raízes Batata-doce e mandiocal e o arroz, principalmente. Uma vez iniciada a atividade, o homem foi aprendendo a selecionar as melhores plantas para a sementeira e a promover o enxerto de variedades, de modo a produzir grãos maiores e mais nutritivos do que os selvagens.



Agricultura no Egito Antigo, um camponês arando a terra e uma camponesa realizando o plantio.

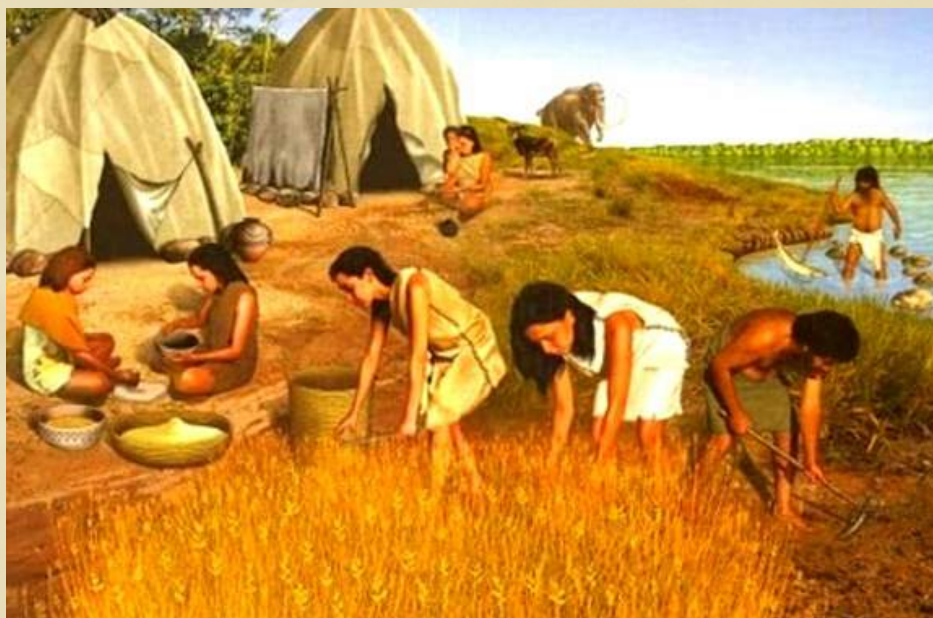


Agricultores usam vacas para pisotear o trigo. Pintura mural. Túmulo de Menna. Tebas. Egito.

Com a agricultura mesmo quando se movimentavam a cada nova estação, o grupo agrícola tinha que se fixar num local o tempo suficiente para que sua plantação produzisse ao menos uma vez. A área plantada ficava bem próxima ao acampamento, propiciando trabalho com menos locomoção por parte das mulheres. Com a agricultura, os grupos podem ser maiores, desde que dentro de limites estabelecidos pela fertilidade do solo, quantidade de terra disponível e estrutura organizacional da tribo.

Divisão sexual de tarefas: Nos grupos precedentes à revolução agrícola já havia uma divisão sexual de tarefas: ao homem cabia a caça e a preparação de todo o equipamento para a atividade, enquanto a mulher era a coletora e a responsável pela educação dos filhos. Com as mudanças ocorridas com a agricultura, o homem passa a derrubar os bosques e preparar a terra para a lavoura, enquanto a rotina da lavoura fica nas mãos das mulheres. São elas que cuidam da casa, das crianças, da comida e da colheita, submetidas à rotina massacrante dos dias iguais, que tolgem a criatividade e reduzem a imaginação ao horizonte de suas vidas.

Então como é que eles mantinham sua dominação sobre as mulheres? Através de mitos, ritos e instituições que estabelecem seu poder virtualmente ameaçado. Por meio de crenças e cultos perpetua-se uma precedência social que já não corresponde ao papel masculino na nova economia dos povos agrícolas.



Grupo de mulheres realizando a coleta e preparo da comida.

AS PRIMEIRAS CIDADES

Qual é o motivo pelo qual em alguns lugares as aldeias se transformaram em cidades, e noutros elas continuam no mesmo estado durante muito tempo? O que fez com que a urbanização tenha sido um privilégio, ao menos inicial, do sul da Mesopotâmia e do vale do Nilo?

Para começar, é importante entendermos que o surgimento das primeiras cidades do Crescente Fértil (quer saber mais? clique no link) não ocorreram de forma homogênea, na verdade, em cada região as cidades nasceram dentro de características próprias. Além disso, devemos levar em consideração que praticamente todas elas surgiram como uma evolução natural das aldeias tribais que haviam nestas regiões, aldeias que se formaram a partir da sedentarização do homem.

Deve-se levar em consideração que no Egito e na Mesopotâmia havia condições altamente favoráveis à agricultura, condições essas, entretanto, que precisavam ser aproveitadas com um trabalho sistemático, organizado e de grande envergadura. Talvez por isso é que a urbanização tenha se desenvolvido antes aí. Nas inúmeras aldeias espalhadas pelo Crescente Fértil não havia necessidade de levar os inventos e as descobertas até a sua utilização máxima. Já no sul da Mesopotâmia e do Egito tudo foi utilizado para que o homem pudesse enfrentar e dominar a natureza.

Isso significa grande número de pessoas atuando de forma organizada, pela incorporação de conhecimentos sociais e sob uma liderança que vai se estabelecendo e adquirindo legitimidade.



Grande Esfinge de Gizé - A História retrata que a Esfinge foi construída com a cabeça do Faraó Quéfren. Para os egípcios ela representava uma divindade: O Deus Sol "Atum Rá".

A FORMAÇÃO DO ESTADO

Como já vimos, com o domínio da agricultura e a sua fixação próximo às margens dos rios, onde teria acesso à água potável e à terras mais férteis e com a produção de alimentos cada vez mais estável, o que antes era destinada ao consumo imediato, tornou-se excedente, o que levou os homens a estocarem alimentos. Consequentemente a população começou a aumentar, pois havia alimentos para todos. Assim, começaram a surgir as primeiras vilas ou aldeias e, depois, as cidades. A vida dos homens começava a deixar de ser simples para se tornar complexa e com isso nasceu a necessidade de se ter uma organização da sociedade que surgia.



Mulher levando comida aos camponeses que estão trabalhando na terra.



Os Egípcios decoravam muito seus túmulos com hieróglifos e imagens coloridas.

As primeiras cidades foram formadas nas regiões da Mesopotâmia e do Egito. Nestas cidades surgiu o comércio, que no início era feito somente com os excedentes da produção, mas com o tempo se passou a plantar visando a venda e/ou a troca.

Os verdes pastos também favorecem a pecuária e nas recém constituídas cidades, os homens passaram a ser classificados de acordo com a função que exerciam (sacerdotes, ferreiros, agricultores, guerreiros, comerciantes, pescadores, professores, escribas, etc.).

As diferentes funções criaram diferenças sociais, afinal, uns tinham mais recursos do que os outros. A divisão do trabalho tornou necessária a organização do Estado e a criação de leis.

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR NO CÓDIGO DE HAMURABI?

O *Código de Hamurabi* é um conjunto de leis que foram criadas por volta de 1780 a.C. na Mesopotâmia. Recebe esse nome uma vez que está associada ao sexto rei sumério, fundador do I Império Babilônico, Hamurabi.

Hamurabi nasceu por volta de 1810 a.C. e faleceu em 1750 a.C. Foi o sexto soberano da dinastia dos reis Babilônicos. Seu reinado durou mais de 40 anos e, apesar de suas conquistas militares, ele é lembrado pela sua interpretação de justiça que visava organizar o povo.

Igualmente, tentou instituir o culto a um único deus como forma de unificar as diferentes religiões dos seus súditos. Não foi bem-sucedido, mas ao menos estabeleceu que o deus Sol, Shamash (ou Samas) deveria ser adorado por todos.

Antes do Código de Hamurabi já existiam outros códigos na Mesopotâmia, como o Código de UR-Nammu que enfatizava a compensação pecuniária para os delitos cometidos e não a **lei de talião** (A lei de talião pode ser resumida no famoso versículo encontrado no Livro de Levítico “olho por olho, dente por dente”. Isto quer dizer que todo crime cometido teria uma punição proporcional.)

No Código de Hamurabi, as leis não eram equitativas, pois a aplicação variava se o indivíduo era livre, escravo ou servo, homem ou mulher. O texto trata de diversos assuntos como: classes sociais, comércio, propriedade, família, trabalho, roubo, lei do talião, estupro, pena de morte, etc.

Com o intuito de implementar a justiça, o código jurídico foi também utilizado na Grécia e Roma Antiga. Até os dias atuais elas servem como inspiração para a elaboração dos direitos, deveres e obrigações dos cidadãos. O código de Hamurabi é um dos documentos jurídicos mais antigos relacionados com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FABER, Marcos Emílio. A importância dos rios para as primeiras civilizações. 2011. Disponível em: http://www.historialivre.com/antiga/importancia_dos_rios.pdf

HISTÓRIA, Imago. A revolução agrícola e as primeiras civilizações. Disponível em: <https://imagohistoria.blogspot.com/2011/03/antiguidade-oriental-1-de-8.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PINSKY, Jaime. As Primeiras Civilizações. São Paulo: 15ª Ed, Atual, 1994.



América e África: sociedades, reinos e impérios

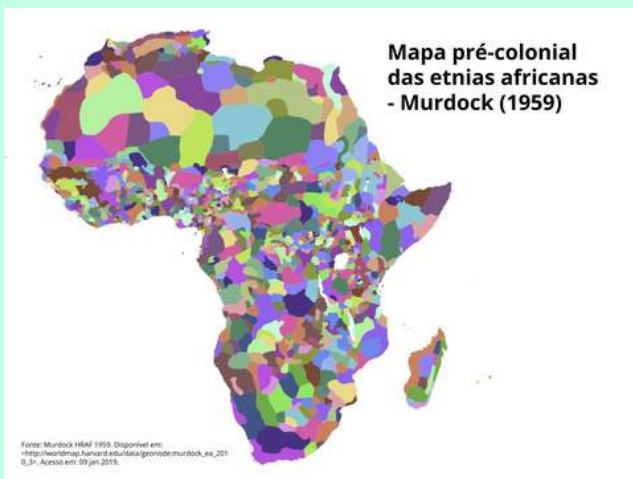


*Professores Residentes: Jéssica Camargo
Trisch e José Paulo Quadro Machado*

Conceitos importantes

ETNIA

É um grupo humano (pequeno ou grande) que crê ter origens em comum, sente-se parte de uma mesma comunidade e tem um ou mais elementos culturais em comum (religião, costumes, crenças, tradições, língua etc.). Apesar dos ganhos positivos que a identidade étnica possibilita para muitas comunidades, ela pode contribuir para o etnocentrismo. Muitas vezes determinados grupos étnicos têm a crença de que são superiores a outras etnias, julgando-as e atribuindo valor à cultura do outro de acordo com a sua própria visão de mundo. A isto dá-se o nome de etnocentrismo, que foi e ainda é muito comum e no relacionamento entre os europeus e outros povos do mundo, como os africanos e indígenas.



CULTURA

É tudo aquilo produzido pela humanidade, seja material ou imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo conjunto de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. Até o início do século XX, a ciência europeia defendia a existência de uma hierarquia entre culturas e que as culturas europeia e norte-americana eram as mais evoluídas. Essa hierarquia era pensada de acordo com a visão de mundo e história dos europeus para pensar outras culturas. O antropólogo Franz Boas foi um dos pioneiros em criticar essa visão, afirmando que toda cultura tem uma história própria, que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas. Assim, Boas usou a História para explicar a diversidade cultural, a grande diferença de culturas na humanidade.

Povos indígenas brasileiros

Categorizados entre tupi (costa) e tapuia (interior/ sertão) pelos colonizadores, mas a diversidade étnico-cultural e linguística é muito maior. Apesar da dificuldade de estimar, calcula-se que viviam entre 2,5 milhões e 5 milhões de indígenas no Brasil em 1500. Atualmente, o censo de 2010 indica 536 mil pessoas autoidenti-

ficadas como indígenas, pertencendo a 305 etnias e falando 274 idiomas.

Troncos linguísticos
tupi ou tupi-guarani, macro-jê,
karib e aruák

TUPI

Grupo linguístico Tupi, inclui idiomas como Guarani (dos carijó), tupiniquim, tupinambá (dos tamoio), caetés, tabajaras, potiguar, entre outros.

TAPUIAS

Grupo linguístico macro-jê, inclui idiomas como guaianá (dos kaingang), aimoré, entre outros. Atualmente, nos estados do Pará e do Amazonas, qualquer indígena é chamado de tapuia, embora não exista nenhuma razão específica para isso.

ORGANIZAÇÃO

Duas principais figuras, guardiões da tradição e importantes para a identidade histórica e política do grupo:

- **cacique** (chefe da aldeia)
- **pajé** (chefe espiritual)

O caráter guerreiro é fundamental na formação identitária do indígena.

ALDEIAS

Havia normalmente de 500 a 600 pessoas, que viviam em grandes habitações coletivas abrigando um grande grupo familiar. As aldeias eram independentes entre si e não eram fixas, podendo mudar de localização em decorrência de desgaste do solo, queda na reserva de caça, disputa interna, atração de um líder ou morte de um chefe.

Região da Laguna dos Patos e Pelotas

É povoada desde 2.500 A.P. Aqui, viviam os povos **Charrua** e **Minuano**, que subsistiam a base de caça, coleta e pesca, morando em aldeias, onde construíam cerritos (pequenos montes de terra que serviam como moradia). Na praia do Laranjal (Pontal da Barra), foram descobertos 18 cerritos. Nessa região, também foram encontrados sítios arqueológicos vinculados aos **Guarani**. Alguns grupos de caçadores utilizavam a boleadeira como ferramenta de caça.

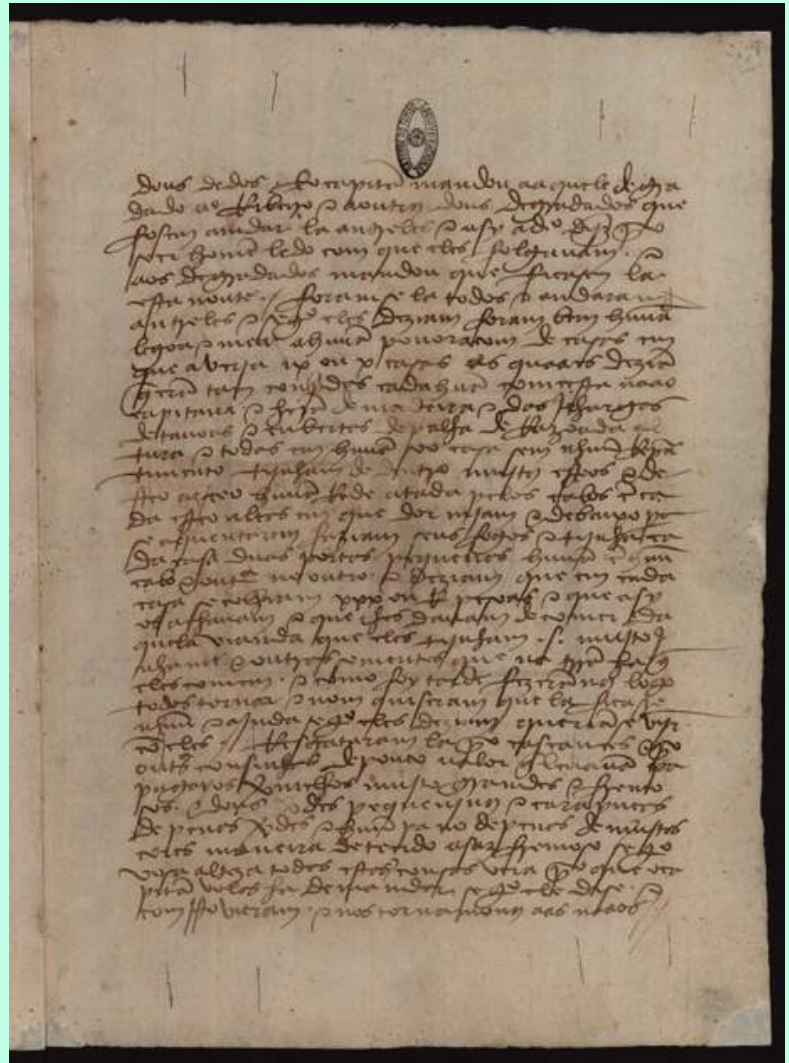


Escavação arqueológica do Cerrito PSG-02, localizado no banhado do Pontal da Barra, Pelotas-RS.
Acervo LEPAARQ.

O primeiro contato com europeus no Brasil

Na frota portuguesa liderada por Cabral que chegou ao que hoje é Brasil, vinha também o escrivão Pero Vaz de Caminha autor de famosa carta endereçada ao Rei D. Manuel, que descrevia a terra e as pessoas que aqui viviam. Abaixo tu podes ler um trecho da carta transcrita e a imagem do documento original:

“ Foram-se lá todos; e andaram entre eles. E segundo depois diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitana. E eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoável altura; e todas de um só espaço, sem repartição alguma, tinham de dentro muitos esteios; e de esteio a esteio uma rede atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E de baixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma numa extremidade, e outra na oposta. E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os encontraram; e que lhes deram de comer dos alimentos que tinham, a saber muito inhame, e outras sementes que na terra dá, que eles comem.”
(tomo 17, entre linha 6 e 23)



Você sabia que diversos documentos usados nas pesquisas historiográficas estão disponíveis on-line? A carta acima, por exemplo, pode ser encontrada no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que fica fisicamente em Lisboa (Portugal)

Povos nativos de outras partes da América Latina

MAIAS

Desenvolveram-se na península de Yucatán (atual México) e tiveram o seu apogeu no século VII. A economia tinha como base a produção de milho, feijão e batata doce. A sociedade era dirigida por sacerdotes. Construíram templos, pirâmides e observatórios de astronomia e desenvolveram um calendário bastante preciso. Na época da chegada dos europeus, a civilização maia estava em processo de dominação pelos astecas.

INCAS

Desenvolveram-se na região que hoje engloba parte do Peru, Bolívia, Equador e Chile e teve seu apogeu no século XIV. Eram governados por um imperador considerado um deus, o filho do Sol (o inca). A economia tinha como base o cultivo de milho, batata e tabaco, além da cerâmica, metalurgia e uso de ouro e prata. A lhama era usada como animal de carga. Construíram palácios, templos, estradas pavimentadas, aquedutos e canais de irrigação. Os espanhóis iniciaram a conquista em 1531 e invadiram a capital em 1533, desestabilizando todo o império.

ASTECAS

Desenvolveram-se a partir do século XII na região do atual México. Era um povo guerreiro, governado por um rei. A economia tinha como base a plantação de milho, feijão, cacau, algodão, tomate e tabaco. Eles também comercializavam tecidos, peles, sal, ouro e prata. Tinham uma escrita primitiva e um calendário próprio. A capital Tenochtitlán foi atacada pelos espanhóis em 1519, iniciando o processo de dominação em busca de ouro.



Mapa com a distribuição de alguns povos indígenas pela América antes da colonização.



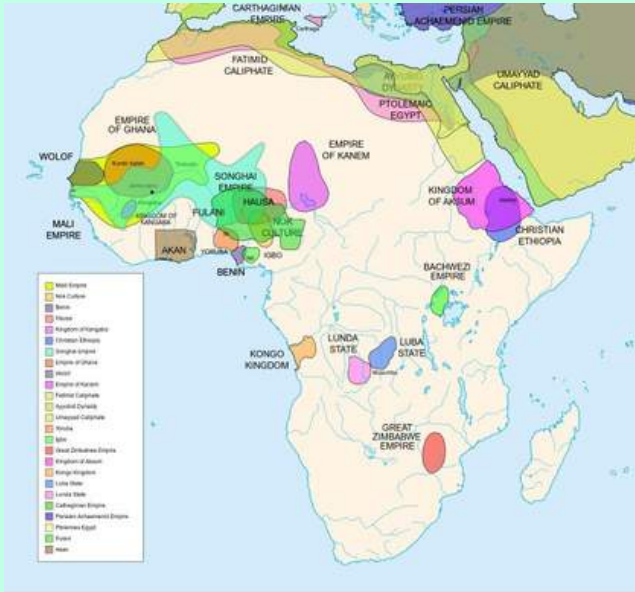
Cidade de Chichén Itzá, aprox. 600 d. C.



Cidade de Machu Picchu, séc. XV

Povos Africanos

Para fins didáticos, a África é dividida em duas: a do norte ou mediterrânea e a subsaariana (ao sul). No entanto, o continente possui uma ampla diversidade geográfica e cultural. Estima-se que sejam falados 1250 idiomas diferentes em seus atuais 54 países.



Reinos e povos da África pré-colonial

EGITO

Famoso pelos faraós (reis supremos considerados deuses vivos), o Egito foi habitado desde 5000 a.C. Primeiro, em clãs denominados nomos e depois em aldeias organizadas em torno das cheias do Rio Nilo que fertilizavam o solo, tornando-o propício à agricultura. O Egito tinha uma poderosa elite composta por escribas, nobres e sacerdotes que possuíam cargos hereditários na administração das províncias. Outras características importantes do Império egípcio era a religião politeísta (adoravam diversos deuses), a relação com a morte (a mumificação é inventada para conservar os corpos para um possível retorno ao mundo dos vivos) e o desenvolvimento de escrita própria e de ciências aplicadas ao cotidiano (química, matemática, astronomia e medicina). Depois do século XII a.C., o Egito foi sucessivamente invadido por diferentes povos: Cuxe (713 a.C.), assírios (670 a.C.), persas (525 a.C.), macedônios (325 a.C.) e, por fim, romanos (30 a.C.).

IMPÉRIO DO BENIM

Localizado na atual Nigéria, o Império do Benim começou quando o povo da etnia Edo (também conhecidos por binis ou benins) cortou árvores na floresta tropical do Oeste Africano. Por volta de 1400, o pequeno povoado se desenvolveu em um poderoso reino. Encontrou sua riqueza no comércio com reinos africanos do norte devido à sua localização próxima ao rio Níger. No extremo sul do império ficava o Oceano Atlântico, o que permitiu que seus navios trocassem mercadorias com outros povos. Nos palácios e obras de arte, eram utilizados bronze e cobre para representar cenas de batalha sangrentas.

REINO DE GANA

Localizado ao sul da África ocidental, desenvolveu-se aproximadamente entre os séculos IV e XII da união de diferentes aldeias da etnia Soninquê. A prosperidade vinha da grande quantidade de ouro presente na região. A sociedade era organizada hierarquicamente, possuindo um rei, uma corte, um exército permanente e uma população dividida entre pessoas livres e pessoas escravizadas. Apesar de ter detido muitas invasões, principalmente de muçulmanos, Gana acabou conquistada, no século XII, pelo crescente Império do Mali.

IMPÉRIO DO MALI

Desenvolveu-se no alto do Rio Níger, a partir do século XIII, com a articulação de diversos clãs da etnia mandinga. Estrategicamente localizado junto a minas de ouro e campos férteis próximos ao rio, tinha como base econômica a agricultura e a exploração de ouro. O Mansa (rei) Musa fez da capital Timbuktu um dos principais centros de educação e cultura na África. O Mali teve sucesso no comércio devido à sua localização no.

rio Níger. No entanto, foi saqueada por invasores, o que enfraqueceu o império. No século XV, conquistadores portugueses chegaram à região

CIDADES-ESTADO IORUBÁS

Onde hoje é a Nigéria e o Benim desenvolveu-se a etnia iorubá que se organizou em cidades-estado como Ifé e Oio, que floresceram a partir do século XV d.C. Nos centros urbanos viviam milhares de pessoas de diferentes classes sociais. Os camponeses saíam todas as manhãs para cuidar das plantações. Tinham que pagar imposto ao Estado, controlado pelos nobres, que atuavam como comandantes militares. Os exércitos eram poderosos e usavam inclusive cavalos. Os iorubás são muito importantes para o Brasil, pois muitas pessoas desta etnia foram trazidas como escravizadas para o país, influenciando a cultura brasileira em especial na formação do Candomblé e da Umbanda.

REINO DE KUSH/CUXE

Relativamente desconhecido fora da África, o antigo reino de Kush dominava uma região na época chamada Núbia, e que hoje faz parte do Sudão. A princípio colônia do Egito, Kush mais tarde veio a dominar boa parte do vale do rio Nilo, e sua civilização mesclava cultura egípcia com a de outros povos africanos. Esse reino teve seu equivalente aos faraós, realizando a mumificação de mortos, construção de pirâmides e adoração a deuses. Economicamente, o ferro era um importante recurso. Teoriza-se que sua cultura declinou após ser invadida, por volta do ano 350 d.C., pelo Império de Axum, o que deu origem a uma nova sociedade denominada Ballana.



Pyramids of Meroë, Reino Kush



Placa de Bronze, Império do Benim



Grande Mesquita de Djenné, Mali



Máscara em ouro do Reino de Gana

Atividade

Você conhece a música "Não foi Cabral" da funkeira MC Carol? Dá uma conferida na letra aqui abaixo, que tem tudo a ver com este tópico.

Professora me desculpe

Mas agora vou falar

Esse ano na escola

As coisas vão mudar

Nada contra ti

Não me leve a mal

Quem descobriu o Brasil

Não foi Cabral

Pedro Álvares Cabral

Chegou 22 de abril

Depois colonizou

Chamando de Pau-Brasil

Ninguém trouxe família

Muito menos filho

Porque já sabia

Que ia matar vários índios

Treze Caravelas

Trouxe muita morte

Um milhão de índio

Morreu de tuberculose

Falando de sofrimento

Dos tupis e guaranis

Lembrei do guerreiro

Quilombo Zumbi

Zumbi dos Palmares

Vítima de uma emboscada

Se não fosse a Dandara

Eu levava chicotada

Referências

COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral - Volume Único. São Paulo: Saraiva, 2005.

COTRIM, Gilberto. História Global 1. São Paulo: Saraiva, 2016.

SCHMIDT, Mario Furley. Nova história crítica: ensino médio: volume único. 1.ed. São Paulo: Nova Geração, 2005.

Bomeny, Helena; FREIRE, Bianca (coord.). Tempos modernos, tempos de sociologia. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTEIRO, John M. As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: transformações e resistência. In: Jill Dias (org.), Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1991. p. 121-136.

CARTWRIGHT, Mark. Mansa Musa I. Disponível em:

https://www.ancient.eu/Mansa_Musa_I/

Britannica Escola:

<https://escola.britannica.com.br>

British museum - Benin Bronzes. Disponível em:

<https://www.britishmuseum.org/about-us/british-museum-story/objects-news/benin-bronzes>

British museum - The Ife head. Disponível em:

https://www.britishmuseum.org/collection/object/E_Af1939-34-1

PEREIRA, Joseane. Conheça 5 civilizações africanas tão impressionantes quanto a do Egito. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/conheca-5-civilizacoes-africanas-tao-impressionantes-quanto-a-do-egito.phtml>

Acessado em: 07/02/2021

UNESCO. El Universo Maya: Ciudad prehispánica de Chichén-Itzá. Disponível em: <http://www.unesco.org/archives/multimedia/document-219-Spa-2>



Cultura, religião e controle social no ocidente medieval



Professoras Residentes: Suelen dos Reis Andrade e Bruna Aparecida Tomazi



O QUE É A IDADE MÉDIA?

Se numa conversa com homens medievais utilizássemos a expressão “Idade Média”, eles não teriam ideia do que estaríamos falando. Como todos os homens de todos os períodos históricos, eles viam-se na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação a posteriori, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos de Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado em relação aos séculos localizados entre a Antiguidade Clássica e o próprio século XVI. (FRANCO JÚNIOR, Hilário, 2001, p. 9)

A “Idade Média” teria sido uma interrupção no progresso humano, inaugurado pelos gregos e romanos e retomado pelos homens do século XVI. Ou seja, também para o século XVII os tempos “medievais” teriam sido de barbárie, ignorância e superstição. O século XVIII, antiaristocrático e anticlerical, acentuou o menosprezo à Idade Média, vista como momento áureo da nobreza e do clero. A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurava sobretudo a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média a um estrito racionalismo e o peso político de que a Igreja então desfrutara. (FRANCO JÚNIOR, Hilário, 2001, p. 9)

Os tempos da Idade Média duraram do Séculos V (5) ao XV (15). A Idade Média começou com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e se encerrou com a tomada da capital do Império Bizantino, Constantinopla, pelos turco- otomanos, em 1453.

Que o império romano era gigantesco todos nós sabemos. Porém isso levou a uma série de dificuldades para cuidar de tantas terras. Terras férteis e clima bom foram alguns dos fatores que interessaram povos vizinhos a entrar no território Romano. Além desse interesse, não tiveram outra saída, pois estavam sendo ameaçados e pressionados por outros povos, sendo a única alternativa fugir e entrar em terras romanas. Naquele período, os romanos costumavam chamar esses invasores de **bárbaros**.

Com o tempo, os invasores se converteram ao cristianismo, que se tornara a religião predominante em Roma. A fé cristã passou a ser o ponto de união entre as diversas populações. O papa era a autoridade máxima da Igreja Católica e os altos dirigentes da ganharam poder. O acesso ao estudo, à leitura e à escrita se tornou uma especialidade dos membros do clero. O conhecimento, o ensino e a produção de livros se concentraram nos mosteiros (comunidades religiosas isoladas).

O mais destacado rei desse período foi Carlos Magno. Ele governou os francos na região hoje ocupada pela França e pela Alemanha. No ano 800, Carlos Magno recebeu do papa a coroa de imperador do ocidente. No entanto, seus sucessores não conseguiram manter a unidade do império formado por ele. Mais tarde, a parte alemã de seus territórios viria a receber o nome de Sacro Império Romano- Germânico.

QUEM FOI CARLOS MAGNO?



Ele era um grande líder guerreiro, mas também respeitava e preservava a cultura e o conhecimento. Carlos Magno significa "Carlos, o grande".

Ao contrário da maioria das pessoas da época, aprendeu a ler. Também desenvolveu uma devoção permanente à Igreja.

Carlos Magno foi um grande líder que viveu durante a Idade Média. Como rei dos francos, ele unificou vários territórios da Europa Ocidental. Foi declarado imperador das áreas conquistadas, que mais tarde passaram a se chamar Sacro Império Romano-Germânico.

Carlos Magno instalou sua capital no que hoje é o oeste da Alemanha, na cidade de Aachen. No dia de Natal do ano 800, o papa Leão III o coroou imperador do ocidente. Carlos Magno, então, tentou restaurar grande parte da unidade do antigo Império Romano.

Também foi um grande reformador, estabelecendo um sistema de moeda para promover o comércio; mandou construir estradas e pontes e incentivou métodos mais modernos de agricultura. Convidou estudiosos a viverem na sua corte, colecionou livros e fundou uma escola.

Carlos Magno morreu em 814 e foi sucedido por seu filho Luís, que morreu em 840 e seus três filhos dividiram então, o império. Ainda assim, o Sacro Império Romano-Germânico sobreviveu, - de um modo ou de outro -, por mais mil anos.

FEUDALISMO

Segundo a professora Carla Regina da Silva, nesse período originou-se uma sociedade de ordens ou estamentos (posições sociais rígidas), onde ser ou não dono de terras era o fator que definia o lugar do indivíduo na estrutura feudal.

MAS AFINAL, O QUE FOI O FEUDALISMO?

O feudalismo foi um sistema social e político que se desenvolveu na Europa no período conhecido como Idade Média. É provável que tenha começado após o reino de Carlos Magno, líder do Império Romano. Após sua morte, em 814, o império fragmentou-se, uma vez que não foi substituído por nenhum outro governo centralizado. Em vez disso, as pessoas passaram a viver em unidades locais menores, os reinos. Estes enfrentavam ataques de vikings e de outros povos, até mesmo de reinos vizinhos. As pessoas estabeleciam relacionamentos dentro de suas unidades que lhes permitiam viver em relativa paz.

COMO FUNCIONAVA O FEUDALISMO?

De acordo com a professora Carla Regina da Silva, a estrutura social no Feudalismo era a seguinte:

1 No topo da sociedade feudal encontramos os senhores feudais, a camada dominante, e na sua base, os servos, a camada produtiva.

2 O senhor feudal ou suserano (rei, nobre ou alto clero) tinha a posse legal da terra. Isso lhe conferia domínio sobre todos e sobre tudo o que se encontrava dentro de seu feudo.

3 Os servos (camponeses) formavam a maioria da população do feudo. Não tinham a propriedade da terra e estavam presos a ela por uma série de obrigações devidas ao seu senhor. Embora não pudessem ser vendidos, como se fazia com os escravos no mundo antigo, não podiam abandonar a terra sem a permissão do senhor.

Esta ilustração mostra servos trabalhando a terra. Os servos e outros camponeses ocupavam a posição mais baixa no feudalismo, um sistema social e político que existiu na Idade Média.

North Wind Picture Archives.

A professora coloca que para proteger-se, os senhores das terras locais construía castelos. Os castelos ofereceram tanto proteção como moradia para os reis, para a nobreza e, às vezes, para as pessoas comuns. As fortificações, ou defesas militares, construídas no castelo, eram separadas do palácio. Em geral, um palácio é uma moradia grande de um rei ou de um nobre. A maior parte dos castelos foi construída na Europa entre os séculos VII e XV.

Os senhores contavam também com guerreiros chamados cavaleiros. Montados em seus cavalos, prestavam serviço aos lordes, que eram poderosos senhores de terras.



Nesta sociedade cada estamento tinha uma série de obrigações a cumprir. Todas essas regras eram muito bem definidas entre os senhores (quem doava a terra), os vassallos (quem recebia a terra) e os servos (quem trabalhava na terra).

Ao senhor feudal cabia assegurar proteção militar aos vassallos. Estes, por sua vez, deveriam prestar serviço militar, pagar taxas e comparecer ao tribunal do senhor. Já as obrigações servis podiam ser divididas em:

- **a corveia:** trabalho obrigatório no manso senhorial: cultivar a terra do senhor durante um certo número de dias por semana e fazer todo o serviço necessário no feudo e no castelo: reparar as muralhas, limpar chaminés e fossas, construir pontes e estradas, limpar chaminés e fossas, construir pontes e estradas, limpar canais etc.
- **a talha:** imposto pago sobre a produção no manso servil: o servo entregava ao senhor uma parte do que produzia (cereais, ovos, leite, lã, mel etc.);
- **as banalidades:** imposto pago (em produtos) pelo uso de instalações pertencentes ao senhor, como forno, celeiro, moinho etc.

Segundo Hilário Franco Júnior, a produção agrícola cresceu em virtude de uma maior quantidade de mão-de-obra, trabalhando sobre uma área mais extensa (desbravamento de florestas e terrenos baldios). Mas também graças à difusão de diferentes técnicas: sistema trienal, charrua, força motriz animal, adubo mineral, moinho de água, moinho de vento.

Hilário coloca que, com esse crescimento agrícola, foi possibilitada a existência de um excedente agrícola, o que levou a um revigoramento do comércio. O comércio a desempenhar um papel central na vida do Ocidente, com repercussão muito além da esfera econômica. E verdade que somente uma parcela muito pequena da população estava diretamente envolvida com as atividades comerciais, porém esse segmento social ganhava crescente importância.

Por volta do ano 1100, as condições de vida começaram a melhorar. As pessoas aprenderam a cultivar alimentos mais nutritivos e as doenças diminuíram. As cidades cresceram e o comércio se desenvolveu.

Na arquitetura e na arte, surgiu o estilo chamado gótico. Foram construídas catedrais de pedra, com altas torres e belos vitrais. A Igreja de Notre-Dame, em Paris, é um magnífico exemplo de catedral gótica. Começaram a renascer o estudo, o ensino e a leitura. Foram fundadas universidades em Bolonha (na Itália) e em Paris (na França). Logo surgiram outras em diversos países, como a de Coimbra, em Portugal



A Catedral de Amiens, na França, é um exemplo de catedral gótica da Idade Média. Ela foi construída no século XIII. © Alonbou/Fotolia

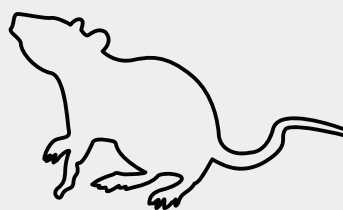
O FIM

O feudalismo surgiu em tempos de violência e desordem. Esse sistema trouxe segurança e ordem, permitindo que as pessoas viajassem e que o comércio se desenvolvesse. As pessoas começaram a ter mais recursos, e o uso do dinheiro tornou-se mais comum. Com o tempo, os vassallos passaram a pagar aluguel a seus senhores, em vez de prestar serviços militares a eles. Muitos senhores passaram a contratar soldados profissionais, pagos em dinheiro, em vez de depender dos cavaleiros.

No século XIV o feudalismo já havia desaparecido quase por completo. Os europeus criaram novas formas de governo, não baseadas no feudo.

A PESTE

A peste foi uma doença que, no século XIV, matou cerca de 25 milhões de pessoas na Europa — quase um terço da população. A doença se tornou conhecida como “peste negra”, por causa das manchas escuras que apareciam na pele da vítima.





A *peste*, gravura de Marcantonio Raimondi a partir da pintura de Rafael (aprox. 1515–16). A “peste negra” foi uma epidemia de peste bubônica que assolou a Europa na Idade Média, matando cerca de um terço da população. Yale University Art Gallery

A peste é causada por micro-organismos chamados bactérias. As bactérias contaminam os ratos. As pulgas que infestam os ratos contraem a bactéria e, ao picar pessoas, transmitem a doença. Pessoas doentes, ao tossir, também podem infectar outros seres humanos. A forma mais comum da doença provoca o aparecimento de ínguas (caroços em várias partes do corpo, chamados bubões). Os caroços resultam do inchaço dos nódulos linfáticos, que são defesas do organismo contra infecções. Os bubões deram origem à expressão “peste bubônica”.

Entre os séculos XIV e XVIII, houve diversas epidemias de peste. O último grande surto ocorreu na França, em 1720. Nos tempos atuais, casos de peste são raros. Com a melhora da higiene nas cidades, diminuiu o número de ratos e pulgas que antigamente espalhavam a doença.

O FIM DA IDADE MÉDIA

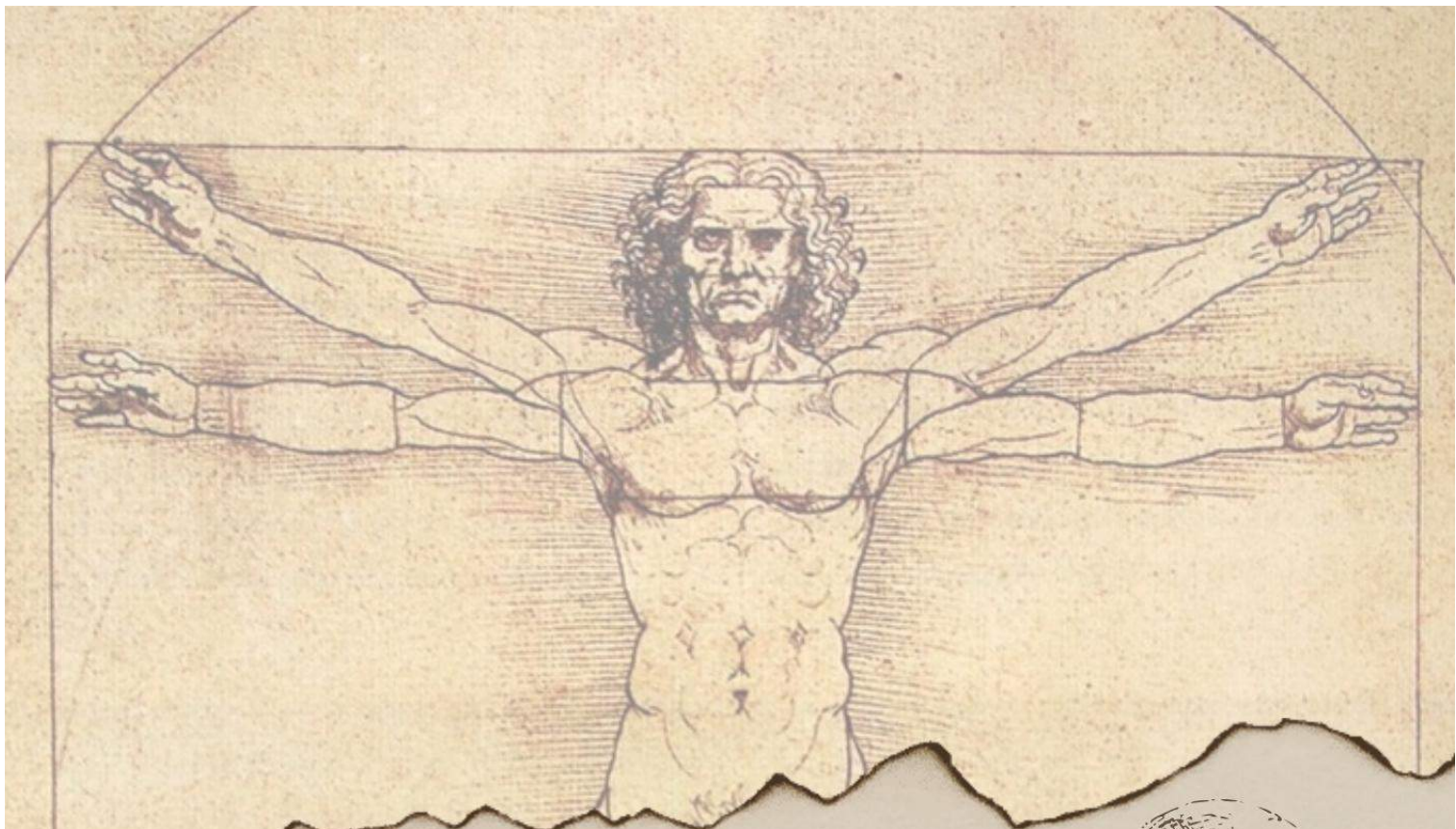
A última parte da Idade Média foi um período tumultuado. A Inglaterra e a França travaram a **Guerra dos Cem Anos (1337–1453)**. A Peste Negra, uma epidemia de peste bubônica, matou cerca de um terço da população europeia entre 1347 e 1351. Muitas mudanças levaram ao fim da Idade Média. O sistema feudal se enfraqueceu, com o crescimento do poder dos reis em países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Na década de 1450 foi inventada a imprensa, que permitiu a produção de livros em larga escala. Com isso, as pessoas se tornaram mais instruídas. Também teve início o **Renascimento**, (Oi, eu sou um link, [clique aqui](#) e descubra mais sobre o Renascimento) período de grande desenvolvimento do conhecimento e das artes. As grandes **navegações** (olha eu aqui, o link.) abriram novos horizontes. Os europeus chegaram à América, o que provocou mudanças na maneira como o mundo era percebido. Começavam assim os tempos modernos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

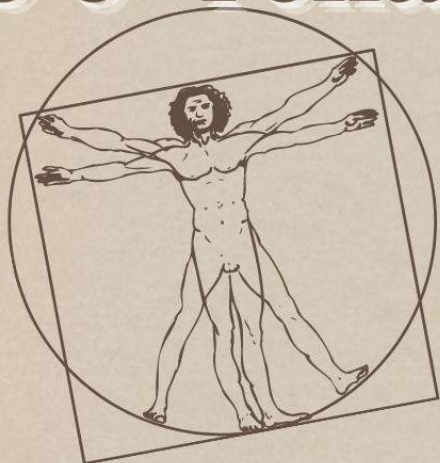
FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001

LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval. Tradução de José Rivair de Macedo. São Paulo: Edusc, 2005

FLORI, J. Guerra Santa: Formação da Ideia de Cruzada no Ocidente Cristão. Campinas: EDUNICAMP, 2013, p. 19-33 e 349-362.



Ciência, humanismo e o 'renascimento' artístico



*Professora Residente: Jéssica Camargo
Trisch*

Inicialmente na Itália e se espalhando por toda a Europa ocidental, o Renascimento foi construído, a partir do século XIV, por acadêmicos, escritores e artistas, como uma renovação para afastar a humanidade da Idade Média, que recebeu deles o título de “Idade das Trevas”. Os contrastes apontados por esse movimento eram um tanto exagerados, deixando de lado tanto as inovações realizadas na Idade Média como as tradições que sobreviveram ao longo dos séculos seguintes.

No Renascimento italiano, buscou-se inspiração na antiguidade clássica grega e romana, mas não foi um simples retorno. Afinal, nenhuma cultura renasce fora do seu tempo, e quase todos os renascentistas estavam profundamente marcados pelo cristianismo, ainda que desejassem transformá-lo.

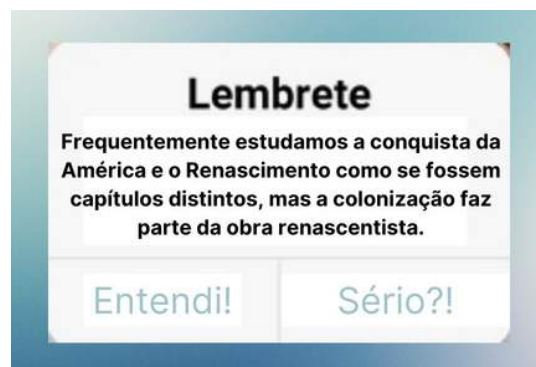
IMPORTANTE

Renascimento não é um único movimento, deve ser indicado no plural - Renascimentos - ou especificando a qual nos referimos. Inclusive, houve renascimentos anteriores ao Renascimento Italiano e até em outros lugares do mundo.

Os movimentos de renascimento têm em comum o reavivamento e a reinterpretação de tradições e culturas “extintas”, mas todos possuem características próprias.

Podemos pensar esse período renascentista como um conjunto de mudanças na cultura ocidental a partir da atividade intelectual crítica de escritores, artistas, arquitetos, acadêmicos, etc. Ou seja, ele vai além da arte, englobando novidades em contabilidade, invenções, anatomia, arquitetura, astronomia, entre outros. Todas essas mudanças estavam a serviço da nova classe dominante em ascensão: a burguesia.

- **Ciência:** servia para controlar a natureza, considerada fonte de riquezas que seriam fonte de lucro. A cartografia, por exemplo, permitiu mapear o mundo para conquistá-lo
- **Arte:** foi usada para gerar prestígio simbólico para a elite burguesa.



O Renascimento ficou restrito à elite, não chegou ao povo e pouco significou para a maior parte da população. Tentava-se afastar as ideias da Idade Média apenas para criar uma nova elite intelectual laica.

Alguns fatores que tornaram possível esse movimento foram:

- Com a queda de Constantinopla, muitos eruditos migraram para a Europa, especialmente para a Itália, levando conhecimentos adquiridos e manuscritos.
- Mudanças na mentalidade, sociedade e economia após a peste negra, que matou 1/3 da população europeia
- Havia pessoas enriquecendo com o comércio, tornando possível investimento em arte e conhecimento em diversas áreas.
- A invenção da imprensa que impulsionou a circulação de informação.
- Expansão marítima e colonialismo, que abasteceu a Europa com metais preciosos. Foi uma via de mão dupla!

O HUMANISMO

O humanismo é um movimento iniciado nas cidades italianas, especialmente Florença, mas se espalhou pelas principais cidades e capitais europeias. Desde o século XIV, indivíduos se esforçavam para modificar e renovar o ensino, elaborando um novo código de valores e comportamentos que se afastasse da tradição medieval.

Eles seguiam sendo católicos, mas queria reinterpretar a religião, dando mais valor aos homens, que não deveriam ser tão submissos ao divino. Assim,

deus é tirado do centro do pensamento, sendo substituído pelo homem, o que chamamos de **Antropocentrismo**. Assim, a fé era interiorizada e individualizada. Entre as atitudes atacadas estavam o formato fixo sem sentido dos cultos, a exploração das imagens e relíquias, os discursos inacessíveis dos teólogos, a venda de indulgências, a ignorância dos padres e a ganância do alto clero e da Igreja. **É o estopim para as reformas religiosas.**

As universidades não foram o centro do pensamento humanista, que se desenvolveu principalmente em academias e centros de estudos financiados por príncipes, ricos comerciantes e até papas. Os humanistas passam a valorizar os estudos humanos (*studia humanitatis*), que incluíam poesia, filosofia, história, matemática, entre outros temas.

Fugindo dos símbolos medievais, os humanistas desprezavam o latim e incentivavam o uso das línguas vulgares, que dariam origem às línguas modernas. Juntando a isso o estudo da história, os humanistas tiveram papel importante na formação de identidades nacionais usadas para a consolidação e unificação dos Estados-nação modernos.

O RENASCIMENTO CIENTÍFICO

Ao valorizar a razão, pesquisadores do período procuravam examinar questões da natureza e da sociedade através da observação e de experimentos, propondo novas hipóteses e reavaliando as concepções tradicionais do conhecimento, muito relacionadas a dogmas da igreja. No entanto, a nova mentalidade científica não foi aceita sem resistência, diversos pesquisadores foram perseguidos e até mortos. Para os renascentistas, a arte deveria ser fonte de prazer por sua beleza e estética. A busca pela perfeição através de expressões artísticas estava ligada ao conhecimento aprofundado de suas leis e propriedades. Assim, aliou-se os conhecimentos de outras áreas, como a anatomia, por exemplo, que foi útil à representação do corpo humano.

O RENASCIMENTO ARTÍSTICO

Apesar da sua diversidade, a arte do período tem características comuns relacionadas aos pensamentos gerais do Renascimento Italiano: equilíbrio e elegância nas formas, realçando a leveza, a luz, as cores e o movimento. Além do tema religioso, passa-se a representar outros aspectos da realidade, como cenas do cotidiano, valorização do humano, paisagens naturais, mitologia grego-romana, entre outros. Foram desenvolvidas duas técnicas fundamentais: a **perspectiva**, que permitiu a tridimensionalidade, e a pintura a óleo, que alcança cores mais vivas e em diferentes tons.

Para os renascentistas, a arte deveria ser fonte de prazer por sua beleza e estética. A busca pela perfeição através de expressões artísticas estava ligada ao conhecimento aprofundado de suas leis e propriedades. Assim, aliou-se os conhecimentos de outras áreas, como a anatomia, que foi útil à representação do corpo humano.



Pintura em plano bidimensional.
(Obra São João Evangelista, do evangelicário do Abade Wedricus)



Pintura em perspectiva, dando aparência tridimensional com sensação de volume e profundidade. (Obra A dama que descobre o seio, de Tintoretto)

NOMES IMPORTANTES



Leonardo da Vinci (1452 - 1519): considerado um dos mais completos humanistas, destacou-se tanto na ciência como nas artes. Entre suas principais obras estão Mona Lisa, A Última Ceia e Homem Vitruviano.



Michelangelo (1475 - 1564): foi pintor, escultor e arquiteto. Realizou os afrescos da Capela Sistina e a cúpula da Basílica de São Pedro, no Vaticano.



Thomas Morus (1478 - 1535): o escritor inglês deu origem a interpretação da palavra grega utopia como sinônimo de um cenário ideal. No livro Utopia, de 1516, ele imagina o que considerava o ideal de sociedade.



William Shakespeare (1564 - 1616): famoso dramaturgo e poeta inglês, escreveu peças teatrais de diversos gêneros: dramas históricos, comédias e dramas românticos e trágicos. Entre suas obras mais consagradas estão Romeu e Julieta, Hamlet e o Mercador de Veneza.



Luís Vaz de Camões (1524 - 1580): o poeta português escreveu Os Lusíadas, famosa epopéia que narra a história de Portugal, inclusive a expansão marítima a partir da viagem de Vasco da Gama.



Miguel de Cervantes (1547 - 1616): o escritor espanhol é autor da famosa obra Dom Quixote de la Mancha, na qual ironiza os ideais da cavalaria medieval.

Quem são os autores destas obras famosas?

A



Capela Sistina, Vaticano.

B

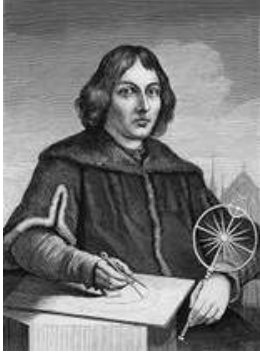


Mona Lisa, Museu do Louvre, Paris.

C



Pietà, Basílica de São Pedro, Vaticano



Nicolau Copérnico (1473 - 1543): desenvolveu a teoria heliocêntrica, segundo a qual a terra e os demais planetas se moviam em torno do sol, refutando a teoria geocêntrica ancorada em passagens da Bíblia.



Galileu Galilei (1564 - 1642): defendeu a teoria de Copérnico e, por isso, foi acusado de heresia pela Inquisição Católica, livrando-se da pena de morte ao negar publicamente suas convicções.

SENTIU FALTA DE ALGUMA COISA? CADÊ AS MULHERES?

Ao contrário do que se pode supor a partir do silêncio sobre o assunto, houve mulheres que romperam os estereótipos de gênero do período e produziram obras durante o Renascimento italiano. Diferentemente dos homens que tiveram todo o suporte social para o desenvolvimento do seu trabalho, as condições sociais, políticas, culturais e intelectuais não estavam a favor das mulheres, que eram estigmatizadas por fugirem do papel reservado às mulheres: a maternidade e submissão aos homens. Esse contexto contribui para a concepção de que a falta de êxito das mulheres nas artes ocorreu porque elas não possuíam talento para a arte - quando, na verdade, os motivos são mais estruturais que individuais.

As mulheres humanistas dedicaram-se aos estudos, escrevendo poemas, cartas e outros formatos, mas principalmente proferindo discursos. No geral, eram mulheres que tinham recursos e tempo livre para estudar, além de estarem mais protegidas, pela sua condição social, das críticas por se afastarem do ideal feminino da castidade, já que a aparição pública de mulheres estava relacionada à imoralidade. Normalmente, a aprendizagem estava relacionada com a virgindade, por isso as mulheres apenas se dedicavam aos estudos até o casamento.

Alguns nomes conhecidos:

- Maddalena degli Scrovegni (1356-1429)
- Constanza Varano (1428-1447)
- Battista Montefeltro Malatesta (1383-1450)
- Brescia, Laura Cereta (1469-1499)

- Olympia Morata (1526-1555)
- Cassandra Fedele (1465-1558)
- Isotta Nogarola (1418 - 1466)



À esquerda, retrato de Cassandra Fedele. À direita, retrato de Isotta e Angela Nogarola.

Na pintura renascentista, as mulheres também tiveram sua capacidade intelectual diminuída. Ela foram proibidas, por exemplo, de pintar nus, o qual foi base indispensável de representação dos séculos XVI ao XIX, e o treinamento das pintoras era feito na oficina de mestres, apesar de também existirem as academias, que as mulheres eram impedidas de frequentar até o final do século XVII.

- **Sofonisba Anguissola (1532 - 1625):** recebeu uma educação completa, destacando-se na pintura. Aos 27 anos, partiu para a Espanha como convidada do Rei Felipe II. Como mulher, não era permitido que fosse reconhecida oficialmente como pintora da corte, portanto, seu título era de dama de companhia. Casou-se pela primeira vez aos 40 anos e, com a morte do marido, novamente

perto dos 50.

- **Lavinia Fontana (1552 - 1614):** Lavinia não era nobre, aprendendo o ofício com seu pai, também pintor. Fontana foi a primeira mulher profissional a trabalhar na mesma esfera masculina fora de uma corte. Era católica devota, casou-se com a condição de continuar trabalhando como pintora, teve 11 filhos. Em 1604, foi a Roma a pedido do papa.



Sofonisba Anguissola, Autorretrato ante el caballete (1557)



Lavinia Fontana, Autorretrato tocando la espineta, 1577

Relacione a artista com a obra:



Minerva Dressing (1613)



Retrato de Antonietta Gonzalez (1595)



The chess game (1555)

Resposta:
Minerva Dressing - Lavinia Fontana
Retrato de Antonietta Gonzalez - Lavinia Fontana
The Chess Game - Sofonisba Anguissola

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. O Renascimento Italiano.

COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2005.

CREMASCO, Renata Lima. As Mulheres invisíveis na arte renascentista. ANPUH - Brasil, 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

GUIDE, Juliana Ferrari. Mulheres do Renascimento: Lavinia Fontana. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/mulheres-do-renascimento-lavinia-fontana/>

RODRIGUES, Paula Cristina Pontes. Protofeminismo no Renascimento Italiano pela pena de Isotta Nogarola. *Historiæ*, Rio Grande, v. 8, n. 2, 239-251, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. O Renascimento. São Paulo: Atual, 1994.



Colonialismo e a conquista da América e da África



*Professor Residente: Gustavo Fonseca da Cunha e
Professor Preceptor: Rafael Peter de Lima*

Colonização na América espanhola

A conquista da América espanhola foi o nome dado ao processo de dominação e exploração dos espanhóis sobre os nativos encontrados na América "recém-descoberta", após a expedição de Cristóvão Colombo, em 1492. O objetivo inicial de Colombo era alcançar a Ásia – chamada de “Índias” –, entretanto, a expedição de Colombo resultou na chegada dos europeus ao continente americano e iniciou o processo de ocupação e colonização. O erro seria corrigido logo após sua morte pelo navegador Américo Vespúcio. Por muito tempo, no entanto, a América continuaria a ser chamada também de Índias Ocidentais.



A conquista da América espanhola ocorreu, principalmente, por meio da violência, o que foi bastante ressaltado em relatos da época. Os contatos iniciais amigáveis logo foram superados pela ambição do espanhol de conquistar e explorar, principalmente à procura de metais preciosos.

Sobre a conquista da América, é importante considerar que quase não havia financiamentos da Coroa para as expedições, que, em geral, eram financiadas por banqueiros interessados no retorno financeiro dessas expedições caso fossem encontrados metais preciosos. Entretanto, era

necessária uma autorização da Coroa para que uma expedição fosse realizada. Hoje, sabe-se que inúmeras expedições foram realizadas de maneira clandestina. Toda expedição autorizada pela Coroa tinha como obrigação o pagamento do quinto de imposto (a cobrança de 1/5 ou 20%) de todas as riquezas obtidas.

CAUSAS

A história nos conta a vitória dos espanhóis sobre os nativos à custa do extermínio destes. Na maioria dos casos, os espanhóis lutavam em cenários extremamente adversos, pois estavam em número consideravelmente inferior ao dos nativos. Apesar disso, existem motivos que ajudam a entender a vitória dos espanhóis.

Doenças: o contato dos nativos com doenças trazidas pelos europeus foi mortal, principalmente a varíola, que dizimou vilas e aldeias inteiras de maneira epidêmica e fulminante.

Superioridade bélica: as armas utilizadas pelos invasores eram notadamente superiores: armas de fogo, armaduras de metal, espadas, bestas, arcabuzes, etc.

Alianças: a conquista dos impérios incaicos e asteca só foi possível por que inúmeros outros povos aliaram-se aos espanhóis na esperança de se libertarem.

Nos primeiros anos, a colonização espanhola aconteceu apenas nas ilhas do Caribe, com a implantação de cidades e da mineração de aluvião. Em várias partes da América, entretanto, houve resistências dos nativos, que lutaram para sobreviver. Outros, em contrapartida, optaram por fugir. Além disso, muitos espanhóis tentaram defender os nativos, denunciando as violências cometidas. O bispo Frei Bartolomé de Las Casas

foi o maior nome na defesa dos índios contra a violência espanhola. Mesmo assim, a mortalidade foi gigantesca e estima-se que cerca de 80% da população nativa original tenha morrido durante o século da conquista.



Bartolomé (ou Bartolomeu) de Las Casas foi um sacerdote espanhol que viveu e trabalhou no Novo Mundo no começo do século XVI. Durante a maior parte da vida, Las Casas tentou proteger os índios americanos contra os maus-tratos dos colonizadores espanhóis.

Durante sua vida, Bartolomeu de Las Casas escreveu uma série de textos denunciando a violência dos conquistadores e relatando os mais cruéis atos realizados. Segue um trecho de um de seus relatos:

"Seu lugar-tenente assassinou a muitos índios enforcando-os e queimando-os vivos. Lançando outros aos cães, cortando-lhes as mãos, a cabeça, a língua, estando eles em paz, isto somente para lhes incutir terror, a fim de que os servissem e lhes dessem ouro." (LAS CASAS, Bartolomé, Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 72.)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA AMÉRICA ESPANHOLA

Com a consolidação da colonização, a América Espanhola foi marcada por uma sociedade estratificada, onde a elite de nascimento detinha privilégios. A sociedade era dividida nos seguintes grupos:

Sociedade na América Espanhola.



A mão-de-obra indígena foi utilizada em larga escala. Isso se deu através de duas formas de trabalho:

Mita: instituição de origem incaica, utilizada por essa civilização, portanto, antes da chegada dos europeus. Consistia na exploração das comunidades dominadas, utilizando uma parte de seus homens no trabalho nas minas. Os homens eram sorteados, em geral trabalhavam quatro meses, recebendo um pagamento irrisório. Cumprido o prazo, deveriam retornar à comunidade, que por sua vez deveria enviar um novo grupo de homens. Apesar de sua origem Inca, os espanhóis também se apropriaram da mita para impor um ritmo de trabalho compulsório aos nativos americanos.

Encomienda: sistema criado pelos espanhóis, consistia na exploração de um grupo ou comunidade de indígenas por um colono. Em troca, o colono deveria pagar um tributo à metrópole e promover a cristianização dos indígenas.

A conquista da América portuguesa

A colonização portuguesa no Brasil se efetivou a partir da exploração, povoamento, extermínio e conquista dos povos indígenas (povoadores) e das novas terras. A colonização portuguesa no Brasil teve como principais características: civilizar, exterminar, explorar, povoar, conquistar e dominar.

A Coroa portuguesa, quando empreendeu o financiamento das navegações marítimas portuguesas no século XV, tinha como principal objetivo a expansão comercial e a busca de produtos para comercializar na Europa (obtenção do lucro), mas não podemos negligenciar outros motivos não menos importantes como a expansão do cristianismo (Catolicismo), o caráter aventureiro das navegações, a tentativa de superar os perigos do mar (perigos reais e imaginários) e a expansão territorial portuguesa (territórios além-mar).

A CHEGADA

No ano de 1500, os primeiros portugueses chegaram ao chamado “Novo Mundo” (América), e com eles o navegador Pedro Álvares Cabral desembarcou no litoral do novo território.

Vale ressaltar que a esquadra de Pedro Álvares Cabral possuía cerca de 14 navios, a maior expedição já feita até então. Uma expedição deste tamanho, custou muito dinheiro de financiadores de Gênova e Florença.

Logo, os primeiros europeus tomaram posse das terras e tiveram os primeiros contatos com os indígenas denominados pelos portugueses de “selvagens”. Alguns historiadores chamaram o primeiro contato entre portugueses e indígenas de “encontro de culturas”, mas percebemos com o início do processo de colonização portuguesa um “desencontro de culturas”, começando então o extermínio dos indígenas tanto por meio dos conflitos entre os portugueses quanto pelas doenças trazidas pelos europeus, como a gripe e a sífilis.

NOVAS EXPEDIÇÕES

Entre 1500 a 1530, os portugueses efetivaram poucos empreendimentos no novo território conquistado, algumas expedições chegaram, como a de 1501, chefiada por Gaspar de Lemos e a expedição de Gonçalo Coelho de 1503, as principais realizações dessas expedições foram: nomear algumas localidades no litoral, confirmar a existência do pau-brasil e construir algumas feitorias.

Em 1516, Dom Manuel I, rei de Portugal, enviou navios ao novo território para efetivar o povoamento e a exploração, instalaram-se em Porto Seguro, mas rapidamente foram expulsos pelos indígenas. Até o ano de 1530, a ocupação portuguesa ainda era bastante tímida, somente no ano de 1531, o monarca português Dom João III enviou Martin Afonso de Souza ao Brasil nomeado capitão-mor da esquadra e das terras coloniais, visando efetivar a exploração mineral e vegetal da região e a distribuição das sesmarias (lotes de terras).

No litoral do atual estado de São Paulo, Martin Afonso de Souza fundou no ano de 1532 os primeiros povoados do Brasil, as Vilas de São Vicente e Piratininga (atual cidade de São Paulo). No litoral paulista, o capitão-mor logo desenvolveu o plantio da cana-de-açúcar.

As primeiras experiências portuguesas de plantio e cultivo da cana-de-açúcar e o processamento do açúcar nos engenhos aconteceram primeiramente na Ilha da Madeira (situada no Oceano Atlântico, a 978 km a sudoeste de Lisboa, próximo ao litoral africano). Em razão da grande procura e do alto valor agregado a este produto na Europa, os portugueses levaram a cultura da cana-de-açúcar para o Brasil (em virtude da grande quantidade de terras, da fácil adaptação ao clima brasileiro e das novas técnicas de cultivo), desenvolvendo os primeiros engenhos no litoral paulista e no litoral do nordeste (atual estado de Pernambuco), a produção do açúcar se tornou um negócio rentável.

Para desenvolver a produção do açúcar, os portugueses utilizaram nos engenhos a mão de obra escrava, os primeiros a serem escravizados foram os indígenas, posteriormente foi utilizada a mão de obra escrava africana, o tráfico negreiro neste período se tornou um atrativo empreendimento juntamente com os engenhos de açúcar.

Colonialismo e a conquista da África

Começaremos assistindo ao vídeo "A África está em nós", produzido pelo professor de História José Rivair Macedo (UFRGS). Atentem para a proposta de se utilizar o conceito de DIVERSIDADE como fundamental para estudar a História e cultura africanas. Uma riquíssima multiplicidade de línguas e culturas desfilam pelo continente e vão muito além da divisão política que nasceu com a conquista europeia ou com as independências. A proposta desse referencial teórico busca nos afastar de uma visão eurocêntrica [clique aqui para saber mais], não hierarquizando as culturas e formas de expressão humanas. DIÁSPORA [clique aqui para saber mais] é outro referencial importante. Aponta para os processos de desterritorializações forçadas, impostas aos africanos especialmente a partir do movimento do tráfico internacional de escravos.

COLONIALISMO

Colonialismo indica a doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio. [BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p.181]

O colonialismo foi mais do que um sistema de exploração econômica e de dominação política, podendo mesmo ser entendido como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social. [TRAJANO FILHO, W; DIAS, J.B. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. In: Anuário Antropológico - 2014. Vol.40. nº 2. Brasília: UnB, 2015, p.9]

"Essa participação dos africanos na engrenagem colonial deve ser entendida tendo em conta a própria experiência colonial a que eles estavam sujeitos. O colonialismo para os africanos era, acima de tudo, a instalação no seu território de um novo poder. Um poder extremamente forte, militarizado, com grande capacidade tecnológica, capaz de mobilizar rapidamente, através do telégrafo, dos barcos a vapor e das ferrovias, tropas fortemente armadas, sem vínculos com a região e dispostas a impor a vontade e o controle do governo colonial.

Por outro lado, o colonialismo também era sedutor aos olhos dos africanos. Ele era sinônimo de riqueza, de tecnologia, de melhores condições de vida. Assim como ele era a arma moderna, também era a máquina de escrever, a ferrovia, a máquina de costurar e a máquina fotográfica. E é a partir dessa complexidade de fenômenos e relações que o estudo do colonialismo tem sido estudado ultimamente."

[BITTENCOURT, Marcelo. Leituras do colonialismo. In: JORGE, Nedilson (Org.). História da África e relações com o Brasil. Brasília: FUNAG, 2018, p.122]

CONQUISTA: DO LITORAL AO INTERIOR

A conquista do continente africano pelos europeus pode ser pensada a partir das chamadas Grandes Navegações do século XV [clique aqui para saber mais]. Porém até o século XIX, os contatos basicamente ocorriam na faixa litorânea. O mapa mostra a expansão portuguesa na costa africana. Nesse período se destacou a estratégia de fundação de entrepostos comerciais chamados feitorias, assim como a construção de fortalezas militarizadas. Através das feitorias os comerciantes portugueses negociavam com os africanos diversas mercadorias: marfim, ouro, madeiras, pimentas e, principalmente, escravos.



Fonte: <http://marcosaratu.blogspot.com/2011/02/periodo-pre-colonial.html>

A fase de conquista do interior do continente é inaugurada com o século XIX. Nesse período África atrai ainda mais atenção das potências colonialistas porque:

- Movimento contra a escravatura (patrocinado, principalmente, pelos ingleses);
- Movimento missionário – inverte-se a lógica do século XV: ao invés de apoiar o sequestro dos africanos do continente com o pretexto de salvar suas almas, as igrejas agora pregam a catequização no próprio continente que se transformou num “atoleiro humano” (KI-ZERBO, p. 67).
- Curiosidade científica, para desbravar o mais desconhecido dos continentes;

Porém o renascer do interesse europeu na África se explica, sobretudo, por razões econômicas (KI-ZERBO, p. 67). A Revolução Industrial traz novas necessidades: grandes reservas de matéria-prima e um mercado consumidor (que seriam mais facilmente se os africanos permanecessem no seu continente para cumprirem estas funções!). Por isso as maiores potências industriais serão os maiores colonialistas.



Fortaleza de São Jorge da Mina - atualmente localizada em Gana.
Fonte: <https://www.ruipires-photography.com/PORTUGAL-HERITAGE/Sao-Jorge-da-Mina/>

O apogeu do colonialismo se vincula à chamada Partilha da África, ocorrida na Conferência de Berlim (1884-1885). Na capital alemã as potências europeias reunidas dividiram entre si o continente africano.

“Cada fronteira, assim talhada no corpo da África, assemelha-se de fato a um sulco aberto com faca de caça” (KI-ZERBO, Joseph)



Mapa e charge sobre a partilha da África.

TESTEMUNHOS DE RESISTÊNCIA

Nada mais equivocado do que apresentar a conquista do continente africano como simples resultado da imediata submissão dos povos locais às investidas dos conquistadores. Em sua grande maioria, as autoridades e dirigentes africanos se opuseram às tentativas de ingerência e imposições externas. Obviamente que tendo em conta as condições objetivas e limites possíveis, procuraram impor os interesses próprios de sua comunidade. Abaixo algumas declarações desses líderes africanos.

Em 1891, quando os britânicos ofereceram proteção a Prempeh I, rei dos Ashanti, na Costa do Ouro (atual Gana), ele replicou:

"A proposta para o país Ashanti, na presente situação, colocar-se sob a proteção de Sua Majestade, a Rainha e Imperatriz da Índia, foi objeto de exame aprofundado,mas me permitam dizer que chegamos à seguinte conclusão: meu reino, o Ashanti,jamais aderirá a uma tal política. O país Ashanti deve continuar a manter, como até agora, laços de amizade com todos os brancos. Não é por ufanismo que escrevo isto,mas tendo clareza do significado das palavras [...]. A causa dos Ashanti progride, e nenhum Ashanti tem a menor razão para se preocupar com o futuro ou para acreditar,por um só instante, que as hostilidades passadas tenham prejudicado a nossa causa."

Em 1895, Wogobo, o Moro Naba, ou rei dos Mossi (na atual República do Alto Volta [Burquina Faso]), declarou ao oficial francês, capitão Destenave:

"Sei que os brancos querem me matar para tomar o meu país, e, ainda assim, você insiste em que eles me ajudarão a organizá-lo. Por mim, acho que meu país está muito bem como

está. Não preciso deles. Sei o que me falta e o que desejo: tenho meus próprios mercadores; considere-se feliz por não mandar cortar-lhe a cabeça. Parta agora mesmo e, principalmente, não volte nunca mais."

Quando os italianos lançaram sua campanha contra a Etiópia, com a conivência do Reino Unido e da França, Menelik (imperador da Etiópia) proclamou de novo, em 17 de setembro de 1895, uma ordem de mobilização na qual declarava:

"Os inimigos vêm agora se apoderar de nosso país e mudar nossa religião [...]. Nossos inimigos começaram a avançar abrindo caminho na terra como toupeiras. Com a ajuda de Deus, não lhes entregarei meu país [...]. Hoje, que os fortes me emprestem sua força e os fracos me ajudem com suas orações."

[Os textos citados foram retirados de: BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.) História geral da África, VII - África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p.4-5].

CABO VERDE: MARCAS DO COLONIALISMO

Para falar do colonialismo na África, iremos dar destaque para o colonialismo português no continente. Nessa seção usaremos como fonte principal o projeto "Racismo em português", da jornalista portuguesa Joana Gorjão Henriques [[Clique aqui para acessar o site](#)]. Ao desenvolver o trabalho, Joana visitou as cinco ex-colônias de Portugal: Angola, Guiné- Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique. Entrevistou moradores com diversas atividades, procedências e classes sociais. Também conversou com intelectuais que se dedicam a investigar as heran-

ças e permanências do colonialismo na atualidade.

Tomaremos como referência de estudo Cabo Verde, um país formado por um conjunto de dez ilhas na costa oeste africana, com profundas relações históricas e sociais com o mundo colonial português.

"Cabo Verde foi um 'hipermercado a céu aberto de compra e venda de escravos', um dos mais importantes entrepostos de comércio de pessoas escravizadas.

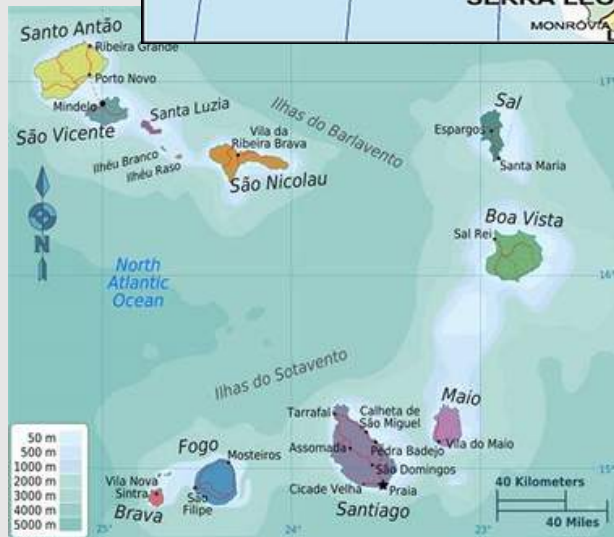
O arquipélago torna-se uma porta de entrada e de saída de escravos. E nasce, como país, 'num contexto especial de mudança da economia atlântica, da economia mundial, ou melhor, da economia-mundo', onde se fazia 'a inclusão de uma nova mercadoria que era o escravo negro'."

Ao se observar as construções, muros, fortes, igrejas, ruas, calçadas, pelourinho de Cabo Verde, é possível perceber a importância do tráfico atlântico de escravos, impulsionado pelo colonialismo, para forjar o passado cabo-verdiano - edificado nesse contexto como um grandioso entreposto de cativos africanos, que seriam comercializados na América.

Na atualidade, a identidade cabo-verdiana é permeada por algumas contradições. Forjada em um passado colonial português, às vezes se entende como diferenciada em relação ao mundo africano e muito mais próxima à antiga metrópole (Portugal). As referências ao colonizador estão visíveis em toda parte: arquitetura, monumentos, estátuas, nomes de ruas... Ao mesmo tempo, discursos raciais de diferentes expressões e configurações estão presentes no cotidiano, sempre criando grupos inferiorizados e fomentando tensões sociais diversas.



Localização de Cabo Verde no mapa.



Detalhes da localização e do mapa de Cabo Verde.

REFERÊNCIAS

ADE AJAYI J. F..História geral da África - Volume 6: África do século XIX à década de 1880. Editora Cortez: 2011

BARCELOS, Silvânio. Paternalismo: Uma maldita herança da escravidão. 2015

BITTENCOURT, Marcelo. Leituras do colonialismo. In: JORGE, Nedilson (Org.). História da África e relações com o Brasil. Brasília: FUNAG, 2018,

BOAHEN, Albert Adu (Ed.) História geral da África, VII - África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. V. II. 3a ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2002

MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

TRAJANO FILHO, W; DIAS, J.B. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. In: Anuário Antropológico - 2014. Vol.40. nº 2. Brasília: UnB, 2015



A Europa moderna: reformas religiosas e estados absolutistas



*Professores Residentes: Eduarda Wille
Zarnott e Ruan da Silveira Isnardi*

A Reforma Protestante

Provavelmente tu já tenhas ouvido falar sobre a Reforma Protestante. Trata-se de movimentos críticos nascidos dentro da Igreja contra ela própria que culminou em alguns cismas no século XVI. O período da reforma ficou marcado por movimentos cristãos que tinham em comum três doutrinas principais: justificação pela fé, sacerdócio universal e infalibilidade apenas da bíblia.

Geralmente, de forma equivocada, as pessoas culpam os desvios morais de Roma pelos cismas, mas não é bem este o motivo. Jean Delumeau, importante historiador do Cristianismo, diz que as imoralidades do clero no tempo de Gregório VII, ou seja, no século XI, não eram menores que as do século XVI. No entanto, a partir do cisma do oriente, quando a Igreja ocidental é excomungada da comunhão oriental, há uma escalada do poder eclesiástico romano.

Como Tudo Começou

Não é viável adentrar nos pormenores do início do cristianismo até os tempos da Reforma. Mas é importante denotar a fala de Delumeau. Os concílios eram reuniões dos Bispos do mundo inteiro para decidir assuntos importantes. Neste período não havia primazia de um Bispo sobre outros, cada Diocese era a Instância máxima da sua Igreja. O concílio de Calcedônia, ocorrido em 451 a.D., tratou do problema dos mosteiros. Os monges e monjas foram os grandes responsáveis pela evangelização da Europa, mas não obedeciam aos Bispos. O maior medo das Igrejas estabelecidas era a perda de seus bens, tendo em vista que diferente dos abades, que faziam voto de pobreza, boa parte dos Bispos eram príncipes e líderes políticos. O concílio então submeteu os mosteiros a liderança dos Bispos. Isso prova que os esbanjos e abusos eram bem mais antigos que no período reformador.

O Grande Cisma

Há 7 concílios chamados Católicos, ou seja, Universais, que ocorreram entre os anos de 325 e 787. Em alguns, como o de Arles, o Bispo de Roma não participou, mas, de modo geral, os Bispos presentes votavam e os outros acatavam, a Igreja que rompesse com uma decisão deveria ser apartada da fé Católica. Isso é importante para entender a reforma porque no século X (em 1014 por Bento VIII) a Igreja Romana alterou o credo niceno-constantinopolitano, mudando, assim, a decisão de um concílio. Isso levou a excomunhão da Igreja Romana em 1051, pelos patriarcas do oriente. A partir daí surge a Igreja Católica Apostólica Romana, em oposição às Igrejas Católicas Ortodoxas. Ortodoxo significa correto, ou em alinhamento com as decisões dos 7 concílios ecumênicos. O uso deste termo ocorre em oposição a Roma, que por ter mudado o credo, passou a ter uma doutrina heterodoxa, ou seja, alterada.

A criação da clausula filioque, e sua adição ao credo niceno-constantinopolitano, fez com que a Igreja tivesse primazia nos assuntos de fé. Pois que antes o Espírito procedia apenas do Pai, de quem a vontade é desconhecida, então outras doutrinas, como foi o monasticismo, podiam ser incluídas, a partir da clausula, procedendo do Pai e do Filho, a Igreja passa a ter primazia sobre todos os assuntos de fé. Pois ela é o próprio Deus Filho (1 Coríntios 12), e a partir disso ela passa a ter controle absoluto mesmo sobre os sacramentos (Batismo e Eucaristia). Está é a grande diferença a que Delumeau se refere, quando o Espírito procedia apenas do Pai, os erros da Igreja não criavam problemas teológicos, mas agora que o Espírito procede do Filho, ou seja, da Igreja, os problemas que ocorrem passariam, na mentalidade daquelas pessoas, a por em risco sua salvação.

A excomunhão da Igreja ocidental fez muitas pessoas na Europa crerem que as portas do céu haviam se fechado. A histeria tomou conta, misturava-se a crise de fé com as pestes, a crimi-

nalidade e tudo que se seguia de pessoas que acreditavam não adiantar mais serem boas porque o céu havia sido fechado para os ocidentais. A crise formou um descrédito irrecuperável, em 1215 a Igreja Romana decidiu pela doutrina da transubstanciação, ou seja, o Pão e o Vinho viram verdadeiramente o Corpo e o Sangue de Cristo. Isto foi recebido com deboche pelos ingleses que transformaram a expressão “hoc est enim corpus meum” , em “hocus pocus” , dizendo que os padres faziam magia ao transformar uma substância em outra. Em 1307 a Igreja de Roma trocou sua Sé para Avignon, na França. Não eram os Bispos que chamavam os concílios, mas o imperador romano em constantinopla. Com o cisma houve uma crise em quem seria a autoridade colegial da Igreja, por tanto, o rei de onde estivesse a sé, seria o responsável.

Cisma do Ocidente

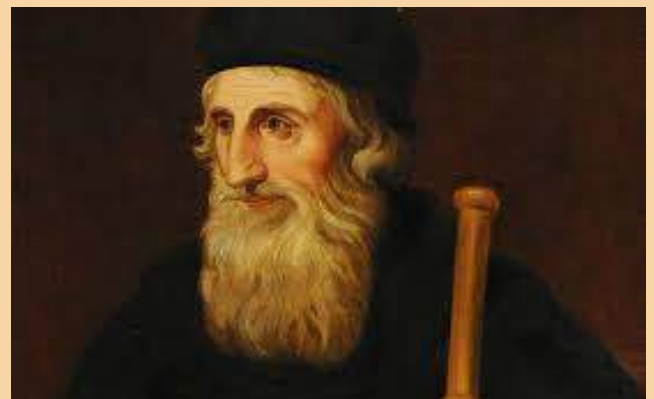
O parlamento Inglês se irou de tal forma com a Igreja que se tornou corrente dizer que se Abel fosse padre o júri de Londres inocentaria Caim. Entre 1307 e 1417 a Igreja de Roma ficou sediada na França, após a morte do Papa Gregório XI foi eleito, na Itália, o Papa Urbano VI, para fazer a sé voltar a Roma. Mas Urbano se portava de forma tiranica, um novo Papa então foi eleito, novamente para Avignon, Clemente VII. Urbano VI, no entanto, não aceitava a deposição, em Florença foi convocada uma nova reunião de cardeais para resolver o assunto, foi eleito o Papa João XXIII, nenhum dos outros dois voltou atrás e a Igreja passou a ter três Papas. A crise durou até a eleição de Martinho V, em 1417. A crise durou tanto tempo porque foi financiada pelos estados modernos que ainda tentavam, no ocidente, assumir o posto de Constantinopla.

Antecedentes da Reforma

John Wycliffe ficou conhecido como a estrela matutina da reforma. Graduado em teologia em 1365, doutorado em 1372, defendia o sacerdócio

universal, o acesso de todas as pessoas à Bíblia, e esta como fonte principal e a salvação pela fé. John não foi condenado primeiro por ser rico, segundo porque na Inglaterra a hostilidade à Igreja Romana era alta. Ele criou o grupo dos “cochichadores” , pessoas que iam difundindo estas ideias em grupos secretos. Jan Huss viveu na Alemanha, posterior a Wycliffe, defendeu as mesmas ideias, mas estando no Sacro Império Romano Germânico foi condenado a fogueira por causa delas.

A Igreja, como detentora da salvação, passou a vendê-la em quermesses e jogos, terrenos no céu eram vendidos pelas ruas da Alemanha para financiar cruzadas e construção de Palácios Episcopais e capelas. A imagem da penitência, da dor, das privações, do ascetismo... O uso do crucifixo sangrento no lugar do Cristo ressurreto foi difundida nas Igrejas. Enquanto toda a cristandade se penitenciava, em Roma, segundo Delumeau, cardeais usavam vestes purpuras, grandes peças de ouro e viviam como príncipes. A Rainha Cristina da Suécia, única mulher sepultada na Basílica de São Pedro, é lembrada por promover festas orgiásticas entre o alto clero em Roma.



John Wicliff (1330 - 1384)

A Reforma

Diante de todas estas coisas, Martinho Lutero, um frade alemão, escreveu 95 teses questionando a Igreja. Entre elas estava inclusive a prática de heresias condenadas por ela própria. Em 1517 Lutero pregou suas teses na porta da Catedral de Nuremberg, ainda que ele estivesse

revoltado, isso por si não era um ato de rebeldia. Lutero era professor da Universidade de Nuremberg e pregar as lições na porta da Catedral era como “postar no moodle”. O objetivo era promover um debate numa aula de filosofia, mas foram feitas cópias e divulgadas por alunos. As teses foram pensadas diante da insatisfação do reformador com Johann Tetzel, o vendedor de indulgências de Nuremberg. Indulgências eram perdões da Igreja que poderiam ser comprados, segundo Tetzel, ao cair a moeda no fundo da caixinha, a alma saltava do purgatório para o céu.



Martim Lutero
(1483 - 1546)

O que nos importa dos encaminhamentos sobre Lutero é que ele foi excomungado por Alexandre X por se negar a retratação. O Papa exigia que ele dissesse que tudo que escreveu era falso, Lutero se negava. Frederico, o Sábio, príncipe da Saxónia, disse que só condenaria Martinho se ele fosse refutado por teólogos Papais. Grandes debates foram promovidos e por fim, com a excomunhão de Lutero, grupos cristãos, expulsos de Roma, professantes de novas visões, começaram a se organizar formando novas Igrejas. Outro reformador importante foi Calvino, criador do presbiterianismo, que professava a salvação pela predestinação, ou seja, quem tiver de ser salvo já nasceu salvo e nem pode fazer nada para ser condenado como que nasceu condenado não pode fazer nada para ser salvo.

Além da questão da salvação, que para luteranos estava na graça, para presbiterianos na predestinação e para anglicanos é universal, a comunhão se tornou outra questão. Para os calvinistas era simplesmente espiritual, para os luteranos Cristo está ali junto com a substância do pão e do vinho, e só permanece para aqueles que tem fé. Para os anglicanos há presença real, ou seja, Cristo verdadeiramente está ali, não entendemos como. O estabelecimento do luteranismo por Frederico III revelou também atritos entre os reformadores. Líderes anabatistas que exigiam o fim do regime de servidão na Alemanha foram condenados por Lutero em 1525, sendo duramente perseguidos e mortos. A sua principal diferença com outros reformadores é que os anabistas defendiam a nuda scriptura, ou seja, enquanto os outros liam a bíblia com método histórico crítico, tentando entender os contextos e significados, os últimos achavam que a Bíblia deveria ser lida por si só.

A reforma Inglesa, ou Reforma Anglicana, é bem diferente das outras. Os reformadores anglicanos não queriam formar uma nova Igreja, segundo Delumeau, a Igreja Anglicana só se manteve porque os ingleses já estavam habituados a desrespeitarem Roma. Havia uma Igreja na Inglaterra que ficou conhecida como Igreja Católica Celta, foi unida a Roma durante o sínodo de Whitby, em 664. Mas ainda assim houve resistência até o século X, no século XIII, indignados com os impostos das Anátemas (usados por Roma para investir nas Cruzadas), a Igreja Anglicana se declarou livre e independente, que é a primeira cláusula da constituição Inglesa de 1215. Por questões políticas a Igreja voltou a se submeter, mas durante o período da Reforma, Henrique VIII, o Rei Inglês, não conseguia ter filhos homens, então os clérigos sugeriram que isso se devesse ao fato de que sua esposa, que era viúva de seu irmão, estava em Pecado. Henrique solicitou o divórcio a Roma.

O Papa, na época Clemente VII, estava sequestrado por Carlos V, tio de Catarina, esposa de Henrique. O Papa então pediu paciência, mas

o clero inglês pressionou pelo cisma. Henrique, que tinha o título de defensor da fé, por se opor ao luteranismo, aceitou as sugestões do clero inglês. Declarou-se chefe da Igreja da Inglaterra. Fatalmente foi sucedido por sua filha, Maria I, que era católica romana, e recebeu o título de Maria Sangrenta, por causa de seu governo tirânico. O povo comemorou sua morte prematura e conduziu ao trono Elizabeth I, que de fato estabilizou a Igreja. Que mantendo Bispos e ritos litúrgicos, permaneceu católica, mas criou o Livro de Oração Comum, obrigou que a missa fosse rezada na língua do povo e que todos tivessem acesso a Bíblia, dessa forma se fez Católica, mas também reformada. Dos mais de 9.400 clérigos ingleses, menos de 400 resistiram a jurar fidelidade a Rainha. Mais tarde conhecida por vencer em guerra a armada invencível do Papa.

Enquanto estas coisas ocorriam três éditos foram feitos na Europa. Éditos eram documentos legais resultantes de debates jurídicos. O primeiro foi o Édito de Worms (1521), condenou como criminoso todo que se opusesse a Igreja de Roma. Em 1526 o primeiro Édito de Espira dizia que caberia aos príncipes decidir que religião seu povo professaria, suspendendo Worms, em 1529 um novo édito foi lançado. II Espira retomou Worms, os reformadores, seus escritos e quem os apoiasse eram considerados criminosos. Os grupos que protestaram contra este último ficaram conhecidos como protestantes.

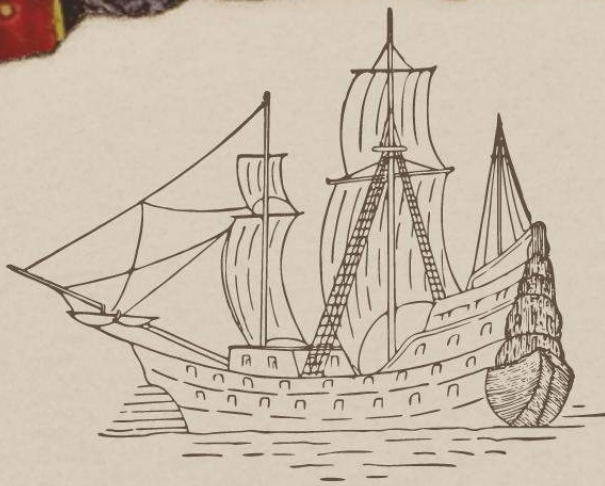
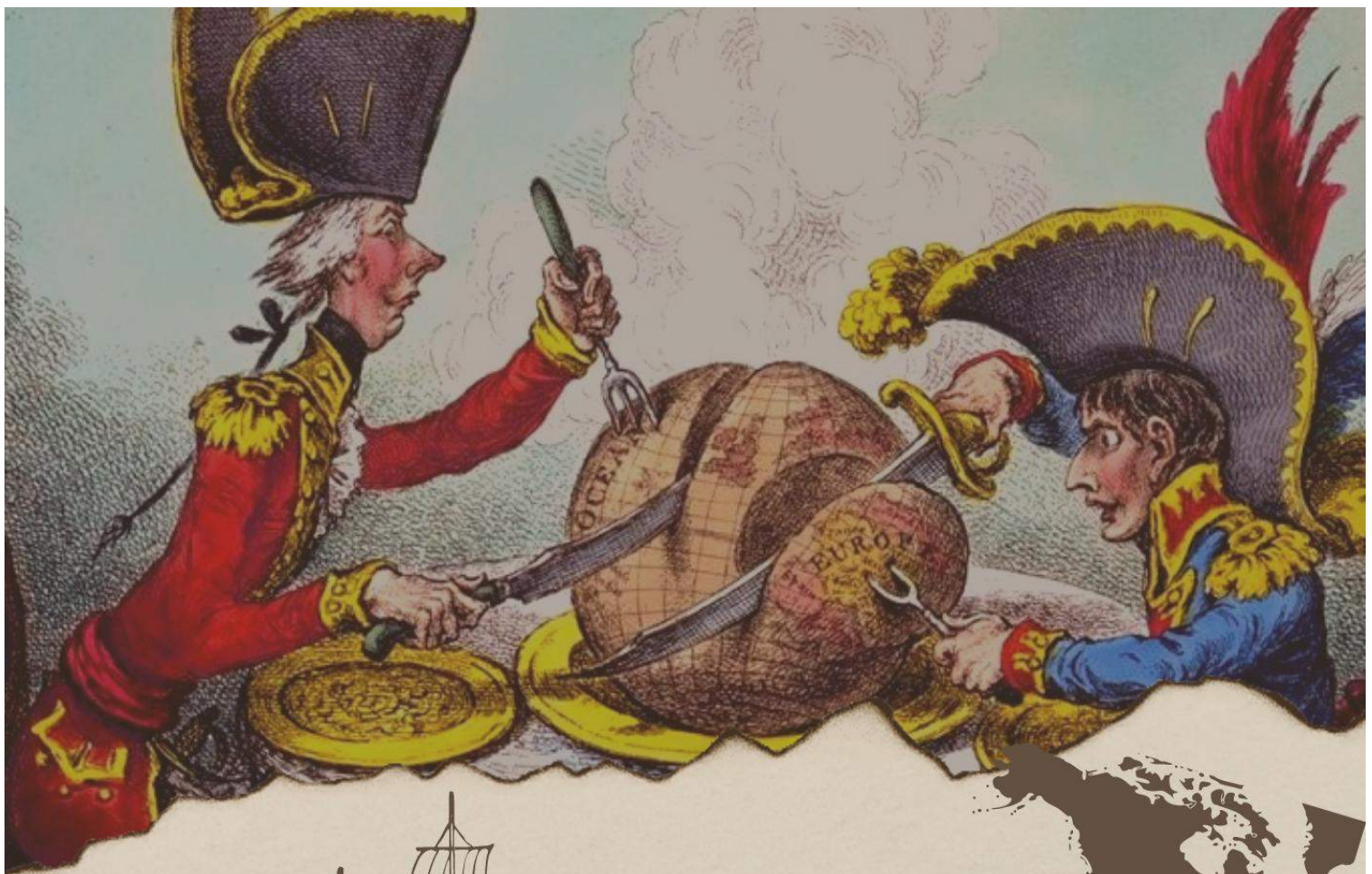
As grandes heranças da reforma são a alfabetização em massa, que proporcionou a difusão do conhecimento para muitas pessoas e as impulsionou aos direitos civis. Outra coisa é a função política da reforma, os maiores impostos pagos, que eram para Roma, foram abolidos, criando aristocracias rurais em diversos locais, que sustentaram o protestantismo. Na forma de colonização das Américas é visível a diferença entre estados fundados por pessoas alfabetizadas e conhecedoras dos seus direitos em oposição aqueles que se estabeleceram por feudelistas navais. A importância da leitura das escrituras era tamanha para os reformadores que foram os grandes difusores da imprensa.



Em Pelotas, a Catedral Anglicana do Redentor, popularmente conhecida como Igreja cabeluda em decorrência da vegetação que a cobre, é um exemplo de local de culto de religião protestante.

Referências

- BETTO, F. (10 de 04 de 2005). Curiosidades do papado. *Jornal do Brasil*, p. A8.
- BRAY, D. (2018). *Celtic Spirituality: Its Origins and Interpretations*. Churchman Vol 114.3.
- BROWN, P. (1999). *Ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença.
- Catecismo da Igreja Católica. (1993). São Paulo: Loyola.
- Cesaréia, E. d. (2019). *História Eclesiástica* (3ª ed.). (W. Fischer, Trad.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Fonte Editorial.
- CHARRONE, J. P. (2017). *A política missionária de Gregório Magno na Britannia: encontros e desencontros do mundo romano e anglo saxão*. Brathair.
- DEMACOPOULOS, G. F. (2015). *Gregory the Great: Ascetic, Pastor, and the First Man of Rome*. Notre Dame: Notre Dame University Press.
- DIAS, G. (2011). *Quando os Monges eram uma Civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*. Santa Maria da Feira: CITCEM.
- DUQUE, F. d. (2012). *A Igreja Missionária e a (re) cristianização da Bretanha*. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 11.
- HILLGARTH, J. N. (2004). *Cristianismo e Paganismo, 350-750, A Conversão do Ocidente*. (W. V. Costa, Ed., & F. A. Rezende, Trad.) São Paulo, São Paulo, Brasil: Madras.
- MUCENIECKS, A. (2013). *Gregório Magno e a Construção do Modelo Pastoral do Medievo*. *Via Teológica*, 8-23.
- OLIVEIRA, V. (2017). *História do Anglicanismo na Inglaterra*. São Paulo: Fonte Editorial. *Padres Apostólicos* (Vol. I). (2018). São Paulo: Paulos.
- BELMAIA, N. (2018). *Monaquismo(s): romano, insular e a definição da Páscoa no Sínodo de Whitby no século VII*. *BRATHAIR*, 125-158



A formação da América colonial



Professores Residentes: Jéssica Camargo Trisch e José Paulo Quadro Machado

COLONIALISMO

O colonialismo é um **SISTEMA** marcado pela imposição do poder da **METRÓPOLE** sobre a **COLÔNIA** com o objetivo de explorar territórios e populações para o benefício econômico e imposição de um modo de vida. O colonialismo baseia-se em inúmeras formas de violências: patriarcado (os homens têm a autoridade, com prejuízo para as mulheres), racismo (hierarquização dos seres humanos baseados em características físicas e culturais) e eurocentrismo (o homem europeu como modelo de civilização).

Metrópole

s.f. [me-tró-po-le]

Território que anexa e coloniza outros sob sua administração.

Colônia

s.f. [co-lô-ni-a]

Território que é anexado e colonizado pela Metrôpole.

RAÇA E PATRIARCADO: FERRAMENTAS DO COLONIALISMO

Raça NÃO é natural, ou seja, é um conceito pensado e construído pelo homem. Mais especificamente, inventado nessa época que estamos começando a estudar: a modernidade (século XVI). O que significa que a raça tem **HISTÓRIA** (⇒).

Os europeus desenvolveram o conceito de raça para justificar a dominação sobre os povos que queriam explorar: primeiramente, os nativos das terras invadidas. Depois, os negros escravizados. A discriminação contra as mulheres não é uma invenção da modernidade como o raça, mas também **NÃO** é natural. Com a ascensão do capitalismo, as diferenças sexuais existentes e reconstruídas foram usadas para impor novas funções sociais.

Em outras palavras: a diferenciação entre homem e mulher e entre masculino e feminino foi hierarquizada para justificar a dominação dos homens sobre as mulheres, a exclusão delas do espaço público e o uso da mão de obra não remunerada de mulheres para a reprodução (não só no sentido biológico de gerar a vida, mas também dos cuidados necessários) da mão de obra remunerada, ou seja, os trabalhadores.

Lembra o debate que tivemos sobre historiografia? Pois é, é sobre isso que estamos falando aqui.. Tudo faz parte da história, ou seja, nada é permanente mesmo quando as mudanças levam muito tempo.

O CONTEXTO EUROPEU

A transição do século XV para o XVI foi um período de grandes mudanças na

Europa:

1. conflitos entre católicos e protestantes;
2. consolidação dos Estados nacionais, concentrando o poder nas mãos dos reis;
3. transição do Feudalismo para o Capitalismo;
4. invenção da prensa móvel, que agilizou e barateou a impressão de livros e jornais;
5. renascimento italiano;
6. mercantilismo e sua necessidade de metais preciosos;
7. gradual aumento de poder da **burguesia**;
8. expansão marítima.

Após consolidar o poder nas mãos do monarca, Portugal pode tentar descobrir uma nova rota de comércio que não fosse pelo disputado **Mar Mediterrâneo**. Ao longo de todo o século XV, foram contornando o oeste africano (e nesse meio tempo ficando muito ricos graças ao comércio com os povos que ali viviam) até encontrarem uma nova rota para as Índias em 1487.

A Espanha, após se unificar e estabilizar politicamente, tornou-se uma concorrente de Portugal no **Atlântico**. Um tratado entre Portugal e Espanha, que tinha o Papa como mediador, impediu a coroa espanhola de explorar a África. Com poucas opções, os reis espanhóis decidiram apostar num navegador genovês chamado Cristóvão Colombo, que acreditava poder descobrir uma nova rota para as Índias pelo oeste. Desde a antiguidade, sabia-se que a terra era redonda e Colombo acreditava que poderia navegar diretamente da Espanha até as Índias (Ásia), mas acabou encontrando um outro continente. Ao chegar em uma ilha do Caribe em 1492 (atual Bahamas), ele pensou ter chegado às Índias, e morreria em 1506 ainda achando isso. Por isso, os milhões de habitantes que viviam no território foram chamados **índios** - ainda que possuíssem inúmeras culturas, falassem inúmeras línguas,

vivessem de forma nômades ou em cidades, como **Tenochtitlán** (que foi uma das maiores cidades do mundo na época).

Esses povos iriam ter seus modos de vida seriamente impactados pela colonização espanhola e, em seguida, portuguesa, francesa, holandesa e inglesa. No entanto, homens e mulheres nativos não aceitaram passivamente a dominação européia. Houve resistência para preservar suas existências e culturas.

Burguesia: é a classe social que controla o capital e os meios de produção.

Mar Mediterrâneo: está localizado entre Europa, Ásia e África, tendo ligação com o Oceano Atlântico pelo estreito de Gibraltar.



Oceano Atlântico: separa a Europa e África (a Leste) da América (a Oeste).

Índios: a permanência do termo no vocabulário, mesmo depois de ser descoberto que não estavam na Índia, demonstra o preconceito dos europeus, que generalizavam todos os povos diferentes a eles. Hoje em dia, os termos mais utilizados são: indígenas, povos originários e nativos.

Tenochtitlán: era a capital do Império Asteca, localizada onde atualmente se encontra a Capital do México

AS RESISTÊNCIAS

Nas novas terras, os europeus esperavam encontrar mão de obra e recursos naturais. No entanto, os povos originários não obedeceram na medida desejada pelos colonizadores. O conflito resultou num genocídio (⇒) através de armas, trabalho forçado e doenças, diminuindo entre 90% e 95% da população: 20 milhões no México, 18 milhões nos Estados Unidos da América, mais de dez milhões nos países andinos, mais de quatro milhões no território brasileiro.

Entre as formas de resistência: estavam fugas, defesa dos territórios, ataques a vilas e fazendas, suicídio, rejeição e crítica aos modos de vida europeu, entre outros. Confira a história de algumas revoltas e os relatos que mostram a diversidade das formas de resistência que os povos originários desenvolveram para sobreviver e manter sua cultura viva:

Confederação dos Tamoios: Os Tamoio ou Tupinambá, da família Tupi, foram um povo guerreiro que ocupava a região do Rio de Janeiro até Ubatuba (SP). Aliados aos franceses durante dez anos (1555-1565), formaram a Confederação dos Tamoios que ameaçou o povoamento português nas capitanias do sul.

Rebelião de Tupac Amaru II: Tupac Amaru II era um comerciante mestizo do Peru, que descendia do último imperador Inca, Tupac Amaru. Liderou uma revolta em 1780 para acabar com o trabalho forçado e impostos para indígenas. Antes da revolta, Tupac Amaru II havia tentado avanços por vias pacíficas e até recebeu apoio criollo, mas não conseguiu nenhuma mudança. Com a revolta dos indígenas, os criollos retiraram seu apoio e Tupac Amaru II foi capturado e executado, contudo sua luta permaneceu na história, inspirando inúmeras revoltas nos séculos seguintes.

Genocídio

s.m. [ge-no-cí-di-o]

1. extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso.
2. destruição de populações ou povos.

Relato de um chefe do povo Gaspesian, do final do século XVII, que vivia no território do atual Canadá: “Vocês nos censuram injustamente, alegando que nosso país é um pequeno inferno na terra em contraste com a França, um paraíso terrestre, já que possui - como dizem - todo tipo de provisão em abundância. Também afirmam que somos os mais miseráveis e infelizes dos homens, vivendo sem religião, sem educação, sem honra, sem ordem social - numa palavra, sem regras, como os animais dos bosques e florestas, privados de pão, vinho e uma infinidade de outros confortos que são comuns na Europa. Bem, irmãos, se ainda não sabem o que os índios realmente pensam do vosso país e das vossas nações, eu vou dizer agora. Peço que acreditem - por mais que pareçamos miseráveis aos olhos de vocês - que nos julgamos muito mais felizes, porque nos contentamos com o pouco que temos. Vocês se decepcionarão enormemente se pensam em nos convencer de que vosso país é melhor do que o nosso. Se a França fosse um paraíso terrestre como estão dizendo, seria sensato deixá-la? Porque abandonariam mulheres, filhos, parentes e amigos? Por que arriscariam a vida e as propriedades?”



AS RESISTÊNCIAS



Com a chegada dos africanos escravizados, eles também se tornam agentes de resistência: fugas, revoltas, recusa a trabalhar, formação de quilombos, desobediência, suicídio, abortos, etc.

Revolução Haitiana: A primeira colônia a se tornar independente após as inglesas, o Haiti, ocorreu em um processo singular. Na então colônia francesa de São Domingos, metade da ilha dividida entre franceses e espanhóis, o processo violento de colonização havia dizimado os povos nativos e para desenvolver a produção de açúcar utilizou-se do trabalho de africanos escravizados. Ao longo do tempo os negros e mestiços tornaram-se 90% da população da colônia que era mantida com mão de ferro por ser uma das mais lucrativas colônias francesas. Essa repressão impulsionou inúmeras rebeliões de escravizados na colônia a partir de 1790 e logo a população negra encontraria seu mais famoso líder, Toussaint L'Ouverture, que comandou o movimento de emancipação da ilha e dos escravizados. No entanto, L'Ouverture foi preso e enviado para a França, onde morreu em 1803. No ano seguinte, a luta recomeçou e outro ex-escravizado, Jean-Jacques Dessalines, conseguiu proclamar a independência do primeiro país fundado por escravizados negros.

Quilombo de Palmares: Após a invasão dos holandeses a Pernambuco em 1630, vários escravizados aproveitaram a confusão e fugiram para a região da Serra da Barriga, em Alagoas. Lá surgiram várias aldeias no meio da floresta que viriam a formar o Quilombo dos Palmares. O Quilombo desenvolveu-se politicamente independente, seguindo o formato de reinos africanos, mas relacionava-se comercialmente com as vilas do entorno. Chegou a totalizar mais de 20 mil moradores, a mesma população de Salvador na época, e cobria uma área do tamanho de Portugal, no meio do Brasil. Temendo o seu exemplo, a administração colonial enviou diversas expedições militares, que foram todas derrotadas. Durante algum tempo Ganga Zumba, o Rei de Palmares, fez um acordo de paz com os brancos, entretanto, estes só queriam ganhar mais tempo para melhorar o ataque. Zumbi e Dandara, foi o casal que liderou a defesa na invasão de 1695 que conseguiu, finalmente, derrotar as forças palmarinas, mas foi preciso importar canhões e granadas da metrópole para isso. Muitos foram mortos ou escravizados, porém a história de resistência do Quilombo dos Palmares segue viva e inspirando até hoje.

COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

Durante os primeiros anos, a ocupação europeia do continente americano ficou só nas ilhas do Caribe (⇒), onde os espanhóis exploraram o ouro de superfície, com trabalho forçado dos nativos. Com o tempo e o esgotamento do metal, o interesse se voltaria para o continente.

As primeiras bases em terra firme foram estabelecidas no atual Panamá, a partir de 1509. Do local saíram expedições de conquista para o norte, até a região onde se encontra a Nicarágua, e para o



COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

sul, em direção ao Império Inca. A conquista inicial foi terceirizada pela Coroa espanhola a particulares, chamados adelantados, que também tinham autorização para explorar a mão de obra. As expedições eram organizadas sob a forma de empresa comercial, os sócios do empreendimento entravam com o que era necessário e depois repartiam o lucro proporcionalmente.

No primeiro momento, os conquistadores tinham amplos poderes, mas com a expansão da área a Coroa passou a exercer o controle administrativo das colônias e acompanhar de perto os mecanismos reguladores, como a cobrança de impostos.

ADMINISTRAÇÃO

Na metrópole, a casa de contratação deveria fiscalizar a entrada e a saída de riquezas, para evitar o contrabando, foi instituído o regime de porto único. O navio que comercializava com a colônia só poderia partir de um único porto na Espanha e atracar em apenas um dos três portos autorizados na América.

Por cobrirem uma área tão vasta, as colônias espanholas foram divididas em regiões administrativas, chamadas vice-reinos e capitânias-gerais, dependendo do tamanho. As autoridades regionais eram chamadas de vice-reis, que representavam os interesses do rei da Espanha na colônia.

A construção de cidades seria um dos traços marcantes na colonização espanhola. Durante a conquista, os espanhóis fundaram diversos centros urbanos, inclusive, alguns passaram a contar com universidades que, asseguravam a consolidação do domínio da cultura hispânica sobre os povos do novo mundo.

ECONOMIA E TRABALHO

A principal atividade econômica da América espanhola era a mineração. Havia minas de ouro,

mercúrio e, principalmente, prata. Localizava-se no vice-reino do Peru e da Nova Espanha. Porém, a que mais utilizava a mão de obra era a agricultura. As **plantations** (↓) produziam açúcar, tabaco, algodão e cacau, mas também havia fazendas ligadas ao mercado de abastecimento interno, que forneciam trigo, milho, batata, arroz e frutas. No vice-reino do Prata (onde hoje estão Argentina e Uruguai), por exemplo, havia fazendas de criação de gado bovino e ovelha.

Existiam três formas de trabalho: a encomienda (trabalho forçado em que comunidades indígenas inteiras eram obrigadas a servir aos colonos espanhóis na agricultura e mineração), o repartimiento ou mita (sistema de trabalho utilizado principalmente nas nas atividades relacionadas ao minério, tinha um caráter obrigatório e temporário em troca de um salário baixíssimo), escravização (era menos comum nas colônias espanholas, não sendo utilizada sistematicamente. Geralmente servia para suprir a falta de trabalhadores indígenas, principalmente no vice-reino de Nova Granada e, no Caribe, em Cuba)



A SOCIEDADE COLONIAL

A sociedade colonial espanhola era muito desigual e as posições sociais também correspon-

COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

diam a diferenças raciais e econômicas. Havia no início da colonização três principais grupos ou castas: os brancos que podiam ser Chapetones (os nascidos na Espanha que ocupavam os cargos mais altos da administração colonial: topo da pirâmide social) ou Criollos (grandes proprietários de terras ou comerciantes filhos de espanhóis, mas nascidos na colônia e por isso com menor presença nos cargos de administração colonial); os indígenas (que através do trabalho compulsório e pagamento de impostos produziam a maior parte da riqueza que as colônias enviavam para a metrópoles mas viviam em condições péssimas) e por último os negros africanos (eram utilizados como mão de obra em regiões específicas onde os indígenas haviam sido dizimados pelos colonizadores como, Cuba e Colômbia). A partir dessas castas, outras foram surgindo sendo a principal o mestizo (fruto do relacionamento entre indígenas e europeus compunham uma camada intermediária na sociedade onde não era como o escravizado, nem pagava imposto como o indígena, mas também não tinha os privilégios dos brancos).



COLONIZAÇÃO INGLESA: AS TREZE COLONIAS

O que hoje conhecemos como Estados Unidos da América, foi no passado um conjunto de Treze colônias inglesas fundadas por grupos religiosos protestantes que fugiam da perseguição religiosa, e outros grupos, como criminosos que substituíram a prisão pela migração e camponeses que foram expulsos do campo para a criação de ovelhas e buscavam novas terras para viver. Nesse período a Inglaterra vivia uma grande crise, voltando suas preocupações para si própria deixando as colônias, fundadas por empreendimentos privados, com bastante liberdade. Além disso, sem aparentemente nenhum metal precioso, o norte desses territórios

não interessava muito a metrópole pois tinha um clima muito parecido com a Europa, o que não permitia a produção de nenhum produto muito rentável como o açúcar.

COLÔNIAS DO NORTE E CENTRO

Essas colônias eram formadas principalmente por famílias de agricultores, que em pequenas propriedades criavam animais, produziam vários tipos de vegetais para principalmente a própria subsistência e podiam também vender o excedente.



COLONIZAÇÃO INGLESA



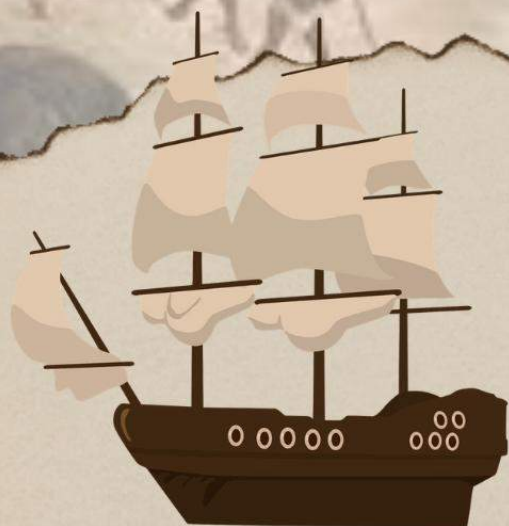
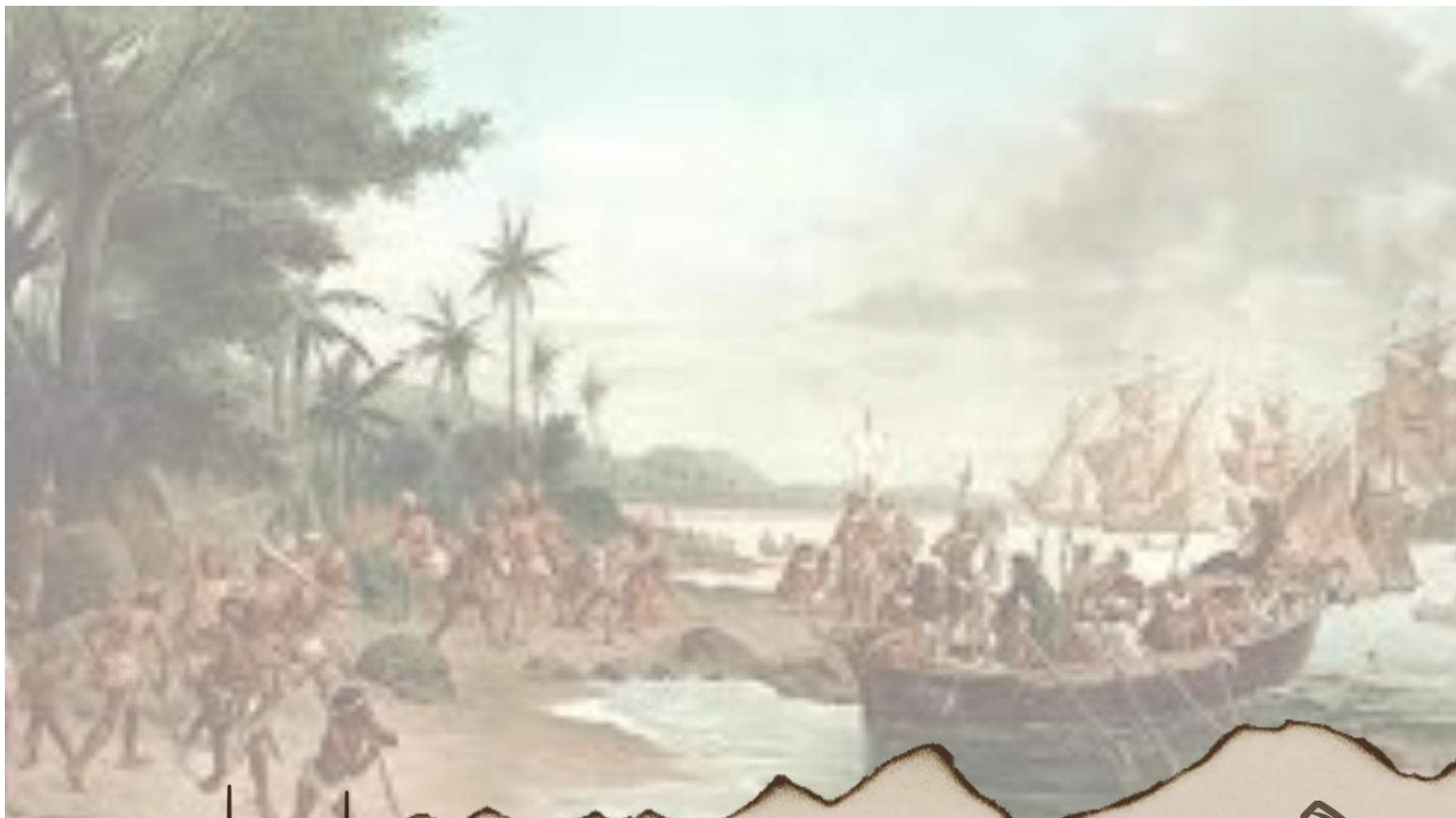
Nas pequenas cidades que iam se formando comerciantes e artesãos iam prosperando junto com as colônias. Apesar do clima não favorecer a produção para a metrópole como foi no caso da América espanhola, os portos naturais e a abundância de madeira propiciou a fabricação de navios e desenvolveu o que viria a ser chamado de comércio triangular. Esse comércio se baseou na produção de rum, por meio do açúcar e melão comprado no Caribe. O rum por sua vez era trocado na África por escravizados que eram vendidos no Caribe e nas colônias do sul e de lá trazia novamente o melão para a produção de rum. Esse sistema e a pouca interferência da metrópole permitiu o enriquecimento das colônias do norte e centro.

COLÔNIAS DO SUL

Diferente das colônias anteriores, nas do sul o clima mais quente, muitos rios e planícies férteis, permitiram o desenvolvimento de uma economia colonial mais parecida com as colônias inglesas do Caribe e as colônias espanholas e portuguesas. No sul desenvolveu-se o sistema de plantation, com uso de trabalhadores brancos livres no início, e posteriormente escravizados africanos. Com essa mudança a produção ficou mais lucrativa mas a sociedade mais desigual que a do norte, concentrando as terras nas mãos de poucos

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- DIÁLOGOS DO SUL. Maior genocídio da Humanidade foi feito por europeus nas Américas: 70 milhões morreram. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/58765/maior-genocidio-da-humanidade-foi-feito-por-europeus-nas-americas-70-milhoes-morreram> . Acesso em: 28 de março de 2021.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante. 2017.
- GONTIJO, Stella. Teoria Decolonial: alternativa de análise para os Estudos de Gênero latino-americanos. In: Diálogos sobre História – Ciclo de Minicursos Online da UFPR. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLut1nvOz7K8ajjoXEcm-wS45IKzAVW7mT>. Acesso em: setembro de 2020.
- LEAH/UFU. Resistência indígena. Disponível em: <http://www.leah.inhis.ufu.br/node/60> . Acesso em: 28 de março de 2021.
- RUFINO, Lázaro. Contribuições do pensamento decolonial para novas perspectivas de investigação e narrativas históricas. In: Diálogos sobre História – Ciclo de Minicursos Online da UFPR. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLsq5aF-AAmmk231a4iuLumjqOk2_QQb0A. Acesso em: setembro de 2020.



O Brasil colonial



*Professoras Residentes: Suelen dos Reis
Andrade e Bruna Aparecida Tomazi*

BRASIL: UMA COLÔNIA

Em 22 de abril 1500 a frota portuguesa de Cabral chega a Porto Seguro na Bahia e teve seu 1º contato com os índios. Os grupos indígenas presentes em 1500 eram os tupi-guarani, Jê, aruaque, caríba, charrua, pano, tucano e outros como os tupinambás.

1503-1504 - Foi a segunda expedição a chegar no Brasil, sob o comando de Américo Vespúcio, responsável pela fundação da 1ª. Feitoria, uma espécie de armazém onde era guardado o pau-brasil que os índios cortavam para os portugueses, no Brasil em Cabo Frio, lugar que hoje é o atual Rio de Janeiro. As feitorias eram criadas em trechos do litoral onde a madeira era mais abundante.

Trouxeram também um grupo de comerciantes interessados na exploração comercial do pau-brasil.

A descoberta de fontes de riquezas imediatas, como os metais preciosos, nas colônias espanholas, e o pau-brasil, na colônia portuguesa, bem como a promessa de novas fontes de enriquecimento nas terras recém-descobertas, impôs um novo paradigma para as relações econômicas da época. Esse movimento ficou conhecido como **Sistema Mercantilista**.

Assim, nos primeiros anos aconteceu a exploração do pau-brasil, toda feita com a mão-de-obra indígena. Nesse período acontecia a troca do trabalho indígena por quinquilharias, essa prática ficou conhecida como escambo. Nesse período aconteceu muita exploração, violência e escravidão contra os indígenas

O PERÍODO COLONIAL

No ano de 1530, o rei de Portugal organizou a primeira expedição com objetivos de **colonização** (olha eu, o link, aqui outra vez). Isso se deu em consequência da redução do comércio com o Oriente e do temor de perder o Brasil, Portugal decidiu colonizar a nova terra, apesar das dificuldades e foi comandada por Martin Afonso de Souza.

MERCANTILISMO

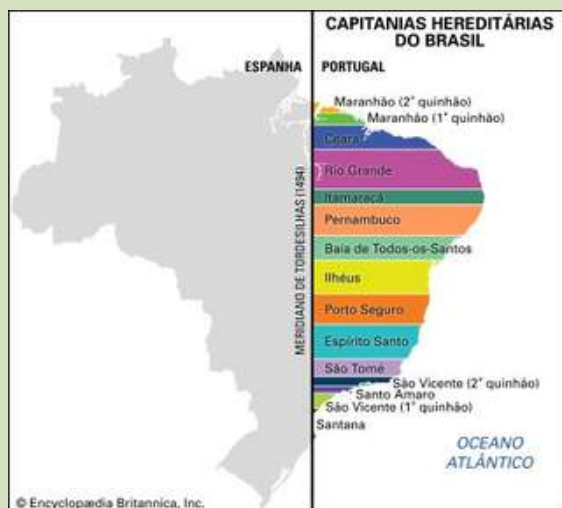
- O termo mercantilismo remete diretamente ao tipo de comércio que movimentava a economia daquele período, a **economia mercante**: compra, venda e transporte de matérias-primas, produtos manufaturados, metais preciosos, etc., por meio dos navios mercantes que iam e viam da Europa para a América e destes continentes para outros, como a Ásia e a África.

QUAIS ERAM OS OBJETIVOS DE MARTIM AFONSO DE SOUZA?



Martim Afonso distribuiu terras a colonos chamados de sesmarias, construiu casas, elaborou leis, estimulou o cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado na colônia.

Para melhor organizar a colônia, o rei resolveu dividir o Brasil em **Capitanias Hereditárias**.



- Percorrer o litoral e, quando julgasse necessário explorar o interior em busca de ouro e prata;
- Expulsar os franceses que fossem encontrados;
- Organizar núcleos de povoamento e defesa;
- Aumentar o domínio português até o rio da Prata, abrangendo terras que não pertenciam a Portugal

O QUE MAIS ELE FEZ???

- Em 1532, Martim Afonso de Sousa fundou no litoral do atual estado de São Paulo, São Vicente, a 1ª. Vila do Brasil.
- Martim Afonso distribuiu terras a colonos chamados de sesmarias, construiu casas, elaborou leis, estimulou o cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado na colônia.
- Ele retornou a Portugal em 1533, devido aos trabalhos realizados aqui, sua expedição é considerada o marco inicial da colonização do Brasil.

O território foi dividido em faixas de terras que foram doadas aos donatários que eram as autoridades máximas dentro das capitanias. Estes podiam explorar os recursos da terra, porém ficavam encarregados de povoar, proteger e estabelecer o cultivo da cana-de-açúcar.

No geral, o sistema de Capitanias Hereditárias fracassou, em função da grande distância da Metrópole (Portugal), da falta de recursos e dos ataques de indígenas e piratas. As capitanias de São Vicente e Pernambuco foram as únicas que apresentaram resultados satisfatórios e prosperaram.

AS CAPITANIAS FRACASSARAM, E AGORA?

criação do governo geral

Após a tentativa fracassada de estabelecer as Capitanias Hereditárias, e para resolver o problema do isolamento, o rei de Portugal criou o **Governo-geral**, em 1548, com o objetivo de centralizar a defesa do território e a administração geral da colônia com sede na capitania da Baía de Todos os Santos.

Eles eram auxiliados pelo ouvidor-mor, encarregado da justiça; o capitão-mor, que cuidava da defesa e o provedor-mor, responsável pelas finanças e pela cobrança dos impostos.

Alguns dos governadores -gerais foram: Tomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá.

Também existiam as Câmaras Municipais que eram órgãos políticos compostos pelos "homens-bons". Estes eram os ricos proprietários que definiam os rumos políticos das vilas e cidades.

As câmaras municipais eram compostas por:

- Um juiz-presidente, que podia ser eleito ou nomeado pelo rei que além de presidir a Câmara, também realizava julgamentos e resolvia conflitos entre os habitantes;
- Quatro oficiais: três vereadores e um procurador.



AS PRINCIPAIS FUNÇÕES DO GOVERNADOR ERAM:

- Nomear funcionários para as capitanias;
- Incentivar a lavoura canavieira;
- Estimular a procura de metais preciosos;
- Ajudar os donatários a resolver os problemas surgidos em suas capitanias.

QUEM FORAM OS BANDEIRANTES?

Os **bandeirantes** (Olá, olha o link para saber mais) eram pessoas que, no início da colonização do Brasil, participavam das expedições desbravadoras pelo interior do país.

Chamadas bandeiras, elas foram realizadas a partir do início do século XVII e por todo o século XVIII. Nessa época eram organizados dois tipos de expedições: as entradas, que eram expedições oficiais e começaram a ser feitas antes, no século XVI, e as bandeiras, que eram de iniciativa particular.

Dom Francisco de Sousa, governador-geral da capitania de São Vicente de 1599 a 1605, foi quem organizou as primeiras bandeiras. A pobreza da capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo) devido à decadência dos canaviais durante o Período Colonial estimulou a organização dessas expedições pelo interior do Brasil.



Domingos Jorge Velho e Antônio Fernandes de Abreu. (foto: Pintura de Benedito Calixto, 1903.)

O QUE FAZIAM?

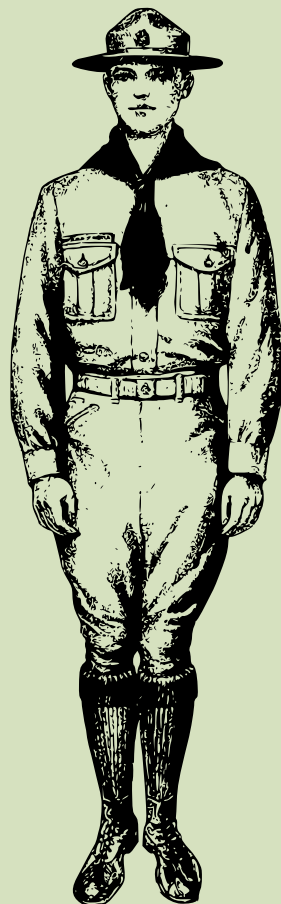
Os bandeirantes entravam pelo **sertão** ainda inexplorado do Brasil para caçar e aprisionar **índios**, que eram vendidos como **escravos** para os fazendeiros, e também para ir em busca de riquezas minerais, como ouro, prata e pedras preciosas.

E SEU LADO NEGATIVO?



As expedições comandadas pelos bandeirantes dizimaram diversos povos indígenas. Os índios que não se submetiam à escravidão eram mortos sem piedade. A mesma violência era utilizada na caça a escravos foragidos. Foi o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho quem destruiu, em 1695, o **Quilombo dos Palmares**, em **Alagoas**, e levou à morte seu líder, **Zumbi dos Palmares**.

Na caça e escravização de índios, os bandeirantes entraram em conflito direto com os jesuítas. Destruíram as **missões jesuíticas** espanholas, que trabalhavam na catequização dos índios, nas regiões onde hoje estão os estados de **Paraná**, **Rio Grande do Sul** e **Mato Grosso**. Por volta de 1640, conseguiram expulsar os jesuítas de São Paulo, sendo que os padres dessa ordem é que haviam fundado a cidade



FORAM IMPORTANTES?



As bandeiras acabaram exercendo papel importante na posse, expansão e consolidação do território brasileiro, pois, ao contrário do que ocorria nas entradas, seus expedicionários ultrapassavam as fronteiras que o Brasil tinha à época. Os bandeirantes tiveram importância também no povoamento do Brasil. Por onde passavam, abriam trilhas e caminhos, às margens dos quais se formaram pequenos povoados — no interior de São Paulo, em **Minas Gerais**, em **Mato Grosso** e em **Goiás**.

As expedições comandadas pelos bandeirantes contribuíram para desenvolver a economia da colônia, e suas descobertas de metais e pedras preciosas possibilitaram o início do Ciclo do Ouro

A exaltação dos bandeirantes, em São Paulo, está presente na nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos. Monumentos que vão desde a bela obra do escultor Breeheret junto ao Parque do Ibirapuera até o assustador Borba Gato, gigante de botas plantado no bairro de Santo Amaro. A estátua, aliás, é muito pouco realista, pois existem boas indicações de que muitos bandeirantes marchavam descalços.

Os bandeirantes saíam de São Paulo e tinham o rio Tietê como um de seus principais meios de acesso ao interior do continente. Chegavam a participar das bandeiras mais de 2 mil homens, entre brasileiros descendentes de portugueses e caboclos ou mamelucos, denominação dada aos mestiços de índio com branco. O comando, porém, era sempre de paulistas de origem portuguesa.

ECONOMIA COLONIAL: O CICLO DO AÇÚCAR

POR QUE PLANTAR CANA?



- Era um produto muito caro e procurado na Europa;
- As condições das terras litorâneas nordestinas eram excelentes para o cultivo como: clima quente, chuvas abundantes e o solo massapé;
- Os portugueses já possuíam experiência no cultivo e na técnica da fabricação do açúcar nas ilhas do Atlântico;

A base da economia colonial era o **engenho de açúcar**. O senhor de engenho era um fazendeiro proprietário da unidade de produção de açúcar. Além do açúcar destacou-se também a produção de tabaco e algodão.

As plantações ocorriam no sistema de plantation, ou seja, eram grandes fazendas produtoras de um único produto, utilizando mão-de-obra escrava e visando o comércio exterior. O Pacto Colonial (olha o link aí ,gente) imposto por Portugal estabelecia que o Brasil só podia fazer comércio com a metrópole.

A SOCIEDADE AÇUCAREIRA

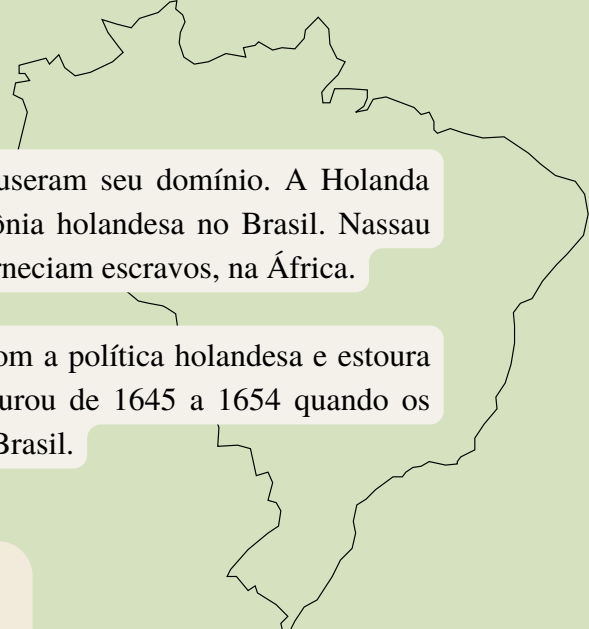
A sociedade açucareira era patriarcal, pois o senhor de engenho exercia um grande poder familiar, social e político. As mulheres tinham poucos poderes e nenhuma participação política, deviam apenas *cuidar do lar e dos filhos*. Não havia mobilidade social era estratificada.

Os dois grupos mais importantes eram o dos senhores de engenho e dos escravos. A terra era a base de riqueza e poder.

Os senhores procuravam explorar ao máximo o trabalho do escravo, e estes resistiam fugindo, matando feitores ou tirando a própria vida.

OS HOLANDESES

A Holanda, em busca de açúcar, resolveu enviar suas expedições para invadirem o Nordeste do Brasil. Sua primeira expedição ocorreu em 1621, na Bahia, contudo, esta não foi bem sucedida.



Em 1630 os holandeses invadiram Pernambuco e ali impuseram seu domínio. A Holanda enviou seu príncipe (Maurício de Nassau) para governar a colônia holandesa no Brasil. Nassau dominou enorme parte do território nordestino e os portos que forneciam escravos, na África.

Com o tempo, os colonos demonstram descontentamento com a política holandesa e estoura um movimento de contestação. A Insurreição Pernambucana durou de 1645 a 1654 quando os colonos conseguiram expulsar definitivamente os holandeses do Brasil.

AS MISSÕES

As missões jesuíticas na América, também chamadas de reduções, foram os aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas. O objetivo principal das missões jesuíticas foi o de evangelizar e catequizar os nativos.

A ordem católica dos jesuítas teve forte presença nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Os jesuítas se dedicaram principalmente a catequizar os indígenas (ou seja, convertê-los ao catolicismo) e a instaurar a educação escolar. Os primeiros missionários jesuítas chegaram ao Brasil com Tomé de Sousa. O grupo era chefiado pelo padre Manuel da Nóbrega.

Um dos colégios fundados pelos jesuítas para ensinar e catequizar os índios foi o Colégio de São Paulo de Piratininga (atual Pátio do Colégio), em 1554. Em torno dele se originou a cidade de São Paulo.

Com o passar do tempo, os jesuítas começaram a exercer grande influência política na colônia, desafiando o poder da coroa portuguesa. Surgiram conflitos entre o clero e o poder metropolitano. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil por Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário do rei de Portugal que depois se tornou o marquês de Pombal.



A DESCOBERTA DO OURO

A descoberta de ouro nos séculos XVII e XVIII vai provocar uma profunda mudança na estrutura do Brasil colonial. A atração que a possibilidade de enriquecimento rápido exerceu sobre a população metropolitana e colonial foi imensa, levando grandes contingentes humanos a se transferirem para a nova região das minas.

Para administrar a região mineradora foi criada, em 1702, a Intendência das Minas, órgão responsável pela fiscalização e exploração das minas. Realizava a distribuição de datas-lotes a serem explorados, e pela cobrança do quinto (20% do ouro encontrado).



Em 1720, foram criadas as Casas de Fundição, que transformavam o ouro bruto (pó ou pepita) em barras.

Quando ocorre o esgotamento da exploração aurífera, o governo português fixa uma nova forma de arrecadar o quinto: 100 arrobas anuais de ouro por município.

QUAIS FORAM AS CONSEQUÊNCIAS DESSA DESCOBERTA?

A mineração mudou o eixo econômico da vida colonial do litoral nordestino para a região Centro-Sul; e incentivou o comércio interno, garantindo a interligação da região das minas com outras regiões do Brasil.

Houve também um grande aumento populacional na região das minas. A sociedade passa a ter um caráter urbano e multiplica-se o número de comerciantes, intelectuais, pequenos proprietários, funcionários públicos, artesãos.


A sociedade mineradora passa a apresentar uma certa flexibilidade e mobilidade que não acontecia na sociedade açucareira.

A VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

Em agosto de 1807, Portugal estava prestes a ser invadido pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Sem condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente de Portugal, D. João, resolveu transferir a corte portuguesa para sua mais importante colônia, o Brasil.

Contou, neste empreendimento, com a ajuda dos aliados ingleses. Nos quatorze navios, além da família real, vieram centenas de funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas à corte portuguesa. Trouxeram também muito dinheiro, obras de arte, documentos, livros, bens pessoais e outros objetos de valor.

Em março de 1808, a corte portuguesa foi instalada no Rio de Janeiro. Muitos moradores, sob ordem de D. João, foram despejados para que os imóveis fossem usados pelos funcionários do governo.

 **O QUE MAIS D. JOÃO FEZ???**

- Uma das principais medidas tomadas por D. João foi decretar a abertura dos portos brasileiros aos países amigos de Portugal. A principal beneficiada com a medida foi à Inglaterra, que passou a ter vantagens comerciais e dominar o comércio com o Brasil.

- D. João também incentivou o estabelecimento de indústrias no Brasil, promoveu a construção de estradas e reformas em portos; criou o Banco do Brasil e instalou a Junta de Comércio.
- O rei estimulou o desenvolvimento das artes e criou o Museu Nacional, a Biblioteca Real, a Escola Real de Artes, o Jardim Botânico e o Observatório Astronômico. Vários cursos foram criados (agricultura, cirurgia, química, desenho técnico), nos estados da Bahia e Rio de Janeiro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIS, Fausto. História do Brasil. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo.

FURTADO, João Pinto. “Uma república entre dois mundos: Inconfidência mineira, historiografia e temporalidade”. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 21, n, 42, 2001, p. 343-363.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, 74, março, 2006, 107-123.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). O Brasil Holandês. São Paulo: Companhia das Letras; Penguin Classics, 2010, 511p.



Fronteiras redesenhadas: soberanias, identidades e emancipações nas Américas

*Professores Residentes: Gustavo Fonseca
da Cunha e Krisley Hepp Decker*



Fronteiras redesenhadas: soberanias, identidades e emancipações nas Américas



As Independências na América ocorreram de maneiras diferenciadas. A influência dos países colonizadores acrescentou características específicas às colônias da Espanha, de Portugal e da Inglaterra.

O movimento de independência começou na América no século XVIII. Nesta ocasião, as Treze Colônias, que eram de propriedade da Inglaterra, se manifestaram contra as cobranças cada vez mais intensas feitas por sua metrópole. A coroa inglesa implementou uma série de impostos que exigia muito dos colonos. Revoltados, estes organizaram manifestações e assumiram posturas radicais, tendo como resultado uma guerra entre colônia e metrópole. A primeira recebeu o apoio da França, histórica rival da Inglaterra, e acabou conquistando sua independência na década de 1770.





Independência dos Estados Unidos da América

A Independência dos Estados Unidos, também chamada de Revolução Americana, foi declarada no dia 4 de julho de 1776.

A partir deste momento, a Inglaterra deixou de comandar os destinos dos americanos. Inicialmente, de 1776 a 1787, os Estados Unidos ficaram sob o regime de Confederação, onde não havia um governo central e cada estado era soberano. Posteriormente, em 1787, foi promulgada a Constituição, que uniu os territórios sob o regime de república presidencialista.



Antes

Após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), o Parlamento inglês decidiu aumentar as taxas nas 13 Colônias para cobrir os custos do conflito. Os colonos também teriam que arcar com a construção de fortes, manter os soldados deslocados para o território americano e foram proibidos de atravessar os Montes Apalaches.

Desta maneira, George Grenville, primeiro-ministro britânico, enviou uma força militar de 10 mil homens, para a América. Um terço das despesas seria abonado com dois novos impostos: a Lei do Açúcar e a Lei do Selo.

A Lei do Açúcar (1764) estabelecia novas taxas alfandegárias sobre grandes quantidades deste produto. No ano seguinte, foi aprovada a Lei do Selo, que obrigava o uso de uma estampa em documentos, livros, jornais, baralhos etc. Esta lei foi tão impopular e aconteceram tantos protestos, que o governo inglês a revogou.

Em 1767, diante de novas taxas sobre vidros, papéis, tintas e a Lei do Chá (*Tea Act*), que dava o monopólio desse comércio à Companhia das Índias Ocidentais, a crise eclodiu.

Descontentes, os colonos argumentaram que as leis eram ilegais. Afinal, eles faziam parte do Reino, mas não tinham representantes no Parlamento na metrópole. Este sentimento foi resumido no slogan “*no taxation without representation*” (nenhuma tributação sem representação). A reclamação, contudo, foi ignorada pelos ingleses.

Em 1770, ocorreu o Massacre de Boston, uma briga entre colonos e soldados ingleses que terminou com a morte de cinco colonos americanos. O fato rapidamente se tornou em um ato de propaganda contra os ingleses e animou ainda mais os colonos que desejavam a separação da Inglaterra.

Três anos mais tarde, em dezembro de 1773, como protesto pela Lei do Chá, vários colonos invadiram navios que estavam ancorados no porto de Boston e jogaram o carregamento de chá ao mar. O episódio ficou conhecido como “Festa do Chá de Boston”.

Em represália, em 1774, o governo inglês decretou os Atos Intoleráveis (ou Leis Intoleráveis), que atingiam, especialmente, os habitantes de Massachustes.

Os Atos Intoleráveis fecharam o porto de Boston até ser paga a indenização pelo chá destruído, se proibiram as reuniões, manifestações públicas contra o rei da Inglaterra, entre outros.

Durante

Indignados com as Leis Intoleráveis, representantes dos colonos reuniram-se no Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, realizado em setembro de 1774. Nele, resolveram enviar ao governo inglês um pedido para que fossem revogados os Atos Intoleráveis.

A resposta inglesa foi negativa e ingleses e colonos se enfrentaram nas batalhas de Lexington e Concord.

Ante as hostilidades, em 1775, os delegados dos estados voltaram a se reunir no Segundo Congresso Continental da Filadélfia onde declararam guerra à Inglaterra.

Nesta mesma ocasião, George Washington foi nomeado comandante das forças americanas e Thomas Jefferson ficou encarregado de redigir a Declaração de Independência. Esta foi aprovada no dia 4 de julho de 1776, colocando fim à dominação da Inglaterra no território americano.

Como era de se esperar, a Inglaterra enviou milhares de soldados para recuperar a região e o conflito se estenderia até 1783. Durante a luta pela Independência, os colonos contaram com a ajuda militar da Espanha, Holanda e França.

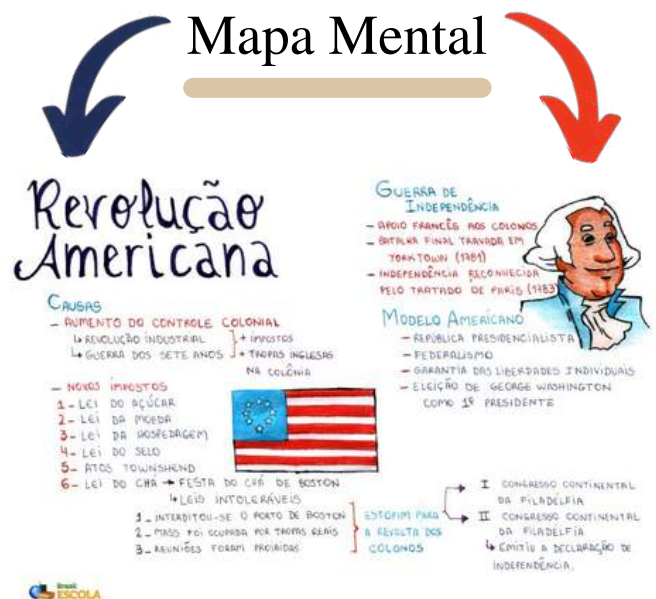
A Inglaterra foi derrotada e reconheceria a independência dos Estados Unidos através do Tratado de Paris, em 1783.

Depois

A independência dos EUA estabeleceu ao mesmo tempo suas inúmeras liberdades civis e deu o exemplo para derrubar tanto a monarquia quanto os governos coloniais, principalmente na América Latina.

Os Estados Unidos têm a constituição escrita mais antiga do mundo e as constituições de outros países livres costumam ter uma semelhança notável com a Constituição norte americana- muitas vezes palavra por palavra em alguns lugares, inspirando as revoluções francesa, haitiana, latino-americana e outras na era moderna.

Mapa Mental





Fragmentação da América Espanhola e o Congresso do Panamá

*“en la marcha de los siglos
podría encontrarse, quizá,
una sola nación cubriendo al
universo, la federal” -
SIMÓN BOLÍVAR*

Em 1826, o Congresso do Panamá, reuniu na cidade do Panamá, as quatro novas repúblicas: a Grã-Colômbia (atual Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá), Peru, México e República centro-Americana (atual Guatemala, Honduras, Costa Rica, Nicarágua e El Salvador). E na qualidade de observadores foram convidados, o Brasil, os EUA, a Grã-Bretanha e os Países Baixos. Ao fim de tal reunião, foram efetivados quatro tratados, sendo o mais relevante deles o tratado de União, Liga e Confederação.

Essa reunião tinha o objetivo de concretizar o ideal de unidade política entre os países hispânicos, estabelecendo uma força militar comum e acabando com a escravidão em todo o continente Americano. A proposta é do dirigente de Simón Bolívar (não esqueça de clicar em mim eu sou um hiperlink), um dos mais influentes da emancipação da América espanhola.

No entanto, três importantes países refutaram os ideais pan-americanos de Simon Bolivar: Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. O recém-formado Império Brasileiro não tinha interesse em apoiar os ideais liberais e republicanos oferecidos por Simon Bolívar. Ao mesmo tempo o império brasileiro não estava interessado em acabar com a escravidão no país, afinal havia um grande interesse central que os latifundiários brasileiros tinham na manutenção da ordem escravocrata.

O fim da escravidão não satisfaz os interesses políticos dos Estados Unidos, e os interesses políticos dos Estados Unidos ainda dependem fortemente de mão-de-obra escrava para desenvolver sua economia, especialmente na região sul. Além desse fator, os Estados Unidos não eram a favor dos ideais do pan-americanismo, pois ainda pretendem ampliar seu alcance territorial. No caso dos ingleses a integração americana impedia a hegemonia econômica que pretendiam implantar no continente.

Desta forma, a proposta pan-americana feita durante o Congresso do Panamá foi finalmente suprimida pela oposição dos países acima mencionados. Com o tempo observou-se que as questões linguísticas ou o passado colonial comum não servia de base para realização dos ideais defendidos por Simón Bolívar. Como resultado, as possibilidades apresentadas nesta importante Conferência da América não foram realizadas.

Com isso a América espanhola independente fragmentou-se numa série de países dominados pelas grandes famílias criollas locais, dando origem ao fenômeno que foi chamado de caudilhismo .

Os principais fatores da fragmentação política e geográfica da América Espanhola:

- A divisão administrativa criada pelos espanhóis;
- As diversidades econômicas;
- Os interesses políticos e econômicos dos EUA;
- Os interesses políticos e econômicos dos ingleses, que tal divisão facilitaria o domínio dessas pequenas, fracas e jovens nações.



"Nenhum branco, qualquer que seja sua nação, colocará os pés neste território com o título de dono ou proprietário; e não poderá no futuro adquirir propriedade alguma."

(Artigo XII, da Constituição de 1805)

Na turbulência da Revolução Francesa que movimentou a Europa, uma pequena ilha central na América, foi responsável por um dos processos independentes mais exclusivos do continente. Como uma das colônias francesas mais ricas da região, o Haiti era um grande exportador de açúcar, controlado por um pequeno grupo de latifundiários brancos, responsáveis pela exploração da principal mão de obra escrava da região.

Mas vamos para a contextualização para entendermos melhor:

Como já havia falado o Haiti no início do Séc. XIX era a colônia mais produtiva da América nela se produzia, café, anil, cacau, algodão e açúcar. Nessa produção tinha como mão de obra meio milhão de escravos, grande parte africanos, na proporção de dois terços.

Vale lembrar que começo do Séc. XIX, o continente americano estava vivenciando rebeliões de caráter antiescravista e anticolonialista. Na época dos acontecimentos o Haiti era conhecido por Ilha de São Domingues e era dividida entre o domínio francês (o Haiti) e o domínio espanhol (hoje República Dominicana). A ilha foi descoberta por Colombo na sua primeira ida ao continente e a chamou de Hispaniola. E os nativos que habitavam a ilha antes da chegada de Colombo foram exterminados no processo de colonização.

Na ilha de São Domingues havia um milhão de negros e eles eram dominados por trinta mil brancos incluindo os proprietários e seus auxiliares. Além de negros e brancos, havia também "mulatos" livres, mas que mesmo assim eram submetidos a agressão e exploração dos brancos escravocratas. Embora houvesse a desvantagem, os mais espertos e ambiciosos conseguiam aproveitar as oportunidades de negócios e conseguiam enriquecer, mas apenas uma pequena porcentagem.

Os escravos eram tratados de forma cruel, o trabalho era exaustivo e esgotava as energias muito rápido, a alimentação era escassa, viviam em moradias deploráveis e não havia quaisquer assistência médica. Para aqueles que eram "rebeldes" existia uma punição severamente desumana em que eram enterrados em pé com a cabeça de fora. Não sobreviviam, pois erram mortos pela tortura de ter seus rostos sendo devorados lentamente por insetos e abutres. Tal regime se assemelhava com o sistema escravista brasileiro. E isso acarretou no levante dos escravos em 1791.

O Levante

Em 1791, um grupo de escravos, "mulatos" e ex-escravos se mobilizou para acabar com o domínio de pequenas elites brancas que controlavam o poder político e as instituições locais. Sob a liderança do líder negro Toussaint Louverture, os escravos conquistaram a colônia e eliminaram a ordem atual. Três anos depois, quando a França estava sendo dominada pela classe popular, o Governo Metropolitano decidiu acabar com a escravidão em todas as suas colônias.



Toussaint Bréda, líder da revolução haitiana.

A Independência

Por esta altura, a população escrava do Haiti tinha alcançado a liberdade. No entanto, a luta para consolidar essa nova realidade estava longe de terminar. Em 1801, o Toussaint realiza uma nova mobilização para estender a liberdade aos escravos na área da ilha colonizada pelos espanhóis, que hoje pertence à República Dominicana. Durante este período, Napoleão Bonaparte assumiu o controle da França e se opôs à perda deste importante domínio colonial.

Em 1803, Bonaparte enviou um grande exército, sob o comando de Charles Leclerc, conseguiu parar Toussaint Louverture.

Pouco depois, o líder revolucionário morreu em uma prisão francesa. Apesar dos grandes contratemplos, os revolucionários haitianos confiaram na liderança de Jacques Dessalines para derrotar o poder do exército francês e, por fim, declarar a independência do Haiti. Logo depois, Dessalines foi promovido a imperador do novo país.

Jacques Dessalines, junto ao Alexandre Pétiön e Henri Christophe, formaram um exército colonial afim de conduzir uma rebelião anticolonialista, tal revolta teve o auxílio de ingleses e estadunidenses e juntos expulsaram os franceses e somente em 1804, houve a proclamação da independência da metade oriental da ilha e a chamaram de Haiti (terra de montanhas). Já a parte ocidental continuou sendo ocupada por exércitos franceses (1802-1806) e espanhóis.

Como havia dito antes, Dessalines -antigo escravo- foi proclamado imperador, pegando como exemplo aquele que fez de tudo para conter a rebelião haitiana: Napoleão Bonaparte. Dessalines governou por pouco tempo (1804-1806), em seu governo ele procurou promover a unidade do Haiti, na qual cada vez mais era quebrada a aliança de 1803, se antagonizavam negros e mulatos. A produção de açúcar foi estimulada, por meio de trabalho obrigatório nas plantações e houve partilhas de terras para os camponeses.

Quando Dessalines morre acontece rebeliões vitoriosas que estabeleceram no sul e no oeste um governo separatista, sob o rígido comando do líder Alexandre Pétiön; nesse momento foram distribuídos lotes de terra entre os camponeses, retiradas das grandes plantações com o intuito de formar uma base social. Enquanto isso ao norte da ilha Henri Christophe, proclamado presidente vitalício e sucessor de Dessalines, estabeleceu um ditadura militar e a partir de 1811 um regime imperial que vai até 1820.

Enquanto isso ao norte da ilha Henri Christophe, proclamado presidente vitalício e sucessor de Dessalines, estabeleceu um ditadura militar e a partir de 1811 um regime imperial que vai até 1820.

Consequências da independência do Haiti

- Agricultura em colapso devido ao longo período de batalhas.
 - Em 1825, o governo haitiano foi obrigado a restituir os antigos proprietários de escravos.
 - Pagamento de dívida de 150 milhões de francos junto à França para reconhecimento da independência.
 - Boicote de países em expansão e futuras potências, como os EUA, demoraram a reconhecer a independência da nação.
- "Após enfrentar todas as consequências - sobretudo o pagamento de indenização à França -, o Haiti sofre com crise após de crise. Após a morte de Dessalines, em 1806, a piora foi significativa. O país chegou, inclusive, a ser dividido em dois regimes políticos. De um lado um território sob poder da monarquia, enquanto outro sob poder republicano. Apenas em 1820 há a unificação realizada por Jean Boyer, que instituiu uma república."
- www.todostudos.com.br

A parte oriental da ilha (Santo Domingos) tentou a independência em 1821. No entanto, era controlada por um haitiano sob o comando de Jean-Pierre Boyer, que havia detido o poder no sul e promoveu a unificação da ilha em benefício da elite "mulata" e impediu a doação de terras e incrementando o latifúndio. Em 1825, a França reconheceu a independência do Haiti.

O processo de independência do Haiti inicialmente foi de natureza econômica, política e social. Isso foi causado pelas contradições sociais existentes nas colônias, mas não foi apenas a rebelião dos escravos, nem apenas o resultado da luta do povo "mulato" pela igualdade declarada na Revolução Francesa. Trata-se de um movimento amplo, cuja força decisiva são as massas lideradas por elites mestiças e revolucionários da classe escrava, com o objetivo de estabelecer uma nova ordem econômica sob controle democrático. Embora esta seja uma característica contraditória nos primórdios da Nova República, enquanto a escravidão sobreviveu, o capitalismo dependente também se instalou, o que foi, sem dúvida, um golpe nos métodos de produção escravista implantados na era colonial.

Mapa Mental

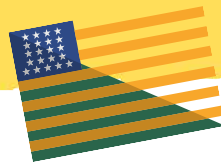


Contextualização

Por vezes a independência do Brasil é tratada como um resultado da atitude exaltada de um príncipe jovem que foi convocado para voltar a Portugal e para o controle de seu pai e das cortes que retinham o poder em Portugal. Isso de certa forma, é uma análise equivocada que busca dar a figura de herói, de homem valente e que desafiou o poder da metrópole para dar a liberdade ao Brasil, para o nosso primeiro imperador.

O processo de independência teve início no século XVIII, e o movimento inicial questionou o pacto colonial. Essas revoltas foram sufocadas, principalmente as de caráter popular, porque os governadores de Portugal sabiam muito bem que a colônia do Norte da Inglaterra (Estados Unidos) havia sofrido mudanças drásticas em 1776.

Fatores que levaram a independência do Brasil



A independência do Brasil tem muito a ver com a transição da corte portuguesa em 1808. Os eventos ocorridos entre 1808 e 1822 levaram à erosão das relações entre as elites brasileiras, especialmente entre as elites do sudeste, com o Reino de Portugal.

A corte portuguesa decidiu emigrar para o Brasil no final de 1807, a fim de escapar do exército napoleônico que invadiu Portugal em retaliação pela violação do bloqueio continental pelo país. Naquela época, a Rainha de Portugal era D. Maria e o príncipe regente o João VI, e essa decisão de bloqueio foi dele.



Independência do Brasil

A independência do Brasil é o processo histórico de separação entre Brasil e Portugal ocorrido em 7 de setembro de 1822. Com a independência, o Brasil deixou de ser uma colônia de Portugal e passou a ser um país independente. Com este acontecimento, este país tornou-se monarquia com D. Pedro I como imperador.



Nesse período, o Brasil passou por mudanças sensíveis, que é o chamado período joanino. Essas mudanças ocorreram nos campos cultural, econômico e até político. A primeira medida que teve grande repercussão foi a abertura dos portos brasileiros em 1808. Este é o fim do monopólio comercial que existia durante o período colonial.

Isso é muito importante porque antes disso, os portos brasileiros eram abertos apenas para navios portugueses. A abertura dessas medidas criou a possibilidade de uma série de oportunidades econômicas, que beneficiarão enormemente os comerciantes sediados na capital brasileira, Rio de Janeiro na época capital brasileira.

Passe d. O rei João VI também tomou algumas medidas para permitir a construção de universidades, teatros, bibliotecas, etc. Artistas e intelectuais estrangeiros vieram para o país, e a circulação de conhecimento aumentou muito, a situação era consideravelmente estável. No entanto, com exceção de Pernambuco, ocorrida na Revolução Pernambucana de 1817.

Em relações internacionais, o Brasil se posicionou como um país expansionista nas relações internacionais. O rei João VI passou a disputar o controle da Guiana Francesa e da Cisplatina (Uruguai hoje). As mudanças neste país são inúmeras, mas o vento do separatismo só começou a explodir em 1820.

Na época de Joanino, por meio da ação realizada em 16 de dezembro de 1815, a mudança de status do Brasil pode ser claramente identificada. Naquele dia, o Brasil foi elevado a reino, não mais uma colônia de Portugal, mas uma parte do Reino de Portugal. Portanto, este último foi renomeado como Reino de Portugal, Brasil e Algarves.



Revolução do Porto

João VI tornou-se rei aqui no Brasil, devido a morte de D. Maria I, em março de 1816, ele foi coroado como D. João Vi.

Foi criada na cidade do Porto uma associação chamada sinédrio, em 1818, com o intuito de unir militares e a burguesia mercantil para organizar uma revolta a fim de expulsar os ingleses que, desde 1818, ocupavam Portugal. No mês de agosto de 1820 a guarnição do Porto iniciou a rebelião. Pouco menos de um mês a revolta militar já tinha se tornado uma revolução popular contra o absolutismo monárquico. Em frente dessa situação, os governantes portugueses requisitaram as cortes portuguesas (parlamento nacional), pois iriam assumir o governo de Lisboa.

As notícias chegam ao Brasil rápido e a revolta se espalhou as tropa portuguesas que estavam aqui. Em muitos lugares do reino, soldados e populares, todos portugueses, juntaram-se e se declararam em desobediência as ordens impostas pelo rei. No mês de fevereiro de 1812, a tropa lusitana que continha o Rio de Janeiro apoiou o movimento e fez com que D. João e seu filho Pedro assinassem uma constituição que, além de limitar seu poder, obrigava o rei a voltar as presas para Portugal.

As cortes exigiam que toda a família real voltasse para Portugal para poder recolonizar o Brasil. Mas, pela distancia, os portugueses não tinham a menor ideia da comoção libertadora que tomava conta do Brasil.

O rei tinha conhecimento de que o projeto de recolonizar o país não era mais viável e também sabia que a independência era apenas uma questão de tempo até acontecer, por esse motivo ele pediu ao príncipe para que ficasse no Brasil caso houvesse a impossibilidade de impedir a ruptura, e que fosse ele o organizador e líder da independência. Com isso teriam duas vantagens: a continuidade do Brasil sob o controle da dinastia de Bragança e a garantia de que Portugal não seria punido pelos três séculos de exploração das terras brasileiras.

Em 26 de abril de 1821 a família real embarca de volta a Portugal, causando o mesmo alvoroço do embarque em Lisboa, em 1808. A história se repete com o povo fazendo alarde no porto, mostrando o desprezo pelos fidalgos portugueses e como se não bastasse o rei havia feito uma rapa nas reservas guardadas no Banco do Brasil e é claro que junto a recepção hostil o povo também estava fazendo essa reclamação. Foram levados com eles milhões em barras de ouro, além dos diamantes e moedas guardadas no banco. Por fim os cariocas saudavam o embarque cantando “olho vivo, pé ligeiro, vamos a bordo, buscar o dinheiro”.

Com a volta de D. João VI a Portugal, D. Pedro foi nomeado para substituí-lo e tornou-se encarregado de governar e administrar todo o reino do Brasil.



Os principais desfechos da independência do Brasil



A independência do Brasil aconteceu na medida em que a elite brasileira percebeu que o desejo dos portugueses era restabelecer os laços coloniais. Quando a relação ficou insustentável, o separatismo surgiu como opção política, e o príncipe regente acabou sendo convencido a seguir esse caminho.

As Cortes de Portugal tomaram medidas que foram impopulares aqui no Brasil, tais como a exigência do retorno do príncipe regente e a instalação de mais tropas no Rio de Janeiro. Além disso, a relação azedava também porque os portugueses tratavam os representantes brasileiros que iam a Portugal para negociar com desdém.

Quando os portugueses exigiram o retorno do príncipe a Portugal, foi organizado um movimento de resistência contra a medida. Dessa forma, foi criado aqui no Brasil o Clube da Resistência, e o Senado brasileiro recebeu uma carta contendo milhares de assinaturas que defendiam que príncipe ficasse aqui.

O movimento que exigia a permanência de d. Pedro motivou-o a desafiar a ordem das Cortes, e isso resultou no Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822. Na ocasião, d. Pedro anunciou publicamente que permaneceria no Brasil. Apesar de uma forte insatisfação, o separatismo ainda não era uma opção consolidada na cabeça dos brasileiros.

A relação entre Portugal e Brasil continuava ruim, e, em maio de 1822, foi decretado o Cumpra-se, lei que determinava que as medidas aprovadas em Portugal só valeriam no Brasil se d. Pedro aprovasse-as. A essa altura, a ideia de separatismo já estava bastante propagada, tanto que, em junho, foi convocada uma eleição para formação de uma Assembleia Constituinte.

A ideia de rompimento seguia a todo vapor, e a ideia de elaborar uma Constituição para o Brasil reforçava isso. A forma como D. Pedro conduziu esse processo teve influência de sua esposa, D. Maria Leopoldina, e por seu conselheiro, José Bonifácio.



D. Pedro I - Primeiro imperador do Brasil

Declaração de independência

A chegada de despachos de Lisboa, que revogavam os decretos do príncipe regente, determinava mais uma vez que seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição, deu alento à ideia de rompimento definitivo. A princesa Dona Maria Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho a São Paulo.

As recomendações ao portador de que arrebatasse uma dúzia de cavalos, se fosse preciso, para chegar o mais rápido possível, indicam o interesse de José Bonifácio em apressar a independência e fazer de São Paulo o cenário da ruptura final.

Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, D. Pedro proferiu o chamado grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil.

Guerra de independência do Brasil

Mesmo que já houvesse sido feita a proclamação, a independência não foi aceita por todos até 1823, governadores de algumas províncias negavam acatá-la, sendo apoiados por tropas portuguesas. José Bonifácio se encarregou de organizar um exército. Adquiriu navios e contratou mercenários estrangeiros, franceses e ingleses, principalmente. Mas a principal base na resistência armada contra as tropas lusas foi constituída de milícias civis, convocadas em casos de necessidade.

Os maiores confrontos com tropas portuguesas ocorreram na Bahia e no Pará, justamente as províncias que abrigavam grande número de comerciantes cujos interesses se vinculavam a Portugal.

Na Bahia, a situação se radicalizou em 1822, quando a população local se rebelou contra a junta governativa liderada pelo Brigadeiro Madeira de Melo, cercando Salvador. Tropas enviadas do Rio de Janeiro não conseguiram vencer os portugueses, reforçados pelas cortes de Lisboa.

Nessa época ocorreu o episódio da madre Joana Angélica, superiora do convento Nossa senhora da Conceição, que tentou impedir, com o sacrifício da sua própria vida, a invasão do mosteiro, onde se escondiam os brasileiros refugiados das primeiras derrotas sofridas.

Só no ano seguinte, as forças lusas foram derrotadas pelo ataque da esquadra do almirante Cochrane, contratada pelo governo imperial.

No Pará, mesmo antes da independência, havia lutas entre a população nativa e os membros da junta governativa, fiel a Portugal. O cônego Batista de campos liderava a luta dos setores populares pela emancipação e por “outras melhorias”. O almirante Grenfell conseguiu dominar, praticamente sem luta, os portugueses, mas reprimiu violentamente o movimento popular.

Houve lutas ainda no Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e na Cisplatina (atual Uruguai). Mas, em todos os casos, o povo foi sempre usado como “bucha de canhão”, isso é, não lhe cabia conduzir ou discutir o processo de independência, mas somente lutar. A participação popular se revestiu de nativismo radical dirigido contra a figura do português. A ideia de “nação” não passava de uma ideia artificial tanto para o povo quanto para as elites. Não havia uma integração nacional: a economia mantinha-se voltada para o exterior e as relações das províncias com a Europa eram muito mais fortes que as relações das províncias entre si.

Os efeitos da independência do Brasil

Com a independência do Brasil, o Brasil tornou-se um país soberano e organizado como uma monarquia. Na América do Sul, o Brasil foi o único a viver em um sistema monárquico, já outros países se organizaram em repúblicas.

Dom Pedro foi coroado imperador e nomeado como d. Pedro I em 1º de dezembro de 1822. Com isso, foi inaugurado o Primeiro Reinado (1822-1831). Outra consequência da independência foi o endividamento do país, já que Portugal cobrou dois milhões de libras do Brasil como indenização.



Maria Leopoldina , Imperatriz



Brasil Império

O período imperial foi uma fase da história brasileira iniciada em 1822, quando o Brasil tornou-se independente, e finalizada em 1889, quando houve a Proclamação da República. Nesse período, o Brasil organizou-se politicamente como uma monarquia, sendo governado por um imperador, cujo poder era transmitido de maneira hereditária.



PERIODIZAÇÃO

O período imperial do Brasil é dividido em três fases:

- Primeiro Reinado (1822-1831)
- Período Regencial (1831-1840)
- Segundo Reinado (1840-1889)



Primeiro Reinado (1822-1831)

O Primeiro Reinado foi o período em que o país foi governado por Dom Pedro I, filho de Dom João VI e regente do Brasil até sua independência. O Primeiro Reinado ficou marcado pelos atritos entre D. Pedro I e grupos políticos do Brasil, pelo autoritarismo e pela incompetência na administração do país.

Com a independência, determinadas regiões do país, como Pará e Maranhão, permaneceram fiéis a Portugal, desencadeando uma guerra no país. Com o fim da guerra de independência, era necessário garantir que Portugal reconhecesse a independência brasileira. Esse reconhecimento foi formalizado em 1825 por meio de negociações mediadas pela Inglaterra.

A outorga da Constituição de 1824 foi o exemplo mais claro do autoritarismo que marcou o reinado de D. Pedro I. Seu governo também foi marcado por decisões equivocadas, como a Guerra da Cisplatina, que destruiu nossa economia, e por rebeliões, que demonstravam a fraqueza do governo no comando do Brasil. Pressionado por diversos grupos insatisfeitos, D. Pedro I **renunciou ao trono** em 1831, em favor de seu filho.

O filho de D. Pedro I, porém, não tinha idade para assumir o Brasil. Assim, iniciou-se um período de transição em que o país foi governado por regentes até que o futuro imperador tivesse a idade mínima para assumir o país – 18 anos –, conforme estipulava a Constituição de 1824.

Esse período de transição ficou conhecido como Período Regencial.



Período Regencial (1831-1840)

Regentes eleitos governaram o Brasil durante o Período Regencial, fase que ficou marcada pelas disputas entre os parlamentares brasileiros e por rebeliões provinciais. Ao longo desse período, aconteceram rebeliões como a Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Revolta dos Malês e a Revolução Farroupilha.

O período das regências teve fim com o Golpe da Maioridade, no qual os políticos brasileiros anteciparam a maioridade de Pedro de Alcântara para que ele pudesse ser coroado imperador do Brasil com 14 anos de idade. Esse golpe parlamentar aconteceu em 1840, dando início ao Segundo Reinado.

Algumas Revoltas Regenciais



A Revolta dos Malês (1835).

O QUE FOI A REVOLTA DOS MALÊS?

Revolta dos Malês foi um levante de escravos de maioria muçulmana na cidade de Salvador, capital da Bahia, que aconteceu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835. Foi o levante de maior relevância da então província da Bahia. Os malês eram negros de origem islâmica, que organizaram o levante.

CAUSAS

Os revoltosos estavam insatisfeitos com as condições de vida, principalmente em relação à escravidão. Outros fatores o incomodavam também, como a imposição do catolicismo e o preconceito existente contra os negros.

DESFECHO

Os combates espalharam-se horas a fio pelas ruas de Salvador e resultaram na morte de 70 dos africanos envolvidos e em nove mortes nas forças que lutavam contra os rebeldes. A última batalha deu-se em um local de Salvador chamado Água de Meninos. Muitos dos africanos, encurralados, procuraram fugir pelo mar e acabaram afogados. A Revolta dos Malês, portanto, fracassou.

Revolta Farroupilha (1835-1845)

O QUE FOI A REVOLTA FARROUPILHA?

A revolta foi mobilizada pelos grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul, insatisfeitos com os altos impostos cobrados pelo governo imperial sobre seus produtos. Por isso viram na separação e na república uma forma de obter liberdade comercial e política.

CAUSAS

A Guerra dos Farrapos foi promovida pela classe dominante gaúcha.

Os estanceiros protestavam, pois o charque gaúcho devia pagar 25% de impostos enquanto o uruguaio pagava somente 4% para ser vendido no Rio de Janeiro.

DESFECHO

Diante das derrotas, os farroupilhas negociaram o fim do conflito com o governo imperial. No entanto, faltava solucionar a questão dos negros escravizados que haviam lutado durante dez anos.

MASSACRE DE PORONGOS

O governo imperial não aceitava a libertação e, por outro lado, alguns líderes farroupilhas concordaram em devolvê-los para seus antigos proprietários. No entanto, isso seria uma traição e poderia acabar em uma rebelião.

Por isso, em 14 de novembro de 1844, o acampamento farroupilha – liderado por Canabarro – é atacado por tropas imperiais. Contudo, somente onde estavam os lanceiros negros recebeu a maior parte do ataque e não recebeu nenhuma ajuda nos seus próprios companheiros de armas.



Segundo Reinado (1840-1889)

O Segundo Reinado, período em que Dom Pedro II foi o imperador do Brasil, estendeu-se de 1840 a 1889. O reinado de D. Pedro II pode ser dividido em diversas fases: um período inicial de consolidação, seguido por uma fase de auge e, por fim, um estágio de decadência.

A campanha abolicionista seguiu um longo percurso e foi um dos grandes acontecimentos que marcaram o Segundo Reinado. Quando D. Pedro II assumiu a presidência, o Brasil era pressionado pela Inglaterra a proibir o tráfico de escravos da África. Com a proibição do tráfico, em 1850, a monarquia iniciou uma transição bem lenta até a abolição do trabalho escravo do país, em 1888, durante os momentos finais da monarquia brasileira.



Guerra do Paraguai (1864-1870)

Outro importante acontecimento do Segundo Reinado foi a Guerra do Paraguai, conflito que começou em 1864 e acabou em 1870 com a vitória do Brasil e de seus aliados. Nesse combate, Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se para lutar contra o Paraguai e contra o ditador *Solano López*. A Guerra do Paraguai foi resultado dos choques de interesses que existiam entre as nações sul-americanas e teve como consequência final a destruição do Paraguai. Para o Brasil, as grandes consequências foram o *enfraquecimento* da monarquia e a instauração de uma forte *crise econômica* no país.



O fim da Monarquia

A decadência da monarquia, resultado de seu enfraquecimento nos meios políticos e nas elites econômicas do Brasil, fez com que o republicanismo ganhasse força como alternativa política. Essa forma de governo foi viabilizada pela conspiração dos militares contra a monarquia.

A *Proclamação da República* aconteceu em 15 de novembro de 1889, quando foi organizado um golpe militar para destituir o gabinete ministerial ocupado pelo *Visconde de Ouro Preto*. A destituição do gabinete e as articulações políticas levaram José do Patrocínio a proclamar a república. D. Pedro II e a família real partiram, então, para a Europa em exílio.



"Proclamação da República", 1893, óleo sobre tela de Benedito Calixto (1853-1927). Fonte: Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Tráfico e Importação de Africanos escravizados

Em 1819 houveram tratados assinados entre Inglaterra e Portugal, nele havia uma cláusula que restringia às possessões portuguesas o tráfico de escravos, não somente isso como também uma promessa de sua abolição gradual. Tal acordo não foi cumprido por Portugal. Como forma de retribuição pelo intermédio e decorrente da independência, em 1828 foi assinado um novo tratado no qual foi dado um prazo de três anos para extinguir o tráfico negreiro. Mas os fazendeiros e a expansão cafeeira impediram execução dessa lei, publicada em 1831.

A pressão inglesa aumentou quando o Brasil decretou a tarifa Alves Branco em 1844, que prejudicava os interesses britânicos no comércio brasileiro. Em retaliação, em agosto de 1845, a Inglaterra aprovou uma lei conhecida como Bill Aberdeen, que permitia a apreensão pela marinha inglesa, de navios brasileiros que estivessem transportando escravos.

Ao mesmo tempo que aumentava a pressão inglesa, aumentava também o preço do escravo, tornando-o quase inviável. Por outro lado, a imigração européia começava a tomar vulto. Dessa forma, em 4 de setembro de 1850, a assembléia do império, mesmo dominada por escravocratas, aprovou a lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico que, mesmo sofrendo uma queda brusca, ainda durou dois anos.

Com a extinção do tráfico, que representava um dos mais lucrativos negócios do país, uma imensa massa de capitais ficou disponível para ser aplicada em outras atividades, possibilitando, assim, um importante surto de progresso econômico a partir da década de 1850.

ANO	NÚMERO DE ESCRAVOS IMPORTADOS
1843	19 095
1844	22 849
1845	19 543
1846	50 324
1847	56 172
1848	60 000
1849	54 000
1850	23 000
1851	3 387
1852	700



Brasil, Inglaterra e a Abolição



Contextualização

A abolição da escravatura foi um dos acontecimentos mais marcantes da história do Brasil e determinou o fim da escravização dos negros no Brasil. A abolição do trabalho escravo ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da regente do Brasil, a princesa Isabel. A abolição da escravatura foi a conclusão de uma campanha popular que pressionou o Império para que a instituição da escravidão fosse abolida de nosso país.

O tráfico existia no Brasil desde meados do século XVI, porém, no século XIX, os ingleses começaram a pressionar, primeiramente, Portugal e, em seguida, o Brasil para que o tráfico negreiro fosse proibido aqui. A pressão inglesa fez o Brasil assumir compromissos com a proibição do tráfico negreiro, na década de 1820. Esse compromisso resultou em leis que tentavam aos poucos acabar com a escravidão no Brasil

Movimento Abolicionista

A abolição da escravatura no Brasil não foi resultado da benevolência do Império, como muitos acreditam. Essa conquista foi resultado do engajamento popular contra essa instituição, e a pressão popular sobre o Império foi o fator que fez com que a escravidão fosse abolida em 13 de maio de 1888.

• LEI FEIJÓ

A *Lei Feijó*, também conhecida como *Lei de 7 de novembro de 1831*, foi a primeira lei a proibir a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos para terras brasileiras a partir daquela data.

Mesmo após a lei, o tráfico negreiro continuou, desembarcando milhares de africanos todos os anos no Brasil

• BILL ABERDEEN

Em 1845, a Inglaterra, enfurecida com a postura permissiva do Brasil com o tráfico, decretou o *Bill Aberdeen*, lei que permitia às embarcações britânicas invadirem nossas águas territoriais para apreender os navios negreiros.

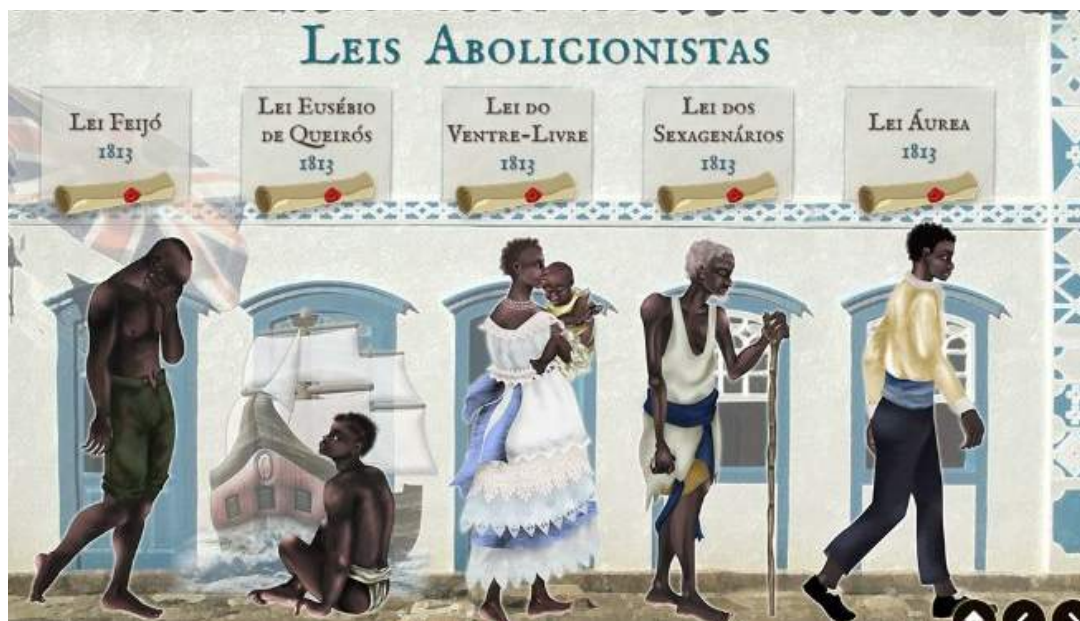
O risco de uma guerra entre Brasil e Inglaterra por conta do Bill Aberdeen fez com que fosse aprovada uma lei, em 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós.

• LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS

Essa lei decretava a proibição definitiva sobre o tráfico negreiro no Brasil, mas permitia que os africanos que chegaram após a lei de 1831 continuassem como escravos. Com essa lei, a repressão ao tráfico negreiro foi efetiva e, de 1851 até 1856, “somente” 6900 africanos chegaram ao Brasil.

Com a proibição do tráfico, foi iniciado um processo de transição, pois, uma vez que a fonte que renovava os números de escravos no Brasil tinha acabado, era natural que com o tempo a escravidão no país fosse abolida, já que não havia a renovação natural da população de escravos no país. A intenção dos escravocratas era tornar essa transição a mais longa possível.

Na década de 1860, a pressão sobre o Império pelo fim da escravidão era enorme, porque a Rússia havia acabado com a servidão em seu território e os Estados Unidos havia abolido a escravidão depois da Guerra Civil. Isso tornava o Brasil, Porto Rico e Cuba os últimos locais escravocratas do continente americano.



• LEI DOS SEXAGENÁRIOS

A lei de 28 de setembro de 1885, também conhecida como *Lei Saraiva-Cotegipe* ou *Lei dos Sexagenários*, determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos.

Entretanto, é considerada, por muitos uma lei retrógrada que surtiu pouco efeito, visto que os escravos viviam em condições precárias e a média de vida era de aproximadamente quarenta anos.

Além disso, segundo a lei, o escravo alforriado deveria conceder mais três anos de trabalho gratuito ou até completar 65 anos ao patrão, como forma de indenização.

• LEI DO VENTRE LIVRE

Lei em que todo filho de escrava nascido após a promulgação da mesma seria considerado livre. Essa liberdade concedida aos filhos dos escravizados seria realizada em etapas e dava aos senhores a chance de explorar o trabalho deles por um certo período.

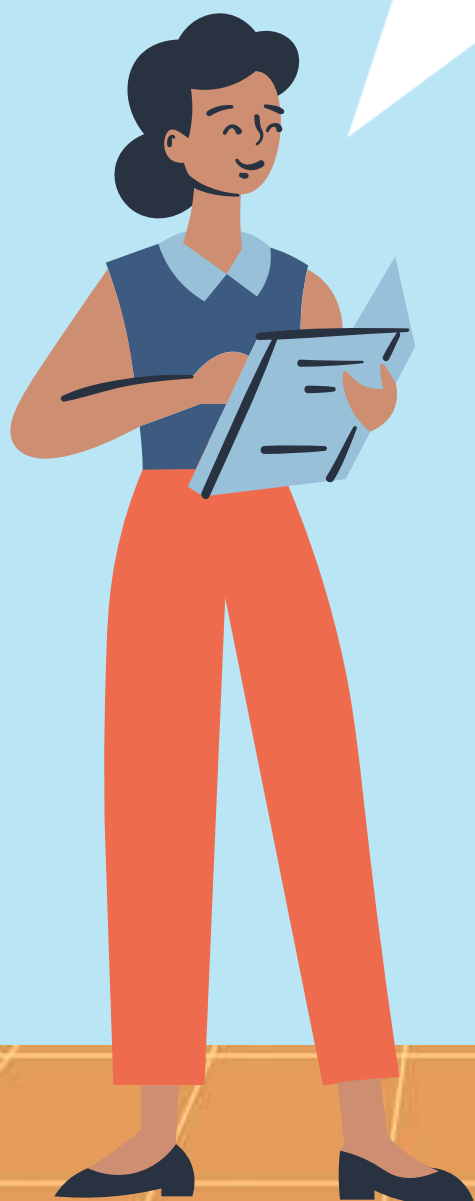
A lei anunciava também a formação de um fundo para pagar indenizações aos senhores de escravos. Também determinava que os filhos das escravizadas deveriam ser cuidados pelo senhor de escravo, que concederia a liberdade deles quando completassem 8 ou 21 anos.

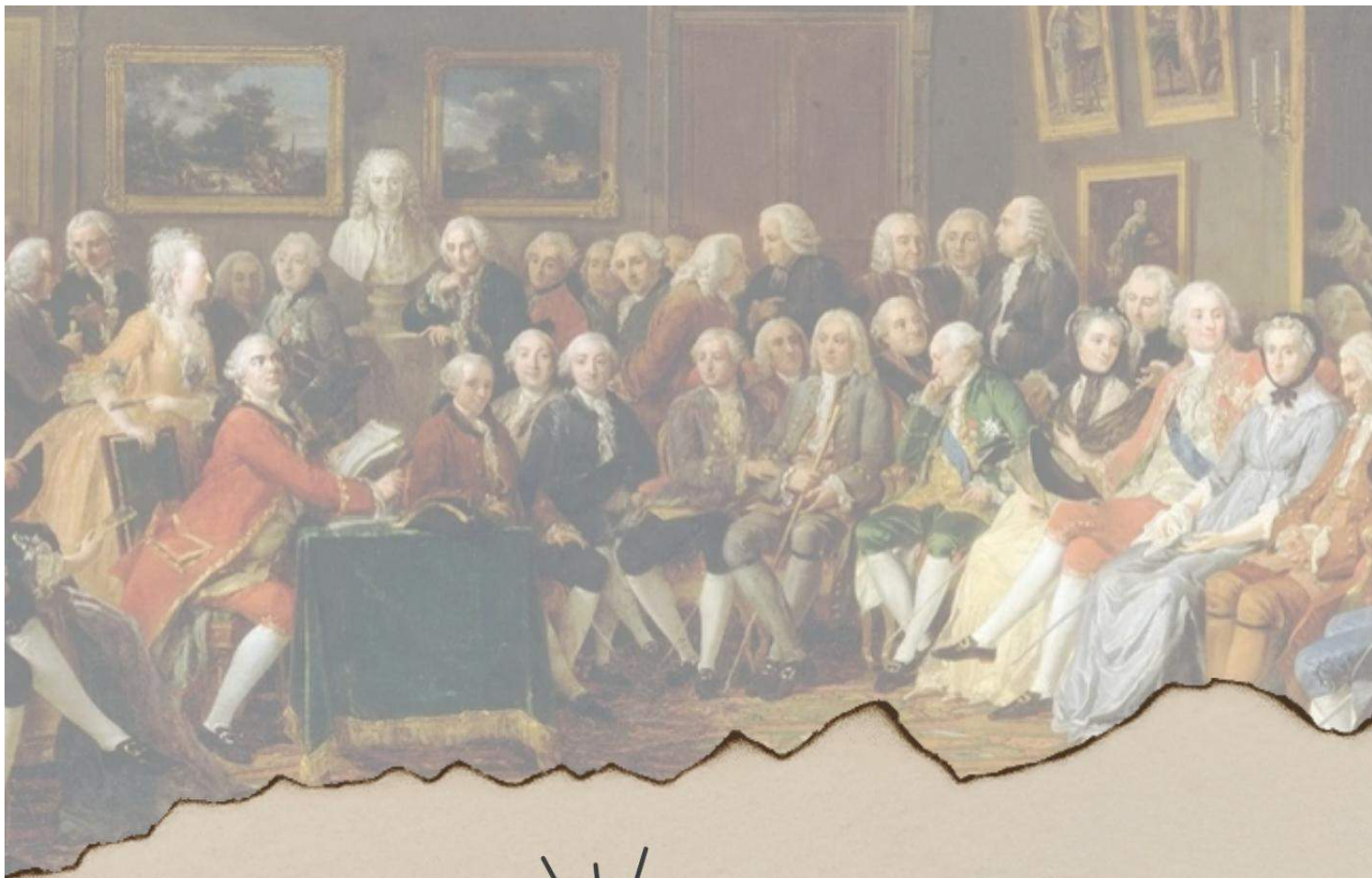
Se a liberdade fosse concedida aos 8 anos de idade, o Estado indenizaria o senhor de escravos, pagando-lhe a quantia de 600 mil réis, acrescidos de 6% de juros por ano.

Caso a liberdade fosse concedida aos 21 anos, o senhor de escravos não seria indenizado. A maioria dos senhores de escravos optou por permanecer com os filhos das escravas até a idade de 21 anos, pois a exploração da mão de obra deles era mais vantajosa.

Olá, tudo bem? Para se aprofundar na temática que trabalhamos neste tópico não esquece de dar uma olhada nestes materiais!

- FRAGOSO, J; GOUVÊA, M.F; BICALHO, M.F.B. Uma leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade do Império, 2000;
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de História do Império, ed. 2010;
- MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de Independência na América Espanhola: Uma reflexão historiográfica, 2009;
- MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 2017;
- SILVA, Daniel Neves. Independência dos Estados Unidos; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/independencia-estados-unidos.htm>>;
- SILVA, Daniel Neves. Tráfico negreiro; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm>>;
- SOARES, Ana Lorym; SILVA, Elton Batista da. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804), 2006;
- SOUZA, Iara Lis C. A Independência do Brasil, 2000.





Iluminismo e as revoluções liberais



**Professores Residentes: Eduarda Wille
Zarnott e Ruan da Silveira Isnardi**

ILUMINISMO E REVOLUÇÕES LIBERAIS



Iluminismo



O que foi?

O Iluminismo foi um movimento intelectual que se tornou popular no século XVIII, conhecido como "Século das Luzes". Surgido na França, a principal característica desta corrente de pensamento foi defender o uso da razão sobre o da fé para entender e solucionar os problemas da sociedade.



Quais as características?

Os iluministas queriam se libertar das trevas e da obscuridade proporcionadas pelos regimes absolutistas e pela influência da Igreja Católica. Muitos deles eram contra a religião instituída, mas não eram ateus, eles acreditavam que o homem chegaria a Deus por meio da razão. Ao contrário do que pregava a religião, os intelectuais iluministas defendiam que o homem era o detentor do seu próprio destino e que a razão deveria ser utilizada para a compreensão da natureza humana. A razão era, portanto, elemento central dos ideais iluministas, afinal, somente a racionalidade poderia validar o conhecimento. Eles acreditavam que a educação, a ciência e o conhecimento eram a chave para essa libertação.



Economia, Política e Ciência:

Em oposição ao Mercantilismo, praticado durante o Antigo Regime, os iluministas afirmavam que o Estado deveria praticar o liberalismo. Ao invés de intervir na economia, o Estado deveria deixar que o mercado a regulasse.

Os iluministas também foram responsáveis pela evolução do pensamento político e do papel do Estado na sociedade. Em geral, esses pensadores se opunham aos regimes absolutistas, nos quais uma pequena parcela da população gozava de privilégios e o restante da população era oprimida. Os iluministas afirmavam que o poder do rei deveria ser limitado por um conselho ou uma Constituição. O ponto central das discussões políticas dos iluministas eram as liberdades individuais dos cidadãos.

Para esses filósofos, o Estado deveria garantir os direitos individuais, a liberdade de expressão, igualdade jurídica, justiça e a posse de bens. Embora houvesse algumas vozes a favor das mulheres e até pensadoras iluministas, como Émilie du Châtelet ou Mary Wollstonecraft, nenhum homem defendeu realmente a concessão de direitos para elas.

Durante esse período, o conhecimento rompe as fronteiras da imaginação e passa a ser construído com base em observações científicas, com experimentos empíricos. Foi nesse momento que o homem descobriu como funcionava a órbita dos planetas e a circulação sanguínea no corpo humano. A criação do microscópio permitiu que o campo de visão fosse ampliado e a compreensão da natureza fosse expandida.



Despotismo esclarecido

As monarquias absolutistas europeias estavam em crise em função das transformações causadas pelas ideias Iluministas e Liberais. Desse modo, os déspotas esclarecidos, implementaram as reformas necessárias para manter o poder, ao mesmo tempo em que reestruturavam seus governos para serem mais eficientes. Entretanto, as ideias iluministas adotadas foram apenas aquelas que não prejudicariam a forma de governo absolutista de direito divino. Apenas os saberes úteis na tomada de decisões político-administrativas foram empregados a fim de dinamizar a economia nacional. Foram deixados de lado os princípios democratizantes e liberais do iluminismo.



Principais pensadores



- Considerado o “pai do Iluminismo”. Locke defende a razão afirmando que a nossa mente é como uma tábula rasa sem nenhuma ideia. Defendeu a liberdade dos cidadãos e Condenou o absolutismo



John Locke (1632-1704)

- Voltaire destacou-se pelas críticas feitas ao clero romano, à inflexibilidade religiosa e à prepotência dos poderosos.

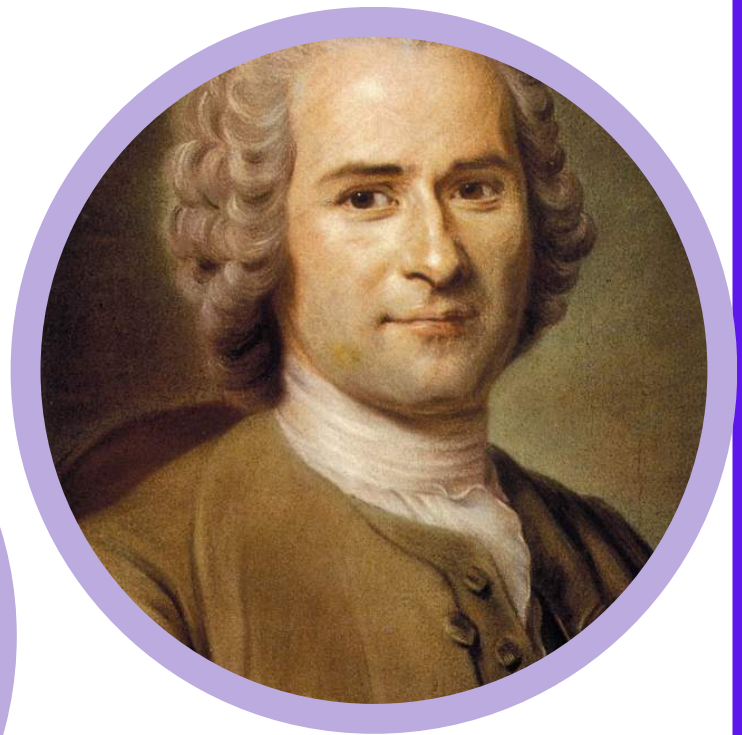


Voltaire (1694-1778)

- Defendeu a tripartição de poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. No entanto, Montesquieu não era a favor de um governo burguês. Sua simpatia política inclinava-se para uma monarquia moderada.



Montesquieu (1689-1755)



Rousseau (1712 – 1778)

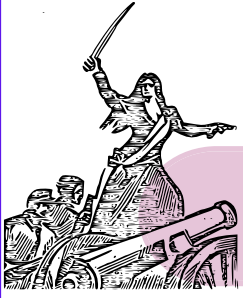
- Afirmou que o soberano deveria dirigir o Estado conforme a vontade do povo. Apenas um Estado com bases democráticas teria condições de oferecer igualdade jurídica a todos os cidadãos. Rousseau destacou-se também como defensor da pequena burguesia.

- Smith defendia que a economia deveria ser conduzida pelo livre jogo da oferta e da procura. Foi principal representante de um conjunto de ideias denominado liberalismo econômico, o qual é composto pelo seguinte:

- O Estado é legitimamente poderoso se for rico;
- Para enriquecer, o Estado necessita expandir as atividades econômicas capitalistas;
- Para expandir as atividades capitalistas, o Estado deve dar liberdade econômica e política para os grupos particulares.



Adam Smith (1723 – 1790)



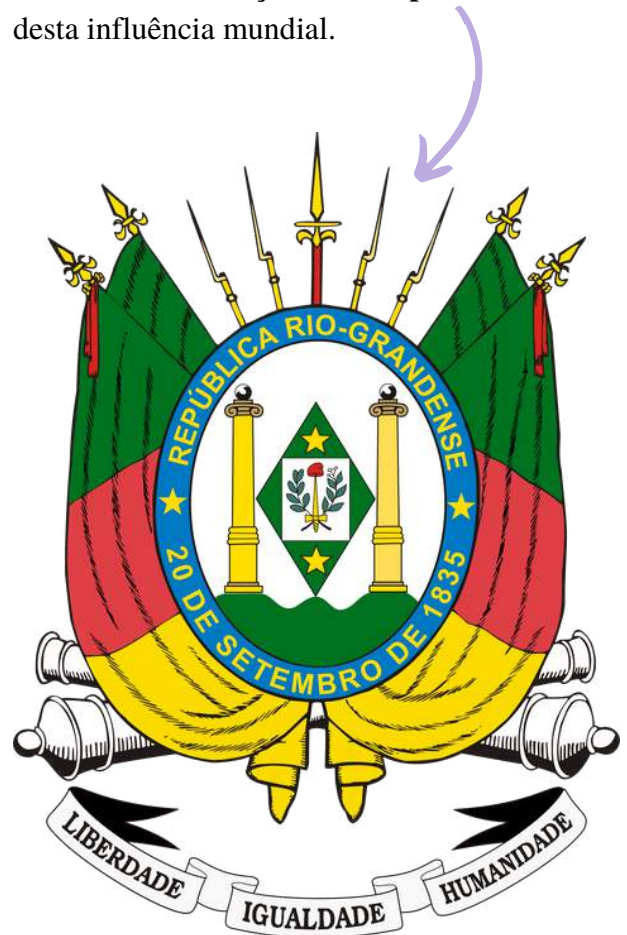
Revoluções Liberais

A Expansão Mercantil da Europa, da qual Portugal e Espanha foram grandes referências, não representou a melhora na qualidade de vida do povo. Ainda que a classe burguesa tenha aumentado seus lucros e, por isso, demandado mais direitos, os Reis Absolutos absorviam a maior parte destes tesouros, a fim de manter o sistema monárquico absoluto, também chamado de “Antigo Regime”. As fabricas aumentavam devido a industrialização, as pessoas trabalhavam ainda mais, mas sua qualidade de vida, devido a concentração de renda, era igual, ou pior, que a de um camponês medieval.

Os burgueses da França, que haviam se tornado um tipo de aristocracia devido os lucros mercantis, queriam também uma fatia do bolo que deveria ser só do Rei. Se tornaram, então, lideranças republicanas e difundiram seus ideais “iluminados” sobre “democracia”, em 1789 o Rei Luís XVI foi decapitado sob ordens do revolucionário Robespierre. Ocorre que as lideranças da república tomaram atitudes mais tirânicas que dos antigos soberanos, de modo que seu líder, Robespierre, teve o mesmo fim que ele próprio deu a Luís XVI, a guilhotina.

Ainda que tenha durado pouco tempo, a revolução francesa criou princípios e diretrizes que influenciam a política até os dias de hoje. Após a queda do Rei a assembleia se dividiu entre alta e baixa burguesia, do lado direito estava a alta, que tinha postura mais conservadora e era mais rica, e do lado esquerdo a baixa, com menos dinheiro e ideias revolucionárias mais profundas, daí então a divisão entre direita e esquerda que ainda se mantém.

Em 1799 Napoleão Bonaparte é coroado na França, marcando o fim do regime revolucionário. Ocorre que os ideais da Revolução (Igualdade, Fraternidade e Liberdade) não morreram, pois os próprios líderes não os defendiam em absoluto, todos estes valores se referiam as relações entre eles, o povo não era visto como digno deles. Ainda que a revolução tenha frustrado, os ideais pareceram maiores que ela, e influenciaram todo o mundo. A **Revolução Farroupilha** é um exemplo desta influência mundial.



Com a queda de Napoleão, após uma tentativa frustrada de invasão à Rússia, os Reinos convocam o Congresso de Viena, que tinha por objetivo reconstruir a Europa do Antigo Regime, suprimindo ameaças revolucionárias com um exército comum. Os objetivos do Congresso foram frustrados, revoluções liberais eclodiram por todo o mundo e, mesmo onde as monarquias não caíram, foi preciso flexibilizar, deixando o absolutismo e tornando-se democráticas.

Ao fim do processo é possível dizer que havia três forças em ação: os conservadores, agindo em nome do antigo regime e seus resquícios, os liberais, burgueses que buscavam uma forma de democracia, quase sempre para brancos, homens e ricos que queriam ter acesso a política, e os trabalhadores, que sem organização clara e um manifesto, até 1848, causavam medo em toda a Europa como um “espectro”, que poderia causar uma revolução ainda pior para as classes dominantes que a liberal.

As principais revoluções liberais e trabalhistas foram:

1. Revolução Inglesa (1625-1689)
2. Revolução Americana (1763-1796)
3. Revolução Francesa (1789-1815)
4. Revoluções de 1848 (1848-1849)
5. Revolução Russa (1905-1939)

Vídeos para entender o tema



- **Canal:**
Joelza Esther Domingues;
- **Título:**
Iluminismo: do Antigo regime aos nossos dias.

- **Canal:**
Na Cola da Prova;
- **Título:**
REVOLUÇÕES NO SÉCULO XIX & PRIMAVERA DOS POVOS | Na Cola da Prova.

- **Canal:**
EEF GERVÁSIO TEIXEIRA FERNANDES;
- **Título:**
ILUMINISMO.



Esse é uma música!!!!

Não esqueça de sempre checar as fontes dos conteúdos que estuda. Aqui estão os materiais utilizados como referência para o desenvolvimento deste tópico:

- GRESPAN, Jorge. Revolução Francesa e Iluminismo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DOMINGUES, Joelza Esther. Iluminismo: do Antigo regime aos nossos dias.
- “Resumo - O Iluminismo - Pensadores e características” em Só História. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2021. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/resumos/iluminismo.php>
- Grande História Universal: Época Napoleônica. (2007). Barcelona: Folio.





Rio Grande do Sul: história regional e local



*Professor Residente: Gustavo Fonseca da Cunha e
Professor Preceptor: Rafael Peter de Lima*




Rio Grande do Sul



Os primeiros habitantes



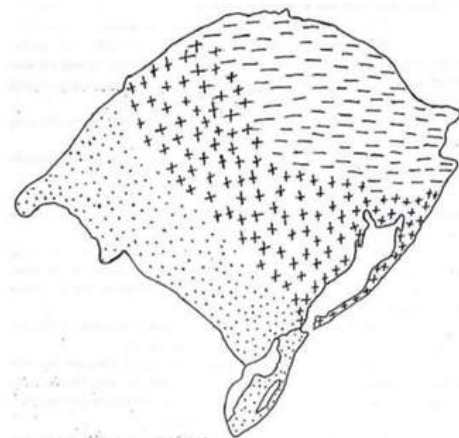
 GES: Descendiam dos mais antigos caçadores do interior do Rio Grande do Sul. Seus principais grupos eram Caaguás e Guaianás.




Desciam a serra no verão e iam pescar e mariscar no litoral norte, principalmente na região da cidade de Torres, atualmente.

Na aldeia, havia o feiticeiro, que dirigia a vida do grupo: cuidava da religiosidade e da cura; determinava a época e o local da caça, da guerra e do plantio; decidia, inclusive, o nome dorecém-nascido. O feiticeiro bebia a erva-mate em seus rituais e, através dela, "recebia" a vontade dos deuses.

Há 12.000 anos, habitavam no Rio Grande do Sul grupos humanos que viviam da caça, pesca e coleta; não criavam nem plantavam. O homem do interior do Rio Grande do Sul era nômade e caçador; o do litoral era seminômade porque o mar lhe garantia o alimento. Desses grupos humanos, surgiram aqui no nosso estado três grandes nações indígenas: Gês, Guaranis e Pampeanos. Quando o branco conquistador pisou o solo rio-grandense, no século XVI, encontrou essas nações vivendo em plena "pré-história", pois não conheciam a escrita, eram seminômades e desconheciam o uso do metal; suas armas eram de pedra lascada.

LOCALIZAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL



Legenda:
 Nação Pampeana
 Nação Gês
 Nação Guarani

Nações indígenas

O extermínio dos povos indígenas

GUARANIS: A nação Guarani era dividida em três grandes grupos.

Tapes - habitavam a zona oeste e centro-oeste do estado e seriam os futuros índios missioneiros.

Arachanes - habitavam a banda oeste da Lagoa dos Patos.

Carijós ou Patos - habitavam o litoral norte do Rio Grande do Sul e Porto Alegre.

Eram seminômades e abandonavam uma região quando a terra se esgotava para o plantio ou quando rareava a caça. Concorreu, também, para tal nomadismo, a procura da Terra sem Mal, pois acreditavam que existia algum lugar onde eles não teriam sofrimentos; esse lugar deveria ser ao leste, perto do mar.

A comunidade era dirigida por um conselho tribal composto pelo morubixaba, pelo taxauá e pelo pajé. O morubixaba era o chefe da aldeia, geralmente com mais de 60 anos e por isso respeitado por todos pela experiência de vida; podia ter mais de uma mulher. O taxauá era um chefe temporário em caso de guerra ou caça. O pajé, ou xamã, desenvolvia atividades de magia na aldeia, sendo médico, juiz e mestre de rituais religiosos.

PAMPEANOS: Habitavam o Pampa Gaúcho. Seus principais grupos eram *Charruas*, *Minuanos*, *Guenoas* e *Jarós*. Eram nômades, não cultivavam a terra e viviam somente de caça, pesca e coleta. Os chefes eram temporários, pois só tinham função em época de guerra. Eram inimigos dos Guaranis e dos Gês. Os pampeanos roubavam os alimentos plantados pelos Guaranis e Gês, sendo esta a causa de muitas lutas entre eles.

Era costume do homem branco dizer que esta terra não tinha dono; ela, entretanto, tinha dono – era dos indígenas que aqui moravam. Eles defenderam bravamente seus territórios, mas o branco, ao derrubar as matas, catequizar e lutar com armas de fogo, conseguiu varrer do solo rio-grandense as tradições, a língua, os valores e a cultura do indígena do nosso estado.

- Os pampeanos, chamados pelos brancos de "infiéis", pagaram caro por não aceitarem o aldeamento jesuítico. Foram exterminados lutando contra guaranis aldeados e espanhóis.
- Os Charruas reagiram ferozmente à ocupação de duas terras, atacando as povoações, de onde roubavam gado, erva-mate e fumo.
- Os guaranis aceitaram os aldeamentos jesuíticos e se aliaram aos espanhóis, ao lado dos quais constituíram um exército armado que lutava contra os portugueses. Na Guerra Guaranítica, foram quase que totalmente dizimados.
- Os Gês, embora resistissem bravamente na defesa de seu território, também não tiveram melhor sorte. Muitos tombaram em lutas com os Guaranis, seus inimigos; caíram em mãos dos bandeirantes, e muitos também morreram lutando contra os imigrantes que vieram ocupar suas terras.

Os poucos indígenas que restaram dessas nações foram dizimados pelas doenças trazidas pelo branco. Hoje, no nosso estado, temos pequenas reservas indígenas ao norte, como Nonohay e Cacique Doble, onde vivem, juntos, descendentes dos Guaranis e Gês, outrora inimigos.



Tradições

Os indígenas do Rio Grande do Sul legaram-nos vários hábitos que hoje fazem parte de nossos costumes e tradições, como:

- Várias palavras que estão no nosso vocabulário: mirim, piá, caipira, marcela e nomes de varias cidades do nosso estado;
- Hábito de tomar chimarrão;
- Uso de poncho e chiripá;
- Conversar de cócoras;
- Tomar chás;

Os Ervateiros

Com a descoberta da erva-mate, os indígenas passaram a fazer viagem até Guairá (Paraná) para buscá-la. A Igreja tentou acabar com o hábito do chimarrão e com os escravos da erva-mate; tentou a excomunhão e depois espalhou histórias de envenenamento, doenças causadas pela erva-mate. Mas essas medidas nada adiantaram, pois o consumo do mate continuava, principalmente entre os pobres e os soldados.

Até que Felipe III, rei da Espanha, proíbe a escravidão dos indígenas, devendo seus trabalhos ser remunerados. Desse modo, a extração da erva-mate seria feita quatro vezes por ano e paga. Tais ordens foram obedecidas por pouco tempo, e logo tudo voltaria a ser como antes. A erva-mate chegou a ser moeda corrente na América.

As Missões

No Brasil, a demarcação feita pelo tratado de tordesilhas não foi bem definida, e os portugueses acreditavam que suas terras iriam somente até o sul do atual estado de São Paulo. Assim, o Rio Grande do Sul pertencia à Espanha e, por isso, ficaria fora da colonização portuguesa.

Com a união das duas coroas, Portugal e Espanha, não havia mais o Tratado de Tordesilhas; dessa forma, o Rio Grande do Sul começou a receber a ação missionária de padres jesuítas a serviço da coroa portuguesa.

Houve várias tentativas de catequizar os índios do nosso litoral, mas essas missões não lograram êxito, devido à ação escravagista dos paulistas e à revolta de índios que resistiram a ação missionária.

Chamava-se **missão** a ação de evangelizar, levar a fé cristã aos índios.

Em 1636 começam os ataques dos bandeirantes. Estes atacavam as aldeias para escravizar os índios missioneiros e roubar o gado.

Com o fim da união entre Portugal e Espanha, o Tratado de Tordesilhas volta a ter validade; não poderiam ser invadidas as terras de outro rei, por isso os bandeirantes se retiraram aquido sul e passam a explorar as minas do atual estado de Minas Gerais.



A Colônia de Sacramento

Para segurar o domínio das terras do sul do Brasil e para participar do contrabando da prata, Dom Manoel Lobo aportou, em 12 de janeiro de 1580, à península junto à ilha de São Gabriel, no Rio da Prata. Fundaria nesse local o forte militar e criaria um porto livre de comércio. Os espanhóis e os índios guaranis das reduções atacaram, em agosto de 1680, a Colônia do Sacramento e mataram os portugueses. Porém, a Espanha, para não guerrear com Portugal, devolveu a Colônia do Sacramento a Portugal, em 1681.

LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO



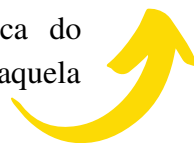


Sete povos das Missões

Para impedir a penetração portuguesa nas terras do sul, o governo espanhol fundaria, povoados no Rio Grande do Sul. Como havia falta de brancos colonizadores, vieram com os padres os guaranis das reduções. As terras seriam ocupadas com lavouras e estâncias, chamada de: os Sete Povos. A primeira redução construída foi São Francisco de Borja, em 1682.

Quando as casas estavam prontas e era época do primeiro plantio, vinha o restante dos habitantes daquela redução. Foram fundadas sete reduções:

- São Francisco de Borja, em 1682;
- São Nicolau, em 1687;
- São Luiz Gonzaga, em 1687;
- São Miguel Arcanjo, em 1687;
- São Lourenço, em 1690;
- São João, em 1697;
- Santo Ângelo, em 1707.



O Tratado de Madri determinava que os índios missioneiros deveriam abandonar suas reduções, podendo levar seu gado, o produto de suas lavouras e outros bens, evitando, assim, possíveis revoltas dos indígenas contra Portugal.

Para assegurar a posse dos Sete Povos, Portugal mandaria para lá casais açorianos para colonizar a região.

O indígenas nas aldeias missionárias

O indígena das reduções, em sua maioria, era Guarani, mas eram aceitos, também, índios de outras nações (Gês, Pampeanos) desde que aceitassem ser batizados e viver segundo as leis das missões.

Tratado de Madri

A Linha de Tordesilhas nunca ficou bem definida para Portugal e Espanha. Tal imprecisão foi a causa de muitas guerras entre as duas coroas; era necessário substituir o meridiano de Tordesilhas por outro instrumento diplomático que desse exatidão aos limites ultramarinos. Em 1750, foi assinado o Tratado de Madri, na Espanha. Esse tratado, no Rio Grande do Sul, dizia que a Colônia do Sacramento seria entregue aos espanhóis e que os Sete Povos das Missões seriam entregues aos portugueses.



Guerra Guaranítica

Os indígenas missioneiros foram criados no ódio contra os portugueses, pois sempre engrossaram as tropas de soldados espanhóis nas lutas contra os portugueses na Colônia do Sacramento; logo, não entenderam por que seu rei ordenara que abandonassem seus povos e suas terras, entregando-os ao inimigo que sempre combateram.

Deveriam mudar-se para outras reduções entre os rios Uruguai e Paraná. Os missioneiros daquela região, entretanto, não aceitaram essa mudança porque lá não havia mais terra para assentar os povos com suas lavouras.

Em maio de 1753, veio a ordem da Espanha: seria dado o prazo de um mês para as Missões serem evacuadas; caso contrário, os dois exércitos – português e espanhol – iniciariam a campanha. Em maio de 1754, teve início a investida contra as Missões.

No início de 1756, reuniram-se os exércitos espanhol e português, na cabeceira do Rio Negro, e marcharam em direção aos Sete Povos.

Durante a marcha, os exércitos sofreram vários ataques de guerrilhas comandadas por Sepé Tiaraju. No dia 7 de fevereiro de 1756, morre Sepé Tiarajú num ataque contra os espanhóis.

Apesar da morte de Sepé, as lutas continuaram – e com mais intensidade. Os índios, armados com flechas, lanças, boleadeiras e algumas espingardas, enfrentaram dois exércitos armados e treinados. O massacre foi inevitável: morreram mais de mil índios, enquanto os portugueses tiveram um morto, e os espanhóis, dois.



SEPÉ TIARAJÚ: Cacique guarani, organizou um exército de indígenas para resistir às forças militares ibéricas que foram enviadas ao atual território gaúcho, com a finalidade de fazer cumprir o Tratado de Madri.

Imigrantes no Rio Grande do Sul

O Tratado de Madri determinava que os índios missioneiros deveriam abandonar suas reduções, podendo levar seu gado, o produto de suas lavouras e outros bens, evitando, assim, possíveis revoltas dos indígenas contra Portugal.



Imigração Açoriana

Com a penetração portuguesa no Rio Grande de São Pedro, havia necessidade de casais parapovoar e colonizar as terras, assegurando, assim, a posse da região.

Em 1746, foi ordenada a vinda de casais em grupos de 60. Os colonizadores homens não poderiam ter mais de 40 anos, e as mulheres, não mais de 30. Assim, deu-se início à propaganda para atrair os novos colonizadores, sendo-lhes oferecidos diversos atrativos: dinheiro, passagem gratuita até a nova morada, ferramentas, armas, sementes, alimentação por um ano, isenção do serviço militar, áreas para plantar (as chamadas datas), duas vacas, uma égua, quatro touros e dois cavalos, sendo os touros e os cavalos para uso de mais de uma família.

Imigração Alemã

Quando a família real veio para o Brasil, em 1808, o rei D. João percebeu a necessidade de povoar e colonizar o Brasil. Por isso, liberou a imigração estrangeira. No início do século XIX, as terras de fácil ocupação estavam nas mãos de sesmeiros ou de posseiros.

Seriam criadas pequenas colônias agrícolas, onde se desenvolveria a classe média para movimentar o mercado interno. Assim, o imigrante povoaria as terras de difícil acesso, aumentaria a população brasileira, serviria de exemplo à sociedade da época, que via o trabalho como atribuição dos escravos, além de diversificar a produção, que era basicamente oriunda da pecuária.

Os alemães contribuíram na formação dos usos e costumes gaúchos. Na culinária, são da cultura alemã as cucas, defumados, chucrute, salsicha, cerveja, salada de batatas, geleias, chimias, pães caseiros, além do hábito do café colonial, tão apreciado por nós e por turistas.

Os negros no Rio Grande do Sul



Os negros entraram no Rio Grande do Sul com os primeiros casais povoadores de Rio Grande e com alguns oficiais militares, na condição de escravizados e mais tarde, com alguns estancieiros, donos de sesmarias.

É na charqueada que a presença do negro escravizado se destaca, pois todo o trabalho nesse tipo de estabelecimento é feito por ele.

A presença do negro também se fez presente nas lutas rio-grandenses, defendendo a propriedade do seu senhor dos ataques dos espanhóis, nas lutas pelas fronteiras rio-grandenses e na Revolução Farroupilha.





Revolução Farroupilha

Havia muitos anos, os gaúchos estavam descontentes com o Governo Imperial. A província de Rio Grande de São Pedro só era lembrada pelo governo quando este necessitava de soldados para defender suas fronteiras e de alimentos e montarias para prover suas tropas.

Pesados impostos recaíam sobre o charque; apenas uma escola funcionava, das 28 existentes na época, por falta de professores; não havia estradas, policiamento, pontes para circulação de produtos; os militares recebiam seus vencimentos atrasados; os presidentes da província não eram os indicados pelos gaúchos. Diante desse quadro, tem início, na província de Rio Grande de São Pedro, um movimento liberal cujo objetivo principal era separar o território do resto do Brasil, criando-se um país republicano.

Esse movimento era liderado pela elite rio-grandense, formada por estancieiros, comerciantes, oficiais do exército e da guarda nacional.

A revolução levou seis anos para ser planejada e recebeu apoio da maçonaria e do clero.

- Em 1832, é fundado, em Porto Alegre, o partido Farroupilha.
- No dia 20 de setembro de 1835, Bento Gonçalves entra em Porto Alegre, vindo de Guaíba. O presidente, Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga, foge e assume em seu lugar o vice, Dr. Marciano Pereira Ribeiro.
- Em 15 de julho de 1836, Porto Alegre caiu nas mãos dos imperiais e nunca mais seria farroupilha.
- Em 11 de setembro de 1836, é proclamada a República Rio-Grandense pelo General Antonio de Souza Neto, sendo sua primeira capital a vila de Piratini, de 10 de novembro de 1836 a 14 de fevereiro de 1839.
- Bento Gonçalves é eleito Presidente da República, mesmo estando preso no Forte do Mar, na Bahia, de onde conseguiu fugir, auxiliado pela maçonaria, retornando ao Rio Grande do Sul.



Estancieiros da elite Rio-Grandense



Bento Gonçalves da Silva



Onofre Pires da Silveira



Davi Canabarro



República Juliana

Em 1835 desembarcou no Rio de Janeiro, Giuseppe Garibaldi onde já se encontravam outros exilados.

Ao tomar conhecimento da revolução farroupilha, Garibaldi apoia a causa e, a República de Piratini colocou à sua disposição um veleiro, doze homens e alguns fuzis.

Com o auxílio de José Garibaldi, os farrapos tomaram Laguna e proclamaram a República Juliana, que teve curta duração, de 22 de julho a 15 de novembro de 1839. Essa expedição malograda dá início ao declínio da revolução, pela perda de homens, armas e munições.



Massacre de Porongos

Em uma região conhecida como Cerro dos Porongos, localizado no atual município de Pinheiro Machado, aconteceu um dos ataques mais violentos da guerra dos farrapos.

na madrugada de 14 de novembro de 1844, um esquadrão de lanceiros negros acampado no Cerro dos Porongos foi surpreendido e arrasado pelas tropas imperiais.

A maioria das evidências históricas, indica que a chacina é resultado da **traição do general David Canabarro**, homem forte dos farroupilhas.

À época, reconhecendo a iminente derrota, os rebeldes tentavam negociar uma anistia com o império. O governo de Dom Pedro 2º prometeu pensar na proposta. Entre as condições para o indulto, constava a devolução dos escravos capturados.

O problema é que a exigência não agradaria muitos dos chefes rebeldes, envergonhados com a renúncia, e tampouco os negros a quem os farroupilhas tinham prometido liberdade.


Para resolver o impasse, Canabarro teria feito um conchavo com os imperiais. "Ele escreveu ao Barão de Caxias, tramando a data e o local para um ataque ao acampamento dos negros".

Além de fazer um conluio com os imperiais, Canabarro relativizou alertas de aproximação inimiga e desarmou os lanceiros negros na véspera do ataque. O general alegou que a munição velha seria substituída por outra mais nova e, assim, entregou os guerreiros negros de bandeja aos imperiais.

CV-3730 Cópia. Reservadíssimo. Amo. Sr. regule V. Su. suas marchas de maneira que no dia 14 às 2 horas da madrugada possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará nesse dia no cerro dos Porongos. Não se descuide de mandar bombar o lugar do acampamento de dia, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. Suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre sobre a sua direita, pois posso afixar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter as suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. A relação junta e das pessoas a quem deve dar escapula se por casualidade caírem prisioneiras. Não recite da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e do seu General-em-chefe para entregar o cartuchame sobre [sic] pretexto de desconfiar dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que sabem de tudo, forem prisioneiros, deve dar-lhes escapula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem que não sejam presos, pois V. Sá. bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio que nos levará em poucos dias ao fim da revolta

A Carta de Porongos conteria evidências de um acordo prévio entre Caxias e o líder farroupilha David Canabarro..



 Bandeira da República Juliana (1839)



 Giuseppe Garibaldi



O fim de uma "Revolução"

A liderança que Bento Gonçalves tinha entre os farrapos começou a cair diante do retardamento das eleições dos constituintes e, após, pelo atraso em dar posse aos eleitos.

Em 9 de Novembro de 1842, assume a presidência da província e o comando do exército imperial Luis Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). Com um exército de 12 mil homens, Caxias precisou de três anos para vencer um exército de 3 mil e, no fim, apenas mil homens já cansados e quase sem armas.

No dia 1º de março de 1845, é assinada a paz, perto de Poncho Verde, em Jaguarão.

Antes de partir para História de Pelotas, faz uma parada aqui, toma mais um chimarrão e dá uma olhada nessas leituras de apoio sobre o tema estudado!

- BARBOSA, Fídels Dalcin. História do Rio Grande do Sul, Passo Fundo, 2013;
- HERÉDIA, Vânia Beatriz M. A imigração européia no século passado: o Programa de Colonização no Rio Grande do Sul, 2007;
- MAESTRI, Murilo. BREVE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL: da Pré-História aos dias atuais, Passo Fundo, 2010;
- OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial;
- ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito, 2011.



Pelotas

História Local

História Local é quando estudamos um objeto mais específico, uma localidade. Os historiadores dizem que se reduz a escala de observação: ao invés da História de um país ou um continente, analisamos a História de uma cidade - por exemplo.

Agora estudaremos a História de Pelotas. Mas não esqueça: toda a História Local se conecta com o movimento que acontece nas escalas mais amplas. Assim, ao estudar a História da cidade de Pelotas, temos sempre que fazer as devidas conexões com a História Regional (da região sul do Brasil e da região platina), com a História do Brasil, da América e com o plano global mais abrangente.

Para compreender o conteúdo, de melhor forma, é interessante estudar um pouquinho o Dicionário de História de Pelotas, para ler alguns verbetes.

Esse dicionário está disponível no *site* da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, ou buscando no *Google* o título dele.

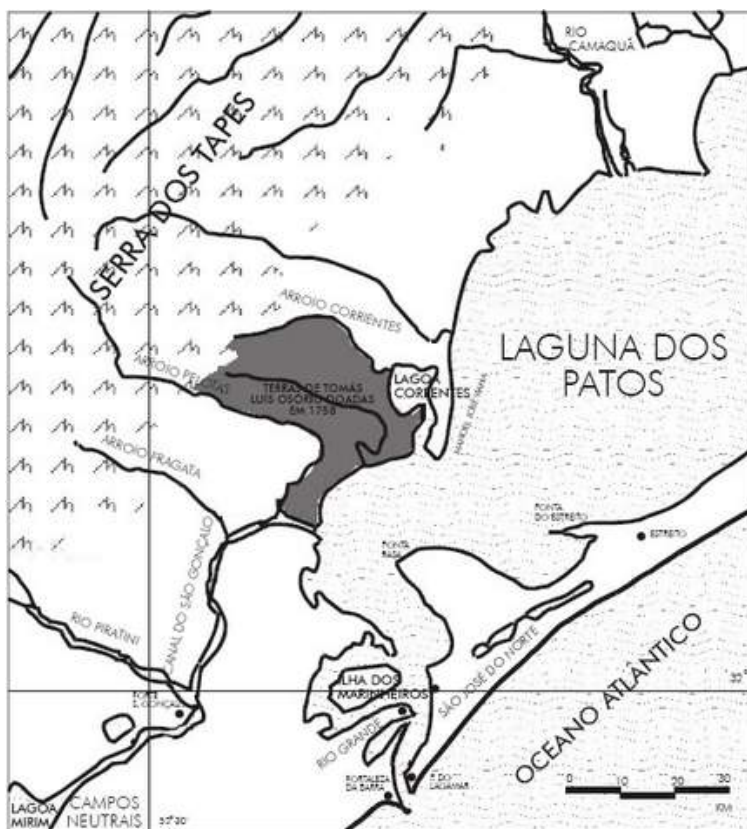


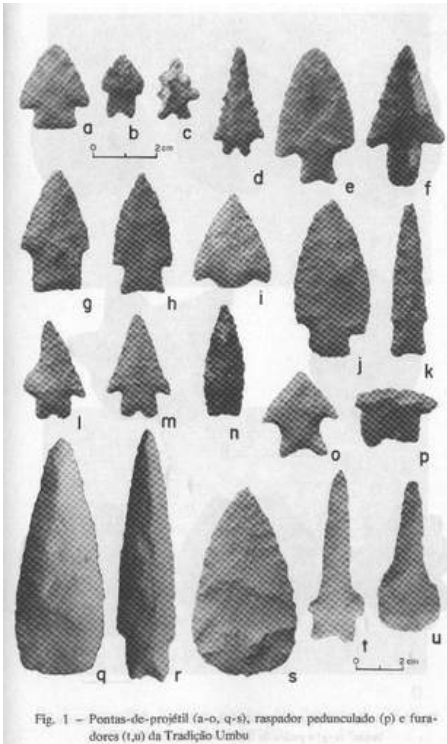
Figura 8 - Rincão de Pelotas. Tomás Luis Osório [1758].

GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPEL, 2001, p.45.

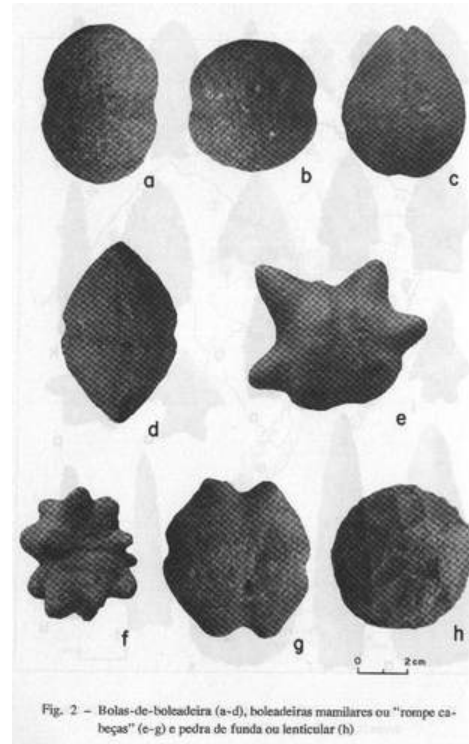
Indígenas

- Primeiros povoadores de Pelotas: aproximadamente 10.000 antes do presente (A.P.) → tradição Umbu → caçadores, coletores e pescadores nômades.
- Vários instrumentos de pedra lascada (pontas de projétil, furadores, facas...) e pedras polidas (bolas de boleadeiras, lâminas de machado, zoólitos...).
- Também objetos em osso polido, dentes, conchas, arte rupestre.
- Cerâmica: aprox. 2.000 A.P. → tradição Vieira.
- Século XII d.C. → tradição Tupiguarani, de origem amazônica → horticultores: milho, feijão, mandioca, abóboras, amendoim, batata-doce, algodão, tabaco... → também ceramistas.
- Tradições Umbu e Vieira: antecessores dos povos charruas, minuanos, guenoas, yaró etc.
- Tradição Tupiguarani (várias denominações): guaranis, tape, arachã, pato.

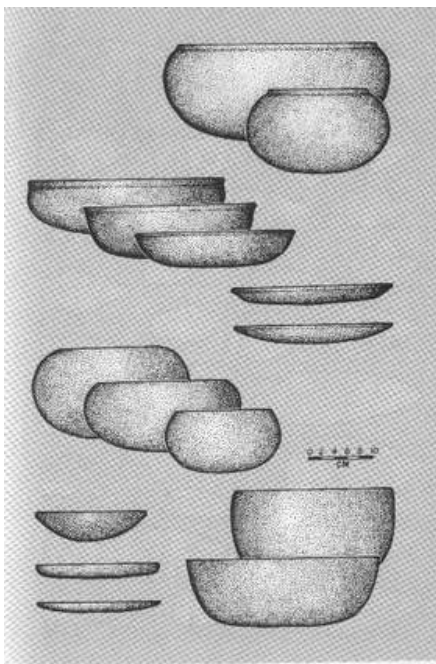
Artefatos



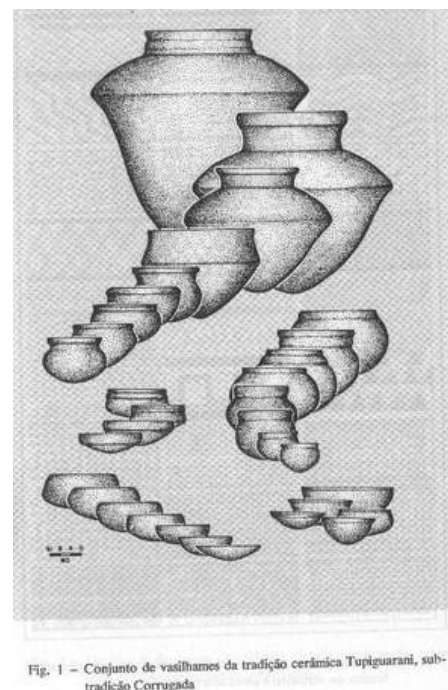
KERN, Arno (et al.). Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p.127.



KERN, Arno (et al.). Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p.128.



KERN, Arno (et al.). Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p.247.



KERN, Arno (et al.). Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p.327.

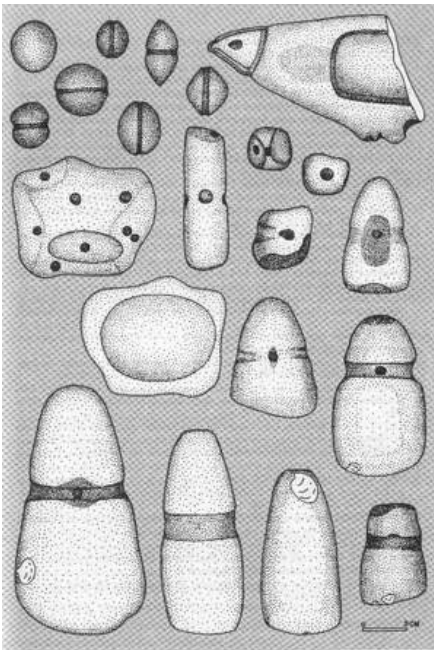


Fig. 5 - Típicos artefatos em pedra polida de Santa Vitória do Palmar: bolas-de-boleadeira, um zoólito, pedras com pequenas depressões polidas, mão-de-pilão, moedor, lâminas de machado

KERN, Arno (et al.). Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p.249.

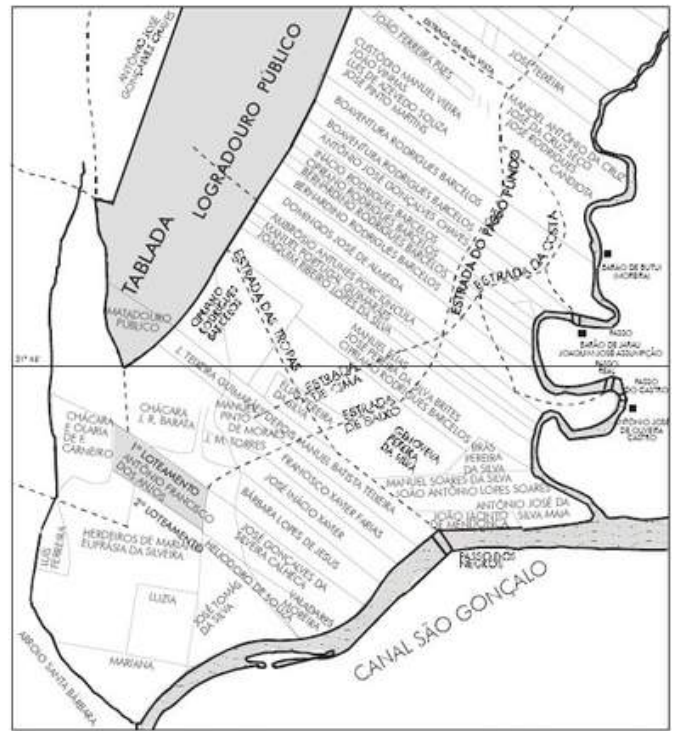


Figura 36 - Localização charqueadas e 1º loteamento. Base principal no RPTMP, do museu da BPP.

GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001, p.164.

Primeiro Loteamento

- Alvará de 07 de julho de 1812.
- Devia ser erguida uma **capela**, com santo padroeiro (São Francisco de Paula), autorizada pela Igreja Católica.
- Além de serviço religioso, a Igreja fazia o cartorial - registrava casamentos, nascimentos e mortes.
- A partir da capela se geraria a freguesia.
- Desde 1784 o vigário de Rio Grande mostrou interesse em dividir sua paróquia. Dessa divisão surgiria Pelotas.
- O primeiro loteamento seria feito nas terras do capitão Antônio Francisco dos Anjos com aquiescência do padre Felício (ambos naturais da Colônia do Sacramento), onde hoje se localiza a região da catedral.
- O segundo loteamento seria erguido na região da atual praça Pedro Osório.

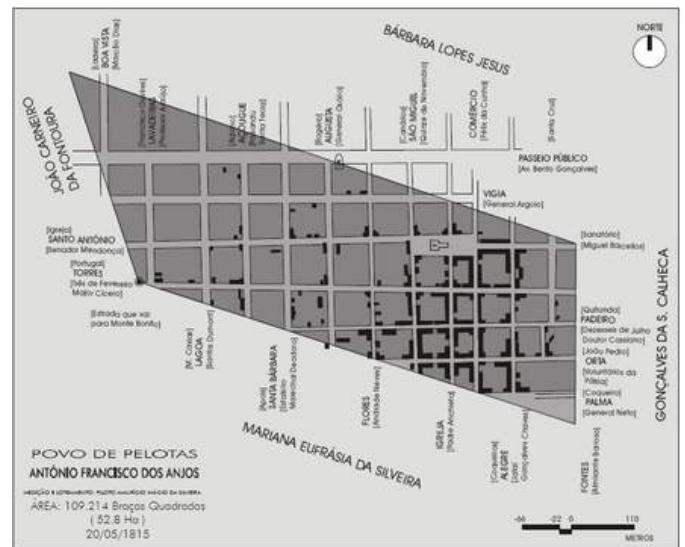


Figura 37 - Cópia reduzida da primeiro loteamento de Pelotas. Biblioteca Pública Pelotense, Museu, RPTMP, L.92, p.9.

GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001, p.168.

De onde vem o nome Pelotas?



Escravo puxando a pelota, embarcação típica do Rio Grande, feita em couro, para travessia de rios. Aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret. Domínio público, Museus Castro Maya.

Fonte: <<http://multirio.rio.rj.gov.br>>.

- Pelota: canoa de couro usada para atravessar pequenos rios, rebocada por um nadador.
- Em 1758 aparece na documentação o arroio Pelotas como limite da primeira sesmaria do atual município, outorgada ao coronel Tomás Luís Osório.
- Em 1835 a vila de São Francisco de Paula se torna cidade de Pelotas, provavelmente adquirindo tal denominação devido à prosperidade da indústria do charque às margens do arroio Pelotas.

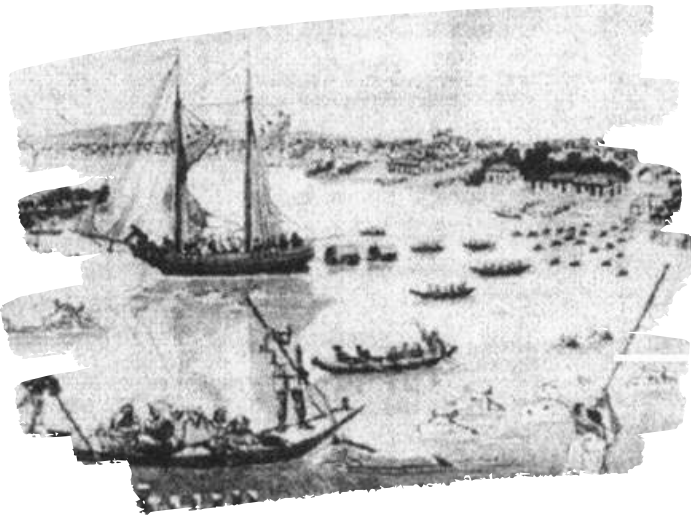


Charqueadas

- Locais onde se produziam as carnes salgadas (charque) e seus subprodutos (couros, gorduras, sebos, chifres, ossos...).
- Trabalho duro, artesanal e especializado realizado por escravos.
- Zona fabril com mais de 30 saladeiros e cerca de 2000 escravos.
- Trabalho rude, insalubre, em ambiente fétido e pestífero.



Charqueada no Rio Grande. Aquarela sobre papel (24,4 x 40,4 cm) de Jean-Baptiste Debret. Domínio público, Museus Castro Maya. Fonte: <<http://multirio.rio.rj.gov.br>>.



Engenho de Carne Seca Brasileira, 1825. Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Disponível em: <<https://brmaua.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

Charqueadores

- Simões Lopes Neto apontou cerca de 200 empresas em aproximadamente 40 charqueadas em Pelotas entre 1780 e 1911.
- O português José Pinto Martins, vindo do Ceará em 1780, teria sido o pioneiro a investir na indústria do charque (apesar de haver indícios de que aqui já existisse uma produção artesanal de carne salgada).
- O ciclo charqueador fez Pelotas se tornar uma das cidades mais prósperas do Brasil, "centro e coração da Província do Rio Grande do Sul".
- A elite pelotense construiu sobrados no centro da cidade, frequentava banquetes, saraus, peças teatrais, enviava seus filhos para estudar no exterior e recebeu títulos nobiliárquicos.

População

- Povoamento da região: segunda metade do século XVIII. Primeiras demarcações de terras, instalação de propriedades e fugas dos ataques espanhóis a Rio Grande.
- 1814 (freguesia de São Francisco de Paula)
 - 2.419 habitantes
 - 1.226 escravos
 - 232 libertos
 - 105 índigenas
 - 144 recém-nascidos
 - 712 brancos
- 1858: total 12.893 habitantes
 - 7.763 livres
 - 342 libertos
 - 4.788 escravos
- Grande porcentagem de negros e escravos.



Engenho de Carne Seca Brasileira, 1825. Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Disponível em <<https://brmaua.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

Estatísticas populacionais em Pelotas (1814-1858)					
Ano	Branco	Índios	Libertos	Escravos	Total
1814	712 [29,4%]	105[4,3%]	232[9,6%]	1226[50,6%]	2419
1833	3933[36,2%]	180[1,7%]	1137[10,4%]	5623[51,7%]	10873
1858	7753[60,2%]	-	342[2,6%]	4788[37,2%]	12883

Fonte: VARGAS, Jonas M. Os barões do charque e suas fortunas... São Leopoldo: Oikos, 2016.

* Em 1814 consta na documentação 144 como "recém-nascidos", totalizando, então 100%.



Escravidão

- 1833: população escrava 5.632, mais da metade da população total (51,7%).
- Na entressafra do charque os escravos trabalhavam na olaria e construção civil.
- Muitos escravos urbanos:
 - mulheres: cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras...
 - homens: cocheiros, jardineiros, criados...
- Também escravos “de ganho” [exerciam sua profissão em outro local, só retornando para dar parte do que recebiam ao seu senhor], e “de aluguel” [contratado para realizar alguma tarefa].
- Clima sempre tenso na cidade devido à grande concentração de escravos → temor de rebeliões, fugas e formação de quilombos.
- Grande aparato repressivo dentro e fora das propriedades.
- Vários quilombos na região.
- Muitas fugas de escravos, especialmente das charqueadas.

Cidade	Total da pop.	Esc. e lib.	%
Porto Alegre	6.111	2.900	47,3
Rio Pardo	10.445	3.398	32,5
Cachoeira	8.225	3.020	36,7
Pelotas	2.419	1.458	60,2
Piratini	3.673	1.870	50,9

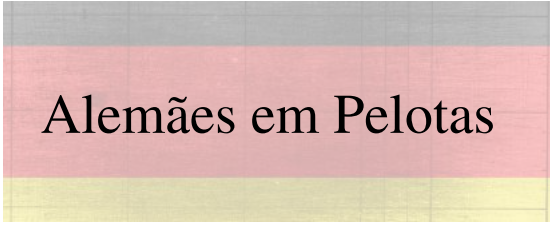
ASSUMPÇÃO, J.E. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)** apud CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional.**

Imigração

- Intenção: colonizar o território, estimular o ‘trabalho livre’ e o ‘branqueamento’ da população.
- Dois tipos de imigrantes: 1) ‘burgueses’ empreendedores; 2) trabalhadores pobres.
- Governo brasileiro buscou imigrantes na Europa, subvencionando passagens e hospedagem.
- Grande fluxo no final do século XIX (1886 a 1894).
- Os trabalhadores chegaram em Pelotas em situação difícil e pouco alentadora. Trabalhavam, com sorte, na indústria e setor de serviços. Mais comum era na limpeza de ruas e sarjetas, construção de estradas de ferro e mesmo a mendicância.
- Portugueses, italianos, franceses, uruguaios, espanhóis e alemães eram os grupos mais representativos.

Imigração no Brasil

- Ideia de ocupação e defesa de território;
- Mão de obra produtiva e extração de recursos naturais.
- **Especialmente a partir do século XIX**
- Imigração já pensada a partir da substituição do trabalho escravizado para o assalariado;
- Imigração europeia, vinculada à ideia racista de “embranquecer” a população brasileira.



Alemães em Pelotas

- 25 de Julho de 1824: Primeiros alemães em São Leopoldo (RS);
- 1857: fundação da colônia de São Lourenço do Sul;
- 1866: colônia do Arroio do Padre, entre outras;
- Bairro Três Vendas: Importante concentração de alemães e seus descendentes;
- Atuação: artesãos, operários especializados, mercenários, trabalhadores rurais - alguns conseguiram se tornar empresários.



Italianos em Pelotas

- 1875: No Rio Grande do Sul - Campos de Cima da Serra e Depressão Central;
- Em Pelotas: Colônia São Domingos (1875), Colônia Municipal (1882), Colônia Maciel (1885) - as duas primeiras compostas também por alemães;
- Contingente mais numeroso, após os portugueses;
- Diversas atividades urbanas e rurais - destaque no ramo hoteleiro.



Portugueses em Pelotas

- Primeiros povoadores europeus da região;
- Chegam aqui a partir da invasão espanhola da Colônia do Sacramento (1762);
- José Pinto Martins - português, vindo do Ceará, funda a primeira charqueada em 1780;
- Censo de 1899 - grupo mais numeroso entre os imigrantes de outras nacionalidades (43,6%).



Franceses em Pelotas

Primeiro momento:

- Viajantes: Saint Hilaire (1820), Arsène Isabelle (1834), Conde D'Eu (1865);
- Profissionais liberais - que atuaram no desenvolvimento urbano da cidade.

Segundo momento:

- 1ª leva imigratória: principalmente via Montevidéu e Buenos Aires - aventureiros, área cultural, inovações, indústria...
- 2ª leva imigratória: Famílias - Colônia francesa de Santo Antônio do Quilombo (1880).

Abolição

- Grande impulso no RS: fundação da Sociedade Partenon Literário em POA (1868).
- Década de 1880: se intensifica e se alastra por todo o país o movimento antiescravista. Ex: imprensa, maçonaria, irmandades religiosas (católicas), trabalhadores e artesãos, clubes carnavalescos, esforços individuais...
- **A resistência e rebeldia escrava foi fundamental no processo de abolição.**
- Abolição em Pelotas (três fases):

1. Criação do jornal **A voz do escravo** (jan/1881) → Clube abolicionista.
2. 1884: fundação do jornal **A Penna** - campanha pela emancipação: escravos transformados em "contratados" até pagarem seu valor em serviços.
3. Últimos anos... até 1888: período marcado por muita tensão social e conflitos entre escravistas e abolicionistas (incluindo escravos) - crítica aos contratos por serem uma escravidão disfarçada...

- **Episódio revelador:** as festas da abolição foram adiadas em Pelotas para 6 a 8 de junho (1888), pois em maio as charqueadas estavam em plena safra...

A Tablada

"A Tablada, como foi chamado o lugar para onde o gado era trazido para ser comercializado, representou uma melhoria no processo de produção da carne salgada. O charqueador não precisava mais arriscar-se em viagens para comprar o gado, podia escolher, pechinchar etc. Todo esse comércio de gado impulsionou o crescimento do núcleo urbano que se formava. Fazendeiros, depois de realizarem suas vendas, peões, após receberem por seu trabalho, iam para a cidade. Provavelmente retornassem só no próximo ano. Era preciso fazer as compras necessárias, procurar os serviços de que careciam e buscar algum divertimento. Exportava-se charque, couro, graxa etc. Importavam-se além do sal e escravos todos os produtos que atendessem a esse comércio e ao gosto rebuscado dos charqueadores locais. O Logradouro Público, a Tablada foi estabelecido em 1825. Só teve a sua medição realizada em 1851. Deveria limitar-se com o leste da fazenda do Monte Bonito e os terrenos das charqueadas do São Gonçalo e arroio Pelotas".

"Uma das mais características e ao mesmo tempo mais selvagens e interessantes vistas de Pelotas é a Tablada." Escreveu o naturalista norte-americano Herbert Smith, em 1882.



Tablada - Pelotas. Danúbio Gonçalves. In: GUTIERREZ, Ester J.B.; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. NARRATIVAS MACABRAS: VIAJANTES E ARTISTAS NO SUL DA AMÉRICA.

“Chama-se assim um descampado extenso e quase liso, onde de dezembro a maio se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem quinze dias de viagem. Pode haver aqui ao mesmo tempo uma vinte datas, cada uma de centenas de cabeças; rudes gaúchos, vestidos com a habitual camisa de chita, ceroulas fofas ou bombachas e ponchos riscados, galopam em todas as direções, conservando os animais nos lugares e impedindo que se misturem as tropas; o gado, cansado de longo caminho e espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume. Os donos das charqueadas movem-se rapidamente aqui e ali em belos cavalos, examinando as várias tropas, calculando-lhe o valor com rapidez e precisão admiráveis e fechando os negócios as pressas com estancieiros e peões. O mercado é sempre ativo, porque a concorrência é muito forte entre os vinte ou trinta charqueadores; em geral as boiadas inteiras estão vendidas em pouco tempo depois de chegadas.” [SMITH, 1922: 137 e 138].

[Do livro: GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001, p.171-3].

Dica de documentário

"Com pesquisa, roteiro e direção de Leonardo Tajés Ferreira, e apresentação de André Pereira, o documentário "A sociedade do Charque" é o subtítulo da primeira parte de uma série de três produções intituladas "Olhares sobre Pelotas". Partimos do século 18, com a contribuição de Rafael Guedes Milheira professor do departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), abordando os conflitos entre europeus e as comunidades indígenas durante a exploração das terras que constituem hoje o estado do Rio Grande do Sul."

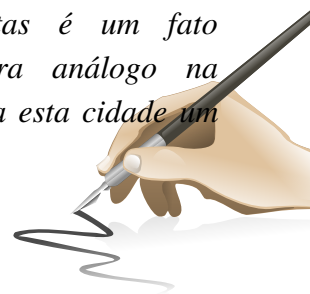
- Disponível no canal "Leonardo Tajés Ferreira" no Youtube.

Pelotas - a dualidade da princesa

O Conde D'Eu, integrante da família real, visitou Pelotas na década de 1860 e registrou uma impressão extremamente deslumbrante da cidade. Dizia não entender por que não era Pelotas a capital da Província. Em suas palavras:

Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar a palavra aristocracia falando-se de um país do novo continente. Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no interior da campanha, vem gozar as onças e os patações que ajuntou em tal mister. [...] O rápido desenvolvimento de Pelotas é um fato notável que não encontra análogo na província e que pressagia a esta cidade um futuro considerável.]

D'EU, Conde. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. São Paulo: USP, 1981, p. 130-131 apud VARGAS, 2016, p.63.



Uma imagem bem diferente viria das charqueadas. O viajante francês Saint-Hilaire escreveu em 1822 que:

“Apesar de ter cessado, há meses, a matança nas charqueadas, ainda nos arredores há um forte cheiro de açougue, donde se pode fazer ideia do que não será esse odor no tempo da matança”. No período da safra, registrou que *“não se pode aproximar das charqueadas sem ser logo coberto pelas moscas. Ao imaginar essa multidão de animais decapitados, o sangue a correr aos borbotões, a prodigiosa quantidade de carne exposta nos secadores, vejo que tais lugares devem inspirar contrariedades e pavor”.* Sobre as charqueadas das margens do rio Jacuí (cenário que certamente não seria tão distinto das margens do arroio Pelotas ou São Gonçalo), destacou que *“Antes de chegarmos, sua situação foi-nos anunciada por nuvens de urubus, que escureciam o céu”*

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821. São Paulo: USP, 1974. apud VARGAS, 2016, p.102-3.

No mesmo período e sobre o mesmo tema o Visconde de São Leopoldo foi ainda mais longe. Escreveu ele que:

“Seria útil que se prescrevessem regulamento coercitivos para a limpeza e asseio das charqueadas, pois que a demora do sangue, urina e resíduos dos animais, além de ser uma origem de infecção, torna esses lugares nojentos, e só serve de multiplicar uma praga de moscas e de daninhos ratos, tão grandes que chegam a intimidar os gatos”.

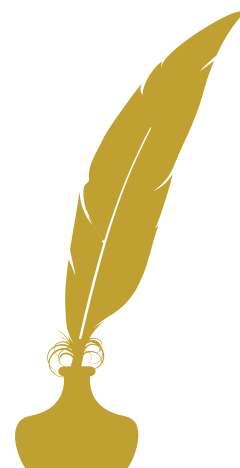
Sobre o ‘mundo do trabalho’, por detrás dos casarões luxuosos do centro da cidade, do requinte e das frivolidades europeizadas da classe dominante, se assentava o duro trabalho escravizado - base material de acumulação de riquezas e que sustentava tal ambiente de pompa e suntuosidade para poucas famílias abastadas desfrutarem.

A dura descrição de um viajante estrangeiro do cotidiano da casa-grande escravista:

“RIO PELOTAS, 11 de setembro de 1820. [...] Nas charqueadas os negros são tratados com muito rigor. O Sr. [Gonçalves] Chaves é considerado um dos charqueadores mais humanos, no entanto ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante dos seus patrões. Há sempre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece de pé, pronto a ir chamar os outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz do que esta criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado à parede e é, frequentemente, martirizado pelos filhos do patrão. Quando anoitece, o sono o domina, e quando não há ninguém na sala, põe-se de joelhos para poder dormir, não é esta casa a única onde há este desumano hábito de se ter sempre um negrinho perto de si para dele utilizar-se, quando necessário.”



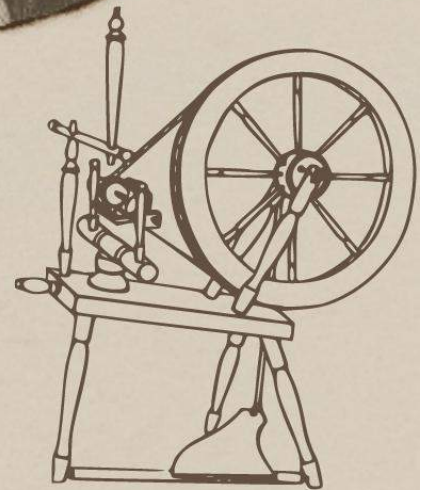
SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2002, p.119-120.



Mas tchê, antes de sair deste tópico não esquece de ver as referências utilizadas para criar o material sobre a cidade do doce!

- ASSUMPÇÃO, J.E. Pelotas: Escravidão e charqueadas (1780-1888) apud CARDOSO, F.H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, 1931;
- D'EU, Conde. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. São Paulo: USP, 1981 apud VARGAS, 2016;
- GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2001;
- GUTIERREZ, Ester J.B.; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Narrativas Macabras: Viajantes e artistas no Sul da América, 2013;
- KERN, Arno (et al.). Arqueologia Pré- histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997;
- PARADEDA, M.L. ARQUITETURA DA PAISAGEM E MODERNIDADE: Um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas(1860-1930). Dissertação. Porto Alegre, PUCRS, 2003;
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2002;
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821. São Paulo: USP, 1974. apud VARGAS, 2016;
- VARGAS, Jonas M. Os barões do charque e suas fortunas... São Leopoldo: Oikos, 2016.





A industrialização e os impérios modernos



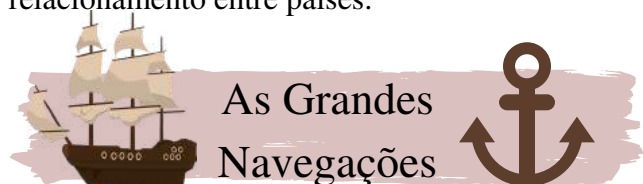
*Professores Residentes: Eduarda Wille
Zarnott e Ruan da Silveira Isnardi*

Impérios Modernos

A Idade Média teve início com a queda do Império Bizantino e a tomada da cidade de Constantinopla pelo Império Turco-Otomano, em 1453. Ela foi marcada pelo processo de centralização progressiva do poder dos reis.

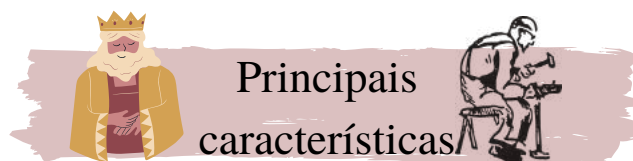
Formaram-se, em toda Europa, os estados nacionais unificados, que reuniam em torno da ideia de nação, populações que tinham as mesmas tradições, idioma e passado histórico. A centralização política e administrativa trazia vantagens para a burguesia, uma vez que unificava tributos, leis, moedas, pesos, medidas e regras alfandegárias de cada país.

Com o tempo, essa centralização evoluiu para o absolutismo monárquico, um sistema político no qual o rei detinha todo o poder. O poder absolutista criou, entre outras coisas, os exércitos nacionais permanentes, a burocracia administrativa e a diplomacia que regulava o relacionamento entre países.



As Grandes Navegações

Com as expansões marítimas, países como Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda formaram grandes Impérios. Absorvendo, sob suas coroas, vários territórios.



Principais características

↳ **Absolutismo:** centralização do poder político nas mãos de um rei, que era soberano sobre todo território nacional. Esse poder era justificado pela crença de que o rei era um representante de Deus entre os homens, e cabia a ele, portanto, governar uma determinada região e seu povo.

↳ **Sociedade Estamental:** a Idade Moderna e o Antigo Regime mantiveram a divisão da sociedade em estamentos, divisões determinadas pelo nascimento que impediam a mobilidade social. Dessa forma, o rei, acompanhado pela nobreza, e o clero possuíam privilégios sociais em relação ao restante da sociedade, composta por burgueses, artesãos, trabalhadores urbanos e camponeses.

↳ **Mercantilismo:** foi o principal modelo econômico dos Estados Modernos. Embora cada nação o aplicasse com particularidades, podemos sintetizar mercantilismo como um modelo econômico em que:

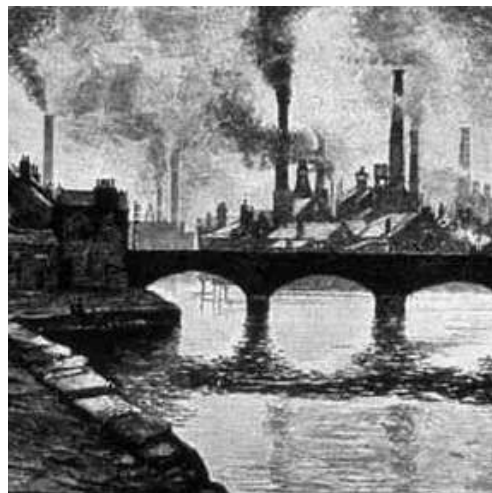
- O Estado controlava a economia a fim de expandir suas fronteiras comerciais;
- Buscava-se a manutenção da balança comercial favorável, ou seja, um país deveria procurar exportar mais do que importar;
- Adoção do protecionismo, prática que visava a imposição de barreiras para a entrada de produtos estrangeiros;
- Metalismo, prática que visava acumular metais preciosos, como ouro e prata, conseguidos principalmente nas Américas.

Revolução Industrial

A Revolução Industrial foi o período de grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII e que se espalhou pelo mundo, causando grandes transformações. Ela garantiu o surgimento da indústria e consolidou o processo de formação do capitalismo.

O nascimento da indústria causou grandes transformações na economia mundial, assim como no estilo de vida da humanidade, uma vez que acelerou a produção de mercadorias e a exploração dos recursos da natureza. Além disso, foi responsável por grandes transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho.

A Revolução Industrial foi iniciada de maneira pioneira na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, e atribui-se esse pioneirismo aos ingleses pelo fato de que foi lá que surgiu a primeira máquina a vapor, em 1698, construída por Thomas Newcomen e aperfeiçoada por James Watt, em 1765.



A Revolução Industrial foi a responsável por grandes mudanças nas paisagens urbanas, entre elas um alto índice de poluição causado pelas fábricas.



Por que chamar de "Revolução"?

Vemos a palavra revolução empregada sobretudo em transformações políticas de grande impacto na sociedade, como a Revolução Francesa (1789) ou a Revolução Russa (1917). No caso da Revolução Industrial, o aspecto revolucionário desse fenômeno esteve no âmbito tecnológico, por isso o advento da indústria e da produção mecanizada, ocorrido na Inglaterra do século XVIII principalmente a partir da invenção da máquina a vapor por James Watt, em 1760, caracterizou-se como revolução.

Nesta revolução, destaca-se o pioneirismo inglês no desenvolvimento da atividade industrial, que pode ser justificado pela existência de uma classe burguesa comercial bem consolidada, que surgiu graças as Revoluções Inglesas do século XVII, pela política de cercamento dos campos, que provocou uma migração de trabalhadores do campo, em massa, para as cidades, e à própria riqueza de carvão e ferro encontrada na Inglaterra.

Os principais motivos do pioneirismo inglês foram:

- Havia na Inglaterra grande quantidade de capitais (privados e estatais) acumulados para investimentos na nascente indústria. Esses capitais tiveram como origem, principalmente, a exploração colonial e o comércio marítimo.
- Mão de obra em grande quantidade para abastecer as indústrias. Grande parte dessa mão de obra, que tinha origem na zona rural, migrou para as cidades para trabalhar nas fábricas.

Vale ressaltar que muitos camponeses foram expulsos das terras comunais, a partir da Lei dos Cercamentos de Terras, que teve início no século XVII.

- Situação política favorável, pois a burguesia, desde a Revolução Gloriosa (1688-1689), ocupava importantes cargos no poder da Inglaterra (principalmente no Parlamento). A burguesia foi a classe social que liderou o processo de Revolução Industrial na Inglaterra e, nos períodos seguintes, nos outros países europeus.
- A Inglaterra também possuía muitos inventores e engenheiros, que desempenharam um papel fundamental no avanço tecnológico, principalmente voltado para o desenvolvimento de máquinas a vapor (teares, por exemplo) e meios de transporte (trens e navios a vapor). Esses meios de transportes foram de grande importância no transporte de matérias-primas e produtos industrializados.
- Existência, em seus territórios, de matérias-primas (minério de ferro, lã e algodão) e fontes de energia (carvão mineral) essenciais para o funcionamento das indústrias do período.
- Ética protestante, principalmente calvinista, que favorecia o acúmulo de dinheiro e o desenvolvimento econômico pessoal. Vale dizer que a burguesia tinha uma grande afinidade com o protestantismo, que não condenava a riqueza e o lucro (ao contrário da Igreja Católica).
- A Inglaterra possuía um grande poderio naval (muitos e modernos navios). Esse fator foi muito importante para o acesso dos ingleses a novos mercados consumidores e exploração de matérias-primas fora do território inglês.

A principal característica da Revolução Industrial foi a criação do *sistema fabril mecanizado*, isto é, as fábricas passaram da simples produção manufaturada para a complexa substituição do trabalho manual por máquinas. Essa substituição implicou na aceleração da produção de mercadorias, que passaram a ser produzidas em larga escala. Essa produção em larga escala, por sua vez, exigiu uma demanda cada vez mais alta por matéria-prima, mão de obra especializada para as fábricas e mercado consumidor. Tal exigência implicou, por sua vez, também na aceleração dos meios de transporte de pessoas e mercadorias. Era necessário o encurtamento do tempo que se percorria de uma região à outra para escoar os produtos.

Nesse sentido, a Revolução Industrial estimulou o desenvolvimento das cidades — que tiveram que se adaptar ao grande contingente de pessoas que migrava do meio rural em busca de emprego nas fábricas —, bem como a criação de transportes, como a locomotiva a vapor (ou “trem de ferro”), que exigia uma malha ferroviária, isto é, linhas de trem feitas de ferro para estabelecer a ligação entre as regiões.

A construção das estradas de ferro contribuiu para ampliar o crescimento industrial, uma vez que diminuiu as distâncias, ao tornar as viagens mais curtas, e ampliou a capacidade de locomoção de mercadorias. O desenvolvimento das estradas de ferro aproveitou a prosperidade da indústria inglesa, uma vez que os financiadores de sua construção foram exatamente os capitalistas que prosperaram na Revolução Industrial. Isso porque a indústria inglesa não conseguia absorver todo o excedente de capital, fazendo com que os investimentos nas estradas de ferro acontecessem.

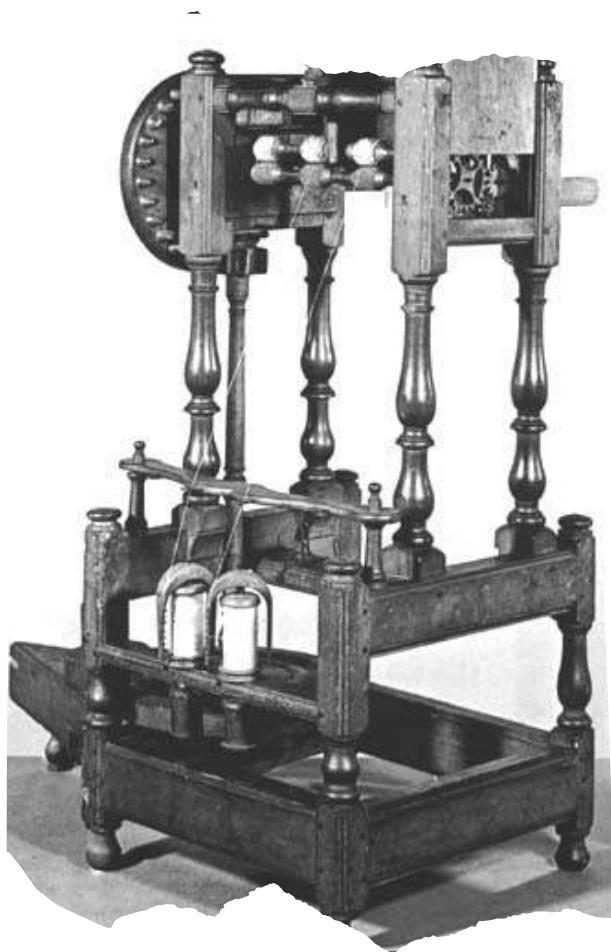


Locomotiva a vapor.

O avanço tecnológico característico da Revolução Industrial permitiu um grande desenvolvimento de maquinário voltado para a produção têxtil, isto é, de roupas. Com isso, uma série de máquinas, foram criadas para tecer fios. Com essas máquinas, era possível tecer uma quantidade de fios que manualmente exigiria a utilização de várias pessoas.



Em 1764, James Hargreaves criou a “spinning Jenny”, uma roca manual de vários fios que permitia que uma pessoa realizasse o trabalho de oito trabalhadores.



Em 1767, Richard Arkwright decidiu trabalhar com a força da água, daí surgiu a "water frame".

E o trabalhador? Em quais condições ele se encontrava?

Antes do surgimento da indústria, a produção acontecia pelo modo de produção manufatureiro, isto é, um modo de produção manual que utilizava a capacidade artesanal daquele que produzia. Assim, a manufatura foi substituída pela maquinofatura.

Com a maquinofatura, não era mais necessária a utilização de vários trabalhadores especializados para produzir uma mercadoria, pois uma pessoa manuseando as máquinas conseguiria fazer todo o processo sozinha. Com isso, o salário do trabalhador despencou, uma vez que não eram mais necessários funcionários com habilidades manuais.

Além do baixo salário, os trabalhadores eram obrigados a lidar com uma carga de trabalho extenuante. Nas indústrias inglesas do período da Revolução Industrial, a jornada diária de trabalho costumava ser de até 16 horas com apenas 30 minutos de pausa para o almoço. Os trabalhadores que não agentassem a jornada eram sumariamente substituídos por outros.

Não havia nenhum tipo de segurança para os trabalhadores e constantemente acidentes aconteciam. O acidente mais comum era quando os trabalhadores tinham seus dedos presos na máquina, e muitos os perdiam. Os trabalhadores que se afastavam por problemas de saúde poderiam ser demitidos e não receberiam seu salário. Só eram pagos os funcionários que trabalhavam efetivamente.

Essa situação degradante fez com que os trabalhadores mobilizassem-se pouco a pouco contra seus patrões. Isso levou à criação das organizações de trabalhadores (mais conhecidas no Brasil como sindicatos) e chamadas na Inglaterra de tradeunion. Os trabalhadores exigiam melhorias salariais e redução na jornada de trabalho.

Dois grandes movimentos de trabalhadores surgiram dessas organizações foram o ludismo e o cartismo. O **ludismo** teve atuação destacada no período entre 1811 e 1816, e sua estratégia consistia em **invadir as fábricas e destruir as máquinas**. Isso acontecia porque os adeptos do ludismo afirmavam que as máquinas estavam roubando os empregos dos homens e, portanto, deveriam ser destruídas.

O **movimento cartista**, por sua vez, surgiu na década de 1830 e lutava por direitos trabalhistas e políticos para a classe de trabalhadores da Inglaterra. Uma das principais exigências dos cartistas era o **sufrágio universal masculino**, isto é, o direito de que todos os homens pudessem votar. Os cartistas também exigiam que sua classe tivesse representatividade no Parlamento inglês.

A mobilização de trabalhadores resultou em algumas melhorias ao longo do século XIX. A pressão exercida pelos trabalhadores dava-se, principalmente, por meio de **greve**. Uma das melhorias mais sensíveis conquistadas pelos trabalhadores foi a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias, por exemplo.



Representação de uma revolta de trabalhadores do século XIX.



Protesto de trabalhadores

Consequências principais da Revolução Industrial:

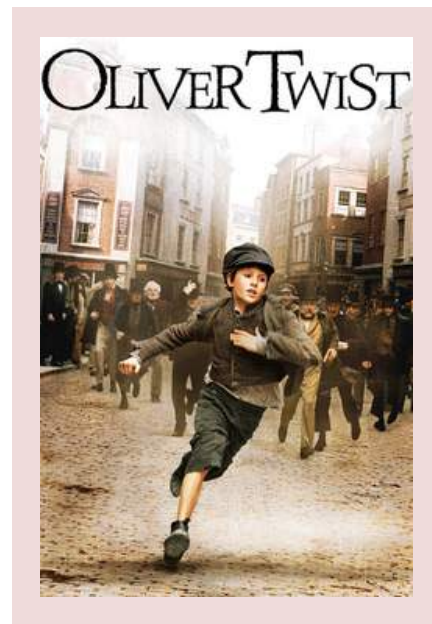
- Diminuição do trabalho artesanal e aumento da produção de mercadorias manufaturadas em máquinas;
- Criação de grandes empresas com a utilização em massa de trabalhadores assalariados;
- Aumento da produção de mercadorias em menos tempo;
- Maior concentração de renda nas mãos dos donos das indústrias;
- Avanços nos sistemas de transportes (principalmente ferroviário e marítimo) à vapor;
- Desenvolvimento de novas máquinas e tecnologias voltadas para a produção de bens de consumo;
- Surgimento de sindicatos de trabalhadores com objetivos de defender os interesses da classe trabalhadora;
- Aumento do êxodo rural (migração de pessoas do campo para as cidades) motivado pela criação de empregos nas indústrias;

- Aumento da poluição do ar com a queima do carvão mineral para gerar energia para as máquinas;
- Crescimento desordenado das cidades, gerando problemas de submoradias;
- Substituição da mão de obra humana por máquinas;
- Aumento das doenças e acidentes de trabalhos em função das péssimas condições de trabalho nas fábricas;
- Surgimento de novas classes sociais como, por exemplo, a burguesia industrial e o proletariado (classe trabalhadora, principalmente das indústrias);
- Uso em grande quantidade de mão de obra infantil nas fábricas.

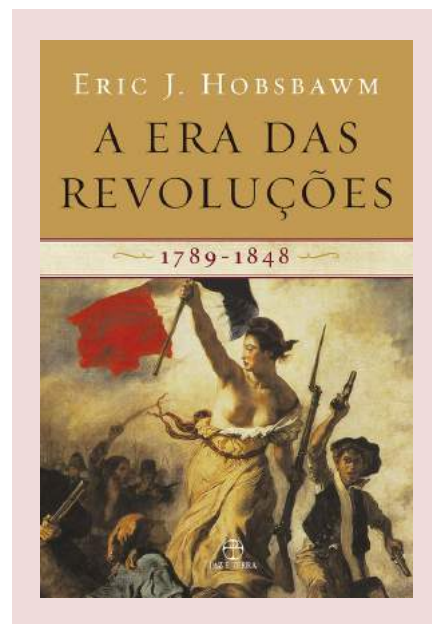
Representações da Revolução Industrial



- Tempos Modernos
- Ano: 1936
- Direção: Charles Chaplin



- Oliver Twist
- Ano: 2005
- Direção: Roman Polanski

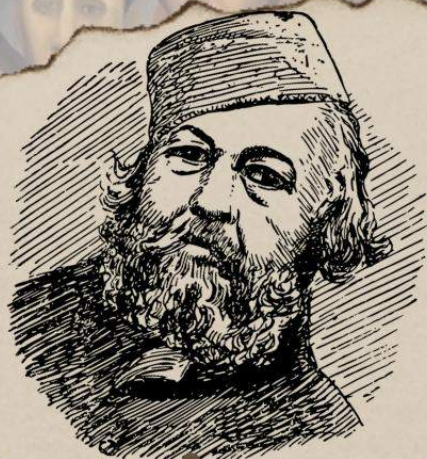


- Ano: 1962
- Autor: Eric Hobsbawm

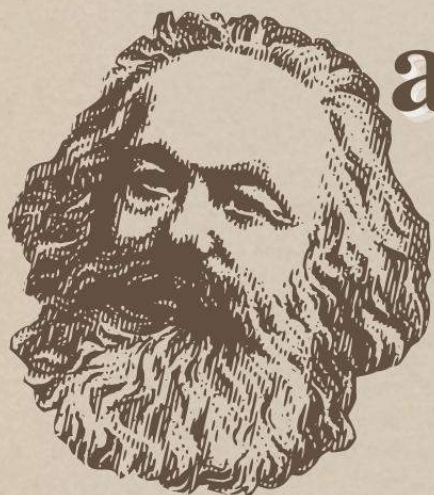
Hey, calma! Antes de ir para o próximo tópico, confere aqui as referências utilizadas para a criação deste material. Pois é muito importante checar as fontes!

- BEZERRA, Juliana. O que foi a Revolução Industrial? Toda Matéria.
- FERNANDES, Cláudio. Idade Moderna. Brasil Escola. Disponível em:
<<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/idade-moderna.htm>>
- FERNANDES, Cláudio. Revolução Industrial. História do Mundo.
- IDADE Moderna. Britannica Escola. Disponível em:
<<https://escola.britannica.com.br/artigo/IdadeModerna/483294>>
- NEVES, Daniel. Revolução Industrial: O que foi, fases, consequências. Brasil Escola.
- RAMOS, Jefferson Evandro Machado. Revolução Industrial: causas, consequências, conclusão. Sua Pesquisa





Teorias sociais em disputa: capitalismo, socialismo e anarquismo



*Professoras Residentes: Jéssica Camargo
Trisch e Maria Laura Almeida Pereira*



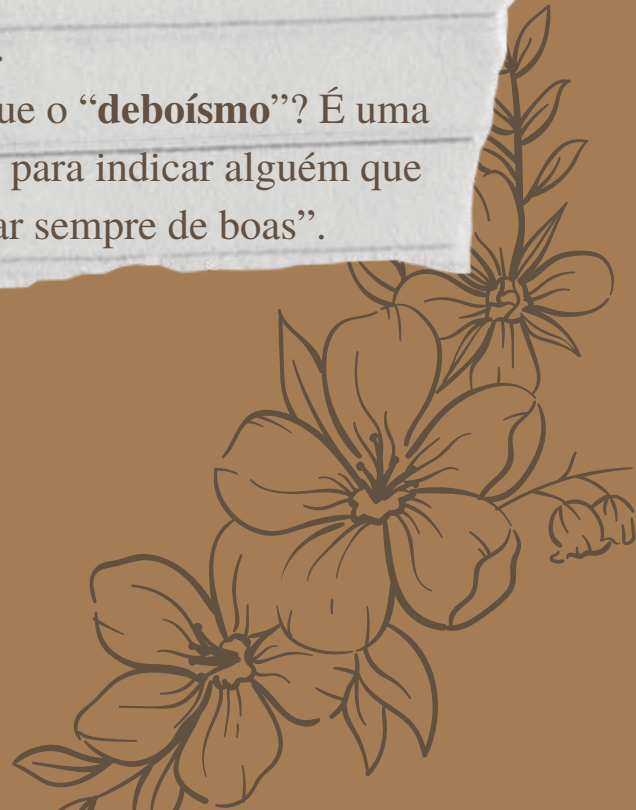
Sufixo "ismo"

Tu deve ter notado que todos os termos que vamos trabalhar terminam em
“*ISMO*”.

Sabe o porquê?

Assim como o *COLONIALISMO*, que trabalhamos no primeiro semestre, esses novos termos/conceitos/teorias também são um conjunto de ideias. Aí já dá para entender que a terminação “*ISMO*” normalmente é usada para descrever filosofias, teorias, religiões, movimentos sociais, movimentos artísticos e comportamentos.

Sabe quando a gente brinca que alguém segue o “**deboísmo**”? É uma piada super inteligente, porque usa o sufixo para indicar alguém que seguiria essa corrente imaginária “estar sempre de boas”.



Capitali\$mo



A história

O capitalismo é resultado de um processo histórico longo e complexo, que inicia na transição da Idade Média para a Modernidade: muda-se de uma sociedade medieval feudal baseada na estabilidade para um sistema de expansão e crescimento e o formato de trabalho passa da servidão ao assalariado. O aumento populacional e o cercamento das terras são os principais motivos para o colapso do sistema medieval e o empobrecimento dos camponeses, que se tornam mão de obra livre e barata. Há um processo de PROLETARIZAÇÃO, ou seja, os trabalhadores são separados dos meios de produção. Assim, é iniciada a concentração de terras/capital nas mãos de alguns, o que pode ser chamado de acumulação original e, mais tarde, vai gerar a Revolução Industrial.



Adam Smith (1723 -1790).

Para Karl Marx (1818 - 1883), o capitalismo é um modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade.

Para o intelectual alemão, os pilares do capitalismo seriam: propriedade privada, divisão social do trabalho e trocas.

Outro pensador que tentou explicar o capitalismo foi um segundo alemão: Max Weber (1864 - 1920). Diferentemente do modelo econômico-histórico de Marx, ele buscava fatores culturais para o capitalismo, especialmente vinculados à religião protestante.

A doutrina cristã medieval pregava o desprendimento dos bens materiais e a contemplação como caminho para a salvação. Já as religiões protestantes, em especial a calvinista, valorizavam o trabalho e a riqueza como vocação do espírito.

Não podemos falar de capitalismo sem falar de Liberalismo, que nasceu como a ideologia da burguesia em ascensão. Além do poder econômico, essa nova classe social queria ter o poder político exercido pela aristocracia. No liberalismo econômico, ao contrário do mercantilismo dos Estados absolutistas, o estado deveria estar afastado da economia, ou seja, cada indivíduo teria liberdade para fazer o que quisesse com e nas suas propriedades. Segundo os liberais, esse modelo resultaria num “progressivo enriquecimento de todos os membros das nações, uma vez que todas elas iriam se beneficiar com a extensão dessa liberdade” (CATANI, p. 53).

Iniciado com os fisiocratas, o Liberalismo econômico se desenvolveu com o britânico Adam Smith (1723 -1790). Ao longo do tempo, podemos notar uma divisão entre

duas grandes vertentes, uma mais moderada (que aceita um baixo nível de participação do estado para garantir o bem estar social, como no keynesianismo) e uma mais radical (centrada no indivíduo e sem tolerância para a participação do Estado, como no neoliberalismo). Na teoria, o Liberalismo também defende as liberdades individuais, como liberdade de imprensa, liberdade de expressão, liberdade religiosa, entre outras. O Liberalismo é, por exemplo, a ideologia por trás da Independência das 13 colônias (1776), que se tornaram os Estados Unidos da América, e da Revolução Francesa (1789).

Se a Revolução Francesa é a grande revolução política na Europa, a Revolução Industrial (1760) é a grande revolução econômica, consolidando o capitalismo industrial e a burguesia como classe social dominante. Essas revoluções se complementam, podendo ser chamadas de “gêmeas”. O capitalismo pode ser dividido em três fases: capitalismo comercial (do século XV ao XVIII), capitalismo industrial (séculos XVIII e XIX) e capitalismo financeiro (do século XX até o presente). Neste último, estaria incluído o chamado capitalismo informacional desenvolvido com o avanço das tecnologias de informação.

Crise

O capitalismo é marcado por crises econômicas, como a de 1867 e a de 2008. No entanto, a crise mais marcada da história econômica contemporânea ocorreu em 1929. Ao final da Primeira Guerra Mundial, a economia dos Estados Unidos tornou-se a mais poderosa do mundo. Em 1920, a indústria estadunidense era responsável por quase 50% de toda a produção industrial do mundo. Essa época é conhecida como American Way of Life, que se caracterizava pelo consumismo. No entanto, com a reestruturação das sociedades europeias e da reorganização da estrutura produtiva, os Estados Unidos deixaram de exportar para os parceiros comerciais do velho continente, mas o ritmo de produção continuou a crescer, levando a uma superprodução. Sem compradores para as mercadorias, foi necessário reduzir o ritmo, o que acarretou na demissão de milhões de trabalhadores.



A liberdade guiando o povo, Eugène Delacroix (1830)

O ápice dessa crise foi a desvalorização vertiginosa de ações durante a quebra da bolsa de valores, em 29 de outubro de 1929. Todas as economias globais foram afetadas. No Brasil, grande exportador de café para os EUA na época, milhares de sacas de café foram queimadas para tentar valorizar o produto, que havia ficado sem compradores.

Para solucionar a crise, os Estados Unidos adotaram um conjunto de medidas, denominado New Deal. As ideias presentes nesse “novo acordo” rompiam com os princípios tradicionais do liberalismo econômico, seguidos pelos presidentes estadunidenses. A economia dos Estados Unidos só voltou a se fortalecer a partir de 1935.

Capitalismo no Brasil



Enquanto colônia, o Brasil integra o processo de constituição do capitalismo como ferramenta de acumulação de capital para a Metrópole. Com a transição do capital mercantil para o capital industrial na Europa, a economia colonial se torna um empecilho, pois a escravização não permite a mercantilização da mão de obra nem a formação de novos mercados.

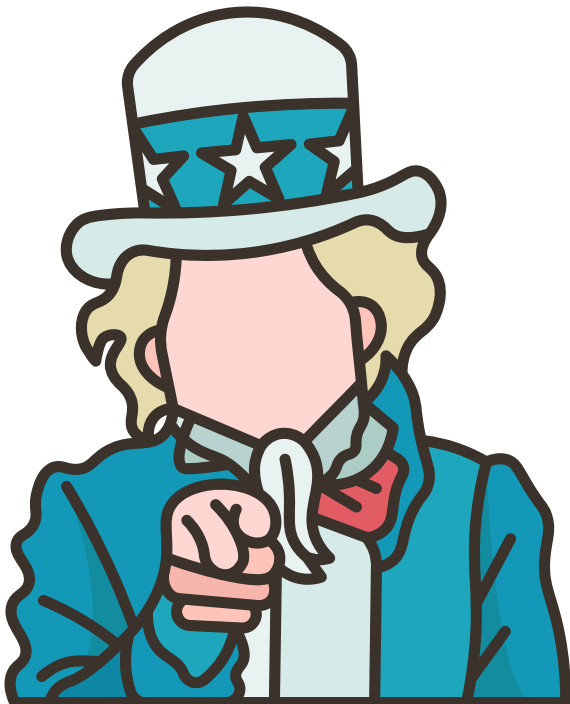
A pressão internacional é um dos elementos para a crise do colonialismo, que resulta na Independência e consequente fim do exclusivo comercial. Assim, ocorre a primeira transição de modelo econômico no Brasil, formando-se uma economia exportadora capitalista com base na produção do café.



A Industrialização da economia brasileira, ou seja, a transição para o capitalismo industrial é uma industrialização tardia, a partir de capital acumulado na exportação cafeeira e num momento em que a economia global já está constituída e consolidada com seus monopólios.

Foto 1: Cartaz enaltecendo o estilo de vida americano com uma fila de pessoas em busca de auxílio da Cruz Vermelha.

Foto 2: Homem vendendo o carro, porque "perdeu tudo na bolsa de valores".



Homens em busca de trabalho após a onda de demissões.

Socialismo

A história

As principais ideias do socialismo (resumidamente: igualdade e liberdade para TODOS) estiveram presentes em diversos locais e momentos históricos. No entanto, o socialismo como a teoria moderna que conhecemos surge em um contexto específico: Europa do século XVIII. Esse pensamento se desenvolve como uma reação às consequências da ascensão do capitalismo e, em especial, às más condições de vida e trabalho dos operários após a Revolução Industrial.

O desenvolvimento do pensamento socialista pode ser dividido em dois momentos principais: socialistas utópicos (ou pré-marxistas) e socialistas científicos. Entre os primeiros, estão os franceses Saint-Simon, Fourier, Meslier, Morelly e Mobly, e os ingleses Thomas More, Charles Hall e Robert Owen. O segundo grupo, que se torna o único, inicia com os pensamentos de Karl Marx e Friedrich Engels.

Inicialmente, o socialismo é uma teoria sonhadora e utópica. No entanto, ao amadurecer, se torna uma ferramenta para crítica social e luta política. Podemos pensá-lo como uma radicalização do pensamento político que a burguesia em ascensão pregava como sendo ideal para substituir o regime monárquico. Assim, o objetivo final do socialismo seria o fim da sociedade de classes e da propriedade privada dos meios de produção, o que acabaria com as desigualdades. Para chegar lá, haveria processos históricos revolucionários que levariam ao comunismo. Uma diferença entre o socialismo e o comunismo é que, no socialismo ainda há Estado, no comunismo ele não existiria mais.



Estátua de Marx e Engels, em Berlim.



Robert Owen 1771-1858

Organização

Dentro da luta socialista, houve alguns grupos internacionais que tentaram se unir ainda que sempre houvesse divergências ideológicas internas. Esses coletivos ficaram conhecidos como Internacionais. Em 1848, é publicado o Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels para apresentar o projeto da Liga dos Justos, que passa a ser chamada **Liga dos Comunistas**. Ao longo da década de 1850, há uma violenta repressão por parte das forças reacionárias burguesas e aristocráticas. Na década de 1860, acontece uma rearticulação e funda-se a Associação Internacional dos Trabalhadores (**1ª Internacional**). Há dois grupos principais em disputa: os seguidores de Marx e os anarquistas, seguidores de Bakunin. Esse último grupo tinha os mesmos objetivos, mas acreditava em outro processo revolucionário, sem passar por diferentes fases. Em 1870, ocorre a guerra franco-prussiana (entre França e a atual Alemanha). Quando a França perde, há a imediata queda da monarquia e a proclamação da República francesa. Alguns socialistas acreditam que é a brecha para a revolução, entre eles o anarquista Bakunin que vai para Paris e bota pilha para que ocorra a **Comuna de Paris**, governo popular que durou pouco mais de dois meses (leia sobre o assunto aqui). Ainda que não apoiasse e achasse um movimento precipitado, Marx aponta a importância do movimento. Após essa experiência revolucionária, há uma forte perseguição à 1ª Internacional, acusada de ser responsável pela Comuna de Paris - ainda que como instituição não tenha participado ativamente. A desintegração da 1ª Internacional não é imediata. Em 1872, os anarquistas são expulsos da associação e, em 1876, ela é encerrada. Quinze anos depois, inicia-se um movimento para tentar unir novamente os socialistas. Em 1891, é constituída a **2ª Internacional**, que desde o início foi marcada pela disputa de três grupos: marxistas revolucionários (liderados por Lênin e Rosa Luxemburgo - [clique aqui](#)), os marxistas moderados (seguidores de Kautsky) e os revisionistas (seguidores de Bernstein). Com a Primeira Guerra Mundial, há um enfraquecimento da associação e uma intensificação na polarização entre revolucionários e revisionistas, os moderados acabam por se unir a um desses pólos.

Em 1917, ocorreu a Revolução Russa, de caráter revolucionário e liderada por Lênin, que aproveitou o descontentamento popular para colocar em prática a revolução com a primeira etapa do processo marxista: a ditadura do proletariado.

A 2ª internacional é recomposta sob a liderança dos revisionistas e passa a ser chamada de Internacional Socialista. No entanto, os revolucionários (especialmente, os russos) fundam a 3ª Internacional, que denominam Internacional Comunista. É nesse momento que socialismo e comunismo passam a significar coisas bastante diferentes, ainda que possuam uma base teórica semelhante.



Cartaz soviético, onde se lê, em russo e francês, “Viva a Internacional Comunista”.

Países Socialistas



- União Soviética (Rússia/1917-1991);
- Cuba (1961-atualidade);
- China (1949-atualidade);
- Coreia do Norte (1948-atualidade);
- Vietnã (norte em 1954, reunificação em 1976).

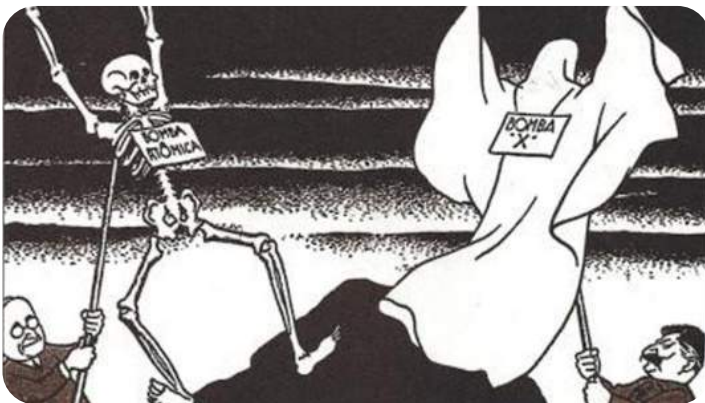
Eventos Importantes

- I Internacional (1864);
- II Internacional (1889);
- Comuna de Paris (1870-1871);
- Revolução Russa (1917-1923);
- Guerra Fria (1947-1991);
- Revolução Cubana (1953-1959);
- Guerra da Indochina e o Vietnã comunista (1946-1954);
- Revolução Chinesa (1949);
- Guerra da Coréia (1950-1953);



Assinaturas da Primeira Internacional.
Foto: Domínio Público

Socialismo no Brasil



Charge publicada na imprensa brasileira satirizando a disputa entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria.

No Brasil, o socialismo chega junto aos imigrantes europeus nas últimas décadas do século XIX. A maior parte deles passa a trabalhar em fábricas, dando início ao movimento operário no país, que foi influenciado, principalmente, pelos ideais anarquistas. São antigos militantes anarquistas os fundadores do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Apesar das diferentes vertentes, as elites conservadoras veem todos os movimentos de base socialista como um único perigo, impondo forte repressão. A Revolução Russa e o crescimento da importância do movimento comunista no mundo, especialmente com a União Soviética se tornando uma grande potência ao fim da Segunda Guerra Mundial, acendem um alerta nas potências capitalistas, além das elites conservadoras locais. É nesse contexto, por exemplo, que ocorrem os golpes civis-militares da América Latina apoiados pelos Estados Unidos.

anarquismo

A história

O Anarquismo surge enquanto um movimento contrário ao capitalismo industrial e a emergência da burguesia no século XIX, após a Revolução Industrial.

Apesar da palavra “anarchos”, do grego, significar desordem, a palavra anarquia, em sua etimologia, significa ‘sem governo, sem autoridade, sem superiores’ (COSTA, 1980, p.12). Logo os ideais anarquistas tem como um de seus principais pontos acabar com qualquer tipo de autoridade, entre elas, o Estado, que seria contrário a liberdade humana.

Utilizada inicialmente de forma pejorativa na história, Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), filósofo, foi uma das primeiras pessoas a se declarar anarquista, agora não mais de forma pejorativa. Além de Proudhon, uma outra figura importante para o pensamento anarquista é o russo Mikhail Bakunin (1814-1876), considerado um social anarquista, foi membro da I Internacional (1864), mas foi expulso por divergências com Marx (1818-1883).



Mikhail Bakunin (1814-1876)



Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Outros pensadores anarquistas são:

- Emma Goldman (1869-1940),
- William Godwin (1756-1836).
- Edgard Leuenroth (1881-1968), este é brasileiro.

Algumas correntes do anarquismo são:

- Comunismo-anárquico;
- Anarquismo individualista;
- Anarco- sindicalista;
- Anarquismo social.

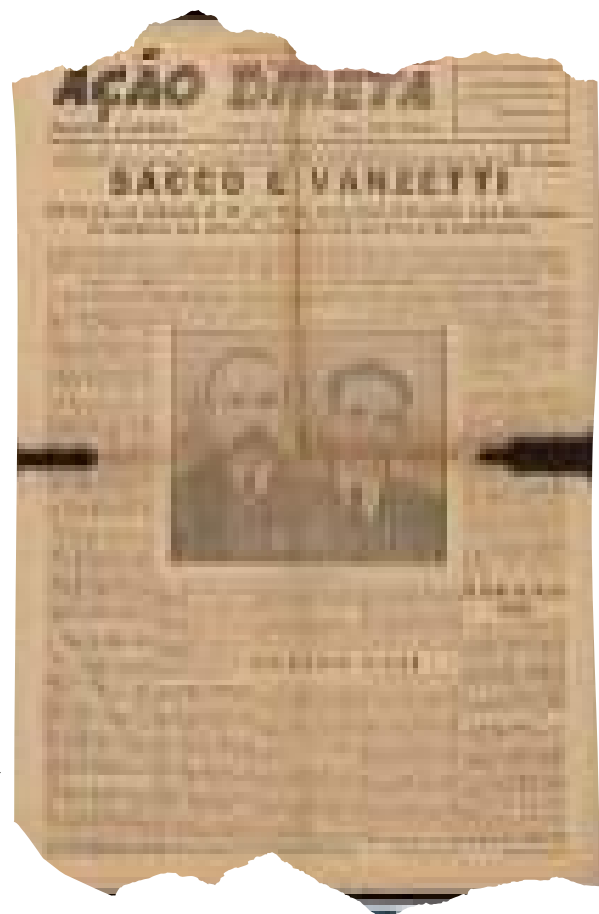
Anarquismo no Brasil

O anarco-sindicalismo surge no Brasil como movimento político no século XX, principalmente através dos imigrantes operários, que se encontravam indignados com a situação abusiva de trabalho, durante a Primeira República (1889-1930). Ele surge, por parte de alguns, mais como um método de ação para atuar no meio operário, do que necessariamente uma corrente política.

Um dos marcos do movimento anarquista no Brasil foi a Greve de 1917, ela "foi a reação operária a um período de intensificação do horário de trabalho, de subida repentina dos preços e estagnação dos salários: ou seja, de uma fortíssima piora do poder de compra e das condições de trabalho" (Fonte: BIONDI, 2012. CPDOC/FGV).

Greve geral sempre foi uma das ferramentas políticas do anarco-sindicalismo e foi uma tática muito utilizada por operários brasileiros no início do século XX.

Houveram tentativas de sociedades anarquistas no Brasil, como a Colônia Cecília no Paraná, porém não teve sucesso em se manter.



Os jornais foram outra forma de manifestação do movimento no Brasil. Entre eles podemos citar "Ação Direta" de José Otílica e "A Peble".



Manifestação em São Paulo, 1917 (Fonte: CPDOC/FGV)

Análise de fontes

Imprensa Operária



A Plebe, 1917, ano I, n 005, publicado em 09/07/1917



A Classe Operária, 1933, ano 7, n 154, publicado em 16/12/1933



O Anarco Sindicalista, 1989, ano 1, n 1, publicado em -06/1989



Cartazes Soviéticos



"Esteja pronto para o trabalho e para a defesa do país!"



"O fascismo é o pior inimigo da mulher. Todos na luta contra o fascismo!"

"Camarada, venha juntar-se ao nosso kolkhoz!"



Dicas de Filme



- Nome: Tempos modernos
- Data: 1936
- Classificação: Livre

- Nome: Você não estava aqui
- Data: 2019
- Classificação: 14 anos

- Nome: Nomadland
- Data: 2020
- Classificação: 12 anos

- Nome: Diários de motocicleta
- Data: 2014
- Classificação: 12 anos

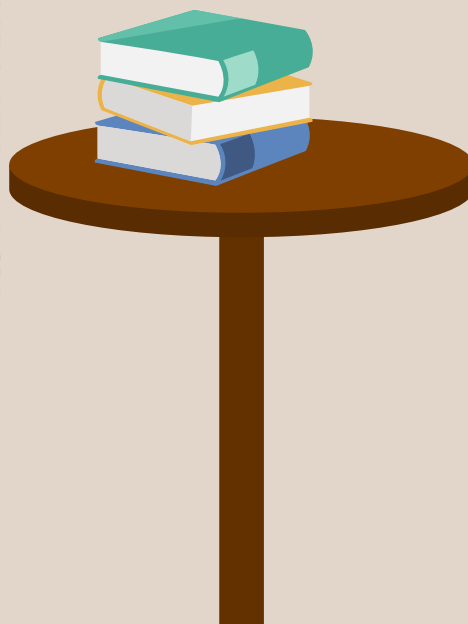
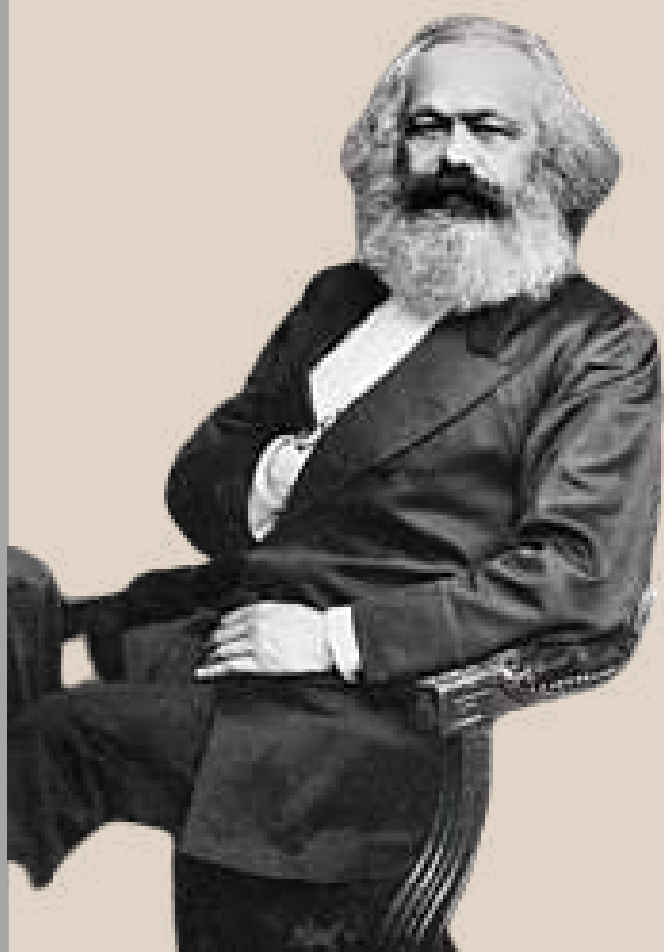
- Nome: O jovem Karl Marx
- Data: 2017
- Classificação: 14 anos

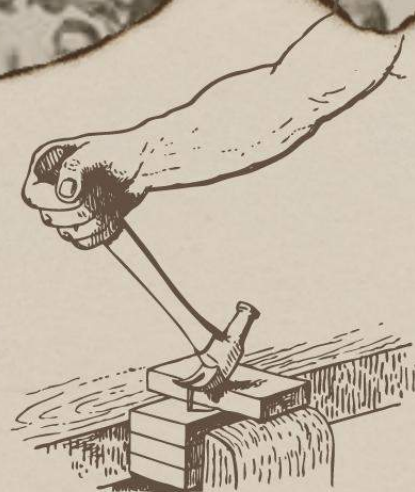
- Nome: Germinal
- Data: 1993
- Classificação: 14 anos



E aí camarada! Curtiu aprender um pouco sobre as teorias sociais? Então não esquece de conferir as referências, isso mostra que as informações aqui tem fonte!

- Biblioteca Digital - UNESP. Disponível em: <bibdig.biblioteca.unesp.br>.
- CATANI, Afrânio Mendes. O que é capitalismo?. São Paulo: Brasiliense, sem ano.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1973. Disponível em: <cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 19/08/2021.
- COSTA, Caio. O que é anarquismo?. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral, volume único. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FEDERICI, Silvia. O calibã e a bruxa. São Paulo: Elefante, 2017.
- OLIVEIRA, Tiago. Anarquismo, Sindicatos e Revolução no Brasil (1906-1936). Niterói, 2009.
- SANTOS, Kauan. O internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas Guerra Sociale e A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo. São Paulo, 2016.
- SPINDEL, Arnaldo. O que é socialismo?. São Paulo: Brasiliense, 1991.





Organização operária e lutas populares



*Professoras Residentes: Suelen dos Reis
Andrade e Bruna Aparecida Tomazi*



O TRABALHO NA ANTIGUIDADE

Quantos de nós já não escutamos esta máxima: o trabalho dignifica o homem. Em nossa sociedade, o trabalho é motivo de orgulho, quase uma carta emancipatória. Quem trabalha adquire diversos direitos morais que só se admitem a quem tem uma função econômica dentro da sociedade. Mas nem sempre foi assim.

Trabalho já foi sinônimo de escravidão, servidão e de falta de capacidade intelectual. Nos tempos antigos (Grécia e Roma, para sermos mais exatos), o trabalho era destinado aos que não tinham habilidades técnicas para exercer outras funções, como as políticas ou artísticas. Uma frase de Platão explica o que era o trabalho para um grego no século III a.C, por exemplo:

“É próprio de um homem bem-nascido desprezar o trabalho.”



Naquela época, trabalhar não era uma boa ideia. Era fruto inclusive de debates filosóficos, como o de Aristóteles, que discutia se havia pessoas predestinadas para o trabalho e outras para a liberdade. Trabalhar era coisa de escravo, e ser escravo nunca é bom negócio.

A ideia de que cumprir um papel no mundo trabalhista traz dignidade às pessoas só foi aparecer já em nossos tempos modernos, fruto das revoluções industriais que nos trouxeram um novo tipo de convivência social. Uma sociedade onde a divisão de classes não era mais uma escolha divina, como na Alta Idade Média e Idade Média Central – época em que a estratificação social era vista como vontade divina -, ou no início do Renascimento Comercial, quando as corporações de ofício decidiam as regras sobre as próprias atividades.

A partir do aumento da industrialização, era necessário buscar outro motivo além do sustento ou da vontade de Deus para o trabalho. A atividade laboral passa então a empregar valores morais e sociais aos que a exerciam, e consequentemente privar os que não trabalhavam desses mesmos valores. Passamos também a viver uma nova relação entre as pessoas, com uma grande divisão: os que tinham meios econômicos de manter um empreendimento e os que tinham apenas sua força de trabalho como meio de garantir sua existência. Surgem assim as figuras do patrão e do empregado.



As condições de vida de um operário no século XIX, seja na Inglaterra, berço da revolução industrial, ou em outros países europeus que seguiram o caminho da industrialização, eram degradantes. Estavam expostos à fome e aos mais diversos tipos de doenças (como a cólera e o tifo, personagens de grandes epidemias do século XIX) que encontravam terreno fértil em cidades recém (e mal) formadas, graças ao grande fluxo de trabalhadores vindos do campo em busca de uma nova forma de prover sua subsistência. Essas cidades eram desprovidas de saneamento básico: esgotos corriam a céu aberto e homens, mulheres e crianças dividiam espaço com infestação de ratos, diversos insetos e outras pragas. Não raro, duas ou mais famílias dividiam um quarto nas vilas operárias, que serviam tanto para abrigar os trabalhadores quanto para garantir a dependência destes em relação ao patronato, visto que as vilas eram de propriedade dos grandes proprietários.

A industrialização inglesa foi o início de um processo de transformação global em termos sociais, culturais, econômicos, políticos e ecológicos, sem precedentes. O investimento da burguesia na otimização da produção fabril tinha um objetivo claro: a maximização de lucros. Esse processo teve um custo humano muito alto: homens, mulheres, crianças e idosos moviam essa economia trabalhando em exaustivas jornadas diárias de até 14 horas, com remuneração escassa e constantemente sujeitos a acidentes de trabalho. Foi nesse contexto que surgiram vários movimentos operários.

Diante dos olhos capitalistas estes sujeitos não tinham grande valor, apesar de serem essenciais para o processo industrial. Isso porque sempre havia pobres e miseráveis vindos do campo procurando trabalho e poderiam substituir aqueles insatisfeitos ou mutilados.

O operário sofria tudo o que foi descrito a cima, após uma jornada exaustiva de trabalho (por vezes, de 16 horas), em condições insalubres, que levavam a graves problemas físicos. Muitos trabalhadores com menos de 30 anos se tornavam inaptos para o trabalho graças a sequelas deixadas por anos de aspiração de pó de carvão, por exemplo. Na grande maioria das vezes, essa atividade sequer lhes garantia o mínimo para suprir suas necessidades básicas. Mulheres e crianças trabalhavam em regimes parecidos e ganhavam menos, o que deixava a produção mais barata e aumentava os lucros. Em contrapartida, isso gerava desemprego entre homens adultos. Essa situação contrastava com a gigantesca riqueza gerada na época.

O visível desequilíbrio entre as partes da produção não demorou a causar conflitos, principalmente num momento da revolução industrial em que parte da mão de obra estava sendo substituída pela automação da produção, que traria as máquinas à cena. A classe operária e os menos favorecidos em geral não gozavam de nenhum amparo jurídico, embora movimentos na Inglaterra como o luddismo e o cartismo procurassem solucionar esses problemas. Visando equilibrar essa relação e acalmar os ânimos cada vez mais acirrados de sindicatos e outros movimentos trabalhistas que se uniam às classes pobres contra a classe burguesa liberal, os governos se organizaram para interromper o que poderia ser o crescimento de novos ideais revolucionários;

Reivindicações foram sendo incorporadas de maneira paliativa para que tudo se mantivesse em funcionamento. Um exemplo são as pedidas do próprio movimento cartista, na Inglaterra, que propunha medidas socialistas. Leis como a da jornada de trabalho de 10 horas e a participação dos operários no parlamento, que eram pautas do movimento, foram sendo incorporadas pouco a pouco, fazendo com que o cartismo perdesse força política e não ganhasse crédito por essas conquistas. Entre os anos de 1860 e 1869, as reivindicações cartistas foram quase totalmente inseridas na constituição inglesa.



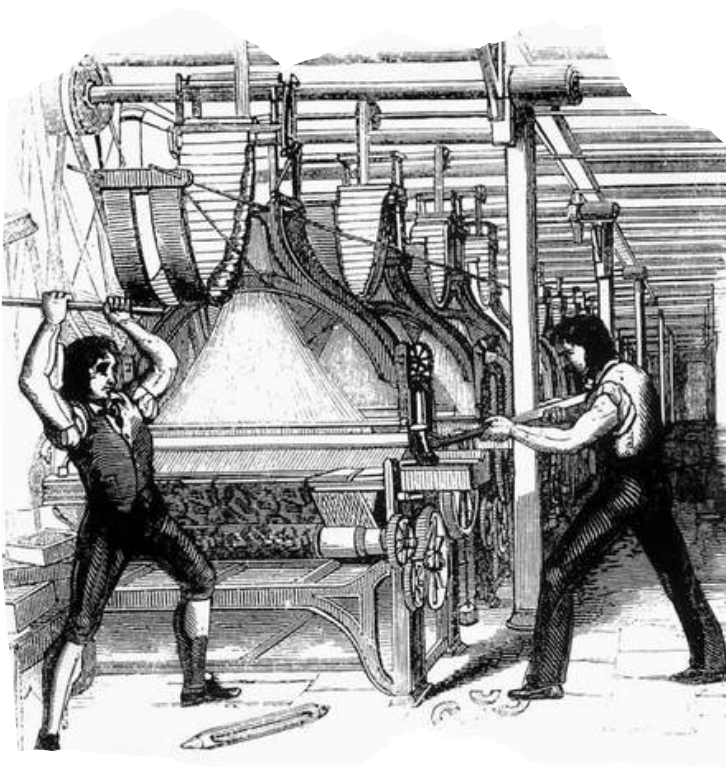
Movimentos Operários no Século XIX

Diante de tamanha exploração, os operários ingleses passaram a se organizar para contestar as condições de vida e trabalho que levavam. Buscavam não só jornadas de trabalho menores e melhoria nos ambientes de trabalho, mas também exigiam maior poder de participação nas decisões políticas. Veremos alguns destes movimentos operários a seguir.

→ Ludismo

O nome deste movimento pode ser associado a história de um operário de nome Ned Ludd, que teria quebrado os teares de seu patrão em um momento de revolta. A história da figura de Ludd é controversa, mas o ludismo foi uma manifestação bem real. Grupos de trabalhadores revoltados com o maquinário industrial organizavam a invasão de fábricas e destruíam estes equipamentos.

A razão para isso era de pura rebelião: as máquinas eram investimentos que substituíam a mão de obra humana. Isso tirava empregos dos trabalhadores em nome da produtividade, além de acelerar o ritmo de trabalho e provocar acidentes. Porém, os ludistas não lograram maior sucesso, pois as máquinas podiam ser substituídas por outras, não atingindo o verdadeiro cerne da situação: as relações sociais de trabalho.



Gravura do século XIX mostrando trabalhadores quebrando máquinas no movimento ludista.



→ Cartismo

O Movimento Cartista ganhou notoriedade por entender que a pressão política era o meio viável para transformações reais da vida dos trabalhadores britânicos. O nome deste movimento operário advém do documento intitulado Carta do Povo, elaborado por Fergus O'Connor e William Lovett. Este documento foi apresentado ao Parlamento Inglês em 1838 contendo as seguintes reivindicações:

1. Direito de voto para todos os homens maiores de 21 anos;
2. Igualdade de representação para todos os distritos eleitorais;
3. Eleições todos os anos para o Parlamento;
4. Fim do censo eleitoral, que estipulava uma riqueza necessária para compor a Câmara dos Comuns;
5. Remuneração das funções parlamentares, para que operários pobres também pudessem ocupar cargos políticos.

A legislação da Inglaterra ainda limitava a participação política entre homens tendo como base suas posses. Se essa desigualdade de direitos já era uma barreira enorme a ser superada, no caso das mulheres ela era muito maior, pois precisava reivindicar seus direitos contra a burguesia e contra os homens de sua própria classe social.

Os cartistas lograram grande apoio popular, obtido através da divulgação de suas ideias. Conseguiram conquistas como limitação do trabalho infantil e redução da jornada de trabalho. Porém, com o passar do tempo, seus membros não conseguiram manter a vitalidade do movimento e ele acabou desaparecendo. Contudo, sua organização serviu de inspiração para outros trabalhadores da Europa que passaram a reivindicar direitos iguais e a lutar por melhores condições de vida.



The Great Meeting on Kennington Common, manifestação cartista em Londres. Fonte:

<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2018/04/20/biografia-politica-de-uma-fotografia>

→ Trade Unions(sindicatos)

A mais conhecida organização de trabalhadores de qualquer categoria profissional é o sindicato. Nele, empregados se organizam para que juntos possam ter um peso maior na hora de negociar com o patronato.

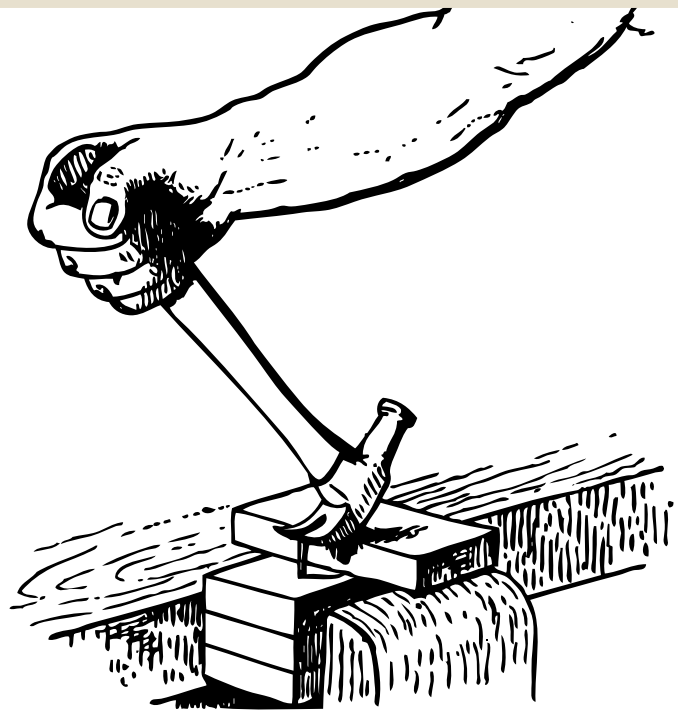
Formas semelhantes de atuações de trabalhadores são conhecidas antes mesmo da Revolução Industrial, mas é neste momento que elas vão ser mais popularizadas.

Como dissemos anteriormente, naquele contexto, os indivíduos eram praticamente desprezíveis para os industriais ingleses. Mas a partir do momento que todos decidissem se organizar em movimentos operários, cruzar os braços, interromper a produção e fechar a fábrica, os prejuízos iriam se acumular. No pensamento capitalista tempo é dinheiro, e as greves organizadas pelo sindicato significavam uma quebra da lógica liberal.

Pelo fato de muitos industriais influenciarem nas decisões do Parlamento Inglês, - isso quando eles mesmos não ocupavam cadeiras no Ministério -, os sindicatos, greves e paralisações foram criminalizados e combatidos por muito tempo. Para garantir a repressão dos movimentos operários, foi utilizado o poder coercitivo da polícia, que invadia reuniões e dissipava manifestações com violência.

Apesar de serem duramente combatidos, os sindicatos não desapareceram. Lutando para sobreviver, passaram a ganhar força, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

Inclusive, o dia 1º de Maio é celebrado em memória aos trabalhadores que morreram no confronto com policiais em Chicago em meio a uma greve geral. Ainda assim, a exploração da mão de obra infantil e as desigualdades salariais entre homens e mulheres continuaram a existir legalmente até o século XX na maioria dos países ocidentais.



O 1º de Maio dos Trabalhadores

O Dia Internacional do Trabalhador ou Dia Mundial do Trabalho é celebrado anualmente no dia 1º de Maio em numerosos países sendo feriado em muitos deles. A história desse dia não se limita a um fato específico nem a personagens individualizados mas, ao contrário, é uma história coletiva que envolveu trabalhadores de diferentes países. É uma história com marcos importantes porém difícil de se delimitar quando começou e (se) terminou.

Desde 1890, a data tem sido comemorada pelos trabalhadores, inicialmente na Europa e depois em outros continentes. O final do século XIX foi uma época de forte crescimento industrial quando formaram-se empresas gigantes sob a forma de trustes, cartéis e holdings. A concentração industrial acabou com os pequenos negócios e monopolizou o mercado. A produção industrial expandiu com a adoção do taylorismo, método criado por Frederick Taylor em 1884 de produção em série, que padronizou produtos e barateou os custos de produção.

Enquanto isso, no interior das fábricas e das minas, as condições de trabalho degradavam: ambientes insalubres, baixos salários e jornadas de doze até quatorze horas diárias eram o cenário de homens, mulheres e crianças operárias. O movimento socialista e anarquista expandia-se unindo trabalhadores para lutarem por seus direitos.

A grande reivindicação e a mais difícil de ser conquistada era a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. O lema “8 horas de trabalho, 8 horas de recreação e 8 horas de descanso”, criado por Robert Owen em 1817, estava presente em manifestações operárias em todo mundo. Em 1866, a reivindicação da jornada de oito horas foi incluída no programa da Primeira Internacional. A luta pela jornada de oito horas diárias atravessou o século e só alcançou seu objetivo no período entre guerras. Antes disso, teve dois momentos trágicos, nos Estados Unidos em 1886, e na França em 1891. Esses fatos deram maior força ao 1º de Maio.

A Revolta de Haymarket (1886), em Chicago, EUA

Em 1884, durante a quarta reunião da Federação Americana do Trabalho, os principais sindicatos de trabalhadores norte-americanos estabeleceram dois anos para que os empregadores reduzissem a jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Marcaram a data limite para o atendimento de sua reivindicação no dia 1º de Maio de 1886.

Naquela data, muitos trabalhadores tiveram seu pedido atendido. Outros milhares, contudo, cerca de 340 mil, entraram em greve para forçarem seus empregadores a cederem. Foi assim que, em Chicago, a greve foi prolongada em algumas empresas. No dia 3 de maio, a manifestação dos operários da McCormick Harvester terminou em confronto com a polícia e a morte de três operários.

No dia seguinte, 4 de maio, realizou-se uma grande marcha de protesto e, à noite, quando os grevistas já se dispersavam na praça Haymarket, uma bomba estourou junto aos policiais, matando um e ferindo outros sete que morreram mais tarde. A polícia abriu fogo contra os manifestantes, ferindo dezenas e matando onze.

Os oito organizadores da manifestação, militantes anarquistas, foram presos e condenados, mesmo sem provas que os ligassem ao lançamento da bomba.

Finalmente, quatro deles foram executados, um cometeu suicídio antes do enforcamento, e os restantes condenados à prisão perpétua, revogada em 1893, quando o governador de Illinois concluiu que os oito acusados eram inocentes e que o chefe da polícia de Chicago havia ordenado o ataque para justificar a repressão que se seguiu.



O massacre de Haymarket, em Chicago, 1886, apesar de ter ocorrido em 4 de maio é considerado marco fundador do 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalho.

<https://ensinarhistoria.com.br/1-de-maio-dos-trabalhadores/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues

Três anos após a tragédia de Chicago, durante a Segunda Internacional Operária Socialista, em Paris, em julho de 1889, foi proposta a data de 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalho. A data foi escolhida em homenagem aos mártires de Chicago. A iniciativa foi de Raymond Lavigne, um militante socialista belga, na seguinte moção:

"Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa, de modo que, em todos os países e em todas as cidades ao mesmo tempo, no mesmo dia marcado, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzir legalmente a jornada de trabalho a oito horas e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de Paris."

Alguns meses mais tarde, em Bruxelas, a Internacional Socialista renova o protesto e o caráter internacional do Primeiro de Maio. O 1º de Maio ganhou força entre operários de todo mundo. A partir de 1890, os trabalhadores passaram a comemorar a data com a paralisação do trabalho no dia 1º de Maio, e desfiles nas ruas usando, na lapela, um triângulo vermelho para simbolizar o lema: "8 horas de trabalho, 8 horas de recreação e 8 horas de descanso". Mais tarde, o triângulo foi substituído por uma flor vermelha.



O Massacre de Fourmies (1891), França

A comemoração do 1º de Maio de 1891 em Fourmies, uma pequena cidade industrial no norte da França, acabou em tragédia. A manifestação em defesa da jornada de oito horas e elevação dos salários havia sido organizada por Paul Lafargue, genro de Karl Marx e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, em 1882. O evento, marcado para as 10 da manhã, era para ocorrer em uma atmosfera festiva e pacífica, com festejos à tarde terminando com um baile à noite.

Para mostrar sua oposição às reivindicações dos trabalhadores, os patrões mandaram fixar cartazes pela cidade afirmando sua determinação em não fazer concessões. O prefeito pediu reforços policiais que, armados com fuzis modernos, percorreram as ruas.

O confronto ocorreu no final da tarde quando cerca de 150 a 200 manifestantes chegaram à praça e enfrentaram 300 soldados que dispararam sobre a multidão. Em menos de um minuto, havia 10 pessoas mortas e 35 feridos. Os mortos tinham entre 11 e 20 anos de idade. Entre eles, estava Marie Blondeau, de 18 anos, vestida de branco e levando um ramo de rosa mosqueta - ela se tornou o símbolo deste dia. É em sua honra que, na França, os manifestantes de 1º de Maio substituíram o triângulo vermelho pela rosa vermelha.

Meses depois do massacre de Fourmies, a Internacional Socialista de Bruxelas proclamou o 1º de Maio como dia internacional de reivindicações trabalhistas.

→ Por que foi escolhido o dia 1º de Maio?

Desde 1883-1884 discutia-se nos meios anarquistas franceses a ideia de greve geral de um dia que servisse de intimidação aos patrões em defesa da redução da jornada de trabalho e de melhores condições de trabalho.

→ Mas, por que a escolha recaiu sobre 1º de Maio e não sobre outro dia e outro mês?

Segundo a historiadora francesa Michelle Perrot, o 1º de Maio tem forte relação com as tradições populares em especial à Festa da Primavera, de origem pagã e vinculada aos ritos de fertilidade. Fim do inverno, época de renovação, de renascer da vida e esperança de um tempo novo são muito significativos para uma população, na maioria de origem rural, que anseia por uma vida melhor. Nos Estados Unidos, o 1º de Maio vinculava-se à tradição norte-americana do Moving Day (Dia da Mudança), data em que muitas empresas começavam o seu exercício e quando se renovavam os aluguéis e os contratos de todo tipo. E “mudança” era o que queriam os trabalhadores.



A tragédia de Fourmies repercutiu na imprensa e deu ainda mais força ao movimento dos trabalhadores. Capa do jornal "Le Petit Parisien", 17 de maio de 1891. Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br>

E no Brasil?

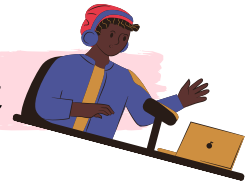
No Brasil, onde as manifestações e greves operárias ocorriam desde 1892, o 1º de Maio foi oficializado como feriado nacional em 1925, no contexto político de estado de sítio do governo de Arthur Bernardes. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), as comemorações do 1º de Maio tornaram-se oficiais e ocasião para a divulgação das leis trabalhistas como foi a implantação da jornada de 8 horas diárias (em 1932, confirmada na Constituição de 1937 e na CLT de 1943). No Estado Novo, o 1º de Maio tornou-se a festa de exaltação de Getúlio Vargas, exaltado do “pai dos trabalhadores”, o benfeitor do país que concedeu as leis trabalhistas.

Referência: DOMINGUES, Joelza Ester. 1º de Maio dos Trabalhadores. 2017. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/1-de-maio-dos-trabalhadores/>



Trabalhadores, funcionários públicos e estudantes eram obrigados, pelo Estado Novo, a participarem das festas e desfiles do 1º de Maio organizados pelo governo. Sua presença era carimbada na carteira de trabalho e na caderneta escolar. Desfile de operários no estádio de São Januário, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943.

Podcast



■ **A legalização da classe operária:** <https://revolushow.com/82-a-legalizacao-da-classe-operaria/>

■ **Mundos do Trabalho e Relações Raciais:** <https://lehmt.org/vale-mais-10-mundos-do-trabalho-e-relacoes-raciais/>

■ **Trabalhadores, repressão e transição democrática:** <https://lehmt.org/vale-mais-10-mundos-do-trabalho-e-relacoes-raciais/>

Leitura



■ **Dia Internacional da Mulher: a origem operária do 8 de Março:** <https://g1.globo.com>

■ **Conquistas dos trabalhadores são comemoradas no dia 1º de Maio:** <https://ufop.br>

■ **1º de Maio – Dia do Trabalhador:** <https://paginas.uepa.br>

■ **Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 70 ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos:** <https://fpabramo.org.br>

■ **Movimento operário: das lutas sociais, pela dignidade da pessoa humana, à elaboração do art. 7º da Constituição de 88:** [https:// jus.com.br](https://jus.com.br)

Youtube



■ **História Geral: Movimentos Operários e Ideologias do Séc. XIX:** <https://www.youtube.com/watch?v=MGJO5BzGcyY>

■ **Greve geral de 1917 marca história do movimento operário brasileiro:** <https://www.youtube.com/watch?v=6XsYp18hsyo>

Olha, que incrível! O material é sério, ele tem um espaço para apresentar suas referências!

- CHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- DOMINGUES, Joelza Ester. 1º de Maio dos Trabalhadores. 2017. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/1-de-maio-dos-trabalhadores>
- HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSAWM, Eric J. Os trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.





Imperialismo e Primeira Guerra Mundial

*Professor Residente: Gustavo Fonseca da Cunha e
Professor Preceptor: Rafael Peter de Lima*



IMPERIALISMO



Apontamentos iniciais

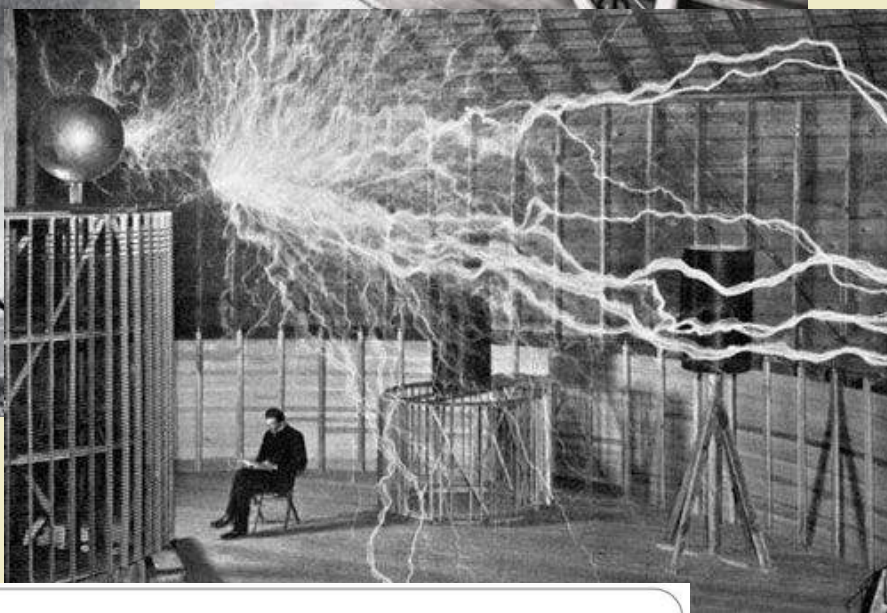
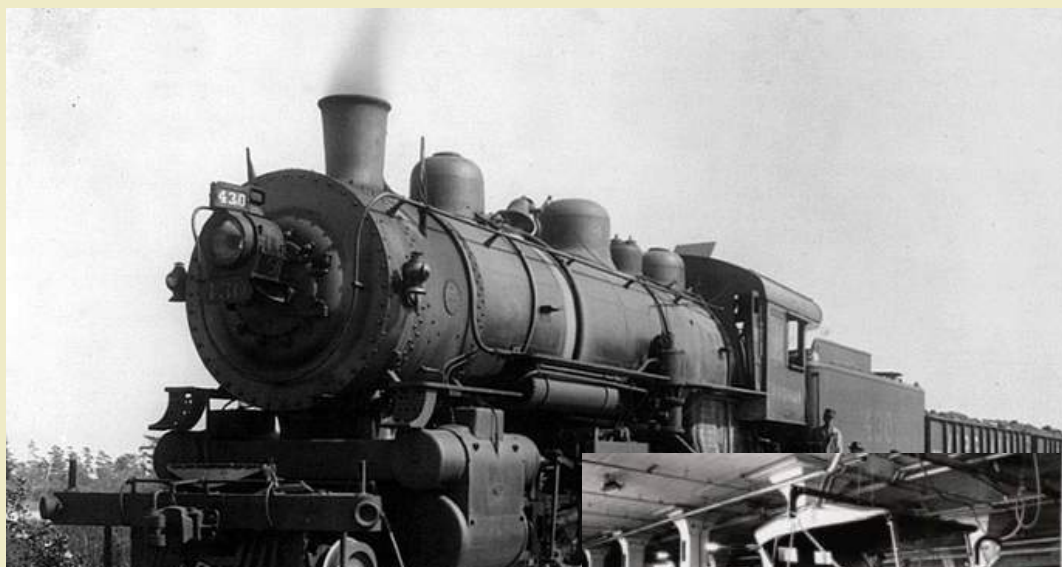
Como já sabemos, os conceitos em Ciências Humanas são sempre temas extremamente polêmicos e disputados. O Imperialismo não foge à regra. Assim, começaremos com algumas indicações para provocar a reflexão:

- **O que era um país Imperialista?** Era um país com grandes empresas capitalistas que **investia capitais** em outros países (geralmente América Latina, África e Ásia) com o objetivo de estabelecer o **domínio econômico** sobre os mesmos.
- "Entre 1870 e 1914, a Europa ocidental e os Estados Unidos arquitetaram a conquista política, econômica e cultural da África, Ásia, Oceania e América Latina. Repartiram o mundo entre si e organizaram poderosos impérios coloniais (...)" - (BRUIT, Héctor H. O imperialismo. São Paulo: Atual, 1994)
- "O imperialismo refere-se ao processo de ACUMULAÇÃO capitalista em escala mundial na fase do CAPITALISMO MONOPOLISTA" - (BOTTOMORE, Tom (ed.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2012).

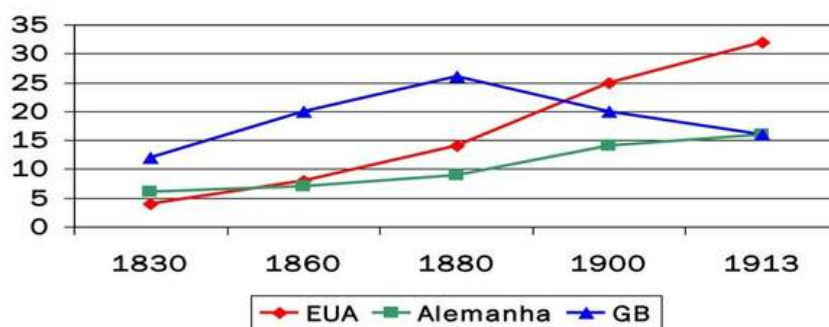
Antecedentes - Imperialismo e Segunda Revolução Industrial

A chamada Segunda Revolução Industrial foi um período de enormes transformações tecnológicas: motores à combustão, energia elétrica, siderurgia, máquinas pesadas / motores, navios, locomotivas, tratores, indústria química (petróleo, fertilizantes, corantes, remédios...). A desenfreada disputa pela hegemonia desse processo de modernização capitalista levou os países que lideravam a corrida pela industrialização (Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Japão) a buscarem novos locais para transformarem em colônias, em um movimento conhecido como **neocolonialismo**. Assim, um país Imperialista era um país que dominava economicamente um outro país para obter:

- matérias-primas baratas;
- mão-de-obra abundante e barata;
- mercados consumidores.



Participação na produção industrial mundial (1830-1913)



Através do gráfico é possível perceber a perda da hegemonia britânica no cenário internacional. Antes mesmo da virada para o século XX, os Estados Unidos já haviam ultrapassado a produção industrial inglesa e a Alemanha estava muito próxima... A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) seria o fruto amargo dessas disputas intercapitalistas.

A divisão internacional do trabalho

Quando falamos em *divisão internacional do trabalho*, estamos nos referindo aos tipos de produtos elaborados por cada país do planeta.

Nas últimas décadas do século XIX, havia uma clara divisão no mercado mundial. Os países capitalistas mais desenvolvidos (Inglaterra, EUA, Alemanha, França, Holanda) tinham se especializado em exportar produtos industrializados. A América Latina, como quase não possuía indústrias, exportava basicamente produtos primários (minerais e gêneros agrícolas).

A Argentina e o Uruguai exportavam para a Europa produtos de climas temperados, como lã e trigo, e também carne bovina. Alguns países exportavam produtos tropicais, como café, açúcar, cacau, fumo, algodão e frutas (banana, laranja, abacaxi). Era o caso do Brasil, do México, da Colômbia e dos países da América Central. E havia também países que exportavam minerais: Venezuela (petróleo), Chile (cobre), Bolívia (estanho), México (prata e petróleo). A indústria estava se tornando o setor mais precioso da economia mundial. A América Latina, porém, não conseguia se industrializar. Para os grandes proprietários, era mais lucrativo investir em terras e em minas. Por outro lado, as taxas alfandegárias eram pequenas e os produtos estrangeiros podiam então ser vendidos a preços baixos também. Para os países latino-americanos, era muito difícil fabricar produtos tão baratos quanto os produtos dos norte-americanos e dos europeus, que tinham muito mais experiência e tecnologia. Triste realidade a da América Latina: exportávamos cacau e importávamos chocolates, exportávamos petróleo e importávamos óleo, vendíamos minério de cobre e comprávamos fios e peças de cobre, vendíamos algodão e comprávamos tecidos feitos com esse algodão...

SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999.

A ÁFRICA, O PLANETA E ALÉM...

Cecil Rhodes (1853-1902) foi um grande empresário e conquistador britânico, tornando-se um símbolo do imperialismo inglês na África. Na imagem ele foi representado armado, com roupas de conquistador. Seus pés estão situados nos extremos Sul e Norte do continente africano, indicando o poder e imposição do conquistador. Seus braços abertos sustentam uma linha telegráfica que une a Cidade do Cabo (África do Sul) e Cairo (Egito), ambas regiões de possessão inglesa. Rhodes também esteve à frente de um grande projeto para unir as mesmas cidades através de uma ferrovia, estabelecendo um imenso 'corredor britânico', porém esse intento nunca se efetivou. A exuberância e grandiosidade da figura de Rhodes na charge - e a similaridade dos nomes - remetem à gigante estátua grega da Antiguidade, o Colosso de Rodas.

Em suas ações e escritos, incorporou a essência do que se chama de Imperialismo. Sem meias palavras, afirmava: "Sustento que somos a primeira raça no mundo, e quanto mais do mundo habitarmos, tanto melhor será para a raça humana. ...Se houver um Deus, creio que Ele gostaria que eu pintasse o mapa da África com as cores britânicas".

E tem mais: "O mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Pense nas estrelas que vemos à noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. **Eu anexaria os planetas, se pudesse**; penso sempre nisso. Entristece-me vê-los tão claramente, e ao mesmo tempo tão distantes".

[*apud* HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986, p.250-1; 256.]



O IMPERIALISMO... POR ELE MESMO

O fardo do homem branco

Tomai o fardo do Homem Branco

Envia teus melhores filhos

Vão, condenem seus filhos ao exílio

Para servirem aos seus cativos;

Para esperar, com arreios

Com agitadores e selváticos

Seus cativos, servos obstinados,

Metade demônio, metade criança.

O texto ao lado é um recorte do poema "O fardo do homem branco", escrito em 1899, por Rudyard Kipling. Sim, aquele mesmo que escreveu "O livro da selva", do menino Mogli, que foi criado entre os animais da floresta...Tenho certeza que vocês conhecem ou já ouviram falar.

Pois é... Só que nesse poema são os seres humanos que são comparados com animais da selva: ao mesmo tempo endemoniados e ingênuos. Ôpa, mas nem todos... Os seres humanos que Kipling se refere são os que ele considera de segunda ordem, aqueles povos nativos dos territórios conquistados pelo expansionismo imperialista, que devem ser tutelados pelos realmente civilizados. E esses seres iluminados, radiantes de força e conhecimentos, quem seriam? Para o autor, obviamente, os "brancos", representantes das nações poderosas, que ainda teriam de suportar a dura missão de levar o progresso a essas populações inferiores.

Aqui se percebe as justificativas imperialistas defendidas com os mesmos argumentos dos piores momentos do escravismo. Um e outro, certamente, não estão muito distantes...

A África partilhada

No decorrer do século XIX a corrida imperialista apontou duramente para o continente africano. Na busca desenfreada pela hegemonia mundial, os países europeus colonialistas se lançaram, violentamente, a dominar e explorar intensivamente seu território e população.

A invasão do continente: A África arrancada dos africanos

No início do século XIX a África atrai ainda mais atenção das potências colonialistas porque:

- movimento contra a escravatura (patrocinado, principalmente, pelos ingleses);
- movimento missionário – inverte-se a lógica do século XV: ao invés de apoiar o sequestro dos africanos do continente com o pretexto de salvar suas almas, as igrejas agora pregam a catequização no próprio continente que se transformou num “atoleiro humano”;
- curiosidade científica, para desbravar o mais desconhecido dos continentes.



**OS 3 'M' DA CONQUISTA
AFRICANA: MISSIONÁRIOS,
MERCADORES E MILITARES.**

Porém, o renascer do interesse europeu na África se explica, sobretudo, por razões econômicas (KI-ZERBO, p. 67). A Revolução Industrial trouxe novas necessidades: grandes reservas de matéria-prima e um mercado consumidor (que seriam mais facilmente explorados se os africanos permanecessem no seu continente para cumprirem estas funções!). Por isso as maiores potências industriais serão os maiores colonialistas.

Portugal, sentindo que seu império colonial corria perigo, sugere a convocação de uma conferência internacional. Pouco depois, Bismarck (primeiro-ministro da Alemanha) apoia a ideia para combater os interesses expansionistas ingleses e franceses principalmente. Entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885 dá-se a Conferência de Berlim.

Sobre a partilha Ki-Zerbo escreve: “Cada fronteira, assim talhada no corpo da África, assemelha-se de fato a um sulco aberto com faca de caça”. [p. 78]

“
A fase propriamente de conquista dos territórios africanos pelos europeus se abre a partir de 1880. “O avanço europeu será devido, antes de mais nada, aos exploradores e às colunas militares inglesas e francesas”.

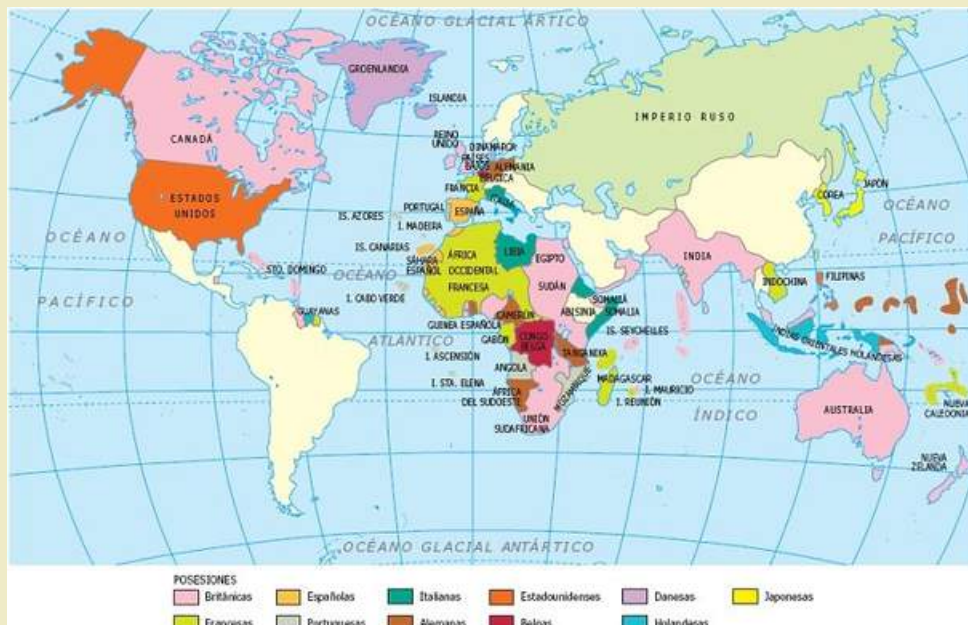
KI-ZERBO, P. 70

Sendo o domínio da África estratégico para a industrialização e a relação de forças na política internacional, são assinados uma série de tratados que dividem o continente entre as potências europeias. “Em 1880 apenas uma décima parte da África estava vagamente ocupada pelos europeus. Em vinte anos vão-se eles se apoderar de todo o resto”. [p. 76]

Desta forma em 1900, excetuando-se Etiópia, Libéria e Marrocos (este último até 1912) toda a África se tornava propriedade dos Estados europeus.



IMPERIALISMO POR TODO O MUNDO



Possessões coloniais no mundo pré Iª Guerra Mundial.

Imperialismo estadunidense

- **Doutrina Monroe** – enunciada pelo presidente dos EUA em 1923: “A América para os americanos”.
- **Diplomacia do Big Stick** (T. Roosevelt 1901-1909) - o "Grande Porrete" significava a ameaça explícita de intervenção militar dos EUA nos países de "má conduta" (...?...), exercendo seu autoproclamado direito de força de polícia internacional. Em vários momentos essa ameaça se transformou em ação direta.
- Controle do Havaí e Filipinas; anexação de territórios mexicanos (do Texas a Califórnia), do Alasca (Russo) e América Central (Cuba, Panamá e Porto Rico)...

A conhecida Emenda Platt é um exemplo clássico dessa atitude imperialista dos EUA. Redigida pelo senador estadunidense Orville H. Platt, essa lei foi imposta aos cubanos e adicionada na Constituição daquele país em 1901. Tal dispositivo legal assegurava o direito dos EUA intervirem em Cuba quando julgassem necessário (como em caso de 'má conduta', ameaça ao 'mundo livre'...). Com sua soberania tutelada pelo Gigante do Norte, Cuba se transformou em um protetorado dos EUA. A base militar de Guantânamo - ainda hoje uma parte da ilha caribenha dominada pelos Estados Unidos - é um resquício desse período. A Emenda Platt e a tutela estadunidense só foram rompidas com a Revolução Cubana de 1959.

Imperialismo no oriente

China, Índia, Coreia e Oceania também foram alvos da agressão e conquista internacionais. Porém, além da Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Alemanha, Rússia, Itália e Áustria-Hungria, é importante perceber que no oriente atuou uma outra potência agressiva e invasora local: o Japão. Nessas regiões a Diplomacia das Canhoneiras [SOU UM LINK, CLIQUE AQUI] imperialistas atuou impiedosamente em apoio à exploração dos lucrativos mercados e fontes de matérias-primas.

A IDEOLOGIA DO IMPERIALISMO



VERÍSSIMO, Luis Fernando. **As cobras em:** se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L&PM, 1997.

- **ETNOCENTRISMO:** ideia de que existem povos culturalmente superiores e outros culturalmente inferiores. “Os brancos civilizados estão levando o progresso para os povos primitivos”.
- **RACISMO:** ideia de que a “raça branca” é superior às outras “raças” e, portanto, merecia dominar o planeta. “A raça branca merece dominar as raças inferiores”.
- **DARWINISMO SOCIAL:** defesa de ideias econômicas liberais, de modo que a competição capitalista selecionaria os “competentes” e eliminaria os “incapazes”. “Na luta pela sobrevivência, as nações mais fortes sobrevivem e as mais fracas devem sucumbir”.



PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Introdução

A Primeira Guerra Mundial foi um marco na história da humanidade. Foi o primeiro conflito em estado de guerra total – aquele em que uma nação mobiliza todos os seus recursos para viabilizar o combate. Estendeu-se de 1914 a 1918 e foi resultado das transformações que aconteciam na Europa, as quais fizeram diferentes nações entrar em choque.

The infographic is a hand-drawn study guide for the First World War. It features a central title 'PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL' with the dates '1914 - 1918' below it. To the right of the title is a cartoon character with a speech bubble that says 'A BÓSNIA É NOSSA'. The infographic is divided into several sections: 'CAUSAS' (Causes), 'ESTOPIM' (Trigger), 'FORÇAS BELIGERANTES' (Belligerent Forces), and 'CONSEQUÊNCIAS' (Consequences). The 'CAUSAS' section lists Imperialism, Nationalism, and the Arms Race. 'ESTOPIM' describes the assassination of Archduke Franz Ferdinand. 'FORÇAS BELIGERANTES' lists the Central Powers (Germany, Austria-Hungary, Ottoman Empire, Italy) and the Entente (United Kingdom, France, Russia, United States). 'CONSEQUÊNCIAS' lists the death toll, the end of the Belle Époque, the collapse of empires, the redrawing of the world map, and the Treaty of Versailles.

CAUSAS

- ↳ **IMPERIALISMO**
 - DISPUTAS POR COLONIAS NA ÁFRICA E NA ÁSIA
- ↳ **NACIONALISMO**
 - REVANCHISMO FRANCÊS
 - DERROTA NA GUERRA FRANCO-PRUSSIANA (1870 - 1871)
 - PAN-ESLAVISMO
 - DISPUTA ENTRE SÉRVIA E AUSTRIA-HUNGÁRIA PELO CONTROLE DA BÓSNIA
 - DESEJO SÉRVIO EM FORMAR A "GRANDE SÉRVIA"
 - SÉRVIOS APOIADOS PELA RÚSSIA.
- ↳ **CORRIDA ARMAMENTISTA**
 - NAÇÕES CORRERAM PARA SE ARMAR À MEDIDA QUE A TENSÃO AUMENTAVA

ESTOPIM

- ↳ ASSASSINATO DO ARQUIDUQUE AUSTRIACO FRANCISCO FERDINANDO, EM SARAJEVO, NO DIA 28/06/1914
- O ASSASSINO FOI UM BÓSNIO NACIONALISTA CHAMADO GAURÍLO PRÍNCIP

FORÇAS BELIGERANTES

ALIANÇA	ENTENTE
1- ALEMANHA	1- REINO UNIDO
2- AUSTRIA-HUNGÁRIA	2- FRANÇA
3- IMPÉRIO OTOMANO	3- RÚSSIA
4- ITÁLIA	4- ESTADOS UNIDOS

↓

MUDOU DE LADO QUANDO A GUERRA COMEÇOU EM 1914

↓

ENTRARAM NA GUERRA EM 1917

CONSEQUÊNCIAS

- 1- 10 MILHÕES DE MORTOS
- 2- FIM DA "BELLE ÉPOQUE"
- 3- DESTRUÇÃO DE IMPÉRIOS
 - ALEMÃO
 - RUSSO
 - AUSTRO-HUNGÁRIO
 - OTOMANO
- 4- REFORMULAÇÃO DO MAPA MUNDIAL
- 5- TRATADO DE VERSALHES
 - A HUMILHAÇÃO DA ALEMANHA ABRIU CAMINHO PARA O NAZISMO.

Brazil ESCOLA

Contexto

No início de 1914 parecia improvável que uma guerra fosse nascer no continente europeu, visto que os europeus acreditavam, em sua maioria, ter chegado a uma espécie de apogeu da civilização, num continente que havia prosperado muito tecnologicamente nas últimas décadas. Havia surgido o automóvel, o submarino, o dínamo para obtenção de energia elétrica, o aço era usado de forma cotidiana pelas indústrias; a fotografia e depois o cinema encantavam os europeus. Era a **Belle Époque**.

Causas

NACIONALISMO



Foi utilizado como forma de persuasão das massas populares para os desejos expansionistas dos governantes de impérios e demais países. O discurso da necessidade o cidadão civil em se alistar no exercito para defender sua nação e pátria foi um recurso utilizado como forma de ampliar o contingente dos exércitos.

DISPUTAS IMPERIALISTAS



Ocorriam entre os países europeus, que disputavam territórios na Ásia e principalmente na África. Essa disputa por territórios acirrou o clima de tensão entre as nações, que começaram a se preparar para uma possível guerra.

PANGERMANISMO E O REVANCHISMO FRANCÊS

A Alemanha encabeçava um movimento conhecido como pangermanismo. Esse movimento nacionalista servia como suporte ideológico para o Império Alemão defender os seus interesses de expansão territorial no começo do século XX.

Havia também o revanchismo francês. Essa questão envolvia os ressentimentos que existiam na França a respeito do desfecho da *Guerra Franco-Prussiana*, conflito travado entre Prússia e França em 1870 e 1871. A derrota francesa foi considerada humilhante.

ALIANÇAS MILITARES

SISTEMA DE ALIANÇAS

- **TRIPLICE ENTENTE:** Reino Unido, França e Império Russo



- **TRIPLICE ALIANÇA:** Império Alemão, Império Austro-húngaro e Reino da Itália



Tendo em vista todo esse quadro de tensão e rivalidades, as nações europeias meteram-se em um labirinto de alianças militares, que acabou sendo definido da seguinte maneira.

Esses acordos militares incluíam cláusulas secretas de cooperação militar caso uma nação fosse atacada por outra nação adversária. Por fim, toda essa hostilidade deu a garantia para todas as potências e chefes de Estado na Europa de que a guerra era apenas questão de tempo. Por essa razão, as nações europeias iniciaram uma corrida armamentista com o objetivo de se fortalecer para o conflito que ocorreria.

O estopim

O que faltava para que a guerra tivesse início era um estopim, que aconteceu em 28 de junho de 1914, durante a visita do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, a Sarajevo, capital da Bósnia. A visita do arquiduque foi entendida como uma provocação e colocou em movimento os grupos nacionalistas que existiam na Sérvia e Bósnia.

O resultado da visita do arquiduque foi que **Gavrilo Princip**, membro de um movimento nacionalista bósnio, armado de um revólver, meteu-se à frente do carro que levava Francisco Ferdinando e sua esposa, Sofia. Ele abriu fogo, assassinando ambos. A consequência direta do ato foi uma crise política gravíssima que ficou conhecida como Crise de Julho.

Como não houve saída diplomática para a Crise de Julho, a consequência final foram declarações de guerra acontecendo em cadeia. Em 29 de julho, a Áustria declarou guerra à Sérvia; no dia 30, russos (em defesa da Sérvia), alemães e austríacos mobilizaram seus exércitos. Em 1º de agosto, a Alemanha declarou guerra à Rússia e, no dia 3, à França. No dia 4, o Reino Unido declarou guerra à Alemanha. Era o começo da Primeira Guerra Mundial.

Fases da Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é dividida em 3 fases:

- 1º fase: Guerra de Movimento (1914);
- 2º fase: Guerra de Posição ou de Trincheiras (1915-1917);
- 3º fase Segunda Guerra de Movimento/Fase Final (1918).

GUERRA DE MOVIMENTO (1914)

Nos primeiros meses da guerra, a estratégia de movimentação de tropas foi amplamente utilizada para tomada de posições no front.

Os alemães se movimentaram rapidamente e em poucas semanas estão a menos de 50 km de Paris. Por sua parte, o general francês Joffre, consegue rechaçar o avanço na sangrenta batalha do Marne, em 1914.

A estratégia da guerra seguia os moldes do século XIX: um ataque da carga de cavalaria, acompanhada pela infantaria. No entanto, os tempos haviam mudado e não se mostrou eficiente diante das posições defendidas por metralhadoras pela cobertura da artilharia.

Aos poucos, os exércitos adotaram o mecanismo de trincheiras cavadas ao longo de toda a frente de combate.

GUERRA DE POSIÇÃO OU DE TRINCHEIRAS (1915-1917)

As trincheiras eram verdadeiros complexos defensivos compostos por túneis e valas. Ali, durante meses, milhares de soldados lutavam, comiam e dormiam, abrigados dos tiros.

À frente das trincheiras, o terreno era coberto com estacas e uma proteção de arame farpado. Poucas centenas de metros separavam as linhas inimigas formando entre elas um terreno acidentado.

Deste modo, muitos soldados sucumbiram presos às cercas de arame, alvejados por metralhadoras ou tiros de canhões. Os feridos só podiam ser resgatados à noite e, mesmo assim, era uma operação muito perigosa.

Foi o período mais sangrento da guerra, onde as batalhas duravam semanas ou até meses, com a perda e retomada de posições e um saldo grande de baixas para ambas as partes. Igualmente, não se verificou conquistas de posições significativos para os beligerantes.

SEGUNDA GUERRA DE MOVIMENTO/FASE FINAL (1918)

Após a entrada dos Estados Unidos na guerra os Aliados voltam a ter a iniciativa da guerra. Mesmo assim, os exércitos ainda enfrentam batalhas duríssimas onde as baixas de ambos lados são enormes.

A mais célebre delas, talvez seja a segunda batalha do Marne, onde os alemães foram expulsos do território francês.

Sem conseguir o apoio popular e dos seus próprio oficiais, o Kaiser Wilhelm II teve que aceitar os termos de rendição. Diante da revolta Espartaquista, que eclodiu em Berlim, o Kaiser renuncia e se retira à Holanda.

A paz foi assinada em 11 de novembro de 1918 pondo fim a quatro anos de sangrentos conflitos.

O BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA

O Brasil teve uma participação modesta na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), já que não possuía grandes recursos bélicos. Assim sendo, o país limitou-se a fornecer apoio pontual, em colaboração nos combates aéreos e marítimos, bem como no auxílio aos feridos nos campos de batalha.

Em 3 de abril de 1917, um navio brasileiro foi torpedeado por submarinos alemães no Canal da Mancha. Depois de outros navios brasileiros serem torpedeados novamente, na costa do Mar Mediterrâneo, o então presidente Venceslau Brás assinou – após aprovação no Congresso – a declaração de guerra contra a **Tríplice Aliança** no dia **26 de outubro de 1917**.

Em guerra, o Brasil enviou para combate em 16 de maio de 1918, uma divisão naval com embarcações do Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Santa Catarina.

O Brasil também auxiliou em combates aéreos realizando missões de reconhecimento e na ajuda médica a soldados feridos.

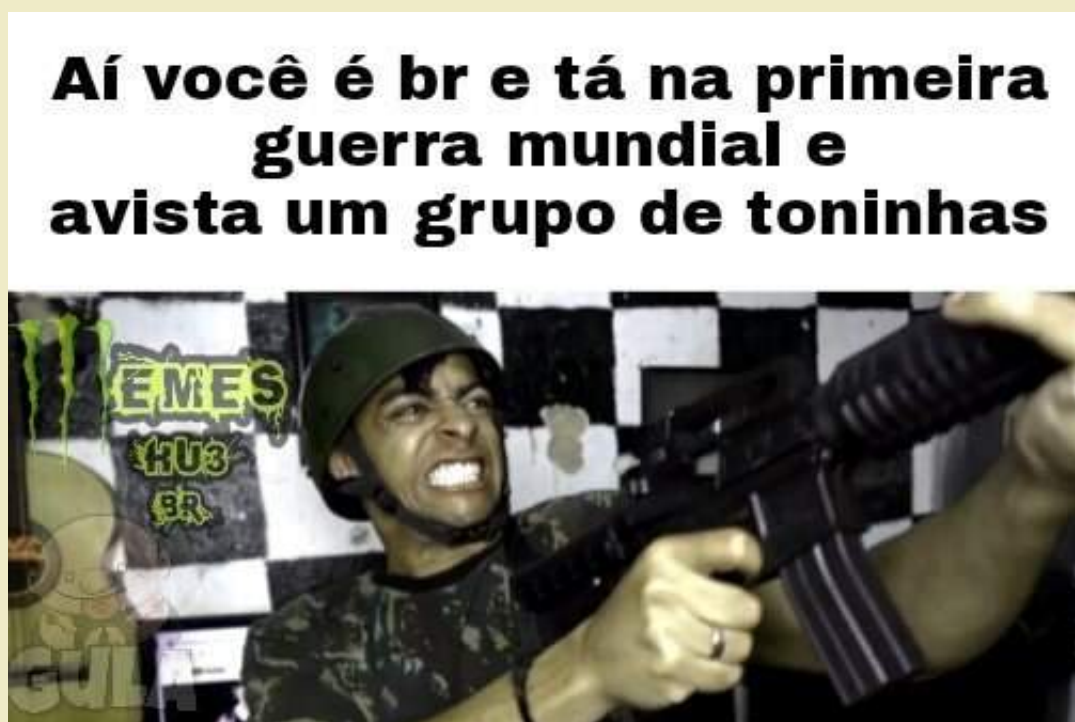
Ao final da guerra o Brasil, durante a conferencia que tratou sobre o tratado de versalges pediu compensações financeiras pelas perdas das embarcações afundadas. Como indenização conseguiu que os navios alemães confiscados durante a guerra passassem ao Estado brasileiro.

A BATALHA DAS TONINHAS

Em novembro de 1918, O Brasil manda então uma frota de navios ao outro lado do Atlântico como suporte a seus aliados. O almirante Fernando Frotin, no comando do cruzador Bahia, recebe ordens de navegar a norte e adentrar à orla do Mediterrâneo, em direção ao coração da guerra. Mas é alertado pelos britânicos para ficar atento, pois os submarinos alemães já haviam afundado o encouraçado HMS Britannia (do Reino Unido).

Partindo para Norte, os brasileiros adentram o mediterrâneo atravessando o estreito de Gibraltar quando percebem uma movimentação estranha nos arredores do navio e o aparecimento de algo na superfície da água, confundido com o periscópio de um submarino inimigo. Como não havia tecnologia para identificar quem gerava aquela movimentação à época, Frotin, no comando da operação e sido alertado da presença dos alemães, ordena que sua frota abra fogo contra as entidades.

A cena logo é substituída pelo silêncio constrangedor que assistia ao sangue que subia e se dissolvia na água salgada do mar: os canhões do Bahia atingiram um cardume de toninhas (matando 46), mamífero marinho parecido com o golfinho e que circundava inocentemente os barcos que passavam na região.



REVOLUÇÃO RUSSA NA PRIMEIRA GUERRA

Introdução

A Revolução Russa de 1917 foram dois levantes populares: o primeiro ocorrido em fevereiro, contra o governo do czar Nicolau II, e o segundo, em outubro.

Na Revolução de Fevereiro, os revolucionários aboliram a monarquia e, na Revolução de Outubro, começaram a implantar um regime de governo baseado em ideias socialistas.

Causas

Na Rússia, durante o século XIX, a falta de liberdade era quase absoluta.

No campo, reinava uma forte tensão social, devido à grande concentração de terras na mão da nobreza. A Rússia foi o último país a abolir a servidão, em 1861 e em muitos lugares, continuava-se com o sistema de produção feudal.

A reforma agrária promovida pelo czar Alexandre II (1855-1881), pouco adiantou para aliviar as tensões no campo. O regime czarista reprimia a oposição e a *Ochrana*, polícia política, controlava o ensino, a imprensa e os tribunais.

No governo do czar Nicolau II (1894-1917), a Rússia acelerou seu processo de industrialização aliada ao capital estrangeiro. Os operários concentraram-se em grandes centros como Moscou e São Petersburgo.

Apesar disso, as condições de vida pioraram, com a fome, o desemprego e a diminuição dos salários. A burguesia também não era beneficiada, pois o capital estava concentrado nas mãos dos banqueiros e dos grandes empresários.

A oposição ao governo crescia. Um dos maiores partidos de oposição era o Partido Social Democrata, mas seus líderes, Plekhanov e Lenin, tinham que viver fora da Rússia para fugir das perseguições políticas.

O Partido Operário Social-Democrata Russo era crítico com a política do país. Porém, as divergiam de como solucionar os problemas da Rússia. Isto acabou por dividi-lo em duas correntes:

Durante...

IDADE CONTEMPORÂNEA REVOLUÇÃO RUSSA (1917)		
Mencheviques e Bolcheviques, diferenças:		
Divisão do POSDR – Partido Operário Social Democrata Russo	<i>Mencheviques</i> (minoria)	<i>Bolcheviques</i> (maioria)
Líder	J. Márto	V.I.Lenin
Quem é considerado membro do partido	Aquele que se inscreve e paga as cotas	O revolucionário profissional. O ativista, escolhido por sua determinação e participação na causa.
Deve implantar-se a ditadura do proletariado?	Não. Deve-se apostar na democracia	Sim. É uma fase necessária da revolução

Em janeiro de 1905, um grupo de operários participava de uma manifestação pacífica em frente ao Palácio de Inverno de São Petersburgo, uma das sedes do governo. O objetivo era entregar um abaixo assinado ao czar, pedindo melhorias.

A guarda do palácio, assustada com a multidão, abriu fogo matando mais de mil pessoas. O episódio ficou conhecido como Domingo Sangrento e provocou uma onda de protestos em todo o país.

Diante da pressão revolucionária, o czar promulgou uma Constituição e permitiu a convocação de eleições para a Duma (Parlamento). A Rússia tornava-se assim uma monarquia constitucional, embora o czar ainda concentrasse grande poder, e o Parlamento tivesse uma atuação limitada.

Na realidade, o governo ganhou tempo e organizou as reações contra as agitações sociais e os sovietes. Estes eram assembleias de operários, soldados ou camponeses que se organizaram após a Revolução de 1905. Mais tarde teriam um papel essencial da Revolução de 1917.

Ainda em 1905, outro fator de descontentamento foi a derrota na guerra Russo-japonesa. A Rússia perdeu o conflito para o Japão que era considerado um povo inferior e teve que ceder algumas ilhas para este país.

A RÚSSIA NA PRIMEIRA GUERRA

Durante a Primeira Guerra Mundial, como membro da Tríplice Entente, a Rússia lutou ao lado da Inglaterra e da França, contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro.

No entanto, o exército russo encontrava-se despreparado para o confronto. As consequências foram derrotas em várias batalhas que deixaram a Rússia enfraquecida e economicamente desorganizada.

Revolução de fevereiro e outubro de 1917

No entanto, o exército russo encontrava-se despreparado para o confronto. As consequências foram derrotas em várias batalhas que deixaram a Rússia enfraquecida e economicamente desorganizada.

Após a abdicação do czar, forma-se um Governo Provisório, sob a chefia de Kerensky, que se veria envolvido em disputas entre liberais e socialistas. Sofrendo pressões dos soviets, o governo concedeu anistia aos prisioneiros e exilados políticos.

De volta à Rússia, os bolcheviques, liderados por Lenin e Trotsky, organizaram um congresso onde defendiam lemas como: “Paz, terra e pão” e “Todo o poder aos soviets”. No dia 7 de novembro (25 de outubro no calendário gregoriano), operários e camponeses, sob a liderança de Lenin, tomaram o poder. Os bolcheviques distribuíram as terras entre os camponeses e estatizaram os bancos, as estradas de ferro e as indústrias, que passaram para o controle dos operários.

CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO RUSSA

A Rússia se retira da Primeira Guerra

O primeiro ato importante do novo governo foi retirar a Rússia da guerra. Para isso, em fevereiro de 1918, foi assinado o Tratado de Brest-Litovsk com as Potências Centrais.

Este determinava a entrega da Finlândia, Países Bálticos, Polônia, Ucrânia e Bielorrússia, além de distritos no Império Otomano e na região da Geórgia.

Guerra civil na Rússia

Os quatro primeiros anos de governo bolchevique foram marcados por uma guerra civil que abalou profundamente o país.

Igualmente, para evitar qualquer tentativa de restauração monárquica, o czar Nicolau II e sua família foram assassinados sem qualquer tipo de julgamento, em julho de 1918.

O Exército Vermelho, criado por Leon Trotsky, derrotou o Exército Branco, formado por nobres e burgueses, garantindo a permanência dos bolcheviques no poder. A revolução estava salva, mas a paralisação econômica era quase total.

Para restaurar a confiança no governo, foi criada a NEP (Nova Política Econômica), que permitia a entrada de capital estrangeiro e o funcionamento de empresas particulares. A aplicação da NEP resultou no crescimento industrial e agrícola da Rússia.

Conclusão da Revolução Russa

Em 1922 foi estabelecida a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sob liderança de Lenin. Após sua morte, em 1924, iniciou-se uma luta pelo poder entre Trotsky e Stalin. Derrotado, Trotsky foi expulso do país e, em 1940, foi morto na cidade do México. Durante a II Guerra Mundial, o país seria um dos principais inimigos do nazismo, aliado dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Após o conflito, seria alçada à condição de segunda potência mundial.

O fim da guerra e suas consequências

Em 11 de novembro de 1918, armistício entre Alemanha e Aliados encerrava o grande conflito após quatro anos de matança. Mas o sofrimento da população não parou. E estava preparado o solo para a próxima guerra mundial.

Como consequência do armistício e da derrota alemã, foi assinado em junho de 1919 o *Tratado de Versalhes* que impunha termos duríssimos à Alemanha.

A Alemanha perdeu todas as suas colônias ultramarinas, além de territórios na Europa. Foi obrigada a pagar uma multa pesadíssima, que arrastou o país pra uma crise econômica sem precedentes na sua história. Suas forças militares foram restritas a 100 mil soldados de infantaria. A rigidez dos termos do Tratado de Versalhes é entendida pelos historiadores como a porta que deu abertura para o surgimento e crescimento do *nazismo*.

Referências bibliográficas

- ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. In.: MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2013, p. 332.
- BRUIT, Héctor H. O imperialismo. São Paulo: Atual, 1994
- BOTTOMORE, Tom (ed.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 33.
- HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986, p.250-1; 256.
- SCHMIDT, Mário Furley. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração, 1999.



Segunda Guerra Mundial, crise do liberalismo e os regimes nazifascistas



*Professores Residentes: Jéssica Camargo
Trisch e José Paulo Quadro Machado*

Crise do Liberalismo

There's no way like the American Way

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), países europeus entraram em crises econômicas profundas, enquanto os Estados Unidos, pouco afetados pela guerra, tiveram suas economias impulsionadas pela demanda de matérias-primas para a Europa e passaram a ser o centro financeiro do mundo. As indústrias e a agricultura estadunidenses passaram a produzir grandes quantidades de produtos. Essa superprodução baixava o preço da alimentação e de produtos industrializados, mas os baixos salários não permitiam aos trabalhadores terem acesso a esses produtos.

Ao mesmo tempo, houve uma corrida de investimentos na bolsa de valores, na expectativa de que os lucros continuassem a crescer. No entanto, quando essa perspectiva não se concretizou, houve uma correria inversa: para vender as ações. Como todos queriam vender e ninguém comprar, aconteceu o episódio que ficou conhecido como Crash da Bolsa de Valores de Nova York. Essa crise faliu empresas e bancos, aumentou o desemprego e a fome, afetando todo o mundo - exceto a União Soviética.

Nos Estados Unidos, a crise só começou a ser controlada com o New Deal, um programa que seguia um caminho alternativo à economia liberal tradicional da época: misturava as leis do mercado e o respeito à iniciativa privada com in-

tervenções econômicas do Estado. No resto do mundo, especialmente na Europa que ainda não estava recuperada da Primeira Guerra Mundial, a crise aumentou a descrença no liberalismo, impulsionando o movimento comunista, além de alternativas autoritárias e nacionalistas, que influenciaram os rumos do mundo nos anos seguintes.



Homem vendendo o carro, porque "perdeu tudo na bolsa de valores".



Homens em busca de trabalho após a onda de demissões

Ascensão de regimes fascistas



Itália (1922-1945)

Durante a I Guerra Mundial, a Itália lutou ao lado da Entente, esperando receber colônias. No entanto, com o fim do conflito, o país ficou endividado e mergulhado em uma crise econômica. O povo faminto organizava greves, saqueava armazéns e tomava fábricas. Nesse contexto, o Partido Socialista crescia cada vez mais. Os ricos, com medo de uma revolução, aliaram-se a outro grupo que também crescia muito, o Partido Nacional Fascista liderado por Benito Mussolini. Os fascistas se organizavam em grupos, para bater em opositores e destruir jornais, usavam uniformes, idolatravam a violência e diziam que iam fazer a Itália grande como nos tempos do Império Romano. Em 1922, os fascistas organizaram a Marcha sobre Roma, na qual exigiam que Mussolini fosse nomeado primeiro-ministro. Pressionado pela elite, o rei cedeu.

Ao assumir o poder, os fascistas restringiram o direito à greve e censuraram a imprensa. Nas eleições para o parlamento, eles ganharam mais poder fraudando e ameaçando. A partir de sua vitória, o regime foi fechando cada vez mais: Mussolini proibiu todos os outros partidos e sindicatos, perseguiu e matou quem se opusesse a suas ideias, investiu em propaganda, imprensa

e educação que reproduziam o fascismo. A sociedade e o trabalho se organizavam em torno de corporações de patrões e trabalhadores, organização que deixava os últimos em desvantagem. O regime também buscou uma aliança com o Papa, transferindo oficialmente o terreno do Vaticano para a Igreja Católica em troca do reconhecimento do estado fascista. Para realizar o antigo sonho imperialista italiano, Mussolini enviou milhares de tropas para conquistar a Etiópia, em África. Pensada para ser rápida, esta guerra esgotou as finanças da Itália e a deixou militarmente despreparada para a Segunda Guerra Mundial.

Alemanha (1920-1945)

Com o fim da Primeira Guerra e a derrota alemã, as pesadas indenizações impostas pelos vencedores colocaram a Alemanha em uma enorme crise econômica e social: a economia estava destruída e a sociedade desesperada diante da miséria, desemprego e conflitos crescentes. Além disso, o orgulho nacional estava ferido, tanto pela derrota militar como pelas cláusulas do Tratado de Versalhes. Nesse cenário, surge o Partido nazista (abreviação de Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães) que atraiu ex-combatentes, desempregados, classe média e

policiais. O partido tinha características semelhantes aos outros fascismos: uniformes, militarismo, nacionalismo, autoritarismo, culto a um passado mítico, milícias para atacar opositores e racismo. Ao assumir o poder, os fascistas restringiram o direito à greve e censuraram a imprensa. Nas eleições para o parlamento, eles ganharam mais poder fraudando e ameaçando. A partir de sua vitória, o regime foi fechando cada vez mais: Mussolini proibiu todos os outros partidos e sindicatos, perseguiu e matou quem se opusesse a suas ideias, investiu em propaganda, imprensa.

No nazismo, o racismo tem destaque: acusava-se os judeus pela crise e afirmava-se que os alemães tinham direito de expandir seu território e governo além de suas fronteiras por serem racialmente superiores. Até 1929, os nazistas e seu líder Adolf Hitler eram vistos apenas como baderneiros. No entanto, depois do crash da bolsa, os votos passaram a crescer gradualmente. Com o aumento do poder do partido nazi no parlamento, Hitler é indicado ao cargo de primeiro-ministro pelo presidente Von Hindenburg, que estava sendo pressionado por grandes empresários.

Assim, a Alemanha caminha para uma ditadura cada vez mais restrita. Em pouco tempo o prédio do parlamento é incendiado e os nazistas culpam os comunistas em busca de justificar a perseguição política a este grupo. Em 1934, Von Hindenburg morre e Hitler assume a presidência. Ao longo de meses, liberdades foram sendo restringidas: sindicatos e partidos são proibidos, jornais fechados; greves se tornam ilegais; líderes políticos contrários ao nazismo foram presos, deportados ou executados, e inicia-se a perseguição de judeus, ciganos, eslavos, homossexuais, feministas, testemunhas de Jeová, comunistas, liberais e outros grupos que o partido nazista apontava como empecilhos para a realização de uma nação forte e superior da nação ariana.

Desde 1933, funcionavam campos de concentração e extermínio para isolar, escravizar e massacrar esses grupos considerados inimigos da raça ariana. As pessoas passavam por

humilhações, faziam trabalho forçado, podiam servir como cobaias, eram torturados ou simplesmente mortos em câmaras de gás.

Para superar a crise econômica, os nazistas adotaram um vasto programa de obras públicas, como o New Deal nos EUA; e reativaram a indústria bélica, proibida pelo Tratado de Versalhes. Entre a posse de armas e o desejo de expansão, o contexto para a II Guerra Mundial estava pronto.

Japão

A conquista da Manchúria na década de 1930 contribuiu imensamente para o Japão ser a primeira economia a se recuperar da crise econômica mundial, marcada pela quebra da bolsa em 1929. À medida que a economia japonesa se recuperava, os investimentos militares aumentavam. O crescente descontentamento dos japoneses com o tratamento internacional, muitas vezes sendo humilhados e considerados uma raça inferior, impulsionou o ultranacionalismo e o expansionismo, especialmente sobre a China.

Em 1936, os governantes do Japão e Alemanha assinaram o Pacto Antikomintern, no qual os países se comprometeram a combater o movimento comunista. Alemanha e Itália também assinaram um tratado. Essa política de alianças entre nações com forte sentimento nacionalista e expansionista foi a base para o Eixo, grupo consolidado em 1939 com o Pacto Tripartido, que lutariam juntos durante a Segunda Guerra Mundial.

Guerra Civil Espanhola (1936-1939)

Em 1931, após uma ditadura impopular mas apoiada pela monarquia, a Segunda República Espanhola é proclamada, sendo resultado dos protestos que causaram a queda da ditadura e da crise econômica mundial. Em fevereiro de 1936, a união de socialistas, comunistas e liberais republicanos, chamada Frente Popular, venceu as eleições prometendo reforma agrária, emancipa-

ção das mulheres, separação entre igreja e Estado e outras reformas progressistas que desagradaram as elites do país. Com medo de uma revolução, a direita e extrema-direita reagem com uma tentativa de golpe: generais simpáticos ao fascismo, com histórico de massacres no Marrocos colonizado pela Espanha, tentam derrubar a república com apoio de monarquistas, conservadores, membros da Igreja Católica e do partido fascista espanhol, a Falange. Os republicanos da Frente Popular convocam a população, entregam armas e partem para enfrentar o exército fascista. O golpe militar se transformou em uma guerra civil que duraria três anos, dividindo o país entre republicanos e nacionalistas (fascistas) e também dividindo famílias.

A guerra civil espanhola foi muito importante para a Segunda Guerra Mundial, pois nazistas e fascistas italianos apoiaram fortemente os nacionalistas, testando táticas e armas. Mesmo com a ajuda de voluntários do mundo todo, os republicanos estavam menos preparados para o combate, além de divididos ideologicamente. Liderados pelo General Francisco Franco, os fascistas venceram a guerra em 1939 e instauraram uma ditadura.



Combatentes Republicanas da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)



A combatente Marina Ginesta, ícone da Guerra Civil Espanhola

ESPAÑHA

e o franquismo

Após a Guerra Civil, o General Franco assumiu o poder na Espanha e instaurou uma ditadura aos moldes fascistas. Franco concentrou todos os poderes políticos em um só partido e perseguiu violentamente os opositores, prendendo-os em campos de concentração e reeducação ou simplesmente os assassinando e enterrando seus corpos em valas comuns. Além da perseguição, o regime investiu intensamente em propagandas nacionalista e anti-comunista e de exaltação da figura de Franco.

Por manter a Espanha oficialmente neutra durante a Segunda Guerra Mundial, o franquismo sobreviveu à vitória dos aliados em 1945. A Espanha continuou com enormes desigualdades sociais e miséria até começar a se reformar nos anos 1960, permitindo uma abertura econômica e mudanças sociais, que não foram suficientes para conter as insatisfações da população. Antes de morrer, em 1975, Franco já organizava uma transição democrática conservadora com a volta da monarquia, o que de fato ocorreu em 1977 com eleições para a assembleia constituinte.



PORTUGAL

e o salazarismo(1933-1974)

Em 1926, a jovem República Portuguesa sofreu um golpe militar com o apoio das elites insatisfeitas com a crise econômica mundial e a crescente influência comunista. Em 1928, António de Oliveira Salazar tornou-se ministro da economia e logo ascendeu ao posto de chefe de Estado, conforme se intensificava a agitação e o confronto político na sociedade portuguesa. Em 1933, Salazar fez uma nova constituição, inspirada em governos fascistas, na qual fundou um regime conhecido como Estado Novo. O regime salazarista tinha como características principais o autoritarismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, o conservadorismo, a censura e perseguição política, o nacionalismo e o colonialismo. Esta última característica fez com que Portugal, que já estava em crise financeira, entrasse em guerras nas décadas de 1960 e 1970 para manter suas colônias em África e Ásia. As guerras intensificaram a crise e aumentaram a insatisfação do povo com o regime. Em 1974, alas militares opositoras ao regime organizaram um movimento conhecido como Revolução dos Cravos que derrubou uma das ditaduras mais longas do século XX.





Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

O Estopim

O expansionismo dos governos totalitários anexaram diversos territórios sob a vista grossa da Inglaterra e França, vencedoras da Primeira Guerra Mundial que mantinham uma política de apaziguamento para tentar evitar uma nova guerra.

O Japão invadiu uma região da China (Manchúria) e iniciou uma guerra com o país. A Alemanha ocupou a Renânia, região na fronteira com a França; a Áustria, que foi anexada sem conflito; e a Tchecoslováquia. A Itália invadiu a Etiópia, no Leste da África, e a Albânia, no Leste da Europa.

A Alemanha havia firmado um acordo secreto de não agressão com a União Soviética que também dividia a Polônia entre os dois países. Quando o exército Alemão invadiu a Polônia pelo Oeste, Inglaterra e França declararam guerra.

Os primeiros anos de guerra (1939-1941)

Os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial foram marcados por um rápido avanço alemão, ocupando Dinamarca, Holanda, Bélgica, Noruega e França.

O jogo virou (1942-1945)

Ao longo do conflito, formaram-se alianças: Eixo (Alemanha, Itália e Japão) x ALIADOS (Inglaterra, França, EUA e União Soviética).

A URSS entra na guerra em 1941, quando Hitler deixa de cumprir o acordo de não-agressão e invade o país. Os Estados Unidos passaram a participar ativamente do conflito, principalmente, motivados pelo ataque japonês à base militar estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941.

Com a participação das novas potências, abriu-se um front oriental, encabeçado pela URSS. Em 1942, a batalha na cidade de Stalingrado (atual Volgogrado) foi a primeira grande derrota do exército nazista e iniciou o avanço e a conquista das tropas soviéticas sobre territórios sob controle dos nazistas: Finlândia, Bulgária, Hungria, Romênia, Polônia e Tchecoslováquia - em maioria estes territórios conquistados seriam anexados a URSS. Além disso, iniciou-se bombardeios aéreos sobre cidades alemãs, realizados pelos ingleses e estadunidenses, que desestruturaram e enfraqueceram a estrutura e logística nazista.

A resistência europeia

“Aos poucos e em época diferentes, foram-se organizando diversas formas de resistência à dominação nazista nos países europeus ocupados pelos alemães. Ocorreram desde manifestações pacíficas e espontâneas da população (como os dinamarqueses, que se retiravam dos bares assim que entrava um militar alemão) até a formação de milícias armadas para lutar diretamente contra os nazistas. Em diversos lugares, a resistência armada, agindo na clandestinidade, procurava, por exemplo, destruir instalações alemãs por meio de sabotagens e guerrilhas - ações descontínuas realizadas por pequenas tropas que utilizavam emboscadas.” (Gilberto Cotrim, História Global).

Os fronts na África e Itália

Ingleses e estadunidenses derrotaram os alemães no Norte da África, avançando para o Sul da Itália e conquistando o país. Mussolini foi afastado do poder e, posteriormente, morto. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) participou da luta contra o nazifascismo durante essa campanha na Itália.

O fim da guerra

Os aliados organizam o Dia D, frente de combate pelo Oeste. No dia 6 de junho de 1944, as tropas aliadas desembarcaram na Normandia (França) e iniciaram intenso ataque contra as tropas alemãs, que também estavam pressionadas ao Leste pelas tropas soviéticas. Em 1945, o exército vermelho chega a Berlim, Hitler, sua companheira Eva Braun e seu Ministro da Propaganda Joseph Goebbels suicidam-se. Primeiramente, é realizada a Conferência de Potsdam, quando as nações vitoriosas (Inglaterra, EUA e URSS) decidiram diversos assuntos, como a indenização a ser paga pela Alemanha, a administração do território alemão, entre outros. Posteriormente, realiza-se o tribunal de Nuremberg, onde são julgados oficiais nazistas.

Os Estados Unidos e a União Soviética saem da Segunda Guerra Mundial como as maiores potências do mundo divididas em dois blocos: Capitalistas X Socialistas. A “guerra quente” havia acabado, mas a “Guerra Fria” começava.

A bomba atômica

“As forças armadas dos Estados Unidos, que desde o ataque a Pearl Harbor (1941) vinham combatendo os japoneses, desferiram o golpe definitivo em agosto de 1945. Numa demonstração de seu poderio militar ao mundo, explodiram duas bombas atômicas em território japonês: a primeira na cidade de Hiroshima (6 de agosto) e a segunda em Nagasaki (9 de agosto). Nas duas cidades morreram, instantaneamente, cerca de 160 mil pessoas. E outros milhares de pessoas viriam a morrer em consequência de doenças provocadas pelas radiações nucleares das bombas.” (Gilberto Cotrim, História Global)

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

Desde o fim de 1937, o presidente Getúlio Vargas governava o Brasil sob o Estado Novo, uma ditadura que marcou o último período da Era Vargas e era caracterizada pelo nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo. Ao longo da década de 1930, a Alemanha foi o principal parceiro comercial do Brasil, assim como do resto da América Latina, com um caráter monopolista/exclusivista. Para os Estados Unidos, isso era um empecilho aos projetos que tinha para a América Latina. A estratégia estadunidense foi a política da boa vizinhança, que incentivou a união comercial dos países da América e ampliou a dependência econômica através de empréstimos e investimentos. No fim da década, os Estados Unidos havia ocupado o lugar da Alemanha nas economias latino-americanas.

Além da pressão estadunidense, o rompimento das relações entre Brasil e Alemanha também está vinculado com a proibição do partido nazista

assim como de todos os partidos, pelo governo. Havia a suspeita da participação do partido nazista na tentativa de golpe integralista, liderado por Plínio Salgado, que tentou derrubar Vargas em maio de 1938.

Assim como as relações comerciais, as relações policiais entre Brasil e Alemanha foram de colaboração até o rompimento das relações diplomáticas, especialmente com troca de informações para combater o comunismo. Com a mudança de aliança, o Brasil passa a seguir as diretrizes estadunidenses, que perseguem tanto o comunismo como o nazismo e o fascismo.

Em 1942, submarinos alemães torpedearam navios brasileiros, o que fez o Brasil declarar guerra às potências do Eixo. Em 1944, o Brasil envia as primeiras ajudas humanas para o front: 25 mil soldados (1.800 gaúchos), 67 enfermeiras e 1.300 outros profissionais da saúde.



Soldados brasileiros na Itália durante a guerra

Repercussões do nazismo e da Segunda Guerra Mundial no Brasil, Rio Grande do Sul e Pelotas

O Partido Nazista no Brasil (1929-1938) fazia parte de uma rede de filiais instaladas em 83 países do mundo e comandada pela Organização do Partido Nazista no Exterior, cuja sede ficava em Berlim. O grupo instalado no Brasil teve a maior célula fora da Alemanha, presente em 17 estados com 2.900 integrantes, 500 deles no Rio Grande do Sul. Essa atividade não esteve proibida até o final de 1937, pelo contrário, com frequência, recebeu simpatia de autoridades fede-

rais e estaduais. Em 1938, o partido nazista e as agremiações políticas estrangeiras foram proibidas.

No Rio Grande do Sul, e em Pelotas especificamente, houve forte perseguição aos imigrantes italianos, alemães e japoneses, mesmo aqueles que não era partidários do nazifascismo. A Lei de Segurança Nacional decretada em 1937 criminalizava o falar alemão, italiano ou japonês. Além da proibição dos idiomas, houve exigência de “salvo-conduto” para deslocar-se de um lugar a outro – não só para estrangeiros, mas também para brasileiros descendentes, intervenções nas associações recreativas, culturais, eclesiásticas e educacionais de origem germânica, disciplinamento cultural com imposição de doutrina patriótica brasileira, expropriação de bens e terras, demissões, incentivo à delação de imigrantes ou descendentes que cultivassem a cultura estrangeira, interrogatório, tortura, prisão e até morte. O ápice dessa opressão ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, datas conhecidas pelo quebra-quebra que ocorreu em Porto Alegre e Pelotas, além de outras cidades do país.

Com ou sem objetivos políticos e econômicos, as investigações e fiscalizações policiais tinham uma visão exagerada do “perigo alemão”, que criava um inimigo nazifascista e justificava as arbitrariedades policiais do Estado Novo em busca de uma identidade única nacional. Em 1948, após o fim da Segunda Guerra Mundial e do governo de Getúlio Vargas, a imprensa divulgou irregularidades e crimes que a polícia havia cometido durante o período de censura do Estado Novo. O processo judicial ficou conhecido como “Nuremberg às avessas”. No julgamento realizado na Alemanha, após a guerra, foram os nazistas os julgados, enquanto nesse os réus eram os policiais perseguidores dos supostos nazistas. No início da década de 1950, o poder judiciário condenou o Estado do Rio Grande do Sul a pagar indenizações a pessoas que haviam perdido bens durante as manifestações violentas durante a guerra.

Como esse assunto já caiu em provas

1

(Unemat) A Segunda Grande Guerra (1939-1945) adquiriu caráter mundial a partir de 7 de dezembro de 1941, quando:

- a) os russos tomaram a iniciativa de anexar os Estados Bálticos.
- b) os alemães invadiram o litoral mediterrâneo da África.
- c) os japoneses atacaram a base norte-americana de Pearl Harbor
- d) os franceses, por determinação do marechal Pétain, ocuparam o Sudeste da Ásia;
- e) os chineses cederam a maior parte de seu território às tropas do Eixo.

2

(UFRGS) Em 1942, o governo brasileiro decretou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália, enviando, em 1944, tropas para o continente europeu. Com relação à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, é correto afirmar que

- a) a experiência da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi decisiva para o sucesso da expedição brasileira.
- b) a tomada de Monte Castelo, na Itália, foi a principal conquista militar realizada pelos pracinhas da FEB.
- c) o Brasil, durante o período em que permaneceu neutro em relação aos conflitos, não permitiu a instalação de bases militares norte-americanas em seu território.
- d) a participação do Brasil na guerra, contra os regimes nazifascistas, estava em consonância com a forma de governo democrática assumida por Getúlio Vargas, desde 1937.
- e) a participação do Brasil junto aos aliados concedeu ao país um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

3

(UFRN) Em relação à Segunda Guerra Mundial, é correto afirmar que:

- a) Hitler empreendeu uma implacável perseguição aos judeus, que resultou na morte de seis milhões de pessoas;
- b) os norte-americanos permaneceram neutros na guerra até 1941, quando bombardearam Hiroshima e Nagasaki;
- c) de Gaulle foi o chefe do governo de Vichy;
- d) com o ataque alemão a Pearl Harbor, os norte-americanos resolveram entrar na guerra;
- e) a Crise de 1929 nada teve a ver com a Segunda Guerra Mundial.

Respostas: 1 - C. 2 - B. 3 - A.

Referências

- BERNARDES, Margarida Maria Rocha. As mulheres brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Disponível: <<https://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/36068/As-mulheres-brasileiras-na-Segunda-Guerra-Mundial/>>
- COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DIETRICH, Ana Maria. Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil. (Tese de Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 301. 2007.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul. (Tese de Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.261. 2002.
- GERTZ, René. A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande Do Sul. Revista Acadêmica Licencia&acturas, v. 3, n. 2, p. 15-25, julho/dezembro 2015.
- HENSHALL, Kenneth. História do Japão. Lisboa: Edições 70, 2004.
- HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- SCHMIDT, Mario Furley. Nova história crítica: ensino médio: volume único. 1.ed. São Paulo: Nova Geração, 2005.

CORREIO DO POVO

ORGÃO REPUBLICANO
REDACTOR-CHEFE - SAMPAIO FERRAZ

ASSIGNATURA
SEMPRE - Uma a primeira..... 10000
NUMERO AVULSO 40 RS.

REDACÇÃO, TRAVESSA DO OUVIDOR N. 14
GERENCIA E TYPOGRAPHIA, RUA DO HOSPICIO N. 137

ASSIGNATURA
ANNO - Certo e primeira..... 10000
NUMERO AVULSO 40 RS.

VIVA A REPUBLICA BRAZILEIRA!

VIVA O EXERCITO -- VIVA A ARMADA!

VIVA O POVO BRAZILEIRO!



Sociedade e economia na Primeira República: permanência oligárquica e movimentos sociais



*Professoras Residentes: Suelen dos Reis
Andrade e Bruna Aparecida Tomazi*

Brasil - Sociedade e economia na Primeira República: permanência oligárquica e movimentos sociais



Primeira República é o período da história no Brasil compreendido com o fim da monarquia ([oie, eu sou um link sobre monarquia](#)) em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930. A partir de 15 de novembro de 1889, o Brasil adotou o modelo republicano como forma de governo. Historicamente, este período é chamado de República Velha em contraposição ao período de 1930, que com a chegada de Getúlio Vargas ao poder é associada ao início de uma série de transformações não só na política, mas também na economia e na cultura do nosso país é visto como um marco na história da República, uma vez que provocou grandes transformações no Estado brasileiro.

Principais causas da crise da Monarquia



- Crise e desgaste da Monarquia - o sistema monárquico não correspondia mais aos anseios da população e às necessidades sociais que estava em processo. Um sistema em que houvesse mais liberdades econômicas, mais democracia e menos autoritarismo era desejado por grande parte da população urbana do país.
- Forte interferência de D. Pedro II nas questões religiosas, que provocou atritos com a Igreja Católica.
- Censura imposta pelo regime monárquico aos militares. O descontentamento dos militares brasileiros também ocorria em função dos rumores de corrupção existentes na corte.
- Classe média e profissionais liberais desejavam mais liberdade política, por isso muitos aderiram ao movimento republicano, que defendia o fim da Monarquia e implantação da República.
- Falta de apoio da elite agrária ao regime monárquico, pois seus integrantes queriam mais poder político.
- Fortalecimento do movimento republicano.

COMO FOI A TRANSIÇÃO PARA A REPÚBLICA?



A passagem do Império para a República não foi marcada por uma grande revolução nem por uma significativa participação popular. O processo de transição aconteceu por meio de um golpe militar, que foi favorecido por alguns fatores importantes:

- O Exército teve papel fundamental no fim do Império brasileiro, o Marechal Deodoro da Fonseca tornou-se chefe do governo ([oie, eu sou um link, vem descobrir o que é um chefe de governo](#)) provisório e vários outros oficiais foram eleitos para o Congresso Constituinte. O desejo republicano estava presente em vários oficiais do Exército, que eram influenciados pelo pensamento Positivista;

- Contou com o apoio da burguesia cafeeira como uma base social estável, que apoiou o Exército na época do golpe militar;
- O Imperador Dom Pedro II sofria de diabetes e se ausentou do trono, aumentando ainda mais as desavenças entre a elite imperial e os militares brasileiros, que sentiam-se desprestigiados principalmente pela nomeação de civis para o Ministério da Guerra;
- A questão da sucessão do trono também contribuiu para o fim do Império, já que a princesa Isabel seria a sucessora caso o imperador morresse, e o seu esposo, o conde d'Eu, era francês e não agradava à elite cafeeira.

Na leitura dos historiadores a queda da monarquia brasileira ocorreu por disputas de interesses entre as elites nacionais, não pelo clamor popular em deixar de ser governado por uma Família Real. As disputas entre a Igreja e o Estado e a abolição da escravatura contribuíram para que o golpe militar ocorresse, mas tiveram menor importância no processo.

Primeira República do Brasil



Manchete do jornal republicano carioca "Correio do Povo", em sua edição 118, de 16 de novembro de 1889.

No dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Como o país passava de um governo monárquico para um regime republicano, o governo de Marechal Deodoro, enfrentou momentos de instabilidade política e econômica.

O GOVERNO PROVISÓRIO:

No dia seguinte ao Golpe Republicano foi organizado, no Rio de Janeiro, um Governo Provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Com ele, o Exército chegava à liderança política do país.

O Governo provisório tomou as seguintes medidas: dissolveu as Assembleias Provinciais, as Câmaras Municipais e a Câmara dos Deputados. Também mudou o nome de "províncias" para estados e nomeou interventores militares para governá-los.

Criou a bandeira republicana com o lema "Ordem e Progresso"; decretou a separação entre igreja e Estado e regulou o casamento civil.

O Governo Provisório durou até a promulgação da Constituição, em 1891.



Manchete do jornal "A Província de São Paulo", atual Estadão, divulgando a Proclamação de 1889.

A Primeira República é dividida em dois períodos:

1. República da Espada (1889-1894): governos dos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto
2. República Oligárquica (1895-1930): governos das oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais.

República da Espada:

A República da Espada (1889-1894) corresponde ao primeiro período da República Velha, em que o poder político, no Brasil, esteve nas mãos dos militares.

Os presidentes deste período foram Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

República da Espada



Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente da “República da Espada”. A eleição ocorreu num ambiente agitado, pois militares que o apoiavam, ameaçavam mantê-lo na Presidência, caso seu adversário, o paulista Prudente de Moraes fosse o vitorioso.

Eleito por um congresso ameaçado, Deodoro permaneceu apenas nove meses no cargo, num período marcado por divergências entre o governo e a maioria dos deputados e senadores.

Diante de constantes atritos com o Legislativo e ameaçado de Impeachment, Deodoro dissolveu o Congresso Nacional no dia 3 de novembro de 1891, e instituiu o “estado de sítio”, a censura à imprensa e mandou prender seus principais opositores. No dia seguinte, a oposição organizou a resistência de forma que civis e militares se aliaram e prepararam a queda de Deodoro. Receoso de uma guerra civil, Deodoro renunciou e entregou a chefia do governo ao vice-presidente Floriano Peixoto.

Floriano Peixoto:

Ao assumir a presidência a Presidência, o Marechal Floriano Peixoto, o segundo presidente da “República da Espada”, suspendeu a dissolução do Congresso, o estado de sítio e depôs todos os governadores que haviam apoiado Deodoro.

Apesar de ter sido um período marcado por crises políticas, o governo de Floriano contou com o apoio dos cafeicultores, das camadas populares, da classe média e de uma forte ala militar. O presidente baixou os preços do aluguel das casas dos operários, do pescado, da carne, dos gêneros alimentícios em geral, e aprovou a lei de construção de moradias populares.

República da Oligárquica:

A República Oligárquica (1894-1930) se caracteriza pela alternância de poder entre as oligarquias cafeeiras dos estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Os presidentes desta época foram eleitos, na maioria das vezes, pelo Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro.

Mas o que é Oligarquia:

A palavra oligarquia vem do grego e significa “governo de poucos”. Assim, “oligarquia” designa um governo que é dominado por um grupo de pessoas ou famílias que está unido pela mesma atividade econômica ou partido político.

As oligarquias acabam formando grupos fechados que rechaçam qualquer forma de pensamento diferente.

Florianópolis enfrentou protestos da oposição, pois era considerado um presidente ilegítimo. De acordo com a Constituição, se um presidente não completasse dois anos de mandato, seriam convocadas novas eleições.

Deodoro havia governado apenas nove meses, mas Florianópolis não convocou novas eleições, e por isso teve de enfrentar diversas revoltas. Uma delas ocorreu da cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, que foi sufocada com rigor pelo presidente. Após sua intervenção na capital de Santa Catarina, Florianópolis ganhou o apelido de “Marechal de Ferro”.

Florianópolis tinha tudo para continuar no governo após terminar seu mandato. Porém não o fez. Estava encerrada a “República da Espada” e começava a “República das Oligarquias” caracterizada pelo domínio dos fazendeiros paulistas e mineiros. O poder econômico retomava o controle do poder político.



O Brasil passava por um momento de transição do regime monárquico para o republicano. Desta maneira, o governo precisava mudar a Carta Magna que regia o país desde 1824 e criar uma Constituição que ajustasse à nova realidade.

Foi escolhida uma Assembleia legislativa que elaborou a nova Constituição em três meses. Na verdade, grande parte da redação ficou a cargo dos juristas Rui Barbosa e Prudente de Moraes.

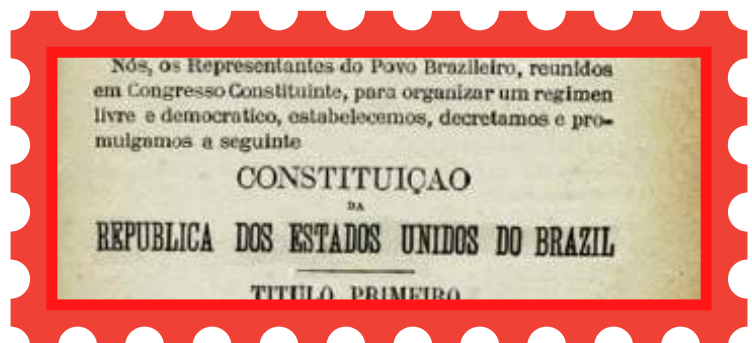
A nova Constituição se inspirou, dentre outras, na Carta Magna dos Estados Unidos, tendo como eixo a federalização dos Estados e a descentralização do poder. Inclusive o nome do novo país recebeu influência americana, pois foi denominado “Estados Unidos do Brasil”.

Em 24 de fevereiro de 1891 foi aprovada e promulgada a nova Constituição do Brasil. Esta seria alterada em 1926 e revogada quatro anos mais tarde por causa da Revolução de 1930.

Características da Constituição em 1891

A Constituição de 1891 determinava:

- A separação entre o Estado e a Igreja Católica. O Estado seria o responsável pela emissão de certidões e certificados; e o clero católico deixaria de receber subvenção do Estado;



Preâmbulo da primeira Constituição republicana do Brasil.

Características da Constituição em 1891

A Constituição de 1891 determinava:

- A criação de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário ficando extinto o Poder Moderador;
- A liberdade de culto para todas as religiões;
- A garantia do ensino primário obrigatório, laico e gratuito

Características da Constituição em 1891

A Constituição de 1891 determinava:

- A criação do Poder Legislativo bicameral. Os deputados tinham um mandato de três anos e os senadores nove anos. Isto pôs fim ao Senado vitalício;

A Constituição de 1891 determinava:

De acordo com a Constituição de 1891, o mandato presidencial era de quatro anos, sem direito a reeleição para o período subsequente imediato. Exigia, ainda, que o presidente fosse brasileiro nato e maior de 35 anos (regra que se mantém até hoje).

Características da Constituição em 1891

A Constituição de 1891 determinava:

- O surgimento do Poder Legislativo provincial. Assim, as províncias poderiam criar suas próprias leis e impostos, tendo mais autonomia em relação ao poder central.



Características da Constituição em 1891

A Constituição de 1891 determinava:

- A proibição do uso de brasões ou títulos nobiliárquicos;
- A instituição do voto universal para cidadãos brasileiros alfabetizados, maiores de 21 anos;

A Revolução Federalista foi um conflito de caráter político, ocorrido no Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1895, que desencadeou uma revolta armada. A revolta atingiu também o Paraná e Santa Catarina.

Após a proclamação da República em 1889, por forças contrárias aos ideais de Marechal Deodoro o fizeram renunciar e este entregou o cargo ao então vice-presidente Marechal Floriano Peixoto que assumiu a presidência do Brasil.

Descontentes com este governo, um grupo denominado de Federalistas (também chamados de maragatos), contrários ao [sistema presidencialista, queria a formação de um governo parlamentarista.](#) ([Quer saber a diferença entre os dois sistemas? Clique no link](#)) com mais autonomia dos Estados Nacionais. Almejando a deposição de Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul na época, os maragatos, liderados por

Gaspar da Silveira Martins e Gumercindo Saraiva, lutaram contra os Republicanos (também chamados de pica-paus, chimangos, castilhistas ou legalistas), que apoiavam o governo.

Derrotado nas urnas, os partidários de Silveira Martins resolveram então, conquistar o poder pela força e veio a guerra civil.

A Revolução Federalista foi um dos conflitos mais violentos ocorridos no sul do país, sendo que os combatentes lutavam entre si sem misericórdia. Era famoso, por exemplo, o ato conhecido como "degola", onde se cortava a garganta dos prisioneiros de guerra com o objetivo de vingar-se e de aterrorizar o inimigo. Essa prática foi usada pelos dois lados dos combates. Estima-se que cerca de mil homens, dos dez mil mortos do conflito, morreram dessa forma.

A guerra terminou com a vitória dos Republicanos, que derrotaram os Federalistas no combate do Campo de Osório, marcando a permanência definitiva de Júlio de Castilhos no governo rio-grandense. Além da violência, o conflito mostrou um governo instável nos seus primeiros momentos, sendo que outras rebeliões, como a Revolta da Armada, também aconteceram nesse período.

PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO

No parlamentarismo, o chefe do **Executivo** é eleito entre os deputados mais votados de uma determinada sigla. Nesse caso, os partidos políticos elaboram uma lista com os candidatos à eleição parlamentar e o primeiro nome dessa lista, caso seja o mais votado, será alçado à condição de primeiro ministro.



República Oligárquica



O período é identificado quando as oligarquias rurais dominavam o cenário político brasileiro.

Normalmente, os presidentes eleitos eram do Partido Republicano Paulista (PRP), do Partido Republicano Mineiro (PRM). Esta prática era denominada **política do café-com-leite** em alusão as maiores riquezas geradas por estes dois estados.

Também o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) teve importante papel nesta época. Este partido buscava desequilibrar a balança entre esses dois estados, porém defendendo a oligarquia rural e as classes urbanas gaúchas.

Importante ressaltar que, nesta época, não existiam partidos políticos nacionais como atualmente e sim, partidos estaduais.

PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO

Nos governos presidencialistas, o Poder Executivo é exercido pelo **Presidente da República, eleito pelo voto direto**. Nesse caso, o parlamento tem o poder de fiscalizar e ser um contrapeso aos atos do Executivo. No Brasil, o presidente tem muitos poderes e seu mandato raramente é interrompido antes dos quatro anos legais.

A exceção era o Partido Republicano Conservador (PRC) com partidários no Rio Grande do Sul e nos estados do nordeste. Apesar de não ter conseguido eleger nenhum presidente, este partido tinha no senador gaúcho Pinheiro Machado seu grande representante na política brasileira. O primeiro presidente civil eleito, após Marechal Floriano Peixoto, foi Prudente de Moraes, apoiado pela oligarquia cafeeira paulista. Seu mandato durou de 1894 a 1898 quando foi substituído pelo também paulista Campos Salles, do Partido Republicano Paulista.

A escolha do sucessor do presidente funcionava com base na *política do café com leite*, símbolo da aliança entre o Partido Republicano Paulista e o partido Republicano Mineiro.

A oligarquias dos dois estados escolhiam um nome comum para a sucessão presidencial.

Características da República Oligárquica:

Os presidentes eleitos usavam sua influência política para beneficiar os cafeicultores e garantir sua permanência no poder.

Deste modo era importante construir alianças estaduais como a **Política dos Governadores** e assegurar o resultado eleitoral através da fraude. Esta prática ficou conhecida como **Voto de Cabresto**.

Os chefes locais que exerciam esta prática eram denominados coronéis, apesar de não estarem vinculados ao Exército. Assim, esta política de conseguir votos pela força e troca de favores também é chamada de **coronelismo**.

POLÍTICA DOS GOVERNADORES

A Política dos Governadores foi um acordo político firmado durante o período da República Velha (1889-1930).

O intuito era unir os interesses dos políticos locais marcado pelas oligarquias estatais da época juntamente ao governo federal, para assim, garantir o controle do poder político.

POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Significou, na prática, que o governo central deveria respeitar as decisões dos partidos que mantinham o poder em cada Estado, desde que estes elessem bancadas no Congresso absolutamente fiéis ao presidente da República. O que permitia aos partidos estaduais assegurar antecipadamente a composição das bancadas era o controle dos coronéis sobre seu eleitorado, os célebres "currais eleitorais".

Coronelismo:

É conhecido o fato de o coronel ser um fazendeiro muito rico. Ele lançava mão de seu poder econômico e militar para garantir a eleição dos seus apadrinhados políticos.

Esses coronéis obrigavam sua clientela a votar em seus apadrinhados, até mesmo com violência física, em casos extremos, podendo chegar a morte caso se negassem.

Coronelismo: sistema político no qual o poder era alcançado por meio dos votos, controlados pelos coronéis nos municípios com uso de violência e fraude eleitoral.



O coronelismo no Rio Grande do Sul

É importante perceber que os processos de dominação social verificados nas estâncias gaúchas e que foram base do sistema coronelista durante a República Velha, originam-se fortemente da subordinação de "homens livres pobres" ao grande domínio fundiário no estado.

Voto de cabresto: representou uma forma eleitoral impositiva e arbitrária imposta pelos coronéis.



O coronelismo no Rio Grande do Sul

No RS a base da formação do latifúndio foi a pecuária extensiva. O gado produzido foi subsidiário das principais lavouras brasileiras de exportação, a partir do século XVIII, inicialmente com o comércio do gado em pé e, posteriormente, com a carne de charque.

Um **latifúndio** é uma propriedade agrícola de grande extensão pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa

O coronelismo no Rio Grande do Sul



O coronelismo no Rio Grande do Sul

Assim a concentração fundiária e o desenvolvimento de relações de dependência pessoal dos peões de estância em relação aos estancieiros baseadas na lógica do favor foram as principais condições para o desenvolvimento do coronelismo no RS.

O coronelismo no Rio Grande do Sul

Os estancieiros utilizavam alguns mecanismos para intensificar a dependência e a exploração de seus subordinados. O principal deles era constituir os peões como simples moradores, ao invés de serem trabalhadores regularmente remunerados.

Também era comum a constituição de dívidas dos peões para com as estâncias, as quais constituíam um sentimento moral que prendia o peão aos domínios dos senhores de terra.



<https://youtu.be/KeobCafpl0s>



Para acessar diretamente ao Padlet sobre Movimentos Sociais na Primeira República, [CLIQUE AQUI](#).

O medo das vacinas no Brasil é mais antigo até do que a célebre **Revolta da Vacina**, de 1904. O país viveu um drama sanitário do mesmo tipo no decorrer do século XIX. A doença em questão era a varíola. Atualmente, outra realidade nos confronta: o grande negacionismo científico e inúmeras campanhas com fake news contra as vacinas. Para mais informações, acesse os links abaixo:

- [Revolta da Vacina \(1904\)](#);
- [Politização e desinformação insuflaram a Revolta da Vacina em 1904](#).

1. História do Brasil por Boris Fausto: República Velha (1889-1930): <https://www.youtube.com/watch?v=VGbiKes2QTs>
2. PRIMEIRA REPÚBLICA: O QUE CAI NO VESTIBULAR? | HISTÓRIA | QUER QUE DESENHE? : <https://www.youtube.com/watch?v=2bmTCLGJZ3w>
3. REPÚBLICA OLIGÁRQUICA - RESUMO DESENHADO: <https://www.youtube.com/watch?v=XT8KLGmjqaA>
4. MOVIMENTOS SOCIAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA: CANGAÇO, VACINA, CHIBATA, TENENTISMO, CANUDOS: <https://www.youtube.com/watch?v=MfOC-il4NXM>

5. Os movimentos sociais da Primeira República:

<https://www.youtube.com/watch?v=OP8poz3ATS0>

6. REVISÃO ENEM | HISTÓRIA: PRIMEIRA REPÚBLICA | ESQUENTA ENEM | DESCOMPLICA:

<https://www.youtube.com/watch?v=sltNTu3GmE0>

7. REPÚBLICA VELHA | QUER QUE DESENHE | DESCOMPLICA:

<https://www.youtube.com/watch?v=Vw4HGHDWMjs>

8. A Proclamação da República – 15 de novembro de 1889 :

<https://www.youtube.com/watch?v=Qy7HekxSRMg&t=18s>

9. Modernismo/ Quer que desenhe/ Descomplica:

<https://www.youtube.com/watch?v=D8xQel1nhxg>

10. Semana da Arte Moderna/ Quer que desenhe/ Descomplica:

<https://www.youtube.com/watch?v=02n2j7vRMuE>



1. Fronteiras no Tempo #34: Sistema Político na República Velha (1889-1930):

<https://www.deviant.com.br/podcasts/fronteiras-no-tempo-34-sistema-politico-na-republica-velha-1889-1930/>

2. Fronteiras no Tempo #8 – Guerra de Canudos:

<http://www.deviant.com.br/podcasts/fronteirasnoteempo/fronteiras-no-tempo-8-guerra-de-canudos/>

3. Fronteiras no Tempo #31: Revolta da Vacina:

<http://www.deviant.com.br/podcasts/fronteiras-no-tempo-31/>

4. O que fizemos com 130 anos de República-Café da Manhã- Spotify

5. #01 Arte moderna é coisa de museu-Arte em meio-tempo - Spotify

6. A Revolta da Vacina: história social de uma epidemia- Estação Brasil-Leitura ObrigáHISTÓRIA- Spotify

1. Os votos da primeira eleição presidencial, Eleitores excluídos do voto na Constituição de 1881 :

<https://atlas.fgv.br/marcos/da-proclamacao-constituicao-de-1891/mapas/os-votos-da-primeira-eleicao-presidencial-eleitores>

2. Federação Brasileira pelo Progresso Feminino:

<https://atlas.fgv.br/verbetes/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>

3. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200222

4. FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. O que foi?:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FEDERA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO.pdf>

5. 16 fatos que marcaram a implantação da República no Brasil: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/fatos-que-marcaram-republica-no-brasil/>

6. Modernismo no Brasil:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/modernismo-resumo-autores-dicas-e-questao-comentada/>



1. 23 filmes sobre a República Velha, 1889 a 1930 :Obrigado por compartilhar.
<https://ensinarhistoriajoelza.com.br/23-filmes-sobre-a-republica-velha-1889-a-1930>
2. A República é velha, mas o cinema é atemporal:
<https://www.cafecomfilme.com.br/listas/lista-a-republica-e-velha-mas-o-cinema-e-atemporal>



1. Jogo: O que você sabe sobre a República Velha? :
<https://studhistoria.com.br/quiz-testes/o-que-voce-sabe-sobre-a-republica-velha/>
2. Primeira República do Brasil:
<https://wordwall.net/pt/resource/12317881>
3. História da República no Brasil:
<https://wordwall.net/pt/resource/4205587>

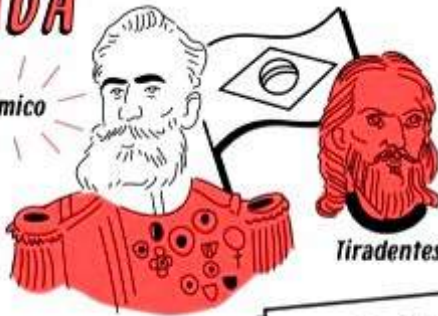
REPÚBLICA DA ESPADA

(1889)

MARECHAL DEODORO

Estado autoritário
fechou a Constituinte
voto universal
estado de sítio

polêmico



Tiradentes

crise econômica
fim da monarquia

é bolacha que chama



PRUDENTE DE MORAIS

REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

(1894)

REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE

alternância no poder
Minas Gerais e São Paulo
sucessão mais ou menos programada



revoltas rurais

Guerra dos Canudos
Guerra do Contestado

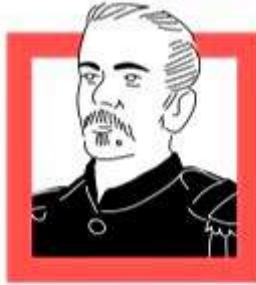
revoltas urbanas

Revolta da Vacina
Greve geral de 1917

indignação militar

Revolta da Chibata
Movimento Tenentista

PRIMEIRA REVOLTA ARMADA (1891)



FLORIANO PEIXOTO

PRIMEIRA REPÚBLICA

marechal de ferro

REPRESSÃO

NOVAS ELEIÇÕES

caos na segurança e desordem do Estado

apoio dos industriais, burgueses e do Movimento Tenentista

REVOLUÇÃO DE 30

derrubada da oligarquia paulista



GETÚLIO VARGAS

contenção da crise

redução de custos

ilegítimo

Contexto

- DE 1889 A 1930;
- INICIOU COM A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA;
- PREDOMÍNIO DAS OLIGARQUIAS;
- POLÍTICA DOS GOVERNADORES;
- POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE;
- MANDONISMO, CORONELISMO E CLIENTELISMO.

Estratégia Vestibulares



PRIMEIRA REPÚBLICA

@arquestudies

Revoltas

- REVOLTA DE CANUDOS
- REVOLTA DA VACINA
- REVOLTA DA CHIBATA
- CONTESTADO
- REVOLTA DA ARMADA
- REVOLUÇÃO FEDERALISTA

República Oligárquica

- POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE: SÃO PAULO E MINAS GERAIS HEGEMÔNICOS NA POLÍTICA NACIONAL;
- POLÍTICA DOS GOVERNADORES
- CAFEICULTORES → GOVERNADOR → PRESIDENTE
- 1906 - CONVÊNIO DE TAUBATÉ: O BRASIL AUXILIARIA OS CAFEICULTORES EM CASO DE CRISE;
- VALORIZAÇÃO DO CAFÉ.

República da Espada

- MILITARES GOVERNAM O BRASIL;
- PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: 1891;
- VOTO ABERTO → VOTO DE CABRESTO;
- POLÍTICA DO ENCILHAMENTO → AUMENTO DA EMISSÃO DE PAPEL MOEDA.

REPÚBLICA DA ESPADA

1889 - 1891

GOVERNO PROVISÓRIO
DEODORO DA FONSECA

CRISE ECONÔMICA
ENCILHAMENTO

CONSTITUIÇÃO DE 1891

- federalismo executivo, legislativo e judiciário
- voto somente para homens maiores de 21 anos e alfabetizados

emissão de PAPEL MOEDA

facilidade ao ACESSO AO CRÉDITO

REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

1894 ATÉ 1930

PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA (PRP)
PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO (PRM)

POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE

PRUDENTE DE MORAES

REPÚBLICA VELHA

MANIPULAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

POLÍTICA DOS GOVERNADORES
TRACA DE FAVORES

CORONELISMO

VOTO DE CABRESTO
IMPOSIÇÃO DO VOTO PELOS CORONEIS AO POVO

sem interferência do presidente em questões estaduais

apoio dos governadores ao poder executivo federal

autoridade desumana e fascista

MOVIMENTOS SOCIAIS

<h3>REVOLTA DA VACINA</h3> <p>RIO DE JANEIRO, 1904</p> <p>DESALOJAMENTO DE MUITAS PESSOAS</p> <p>VACINAÇÃO OBRIGATORIA</p> 	<h3>REVOLTA DA CHIBATA</h3> <p>RIO DE JANEIRO, 1910</p> <p>CASTIGOS CORPORAIS SOFRIDOS PELOS MARINHEIROS</p> <p>JOÃO CÂNDIDO</p> <p>ALMIRANTE NEGRO melhorias na ALIMENTAÇÃO</p> <p>ANISTIA</p>	<h3>GUERRA DE CANUDOS</h3> <p>NORDESTE, 1893 e 1897</p> <p>1893: 1000 canudos (integrantes) jacobinos</p>  <p>ANTÔNIO CONSELHEIRO</p> <p>acabaria com a desigualdade e os pecados republicanos</p>	<h3>GUERRA DO CONTESTADO</h3> <p>FRONTEIRA DO PARANÁ E SANTA CATARINA, 1912 - 1913</p> <p>CONFLITO SOCIO-POLÍTICO</p> <p>CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRADA DE FERRO</p> <p>SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL</p> <p>BRAZIL RAILWAY COMPANY</p> <p>JOSÉ MARIA DE SANTO AGOSTINHO</p>
--	--	--	---

CRISE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

MINAS GERAIS E SÃO PAULO

TENENTISMO

ESTADOS UNIDOS 1929

principal comprador de café

ENFRAQUECIMENTO das elites brasileiras

CONFLITO POLÍTICO

WASHINGTON LUIZ	JÚLIO PRESTES	GETÚLIO VARGAS
DEPOSIÇÃO DO PRESIDENTE	VENCEU AS ELEIÇÕES	JOÃO PESSOA ASSASSINADO PRESIDENTE







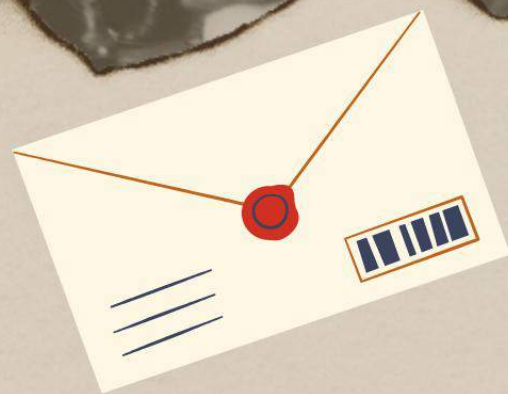
REFERENCIAL TEÓRICO



1. FAUSTO, Boris. O Brasil republicano: sociedade e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
2. Perissinotto, Renato M. Classes dominantes e hegemonia na República Velha/ Renato M. Perissinotto. - Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1994.
3. ARAÚJO, B.; RODRIGUEZ, R. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. Revista Estudos Filosóficos, São João Del Rei, v. 3, p. 129-141, 2009
4. COSTA, Felipe Ferrari da. Concentração fundiária e dominação no campo – as relações sociais estancieiras no Rio Grande do Sul e as práticas do coronelismo. In: SOCIOLOGIA E OS DESAFIOS DO PRESENTE, 1., 2017, Santa Maria. Anais [...] . Santa Maria: UFSM, 2017. p. 1-4. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/465/2019/05/Costa.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

Texto produzido pelas residentes pedagógicas do núcleo História/UFPel, escola campo IFSul CaVG: Bruna Tomazi e Suelen Andrade.






A Era Vargas: trabalhismo e modernização autoritária



*Professores Residentes: Eduarda Wille
Zarnott e Ruan da Silveira Isnardi*

A close-up, sepia-toned portrait of Getúlio Vargas, the 17th President of Brazil. He is wearing glasses and a suit, with a cigar in his mouth. The image is the background for the top section of the document.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

ERA VARGAS

RUAN ISNARDI, EDUARDA ZARNOTT

A sepia-toned photograph of the Palácio do Catete, the official residence of the President of Brazil. The building is a grand, classical-style structure with multiple windows and a balcony. The image is the background for the bottom section of the document.

CONTEXTO GERAL

Getúlio Vargas (1882-1954) ocupou a presidência do país, em um primeiro momento, por quinze anos: de 1930 a 1945. Depois retornou ao mesmo posto em 1951, governando por mais três anos, em um contexto bem diverso, e saindo apenas de forma não convencional, ou seja, suicidando-se.

Centralização do Poder

Getúlio chegou ao poder em 1930, após derrubar Washington Luís e enterrar a República do Café com Leite. Também nessa ocasião o Senado e a Câmara foram fechados. Com poderes de ditador, Getúlio pôde dar início a seu ambicioso projeto de modernização do Brasil. Seu objetivo foi tirar o poder das oligarquias agrárias estaduais, que, para ele, travancavam o progresso do Brasil, e transferi-lo todo para o governo federal, que impulsionaria a urbanização e a industrialização.

Pressionado pela Revolução Constitucionalista de 1932, Getúlio se viu forçado a reabrir o Congresso e patrocinar a elaboração da Constituição liberal de 1934. O poder presidencial passou a se submeter a uma série de limites, prejudicando os planos do mandatário. O golpe ganhou urgência quando, diante dos candidatos da eleição presidencial de 1938 já na rua pedindo votos, Getúlio viu que precisaria agir rápido para não deixar o Catete.

Fonte: Agência Senado



Características

- Centralização do poder;
- Política Trabalhista;
- Propaganda Política;
- Negociação Política.

Política Trabalhista

- Em 1930 Vargas criou o Ministério do Trabalho e legalizou o funcionamento dos sindicatos;
- Jornada de trabalho de oito horas diárias na indústria, instituída no Brasil em 4 de maio de 1932
- criação do salário-mínimo (1940) e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Os sindicatos passaram para o controle do Estado;

Propaganda Política

período de intensa propaganda política e um momento em que Vargas estabeleceu sua política de aproximação das massas. A censura instituída ficou a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por censurar as opiniões contrárias ao governo e produzir a propaganda que ressaltava o regime e o líder. Para fazer a propaganda do governo, foi criado um jornal diário na rádio chamado "A Hora do Brasil".

Negociação Política

A capacidade política de Vargas não surgiu do nada, mas foi sendo construída e aprimorada ao longo de sua vida política. Vargas tinha uma grande capacidade de conciliar grupos opostos em seus governos, como aconteceu em 1930, quando oligarquias dissidentes e tenentistas estavam no mesmo grupo apoiando-lhe.

A postura de Vargas no poder do Brasil durante esse período pode ser também relacionada com o populismo, principalmente pelos seguintes aspectos:

1. Relação direta e não institucionalizada do líder com as massas;
2. Defesa da união das massas;
3. Liderança baseada no carisma;
4. Sistema partidário frágil.

Períodos

Governo Provisório (1930-34)

Nessa fase, Vargas já realizou as primeiras medidas de centralização do poder e, assim, dissolveu o Congresso Nacional, por exemplo. A demora de Vargas em realizar eleições e convocar uma Constituinte teve impactos em alguns locais do país, como São Paulo, que se rebelou contra o governo em 1932 no que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. Após o fracasso paulistano, Vargas atendeu as reivindicações, e em 1934 estava promulgada a Nova Constituição, onde constava, inclusive, o voto feminino.

Períodos

Governo Constitucional (1934-1937)

Na fase constitucional, o governo de Vargas, em teoria, estender-se-ia até 1938, pois o presidente não poderia concorrer à reeleição. No entanto, a política brasileira como um todo – o próprio Vargas, inclusive – caminhava para a radicalização. Assim, surgiram grupos que expressavam essa radicalização do nosso país, Aliança Libertadora Nacional e Ação Integralista Brasileira.

Períodos

Estado Novo (1937-1945)

O Estado Novo foi a fase ditatorial da Era Vargas e estendeu-se por oito anos. Nesse período, Vargas reforçou o seu poder, reduziu as liberdades civis e implantou a censura. Também foi o período de intensa propaganda política e um momento em que Vargas estabeleceu sua política de aproximação das massas.

No campo político, Vargas governou a partir de decretos-leis, ou seja, as determinações de Vargas não precisavam de aprovação do Legislativo, pois já possuíam força de lei. O Legislativo, por sua vez, foi suprimido e, assim, o Congresso e as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais foram fechadas. Todos os partidos políticos foram fechados e colocados na ilegalidade.

Períodos

Estado Novo (1937-1945)

A censura instituída ficou a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por censurar as opiniões contrárias ao governo e produzir a propaganda que ressaltava o regime e o líder. Para fazer a propaganda do governo, foi criado um jornal diário na rádio chamado "A Hora do Brasil".

Durante esse período, também se destacou a política trabalhista, destacando-se a criação do salário-mínimo (1940) e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Os sindicatos passaram para o controle do Estado. O período acaba por pressão popular após o ingresso do Brasil na II Guerra.

Períodos

Segundo Governo ou Governo Democrático

Foi marcado pelas questões econômicas e atritos entre os que apoiavam o projeto desenvolvimentista nacional, como a criação da Petrobras e da Eletrobras. A oposição, contra o desenvolvimentismo, iniciou uma campanha de desmoralização do presidente, que acabou se suicidando para provar sua inocência.

Referências

RODRIGUES, Lana Julia. "A historiografia do período Vargas"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-historiografia-periodo-vargas.htm>. Acesso em 28 de maio de 2021

Legislaturas Anteriores». Senado Federal do Brasil. Consultado em 23 de maio de 2021.

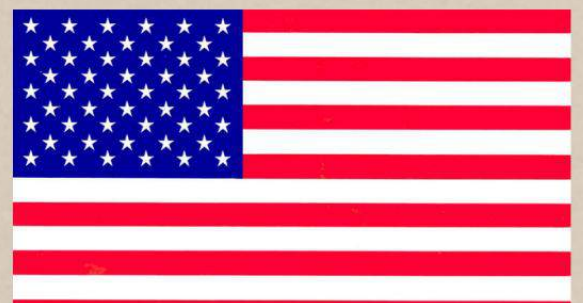
Rainer Souza. «A Revolução de 1930: Principais fatos da Revolução de 1930». Brasil Escola. Consultado em 25 de maio de 2021

Educação UOL. «Revolução de 1930 - História do Brasil». Consultado em 26 de maio de 2021

Senado do Brasil (ed.). «Decreto». Consultado em 13 de dezembro de 2015. Arquivado do original em 23 de maio de 2021



Guerra fria e o mundo bipolar



Professor Preceptor: Rafael Peter de Lima

Sobre o conceito de Guerra Fria

De acordo com o professor de Relações Internacionais Fred Halliday (1999), a Guerra Fria deve ser entendida como um Conflito Intersistêmico. Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) capitanearam esse enfrentamento e procuraram expandir e impor seu sistema capitalista e socialista, respectivamente. O recorte temporal clássico aponta o período da chamada Guerra Fria entre os anos de 1945 (portanto, a partir do pós 2ª Guerra) e 1991 (quando é extinta a União Soviética). Porém, se usarmos o mesmo referencial apresentado por Halliday (conflito intersistêmico), podemos recuar bem mais no tempo - ao menos até o período da Revolução Russa (1917).

--> Alguns excertos do livro de Halliday serão aqui apresentados para melhor tratar o tema.

Para o professor britânico, a Guerra Fria, entendida como um conflito intersistêmico, expressou "a rivalidade entre dois sistemas social, econômica e politicamente diferentes. Cada um pretendia prevalecer em escala mundial, produzir uma ordem intra-estatal homogênea e cada um negava a legitimidade do outro, ainda que fossem compelidos a entrar em negociações diplomáticas ou outras, em grande parte pela ameaça das armas nucleares". (HALLIDAY, 1999, p.271-272)

O conflito intersistêmico é uma forma específica de conflito interestatal e intersocietal, no qual formas convencionais de rivalidade - a militar, a econômica e a política - são compostas por, e frequentemente legitimadas em termos de, uma total divergência de normas políticas e sociais. As formas convencionais de competição, incluindo a guerra, podem desempenhar um papel, mas a competição de valores é igualmente importante, e pode, repetidas vezes, ser a principal dimensão em que um lado do conflito prevalece sobre o outro" (HALLIDAY, 1999, p.187)

"A Guerra Fria foi, acima de tudo, um produto da heterogeneidade no sistema internacional - para repetir, da heterogeneidade da organização interna e da prática internacional - e somente poderia ser encerrada pela obtenção de uma nova homogeneidade. O resultado disto foi que, enquanto os dois sistemas distintos existiram [capitalismo estadunidense e socialismo soviético], o conflito da Guerra Fria estava destinado a continuar: a Guerra Fria não poderia terminar com o compromisso ou a convergência, mas somente com a prevalência de um destes sistemas sobre o outro". (HALLIDAY, 1999, p.192)

A Guerra Fria desenhada

O vídeo abaixo contém um resumo sobre o tema da Guerra Fria. Com desenhos, esquemas e uma linguagem direta e atual, o assunto se torna bem mais fácil de entender. Então...pega a pipoca e vamos assistir!



<https://youtu.be/cAwsLaO4HGQ>

O pós-Segunda Guerra e o Muro de Berlim - o grande símbolo da Guerra Fria

A Conferência de Yalta 04 a 11 fev de 1945

No final da Segunda Guerra e com o Eixo prestes a ser derrotado, os líderes dos Aliados se reuniram para tratar do desfecho do conflito e dos arranjos no pós-guerra. Churchill (Inglaterra), Roosevelt (EUA) e Stálin (URSS) apresentaram suas propostas e exigências, ficando evidente o distanciamento do campo socialista dos representantes capitalistas. Assim se tornava cada vez mais nítida a divisão do mundo em duas áreas de influência. Ouça o podcast através do link abaixo, que apresenta detalhes desse encontro marcante.



<https://youtu.be/JKi8rbVd0Ng>

A formação dos blocos

O espírito de negociação de Yalta não durou muito, veio abaixo no ano seguinte.

"Em 1946 Churchill, discursando numa Universidade do interior dos EUA (tendo Truman na assistência), lançou seu famoso brado anti-soviético, segundo o qual uma 'cortina de ferro' descera sobre metade da Europa (apropriara-se da expressão e argumento utilizados pelo ministro nazista da propaganda, Goebbels, nos últimos dias da guerra). Este símbolo maior dos ventos da Guerra Fria que começavam a soprar em 1946, vinha acompanhado de outros eventos que atestavam a progressiva deterioração da situação internacional" (VIZENTINI, 1996, p.19-20).

Em 1947 os EUA proclamaram a Doutrina Truman (12/03) e o Plano Marshall (05/06). Vejamos com mais detalhes do que se tratavam.

"A Doutrina Truman foi lançada através de um discurso do presidente americano, no qual defendia o auxílio dos EUA aos povos 'livres' que fossem ameaçados pela agressão 'totalitária' (mais um conceito extraído do fascismo, este teorizado pelo italiano Giovanni Gentile), tanto de procedência externa como por parte das 'minorias armadas'. Esta política foi formalizada quando a Grã-Bretanha, falida e sem condições de manter seu convulsionado império, retirava-se da guerra civil grega e era substituída pelos EUA. A ajuda solicitada estendia-se também à Turquia, que não possuía qualquer 'ameaça' externa ou interna. A Doutrina Truman foi proclamada durante a realização dos trabalhos da Conferência Econômica de Moscou, que tratava da concessão de ajuda americana para reconstrução europeia, e reforçava a noção de divisão do mundo expressa por Churchill no ano anterior, ao mesmo tempo que lançava uma verdadeira cruzada do 'mundo livre' contra seu inimigo. Esta ato constituiu um verdadeiro choque para os soviéticos.

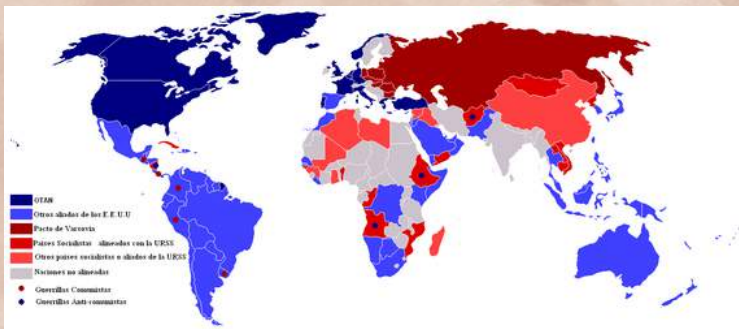
O muro de Berlim

O **Plano Marshall**, por seu turno, concedia empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos EUA. O custo político de sua aceitação era elevado, pois as nações beneficiárias deveriam abrir suas economias aos investimentos norte-americanos, o que no caso das economias fracas (como as Democracias Populares do leste) ou devedoras (como a Europa ocidental) representava o abandono de parte da soberania destes países. Além disso, o plano propunha o aprofundamento da divisão do trabalho entre uma Europa ocidental industrial e o leste agrário do continente. Obviamente a URSS e as nações sob sua influência recusaram-se a aceitar uma 'ajuda', percebida como uma espécie de invasão econômica, que os conduziria à perda do controle político (pois a abertura da economia reforçaria as cambaleantes burguesias leste-europeias). A Doutrina Truman e o Plano Marshall materializaram a partilha da Europa e lançaram as bases para a formação dos blocos político-militares. O problema é que ainda existia uma forte opinião pública mundial marcada pelo espírito de Yalta, pelo antifascismo e pelo pacifismo, e isto atrasava e perturbava a implementação da Guerra Fria. Era preciso lançar mão de poderosos mitos e imagens, que desarticulassem essa corrente e condicionassem a população a uma visão maniqueísta. A 'ameaça soviética' e a 'defesa do mundo livre' constituíram esses mitos mobilizadores e legitimadores da nascente Guerra Fria" (VIZENTINI, 1996, p.21-2).



<https://www.significados.com.br/muro-de-berlim/>

Através dos mapas abaixo podemos ver a partilha da Alemanha surgida após ser derrotada na Segunda Guerra. Seu território foi dividido entre EUA, França, Inglaterra e URSS. Na verdade, estava dividida entre o mundo capitalista e socialista. Assim também estava dividida a capital Berlim (ver mapa), encravada dentro da área de influência soviética. Em setembro de 1949 as zonas de ocupação dos EUA, França e Inglaterra foram reunidas e fundada a República Federal da Alemanha (RFA), com capital na cidade de Bonn. Em resposta, no mês seguinte ocorreu a fundação da República Democrática da Alemanha (RDA), na zona da ocupação soviética e com capital em Berlim. Assim, de 1949 a 1990 (reunificação alemã) houve duas Alemanhas: a RFA, também chamada de Alemanha Ocidental (capitalista) e a RDA, também conhecida como Alemanha Oriental (socialista).



<https://viajepordois.wordpress.com/2014/04/17/berlim-e-o-muro/>

A seguir, leia sobre como as tensões da Guerra Fria levaram à construção do conhecido, e tragicamente famoso, Muro de Berlim.



<https://www.todamateria.com.br/alemanha-oriental/>



<https://routgeo.wordpress.com/2012/04/19/guerra-fria-na-alemanha-a-divisao-do-pais-e-de-berlim/>

Os EUA "...entulharam Berlim Ocidental de dinheiro. Dólares, milhões de dólares foram enviados pra reconstruir a cidade e dar a ela um brilho espetacular. Berlin Ocidental tornou-se uma vitrine do capitalismo. Enquanto isso, Berlim Oriental, sem contar com muita ajuda da URSS, demorava a se erguer. A diferença era brutal. Berlim Ocidental era uma ilha de capitalismo bem-sucedido cercada de socialismo em construção por todos os lados. Não havia propaganda melhor do capitalismo. Os alemães orientais olhavam com inveja a parte da cidade que se livrava dos escombros e prédios velhos, erguia edifícios esplêndidos, e transbordava de praças amplas, automóveis último tipo, lojas oferecendo

produtos maravilhosos, anúncios publicitários reluzentes. Para muitas pessoas essa era uma prova concreta de que o capitalismo é muito superior ao socialismo.

É claro que Stálin quase arrancou os bigodes de tanta raiva. Os EUA, que saíam da guerra muito mais ricos do que qualquer país, faziam propaganda escancarada do capitalismo. Quando foi anunciado que a Alemanha Ocidental teria uma nova moeda, ficou evidente que o velho marco oriental se tornaria um lixo. Stálin não vacilou. Em 1948 mandou fechar todas as estradas que ligavam a Alemanha Ocidental a Berlim (lembre-se que Berlim estava encravada dentro da Alemanha Oriental). Ele acreditava que o bloqueio total levaria os países capitalistas a entregar sua parte de Berlim ao controle comunista [...]

Os EUA estacionaram na Inglaterra aviões recheados de bombas atômicas. Hambúrguer radioativo para a Rússia. A qualquer momento Moscou poderia ser varrida do mapa (a URSS só conseguiria ter bombinhas iguais a essas no ano seguinte!). Uma sensacional ponte aérea ligou Berlim ao Ocidente. Diariamente, 1400 aviões levantavam voo para abastecer a cidade. Os soviéticos não tinham força para impedir. Tiveram que recuar. Um discreto acordo diplomático restaurou as comunicações terrestres. E na grande imprensa ocidental saudou-se a 'gloriosa missão que garantiu a liberdade contra a selvageria dos russos'.

Berlim capitalista era um espinho no pé do socialismo. Os EUA deram mais grana pra Berlim Ocidental do que deram pra todo o Terceiro Mundo! Nos anos 50, a cidade se tornou uma propaganda espetacular das maravilhas do capitalismo. Além disso, era um ninho de espões ocidentais. Para piorar as coisas pros comunistas, milhares de pessoas atravessavam a rua para morar na Berlim capitalista e depois na Alemanha Ocidental. Eram cientistas, engenheiros, técnicos, professores, médicos, operários especializados. Todos sonhando com a sociedade de consumo. Uma gigantesca ferida no flanco socialista. Ferida que não parava de sangrar.

Em 13 de agosto de 1961 os soviéticos tomaram a decisão. Em algumas horas foi construído o famoso Muro de Berlim, que separava a parte ocidental da cidade do resto da RDA. O alemão oriental que tentasse fugir seria fuzilado pelos guardas do muro.

Para os ocidentais, era o Muro da Vergonha. Para a URSS, foi simplesmente a defesa contra a infiltração ocidental [...]" (SCHIMIDT, 2000, p.243-4).

O lado 'quente' da Guerra Fria

A Guerra Fria recebeu esse nome porque nunca as duas grandes potências mundiais - EUA e URSS - se enfrentaram militarmente de uma forma direta. Porém, se envolveram em inúmeros conflitos ao redor do mundo - sempre se posicionando em lados opostos. Ex:

- Guerra da Coreia (1950-1953)
- Revolução Cubana (1956-1959)
- Guerra do Vietnã (1955-1975)
- Independências africanas (ex: Angola, Moçambique)
- Guerra do Afeganistão (1979)
- Revolução nicaraguense (1979)
- Ditaduras militares sul-americanas (ex: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile).

Xadrez e Guerra Fria



Fonte: <https://dex.descomplica.com.br/enem/historia/extensivo-enem-a-guerra-fria-conceitos-e-periodizacao/explicacao/>

O jogo de xadrez, muitas vezes considerado simultaneamente como ciência, arte e esporte, também foi palco de intensas disputas no período da Guerra Fria. Especialmente no ano de 1972, quando foi realizado o *match* entre o russo Boris Spassky e o estadunidense Bobby Fischer. Por todo o histórico do xadrez mundial, já seria um confronto inédito e cheio de expectativas: pela primeira vez, um jogador dos EUA ameaçava a hegemonia incontestável da URSS. Porém o ambiente tenso de conflito intersistêmico transformou aquela disputa pelo título de campeão mundial de xadrez em uma representação da disputa entre capitalismo e socialismo. Assim, a efervescente bipolaridade deslizou pelo tabuleiro a cada movimento de peças e peões. O

mundo olhava curioso, inquieto e apreensivo para Reykjavik (capital da Islândia, onde se realizavam os jogos). Os governos e as agências de propaganda de ambos os países se envolveram diretamente no evento, mirando uma vitória que iria para muito além das 64 casas. Assista o vídeo que traz mais detalhes sobre o assunto.



https://youtu.be/at12oHxgNxw?list=RDCMUCdrNJIafB5ag3od5rg9Q_7w



O fim da Guerra Fria

Os eventos do final dos anos 1980 apontavam para uma desarticulação do 'mundo socialista' enquanto bloco que rivalizou com o sistema capitalista. Atingida por enormes dificuldades econômicas - especialmente geradas pela manutenção do conflito intersistêmico - a URSS passa por reformas conhecidas como perestroika (reestruturação econômica) e glasnost (abertura política). A queda do muro de Berlim (09 de novembro de 1989) e a reunificação alemã (em 1990) foram sinais de um processo irreversível. Em 1991 a União Soviética foi extinta como entidade política. Assim se encerrou a Guerra Fria e foi inaugurado um período conhecido como Nova Ordem Mundial.

Referências bibliográficas

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica: moderna e contemporânea - ensino médio*. São Paulo: Nova Geração, 2000.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século 20 (terceira parte)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.



Descolonização: alternativas, limites e possibilidades



Professor Preceptor: Rafael Peter de Lima

Descolonização: alternativas, limites e possibilidades



O que é descolonização?

'Descolonização' remete à ideia de independência política de um país que até então estivesse sob o jugo de dominação colonial. No caso do Brasil, deixamos de ser colônia de Portugal em 1822. Porém, esse termo é muito mais usado para se referir aos processos de independência que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), notadamente nos continentes africano e asiático.

O próprio uso do termo é, por vezes, questionado - para que se evite sua aplicação a partir do ponto de vista do colonizador. Veja só:

"O termo 'descolonização' usado muitas vezes para explicar os processos de independência na África [e Ásia], não é considerado apropriado por muitos estudiosos. Esse termo, que, segundo eles, apresenta uma visão eurocêntrica, passa a ideia de que as metrópoles teriam concedido por vontade própria a independência na África são resultado da luta dos próprios africanos contra o imperialismo". (PELLEGRINI, DIAS & GRINBERG, 2016, p.176)

Os caminhos da descolonização

"O processo de descolonização em nível do conjunto de Terceiro Mundo seguiu quatro caminhos básicos:

- a) um acordo da metrópole com a elite local para uma independência gradativa (África tropical);
- b) a exploração de divergências internas como forma de controlar o processo (como Índia e Paquistão);

c) luta fracassada contra guerrilha revolucionária (guerra franco-vietnamita e argelina);

d) apoio à facção conservadora durante a guerra civil (Filipinas, Vietnã do Sul, Coreia do Sul e China).

No tocante à África Negra, as potências coloniais se anteciparam ao amadurecimento do protesto independentista, e puderam controlar em linhas gerais o processo descolonizatório nos parâmetros do primeiro caso. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles, a administração tornava-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia nativa previamente cooptada. Os primeiros países africanos a libertar-se, entretanto, foram os que mais lutaram para escapar a este tipo de dependência". (VIZENTINI, 1996, p.44)

Conferência de Bandung (Indonésia, 1955)



Países participantes da Conferência de Bandung

<http://mas-historia.blogspot.com/search/label/Conferencia%20de%20Bandung>

"Bandung: tentativa de união dos países do Terceiro Mundo

Quando o líder nacionalista Jomo Kenyatta falava em pan-africanismo, ele tinha em vista, provavelmente, muito mais uma estratégia geopolítica do que cultural ou étnica. O objetivo era defender os interesses geopolíticos comuns dos países africanos. Da mesma forma, e também no começo dos anos 50, outro líder nacionalista, o egípcio Gamal Abdel Nasser, defendia um ideal pan-arabista, que centralizasse os interesses do povo árabe.

As independências

Nos dois casos, do pan-arabismo e do pan-africanismo, essa unidade serviria de cimento político e ideológico contra os interesses imperialistas.

Foi com esse propósito, de unir os países do Terceiro Mundo, que se realizou a Conferência de Bandung, na Indonésia, em abril de 1955. A conferência proclamou-se representante dos países não alinhados nem ao bloco soviético nem ao bloco capitalista, mas favoráveis à criação de sociedades igualitárias.

O encontro, convocado pela Indonésia, Mianmar, Sri Lanka, Índia e Paquistão, reuniu 29 países da África e da Ásia. O presidente da Indonésia, Ahmed Sukarno, propôs um compromisso de todas as nações ali presentes de apoio mútuo em casos de agressões de países imperialistas. A Conferência soou como um sinal de

alerta para as potências coloniais. Dez anos antes, Sukarno havia liderado o processo de independência da Indonésia, ex-colônia da Holanda. Além disso, em 1954, um ano antes de Bandung, a França havia sido expulsa da Indochina. E, para completar, o pan-arabista Gamal Abdel Nasser havia dirigido, em 52, o processo de independência do Egito e despontava como líder do norte da África".

<https://www.geledes.org.br/bandung-tentativa-de-uniao-dos-paises-do-terceiro-mundo/>

Pan-africanismo e pan-arabismo

Dois movimentos político-ideológicos colaboraram para o processo de independência na África: o pan-africanismo e o pan-arabismo. O primeiro foi elaborado no final do século XIX por intelectuais afro-americanos e antilhanos, espalhando-se depois entre intelectuais africanos residentes na Europa, que, mais tarde, o difundiram pela África. Os pan-africanistas defendiam a autonomia e a unidade do continente africano, divulgando suas ideias principalmente por meio da literatura, de conferências e de congressos.

O pan-arabismo, por sua vez, teve maior influência no norte da África, entre os países de tradição árabe-muçulmana, como Argélia, Mauritânia, Tunísia, Líbia e Egito. O principal irradiador desse movimento foi Gamal Nasser, presidente do Egito entre 1954 e 1970, que defendia a união desses povos para o seu fortalecimento na luta contra o imperialismo ocidental. Mais tarde, os movimentos pan-africanista e pan-arabista se uniram na luta contra o imperialismo". (PELLEGRINI, DIAS & GRINBERG, 2016, p.176)



Fonte: <<https://doughahistoria.blogspot.com/2015/11/da-segunda-metade-do-seculo-xix-ate.html>>.

"O mapa acima, bem como sua legenda, foi por mim adaptado do original em VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo. História Geral e do Brasil: ATLAS. Vol. Único. 1 Ed. São Paulo, Ed. Scipione, 2010. pg. 25."

Assista o vídeo abaixo "A descolonização e o número de países que existem", do canal "Nerdologia".

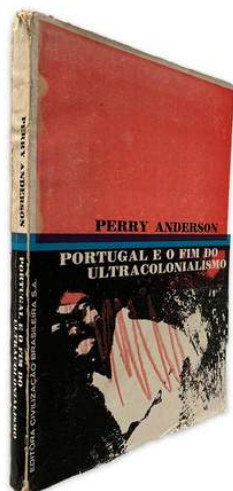


<https://youtu.be/ghOnbO0z3gA>

A independência de Angola



O historiador inglês Perry Anderson chamou o colonialismo português na África de ultracolonialismo. Segundo ele se tratava de uma estrutura colonial arcaica, que procurava se manter a custo de extrema violência e em proveito de um Estado (o português) que há muito já não figurava entre as grandes potências mundiais.



Fonte: <<https://images.app.goo.gl/Pu3SxVtjjYvg3gAp8>>

Referências bibliográficas:

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

PELLEGRINI, Marco C.; DIAS, Adriana M.; GRINBERG, Keila. *#Contato história*, 3º ano. 1ª ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século XX (terceira parte)*. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

Ouçá o podcast a seguir que apresenta o processo de independência angolana.



<https://youtu.be/mGhQu0HlwKM>



Ditaduras civil-militares na América Latina



Professor Preceptor: Rafael Peter de Lima

Ditaduras civil-militares na América Latina



Por que ditadura "civil-militar"?

DITADURA

1. Forma de governo em que o Poder Executivo é soberano sobre o Legislativo e o Judiciário, e é detido por um grupo que se perpetua autoritariamente no poder;
2. Fig. Qualquer forma de poder exercido arbitrariamente.

[Fonte: <<https://aulete.com.br/ditadura>>]

"De fato, o termo "ditadura militar" carece de uma renovação profunda no que diz respeito à inclusão de ampla parcela da sociedade na construção do governo conduzido pelos militares brasileiros, observando os níveis de participação dos civis nas suas diversas formas de ação como apoio, propaganda, projetos, manifestações, campanhas, entre outros. A permanência desse termo na historiografia brasileira sobre o período continuará enfatizando que os militares foram os únicos protagonistas responsáveis pela interrupção democrática em 1964 e pela implantação de um estado de exceção entre 1964 e 1985, silenciando-se sobre as ações políticas de civis na construção dos diversos governos militares, as quais se estendiam da esfera federal, passando pelos estados e municípios" (COSTA,2019,p.5)

Entrevista para Zero Hora do historiador Daniel Aarão Reis (publicada em 29/03/2014)

"ZH - Por que só agora a historiografia começa superar a omissão do papel das forças civis no golpe?

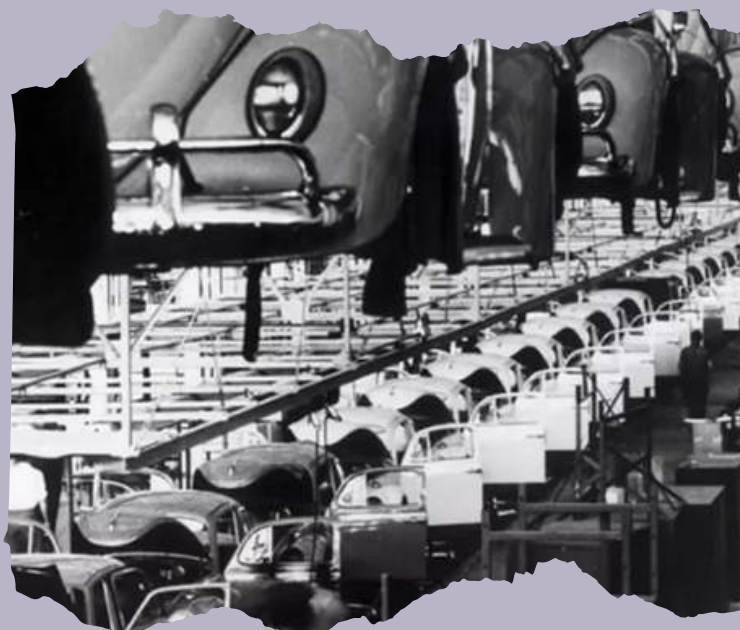
Reis - Houve muitos atores, de direita e de esquerda, interessados nas omissões e ocultações. À direita, muitos não querem o desvendar de cumplicidades e participações. À esquerda, muitos se recusam a refletir sobre as bases históricas e sociais da ditadura. Preferem definir "bodes expiatórios", numa perspectiva "militante", e fazer economia de uma reflexão mais profunda.

ZH - A referência à ditadura como "civil-militar" é uma tendência nas novas abordagens historiográficas?

Reis - De modo geral, quem opta por esta expressão quer avaliar melhor e mais profundamente o que houve neste país, evitando o canto de sereia dos "bodes expiatórios". Não se nega o protagonismo - óbvio - dos milicos, mas eles não governaram solitariamente o país. Quanto a mim, ultimamente, tenho preferido o termo simples de "ditadura". Liderada por milicos mas com ampla e decisiva participação civil".

[Fonte: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2014/03/entrevista-com-o-historiador-daniel-aarao-reis-sobre-a-ditadura-liderada-por-milicos-com-participacao-civil-4460416.html>>]

Colaboracionismo empresarial - o caso Volkswagen



Linha de montagem do Fusca na fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP), fundada em 1959...Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/economia/volkswagen-publica-anuncio-reconhecendo-atuacao-na-ditadura-militar-no-brasil/>).

A empresa Volkswagen publicou em diversos meios de comunicação em 14 de março de 2021 uma nota na qual assumiu ter participado/colaborado com o regime ditatorial instalado no Brasil entre 1964 e 1985.

--> CLIQUE AQUI e leia a reportagem.

Essa participação também se deu sob o regime nazista na Alemanha. Grandes empresas alemãs e estrangeiras obtiveram enormes lucros com o trabalho forçado de prisioneiros.

--> Veja o artigo do portal UOL - CLIQUE AQUI.

Comunicado

Norteadas por seu compromisso de longo prazo com o País, a Volkswagen foi a primeira empresa do setor automotivo a examinar sua história durante o período da ditadura militar no Brasil, ouvindo as entidades e comissões que buscam informações sobre as relações entre o regime à época e o setor privado.

Em nome da transparência, a Volkswagen compartilhou, desde 2015, todas as informações disponíveis com o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Ministério Público do Trabalho. Além disso, por meio de um acordo sem precedentes no País, firmado com essas entidades, a empresa disponibilizará recursos significativos ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (Federal) e ao Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados (Estado de São Paulo) e apoiará projetos destinados à promoção de memória e verdade em relação a violações aos Direitos Humanos ocorridas no Brasil durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, e pesquisas históricas sobre o período.

Em defesa incondicional do Estado Democrático de Direito, a Volkswagen lamenta profundamente as violações de Direitos Humanos ocorridas naquele momento histórico e se solidariza por eventuais episódios que envolveram seus ex-empregados e seus familiares, em total desacordo com os valores da empresa. A Volkswagen reconhece que é responsabilidade comum de todos os agentes econômicos e da sociedade respeitar e promover os Direitos Humanos.



Fonte: <https://static.poder360.com.br/2021/03/ComunicadoVolks14032021.pdf>

Um mapa das ditaduras latino-americanas



Fonte: <<https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/ditaduras-militares-na-america-latina-dos-anos-1960-70>>.

Doutrina de Segurança Nacional (DSN), Guerra Fria e o contexto latino-americano

No pós-Segunda Guerra Mundial, a Doutrina de Segurança Nacional serviu de base ideológica para as ditaduras civil-militares latino-americanas alinhadas ao bloco capitalista. Segundo as teses da DSN, a noção de segurança nacional é mais abrangente que o tradicional conceito de defesa nacional, centrados nas ameaças de agressão externa. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições vigentes, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento capitalista e da estabilidade política interna, como condição básica ao progresso econômico; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, leva em conta, basicamente, a movimentação política e social interna, que, utilizando os termos empregados por seus propagandistas, estaria corporificada na “infiltração e subversão ideológica do regime”. A DSN, em essência, nada mais fez do que propiciar a estabilidade política necessária ao desenvolvimento do sistema capitalista em sua fase globalista. Na América Latina, apenas entre 1960 e 1968, houve nada menos que 18 golpes militares.

DSN - oringens e aplicações

"O National War College, fundado em 1946, teve como objetivo a criação de uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, através, principalmente, da perspectiva de segurança coletiva. Sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, foi um dos responsáveis pela elaboração da DSN. As escolas militares na América Latina foram formuladas segundo a inspiração dessa escola de guerra: Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia. A Junta Interamericana de Defesa criou, em 1962, um colégio análogo ao National War College, o Colégio Interamericano de Defesa, localizado em Washington, que tinha por objetivo transmitir aos oficiais latino-americanos a estratégia elaborada pelo Pentágono.

(...)

A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao "comunismo ateu", tendo como base um virulento anticomunismo. No campo econômico, a ideologia da segurança nacional era "um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente" (ALVES, 2005, p.27). A segurança nacional, conforme Joseph Comblin, "é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é naturalmente, uma força. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais" (COMBLIN, 1978, p.54)".

DSN e a insistente narrativa do 'inimigo a ser combatido'

"A flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude, é a base ideológica para fundamentar um dos conceitos-chave da DSN: o do 'inimigo interno'. Partindo da premissa de que o comunismo não seria

estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais. Como bem destacou Comblin, a indefinição do "inimigo interno" é que gera eficiência à doutrina e às medidas repressivas que são adotadas. O inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas. Isto pode ser apreendido nas palavras do chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, Breno Borges Fortes, na X Conferência de Comandantes em Chefe de Exércitos americanos, em Caracas, no ano de 1973: "O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado" (FORTES apud COMBLIN, 1978, p.48). Além disso, "a identificação de um 'inimigo interno' circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade" (PADRÓS, 2005, p.185). E para se defender desse inimigo, não há diferenciação entre violência preventiva e violência repressiva. Passa-se a viver uma guerra interna. Inclusive, os golpes de Estado dados pela coalizão civil-militar nos países do Cone Sul foram justificados como golpes contra-insurgentes, isto é, preventivos, com a justificativa de impedir que o comunismo se instalasse ou, então, avançasse, como no caso do Chile". (FERNANDES, 2009, p.836-8).

Operação Condor - a internacionalização do Terror de Estado

"A Operação Condor, também chamada de Plano ou Operativo Condor, foi a aliança ultrassecreta internacional de coordenação repressiva entre os serviços de inteligência, as polícias políticas e os comandos das Forças Armadas das ditaduras civis-militares de segurança nacional do Cone Sul latino-americano nas décadas de 1970 e 1980.

Ramiro José dos Reis

OPERAÇÃO CONDOR NAS RUAS DE UM PORTO NÃO MUITO ALEGRE



UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL



EST
EDIÇÕES



GT ENSINO DE HISTÓRIA
E EDUCAÇÃO
20 anos

A finalidade da Operação Condor era eliminar os principais opositores das ditaduras no Cone Sul. Para tanto, a operação pretendia organizar a colaboração antissubversiva contra a comunidade exilada tanto nos países-membros como nos países fora do operativo. Para tanto, os serviços de inteligência militar dos países-membros firmaram esse mecanismo encoberto de coordenação da conexão repressiva regional a partir da lógica de ampliar o Terrorismo de Estado (TDE*) para além das fronteiras nacionais no combate ao inimigo interno, ou seja, o que valiam eram as chamadas fronteiras ideológicas, conceito-chave da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na aplicação do TDE.

- Terrorismo de Estado (TDE): o conceito é aplicado quando o terror passa a ser disseminado sistematicamente como política estatal no intuito de reprimir exemplarmente grupos sociais ou indivíduos considerados 'inimigos internos', para criar uma 'cultura do medo' no restante da sociedade. Para tanto, o Estado extrapola os limites institucionais de coerção através de métodos totalmente ilegais e clandestinos para reprimir os

seus próprios cidadãos que não se enquadram nos ditames da ditadura. Na América Latina, a política do Terror de Estado deu-se a partir de uma metodologia de detenção ilegal, tortura sistemática, sequestros e desaparecimento definitivo dos opositores." (REIS, 2016, p.15-6).

O caso brasileiro (1964-1985)

"Analisado pela superfície da crise político-institucional, 1964 identificou-se como um movimento político-militar conservador, em oposição às "reformas de base" nacional-populistas e à participação política de setores populares, tradicionalmente excluídos do pacto de poder. Enquanto expressão de interesses de classes — com expressiva mobilização dos grupos dirigentes e respaldo das classes médias — caracterizou-se pela rearticulação política do empresariado nacional, ligado ao capitalismo internacional, correspondendo internamente ao extrato moderno da burguesia industrial".

[Fonte: Maurício Dias. Disponível em:

<<https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/ditaduras-militares-na-america-latina-dos-anos-1960-70>>]

Assista o vídeo abaixo que apresenta sinteticamente alguns pontos fundamentais do período.



<https://www.youtube.com/watch?v=93PBy0aZDf0>

A 'ameaça comunista' e o 'milagre econômico'

Assista, a seguir, dois pequenos vídeos gravados pelo professor Carlos Fico (História - UFRJ), nos quais ele contrapõe duas ideias correntes e equivocadas sobre o período: a 'ameaça comunista' e o 'milagre econômico'.



<https://youtu.be/4bK9z3NJr9w>

<https://youtu.be/NYZCIGHOfTs>

Uruguai - memória e justiça



Filmes sobre a ditadura brasileira

No início desse ano (2021), o Canal Brasil exibiu a mostra Ditadura Nunca Mais. Foram 21 filmes sobre a temática. Para ver a lista completa, [CLIQUE AQUI](#).

O caso chileno (1973-1990)

Assista o vídeo abaixo e aprenda um pouco mais sobre a infame ditadura no Chile.



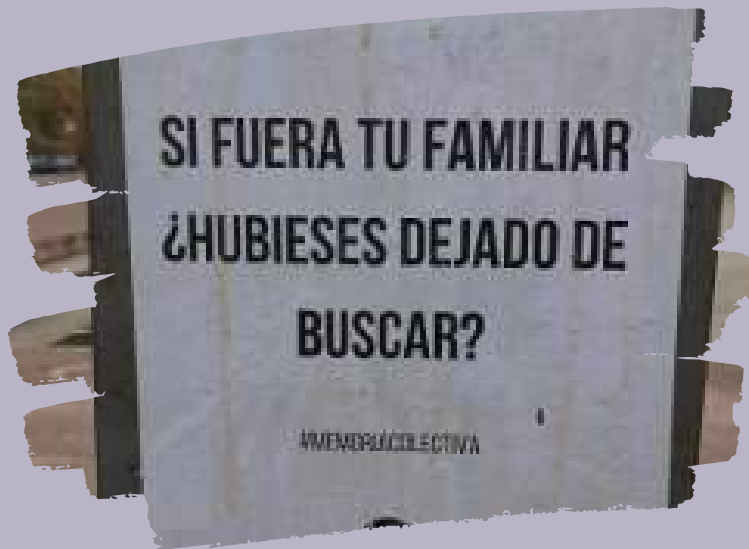
<https://youtu.be/KvhEzq4chkE>

No vizinho Uruguai, a cada dia 20 de maio se realiza uma marcha em memória aos desaparecidos pela ditadura civil-militar e se reivindica justiça pelas violências cometidas pelo Estado.

O dia 20 de maio foi escolhido por ter sido nesta data o assassinato em Buenos Aires (lembrem das conexões das ditadoras do Cone Sul...) de Zelmar Michelini, senador da Frente Ampla, do deputado do partido nacional Gutiérrez Ruiz e dos irmãos Wittelaw ligados ao movimento tupamaro. Esta data procura realçar a tragédia do regime e os desaparecimentos em diversas facções políticas.

A marcha sempre é muito numerosa e feita em silêncio. Neste ano, com a pandemia, a expressão esteve em faixas, cartazes e símbolos espalhados nas cidades. Veja a seguir algumas imagens que traduzem todo o sentimento e mobilização social em torno do tema.

- Imagens e informações disponibilizadas pelo amigo uruguaio Jorge Tabarez.



<https://www.futbol.com.uy/Deportes/Progreso-Le-sugirieron-sacar-la-pancarta-del-Nunca-mas--pero-la-mantuvo-colgada-uc787336>

→ 13



FILM NEGATIVE

→ 13 A



→ 14



FILM NEGATIVE

→ 14 A

→ 13



FILM NEGATIVE

→ 13 A



→ 14



FILM NEGATIVE

→ 14 A



Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Jucelito Regis da. *O REGIME CIVIL- MILITAR NO BRASIL (1964-1985): LEGITIMAÇÕES, CONSENSO E COLABORAÇÕES*. In: 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019, p.5. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1547943350_ARQUIVO_artigo-ANPUH2019.pdf>.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. 2009. p. 836-8. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2668/3937>>.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor nas ruas de um porto não muito alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2016. p.15-6



Brasil: a 'redemocratização' e o mundo multipolar



Professor Preceptor: Rafael Peter de Lima

Brasil: a 'redemocratização' e o mundo multipolar



<https://pt.dreamstime.com/imagens-de-stock-royalty-free-embandeira-o-globo-com-fundo-image541489>

Aqui estudaremos o período da chamada 'redemocratização' brasileira, que se inicia com o fim da ditadura civil-militar (1985) e se estende até a atualidade. Muitas vezes foi denominado de "Nova República", expressando as expectativas positivas de um país que se entendia como emergindo do duro regime de cerceamento de liberdades e imposições autoritárias. Também veremos que em nível global ocorre um processo de reorganização da política internacional, especialmente com o fim da União Soviética (URSS), em 1991. Esse mundo que saía da Guerra Fria é estudado como de uma Nova Ordem Mundial.

A campanha "Diretas já!" (1984)

Assista a seguir três pequenos vídeos sobre o grande movimento social e político brasileiro que ficou conhecido como "Diretas já!". Percebam os detalhes das imagens da época, apresentadas especialmente no primeiro vídeo através de reportagens da TV Cultura. No segundo, acompanhando as imagens temos professores universitários analisando o movimento e o período. No último registro, aparece um pequeno trecho do programa Roda Viva (exibido na TV Cultura), com a entrevista de Armando Nogueira - diretor de jornalismo da Rede



Charge do cartunista Henfil. Disponível em:
<<https://brainly.com.br/tarefa/35451552>>.

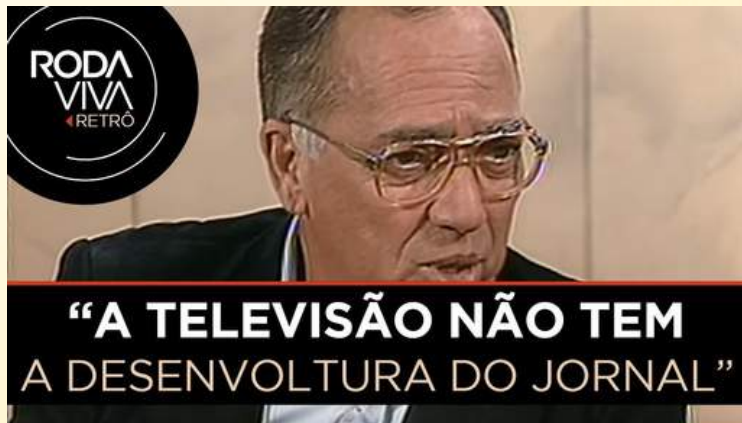
Globo à época. Notem que a pergunta feita trata do tema fundamental da comunicação e informação da população - e da crítica feita à emissora de ocultar os acontecimentos ao máximo...



<https://youtu.be/xlkeZqPpb-U>



<https://youtu.be/d8O5jTahTXo>



<https://youtu.be/7A-sI20a9fU>

O Plano Cruzado - congela geral! (1986)

Em fevereiro de 1986, sob o governo do presidente José Sarney (PMDB), foi lançado o Plano Cruzado. A ideia era conter o crescimento assustador da inflação. A moeda nacional foi trocada: saía o cruzeiro e entrava o cruzado, sendo que 1 cruzado valeria 1000 cruzeiros (era o conhecido 'cortar três zeros'). Mas a principal medida foi o congelamento de preços e salários. O governo lançava tabelas de preços dos mais variados produtos. Essas tabelas eram publicadas nos jornais. Nada poderia ter um valor além do que estava escrito. Nos supermercados era visível a tensão que se criou. O povo de tabela nas mãos, muitos se intitulando 'fiscais do Sarney', exigia seus direitos diretamente dos comerciantes - e com apoio dos fiscais do governo. E...com o Estado intervindo firmemente na economia, os liberais iriam reagir, como reagiram... Veja nas imagens da época o clima de mobilização social e a população não aceitando o aumento de preços.



<https://youtu.be/rZbelf6512c>

A constituição de 1988

Na onda da 'redemocratização', o Brasil da 'Nova República' se reorganiza e passa a elaborar uma nova Constituição para substituir a anterior, que havia sido produzida sob a égide do regime ditatorial. Os deputados federais eleitos em 1986 tiveram a missão de elaborar essa nova Carta Constitucional. As aspirações dos diferentes grupos sociais disputaram espaço na lei máxima do país. Mesmo com todas as críticas que se possa fazer, sem dúvida essa é a Constituição de maior alcance social de nossa História. A posterior aplicação e regulamentação das leis sim...seria um grande entrave para a efetivação do que estava escrito. Veja nesse pequeno vídeo um resumo sobre o assunto.



<https://youtu.be/N7pCR51AIrA>

A Constituição de 1988 também previu a realização de um plebiscito para se decidir a forma (monarquia ou república) e o sistema (presidencialismo ou parlamentarismo) de governo do Brasil. Em 21 de abril de 1993 foi realizada a consulta. Momento insólito (quicá burlesco...) da política nacional. República (66%) e presidencialismo (55%) venceram o pleito. E assim estamos hoje. Para entender um pouco mais dos argumentos e estética do saudosismo monarquista (que ainda campeia por aí...), assista o jingle da campanha de 1993.



<https://youtu.be/XDVGUKCjyoA>

1989 - enfim, eleições diretas!

O movimento Diretas Já! não foi vitorioso. Mas deixou claro que não havia espaço para uma nova eleição indireta. E foi isso: em 1989 a tão esperada eleição direta para presidente da República. 22 candidatos, debates acalorados, mobilização em torno de ideias, nomes e partidos. O resultado foi decidido em um segundo turno extremamente tenso. As forças da direita reunidas em torno de Fernando Collor e a esquerda apoiando Lula. Collor venceu com uma apertada vantagem.

No governo Collor, o plano para superação da crise foi a partir do bloqueio das cadernetas de poupança da população e políticas neoliberais (privatizações e abertura ao capital estrangeiro). O presidente autointitulado "Caçador de Marajás" (funcionários públicos com altos salários e que não trabalham) e que governaria para os "descamisados" (população pobre) não concluiu seu mandato. Em meio a mobilizações populares (especialmente estudantis, os jovens 'carapintadas'), crise econômica e graves denúncias de corrupção, Collor renunciou em dezembro de 1992 para tentar se preservar e evitar o impeachment, que ocorreu mesmo assim. Assumiu então, o vice-presidente, Itamar Franco.

Veja a seguir um bem-humorado registro das eleições de 1989.



<https://youtu.be/OgCT1iyTf6M>

Nova Ordem Mundial

Com o fim da Guerra Fria ocorreu um reordenamento no cenário internacional. Os apologistas do triunfalismo capitalista chegaram a propalar o 'Fim da História'. Sabemos que a História não acabou, tampouco as críticas ao capitalismo do lucro e desumanizado. Em paralelo à vitória do capitalismo estadunidense, surge no oriente outro poderoso adversário: a China. Veja no mapa mental e no vídeo sobre Globalização algumas características do período.



<https://www.passeidireto.com/arquivo/96359945/reorganizacao-politica-internacional>



<https://youtu.be/h5WjNMGzvtE>

Brasil da 'Nova República': juventude, rock, comportamento e política

Com o vislumbre do final da ditadura civil-militar, se reforça no país um sentimento de renovação. Estão postas novas possibilidades de criar e recriar. E a juventude é sempre protagonista na construção desses eternos e necessários caminhos do esperar. Quebrando regras de comportamento e submissão que alicerçavam estruturas hierárquicas de mandonismos inquestionáveis, os jovens usaram o corpo e voz para ousar e transgredir. Nos anos 1980 e 1990 o rock and roll virou um movimento de massas. Grandes shows, na TV, nas rádios e nas bandas de garagem a juventude se identificava e se expressava.

Segundo o pesquisador Bruno Viveiros Martins, que defendeu, em dezembro de 2018, na Fafich/UFMG, a tese Pro dia nascer feliz: a Nova República e o rock brasileiro na década de 1980,

“A década de 80 ganhou a fama de década perdida, e os jovens eram tidos como alienados, porque foram criados sob a censura do regime militar e a cultura de massa. Mas não era bem assim, como demonstram as canções críticas, povoadas de personagens que procuravam caminhos para se colocar no mundo público”.

De acordo com o pesquisador, o rock foi o fio condutor da participação da juventude na vida do país. “As bandas não cantavam apenas o universo dos jovens, os eventos políticos eram abordados no calor da hora. As músicas misturavam bom humor, ironia, crítica ácida e direta, otimismo ou pessimismo, e bebiam em fontes variadas, do reggae ao progressivo e ao punk”, comenta Bruno Viveiros, que compõe a equipe do Projeto República da UFMG. “Em grande parte, por meio do rock, a juventude contribuiu para a democratização do debate no país”.

Fonte: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/rock-foi-fio-condutor-dos-anseios-politicos-da-juventude-dos-anos-80>>.



<https://youtu.be/LPOhrAYtU5Y>



<https://youtu.be/GIMAWjsJTZE>

No Rio Grande do Sul, também tinha rock!



<https://youtu.be/X-2bdW0aSXw>



<https://youtu.be/Z3vqtvQnV2I>

Anos '90, 2000 e...seguimos...

Em 1994 foi eleito para a presidência da República o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). FHC ocupava o cargo de Ministro da Fazenda no governo em curso (Itamar Franco) e fora responsável direto pelo Plano Real (lançado em julho de 1994), que vinha obtendo sucesso na redução da inflação. Apoiado por grandes empresários e impulsionado pelo Plano Real, FHC se elegeu também para um segundo mandato. Seu governo esteve alinhado à medidas de cunho neoliberal, dando continuidade à tendência já verificada na gestão Collor/Itamar. Como exemplo de tal política estão as privatizações (Companhia Siderúrgica Nacional, a mineradora Vale do Rio Doce e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), a restrição de investimentos do Estado (ou gastos públicos), manutenção de juros altos e abertura às importações (o que dificulta a indústria nacional).

Após ser derrotado em todas as eleições desde 1989, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi finalmente eleito em 2002, e reeleito quatro anos depois. Era a primeira vez que um presidente de origem humilde (operário) era eleito no Brasil. Políticas de combate à fome e a miséria (como o Bolsa Família) que impactaram, inclusive, nos índices de distribuição de renda, fomentaram a conquista de grande popularidade. Embora a política e economia não dessem uma guinada radical à esquerda como alguns opositores do governo anunciavam, as ações neoliberais foram freadas, o Estado investiu em infraestrutura (Plano de Aceleração do Crescimento - PAC - 2007), ampliou as relações comerciais e diplomáticas (rompendo com o privilégio dos EUA e se conectando mais intensamente com a América Latina, África e Ásia (especialmente a China), aumento dos níveis de escolarização (e investimento em novas Universidades públicas e importante ampliação da Rede Federal de Ensino (IF's). Porém, o governo Lula não esteve imune à denúncias de corrupção: o caso do mensalão, que envolvia partidos da oposição e da situação talvez seja o melhor exemplo.

A busca pela continuidade do governo petista veio com Dilma Rousseff, que venceu as eleições em 2010, se tornando a primeira mulher presidente da República. Desgastes políticos, tanto com os movimentos sociais e sindicais, quanto com o meio político, financeiro e empresarial, geraram enormes instabilidades. Em 2014 Dilma foi reeleita, mas o candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), não aceitou a derrota, alegando fraude. Nesse mesmo ano uma mega-operação comandada pela

Polícia Federal, chamada Lava Jato, iria apontar diretamente para membros do Partido dos Trabalhadores e sua rede de apoiadores. Esquemas de corrupção foram apurados e verificados (como o caso ligado a empresa Petrobrás) pela Operação, porém com atuação seletiva e parcial que denotava uma grave politização das ações. O clima de grave crise política e uma dura e poderosa oposição fez com que o segundo mandato não fosse concluído. Dilma foi acusada de crime de responsabilidade por ter aprovado as chamadas pedaladas fiscais - um arranjo nas contas públicas também praticado pelos governos anteriores, sem que sofressem qualquer sanção. Em 31 de agosto de 2016 deixou oficialmente o cargo de presidente, sendo destituída por um acelerado e estranhoso processo de impeachment.

Em meio a uma enorme crise institucional e política, tensões sociais e denúncias de golpismo, assumiu o cargo o vice-presidente Michel Temer (PMDB) - que já atuava como presidente em exercício desde maio de 2016, quando Dilma fora afastada temporariamente. Nesse momento confuso, delicado e extremamente instável, o governo Temer apoiou reformas profundas na Constituição brasileira, como a Reforma Trabalhista que reduziu sensivelmente os direitos e proteções legais dos trabalhadores.

Na sequência ocorreu a mais polarizada e tensa eleição da Nova República. Lula, o candidato que despontava como franco favorito nas pesquisas foi impedido de participar do pleito. Acusado de corrupção, acabou preso através da Operação Lava Jato - Lula seria solto em novembro de 2019 (havia ficado detido 580 dias). Fortes denúncias de uso político da condução da Operação Lava Jato inflamaram ainda mais a sociedade brasileira. Em paralelo, Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, hoje sem partido), um candidato que se apresentou como filiado às ideias da extrema-direita conservadora fora eleito presidente em 2018. Sua plataforma de governo se fundamentou em promessas de combate à corrupção (Sérgio Moro, juiz de muitos holofotes na Operação Lava Jato foi ministro da justiça), um anti-petismo (ou anti-esquerdismo) agressivo, intensa campanha ideológica (nas áreas da educação [Escola Sem Partido], cultura, saúde...) e uma política econômica neoliberal de redução de investimentos, proteção social e presença ativa do Estado (ex: privatizações). E assim estamos...

Referências bibliográficas

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História , sociedade & cidadania - 3º ano. São Paulo: FTD, 2016.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. #contato História - 3º ano. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

SCHMIDT, MARIO F. Nova história crítica do Brasil: 500 anos de história malcontada. São Paulo: Nova Geração, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. F. Da Guerra Fria à Crise. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1996.